

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL

MARIA DANIELA DE ARAÚJO VIANNA

**A COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE POLUIÇÃO DO SOLO
POR RESÍDUOS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DOS JORNAIS
O ESTADO DE S.PAULO E FOLHA DE S.PAULO DA RIO-92 A 2007**

SÃO PAULO

2012

MARIA DANIELA DE ARAÚJO VIANNA

A COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE POLUIÇÃO DO SOLO POR RESÍDUOS:
UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DOS JORNAIS *O ESTADO DE S.PAULO* E
FOLHA DE S.PAULO DA RIO-92 A 2007

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) da Universidade de São Paulo para a obtenção de título de Doutor em Ciência Ambiental.

Orientadora: Prof. Dra. Wanda Maria Risso Günther

Coorientador: Pedro Roberto Jacobi

Versão Corrigida

(Versão corrigida disponível na Biblioteca da Unidade que aloja o Procam e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP)

São Paulo

2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

VIANNA, M. Daniela de A.

A cobertura jornalística sobre poluição do solo por resíduos: uma análise da produção dos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo* da Rio 92 a 2007. Maria Daniela de Araújo Vianna; orientadora Wanda Maria Risso Günther e coorientador Pedro Roberto Jacobi. – São Paulo, 2012.

Tese (Doutorado Direto) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo.

1.Comunicação	2.Jornalismo ambiental	3.Sociologia ambiental
4.Resíduos sólidos	5.Sociedade de Risco	6.Poluição ambiental

Folha de Aprovação

Maria Daniela de Araújo Vianna

A cobertura jornalística sobre poluição do solo por resíduos: uma análise da produção dos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo* da Rio 92 a 2007.

Aprovada em: 28/03/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra.: Wanda Maria Risso Günther
Instituição: FSP/USP e PROCAM/USP

Assinatura:

Prof. Dra.: Cremilda Celeste de Araujo Medina
Instituição: ECA/USP

Assinatura:

Prof. Dra.: Ilza Maria Tourinho Girardi
Instituição: FABICO/UFRGS

Assinatura:

Prof. Dr.: Carlos Machado de Freitas
Instituição: FIOCRUZ

Assinatura:

Prof. Dra.: Ana Paula Fracalanza
Instituição: EACH/USP e PROCAM/USP

Assinatura:

DEDICATÓRIA

Ao meu pai (*in memoriam*), pelo amor e pelo exemplo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Mario Moura, meu marido e companheiro de jornada, pelo investimento financeiro e emocional neste projeto. Por todo o apoio e a compreensão dos silêncios, pelas revisões de texto, sugestões e críticas, por me estimular nas horas de desânimo, me acalmar nas de euforia, e acima de tudo, por entender que essa tese é mais um passo importante da nossa caminhada.

À minha mãe, Mary Kathleen, pela boa educação, pelos anos empenhados e por me mostrar que, por maiores que sejam os obstáculos, sempre é possível superá-los.

Ao meu irmão e padrinho Pedro Augusto, que, com sua visão prática e precisa, me ajudou a traduzir textos em números, e depois, dados em figuras e gráficos. Tudo isso com doses de carinho fraternal. Ajuda essencial, que acalentou a alma em tempos difíceis.

Ao meu irmão Paulinho (*in memoriam*), por ter me presenteado com sua companhia por alguns anos de nossas vidas e por ter deixado três filhos lindos.

À minha irmã Ana Cristina, por me ‘contagiar’ com a sua paixão por aprender e ensinar, desde os tempos da minha graduação. Um exemplo.

Ao meu irmão Otávio, por toda a amizade, parceria, torcida e apoio constantes.

À minha orientadora, Prof. Dra. Wanda Maria Risso Günther, por acreditar na pesquisa e me aceitar como orientanda.

Ao meu coorientador Pedro Jacobi, que acendeu a luz, iluminou o caminho e apontou rumos e perspectivas nos pontos mais cruciais dessa jornada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos para o período de estágio no Reino Unido.

Ao professor José Esteban Castro, pelas reuniões semanais, com conversas enriquecedoras, por todo o apoio, a orientação e a confiança, sem os quais o estágio na Newcastle University não teria sido possível.

Ao Luciano de Souza e a todos os profissionais da Secretaria do Procam, pelo suporte.

À professora Maria Zilda (Mara), pela disposição em ajudar, pelos apontamentos precisos e por mostrar que algumas dúvidas minhas ainda eram compartilhadas por outros pesquisadores, aliviando o peso do não saber.

Ao Luiz Eduardo, pelo carinho de sempre, pela torcida e pelo apoio.

Ao secretário Luiz Roberto Barradas Barata (*in memoriam*) pela confiança ao conceder a bolsa para o Curso de Especialização em Saúde Ambiental, o início de tudo. Também ao Vanderlei França e à Vanessa Pinto por contribuírem nesse processo.

Aos jornalistas ambientais e da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, pelo exemplo e pela determinação em seguir adiante.

Aos jornalistas e cientistas que disponibilizaram sua *expertise*, seu conhecimento e seu tempo para conceder entrevistas para esta tese, pela oportunidade da troca, pela vasta contribuição e pela oportunidade de aprendizado. São eles os jornalistas André Trigueiro e Roberto Villar Belmonte, os professores Paul Saldiva e Carlos Machado de Freitas, e os pesquisadores do Reino Unido Steven Yearley, Anders Hansen e Jonathan Webb.

Aos caros Adalberto Marcondes e Ana Maria, por todos os ensinamentos, o carinho e a amizade.

À Alba Marcondes, por contribuir com o processo de levantamento de dados.

Aos profissionais do Banco de Dados do Grupo Folha, por abrir as portas e procurar facilitar ao máximo a realização desta pesquisa.

Ao pessoal da Report, principalmente ao Estevam Pereira, à Cristina e ao Álvaro Almeida, por possibilitarem remanejamentos de horários para a ida às aulas na USP.

À Ana Luiza, pela dedicação em me ajudar com o inglês, fundamental para a bolsa.

À Hebe de Moura, por me preparar para enfrentar melhor a vida.

À minha sogra, Margarete Camargo, por tornar essa jornada mais doce e gostosa. Também aos Moura e aos Camargo pelo acolhimento e o carinho constantes.

Enfim, aos meus familiares e amigos, essenciais na formação de quem eu sou, pela compreensão das ausências, dos silêncios e dos não, e pelo entendimento da importância desse projeto. Em especial à Angélica Kalil, que me apresentou ao jornalismo e sempre me apoiou, à Cristina Menna Barreto, pela amizade e dedicação em cuidar da minha saúde para que eu pudesse seguir adiante, e à Liniane Haag Brum, pelo apoio e por acreditar neste projeto até mesmo quando nem eu achava que seria possível.

Nesses cinco anos de um mergulho transformador, Deus colocou em meu caminho pessoas fundamentais e, por meio delas, me presenteou com amizades, carinho, aprendizados, apoio, amor e exemplos. Muito obrigada a Ele por tantas bênçãos.

RESUMO

VIANNA, Maria Daniela de Araújo. **A cobertura jornalística sobre poluição do solo por resíduos: uma análise da produção dos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo* da Rio-92 a 2007**, 2012. 226f. Tese (Doutorado Direto) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Diante da crise ambiental que se impõe à sociedade contemporânea, trazendo consigo um sentido de urgência por mudanças de rumo e das visões de mundo, a mídia tem um papel importante na mediação de sentidos no processo de construção social dos problemas ambientais. A pesquisa apresenta o resultado de um diagnóstico sobre como os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* cobriram o tema poluição do solo por resíduos, no Brasil, ao longo de 15 anos, no período compreendido entre o ano da Rio-92 e 2007. Diversas perguntas nortearam o trabalho. Está a imprensa preparada para cumprir a sua função e contribuir para que diferentes atores sociais estejam preparados para posicionar-se frente a tamanhos desafios? A pluralidade das fontes e a visão sistêmica e transversal – preconizadas pelo jornalismo ambiental – estão presentes nas redações? Quais são as ‘vozes’ predominantes na cobertura ambiental? Como elas aparecem? Essas são algumas das discussões propostas por este estudo. Entre os resultados, verificou-se, por exemplo, que a cobertura ambiental ainda está baseada, prioritariamente, em fontes oficiais – presentes em 93,4% dos textos analisados. A maior parte deles ainda traz uma abordagem desconexa, pontual e alarmista sobre o tema, presa a uma visão reducionista da realidade, buscando emoldurar histórias e encaixar nelas papéis de vilões e mocinhos, justiceiros e vítimas. Embora o volume de textos sobre meio ambiente seja maior na atualidade do que no passado e exista maior número de reportagens contextualizadas, isso ainda é a exceção, e não a regra nas redações. A qualidade está mais associada a iniciativas individuais de profissionais do que a decisões institucionais de grupos de comunicação. Frente às complexidades e incertezas da ‘sociedade de risco’, cientistas e jornalistas entrevistados neste estudo refletiram sobre caminhos possíveis para a cobertura jornalística sobre meio ambiente. Apontaram, por exemplo, a aproximação e o melhor entendimento entre jornalistas e cientistas como fatores importantes para a qualificação do debate ambiental mediado pela imprensa no Brasil.

Palavras-chave: Comunicação. Jornalismo ambiental. Sociologia ambiental. Sociedade de risco. Resíduos sólidos. Poluição ambiental.

ABSTRACT

VIANNA, Maria Daniela de Araújo. **The journalistic coverage about soil pollution by residues: the analysis of the production of the ‘O Estado de S.Paulo’ e ‘Folha de S.Paulo’ newspapers between the Rio 92 and 2007.** 2012. 226f. Thesis (PhD) – Postgraduate Programme in Environmental Science (PROCAM) – University of Sao Paulo, Sao Paulo, Brazil, 2012.

Faced by the environmental crisis, which is imposing itself on contemporary society and is bringing in its wake a sense of urgency for changes in the course and in the views of the world, the media is having an important role in mediating senses in the process for building up social awareness of environmental problems. The research presents results of a diagnosis on how two major newspapers in Brazil – ‘*Folha de S.Paulo*’ and ‘*O Estado de S.Paulo*’ – covered the issue of soil pollution by residues during 15 years, between the Rio-92 and 2007. Many questions were raised to guide this work. Is the press prepared to accomplish its function and contribute towards having the several different social players prepared to position themselves to face such great challenges? Are the diversity of sources and the systemic and transversal vision - foreseen by environmental journalism – taken into account by the newsrooms? Whose are the predominant “voices” in the environmental coverage? How do they appear? These are some of the discussions which are being proposed by this study. Among the findings, it was verified for example that environmental coverage is still mostly based on official sources - present in 93.4% of the texts analyzed. The greater part of them even bring approaches that are disconnected, limited and alarmist about the matter, tied up by a reductionist vision of the actuality, seeking to embellish the stories and make them fit into the roles of villains and heroes; sheriff and victims. Although the volume of texts on environment is currently greater than in the past and that there is a greater amount of contextualized reporting, this is still an exception and not the rule at the newsrooms. Quality is closely associated to the individual initiatives of the professionals, rather than to institutional decisions. Having in view the complexities and uncertainties of the ‘risk society’, the scientists and journalists who were interviewed for this study made reflections on the possible ways for journalistic coverage of environmental issues. They pointed out, for instance, the ‘narrowing of the gap’ and the better understanding between journalists and scientists as being important factors for the quality of the environmental debate that is mediated by the press in Brazil.

Keywords: 1.Communication 2.Environmental Journalism 3.Environmental Sociology 4.Risk Society 5.Solid Waste 6.Environmental Pollution

LISTA DE GRÁFICOS

PÁGINA

Gráfico 4.1 – Distribuição dos textos por macrotemas.....	114
Gráfico 4.2 – Distribuição dos textos ao longo do tempo no geral e por jornal.....	120
Gráfico 4.3 – Cobertura jornalística mundial sobre mudanças climáticas ou aquecimento global – 2004 a 2011.....	126
Gráfico 4.4 – Distribuição dos textos por motivo da notícia.....	128
Gráfico 4.5 – Distribuição dos textos e qualidade da abordagem por número de fontes ouvidas.....	131
Gráfico 4.6 – Distribuição geral dos textos por tipo de fontes ouvidas.....	135
Gráfico 4.7 – Distribuição das fontes por categorias.....	136
Gráfico 4.8 – Como técnicos aparecem.....	143
Gráfico 4.9 – Como políticos aparecem.....	147
Gráfico 4.10 – Como empresas aparecem.....	149
Gráfico 4.11 – Como cientistas/especialistas aparecem.....	155
Gráfico 4.12 – Como população afetada aparece.....	158
Gráfico 4.13 – Quem assina o texto.....	164

LISTA DE QUADROS

PÁGINA

Quadro 2.1 – Breve apresentação dos entrevistados deste estudo.....	33
Quadro 3.1 – Retóricas de argumentação na construção de problemas ambientais.....	52
Quadro 3.2 – Tarefas na construção dos problemas ambientais.....	56
Quadro 3.3 – Padrões sociais e percepção de risco.....	64
Quadro 3.4 – Tipologia dos principais discursos ambientais no século XX.....	76
Quadro 4.1 – Breve histórico de conteúdo, de acordo com a distribuição dos textos por macrotemas.....	115
Quadro 4.2 – Classificação de fontes, por grupo de fontes, criada para a análise dos textos – breve resumo.....	140

LISTA DE SIGLAS

ANPPAS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade

CBJA – Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental

Cetesb – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

FSP – Folha de S.Paulo

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IPCC – Sigla em inglês do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas

OESP – O Estado de S.Paulo

POP – Poluidores Orgânicos Persistentes

PUC – Pontifícia Universidade Católica

NEJ/RS – Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul

RBJA – Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UK – Sigla em inglês, referente a United Kingdom (Reino Unido)

LISTA DE TABELAS

PÁGINA

Tabela 3.1 – Destino final dos resíduos sólidos, por unidades de destino dos resíduos, no Brasil 1989/2008 (%).....	68
Tabela 3.2 – Distribuição de municípios que exercem controle sobre manejo de resíduos especiais realizado por terceiros, de acordo com tipo de resíduo.....	72
Tabela 4.1 – Análise comparativa de textos: repórter experiente versus outros profissionais.....	166

SUMÁRIO

	PÁGINA
RESUMO	
ABSTRACT	
LISTA DE GRÁFICOS	
LISTA DE QUADROS	
LISTA DE SIGLAS	
LISTA DE TABELAS	
SUMÁRIO	
1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1. A visão de mundo na crise da contemporaneidade.....	14
1.2. Objetivos.....	20
1.2.1. Objetivo geral.....	20
1.2.2. Objetivos específicos.....	20
1.3. Perguntas de pesquisa e hipóteses.....	21
2. MÉTODO.....	23
2.1. Referenciais metodológicos.....	23
2.1.1. Análise de conteúdo.....	27
2.1.2. Análise de discurso.....	29
2.1.3. Entrevistas semiestruturadas.....	32
2.2. Procedimentos da etapa de diagnóstico.....	34
2.2.1. Da escolha do universo da pesquisa.....	35
2.2.2. Da definição da amostragem (1992 - 2007).....	36
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	39
3.1. A Perspectiva Construcionista da Questão Ambiental.....	43

3.1.1. Análise das questões e abordagens teóricas da sociologia ambiental.....	45
3.1.2. A construção dos problemas sociais.....	50
3.1.3. A construção social dos problemas ambientais.....	54
3.1.4. A ciência como atividade geradora dos argumentos – breve abordagem.....	59
3.1.5. Formulação dos riscos ambientais.....	62
3.1.6. Geração de resíduos, poluição do solo e suas implicações.....	66
3.2. Mídia e Meio Ambiente.....	73
3.2.1. A cobertura jornalística e os discursos ambiente-sociedade.....	75
3.2.2. A função social da mídia.....	81
3.2.3. Os desafios do fazer jornalístico.....	92
3.2.4. Descrições ambientais bem-sucedidas.....	106
3.2.5. Discurso ambiental mediado pela mídia.....	108
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO SOBRE A RELAÇÃO MÍDIA, CIÊNCIA E AMBIENTE.....	111
4.1. O diagnóstico do passado.....	114
4.1.1. O que motiva a notícia?.....	127
4.1.2. Qualidade da abordagem.....	129
4.1.3. Quem são as fontes?.....	132
4.1.4. Como aparecem?.....	138
4.1.4.1. Os técnicos.....	143
4.1.4.2. Os políticos.....	146
4.1.4.3. As empresas.....	149
4.1.4.4. Os cientistas/especialistas.....	154
4.1.4.5. A população afetada.....	158
4.1.5. Quem é o autor.....	162
4.2. ...As incertezas do presente.....	176
4.2.1. Desafios das redações – o ambiente da produção.....	180

4.2.2. A formação intelectual e a visão sistêmica.....	185
4.2.3. A relação com as fontes.....	190
4.2.4. A relação com a academia.....	196
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	202
6. REFERÊNCIAS.....	212

1. INTRODUÇÃO

“Praticar o jornalismo ambiental com um olhar ecológico, sistêmico e inter-relacional exige disposição e esforço. [...] A questão ambiental é ameaçadora para todos: para os governos, para o setor produtivo, e também para as grandes empresas de comunicação social, que terão de mudar o modo de fazer jornalismo, deixando de lado o jornalismo de espetáculo, cinema e crise. [...] A cobertura das questões ambientais representa também uma ameaça para os jornalistas, que terão de mudar a sua visão de mundo, mudar hábitos, e isso não é fácil.” (WASHINGTON NOVAES)¹.

1.1. A visão de mundo na crise da contemporaneidade

Chegou cedo ao jornal, por volta das 8h30. Como havia combinado no dia anterior com a chefia, planejava passar o dia em um congresso que começaria às 9h e discutiria projetos estratégicos para trânsito e transportes na Região Metropolitana de São Paulo. Ela buscava espaço para trabalhar como setorista dessa área. Pretendia conhecer pessoalmente algumas fontes e tentar encontrar pautas diferenciadas para matérias especiais do final de semana.

Mas os ventos mudaram, e foi deslocada para a cobertura factual sobre a visita de uma comissão de vereadores na Vila Carioca, zona sul da capital. Alguém da assessoria de imprensa de um vereador tinha acabado de passar a pauta para a redação por telefone. A notícia que chegou era de que tinham encontrado gasolina num poço artesiano e que os moradores estavam passando mal. A culpada parecia ser a Shell, tinha de ter cuidado, porque era ‘peixe grande’. Foram, ela e o fotógrafo, para a região do condomínio Auriverde, vizinho à fábrica da Shell, sem sequer terem tido tempo de saber maiores detalhes sobre o caso.

¹ **(Informação verbal)**. Declaração do jornalista Washington Novaes durante palestra proferida no Fórum Petróleo, Meio Ambiente & Imprensa, realizado em Salvador, Bahia, em março de 2004.

Antes do retorno para a redação, teve ainda de cobrir a inauguração de uma alça de um viaduto sob a avenida 23 de Maio e uma rebelião na delegacia de Franco da Rocha, na Grande São Paulo.

Aquela era a rotina². As leituras e reflexões das disciplinas de sociologia, filosofia, ciência política e teorias da comunicação tinham ficado para trás, nos tempos da universidade. Parecia ficção frente à realidade que se impunha no dia a dia do fazer jornalístico.

O retrato dessa realidade está revelado aqui porque serviu como combustível para a jornada profissional e intelectual que resultou nesta tese. A história, vivenciada no passado pela pesquisadora, poderia ser a de outros jornalistas que estão ainda hoje nas grandes redações. Supõe-se que essa rotina – envolvendo a pressa ao noticiar, a burocracia da notícia, o foco exclusivo no factual, a sobrecarga profissional, o pouco tempo para reflexão e a visão reducionista e de curto prazo – ainda seja a prática, e não a exceção, no jornalismo diário da grande imprensa no Brasil. E que isso desanima profissionais que um dia escolheram a profissão sonhando em mudar o mundo.

Em 2002, quando sobrava trabalho e faltava reflexão, muitos detalhes daquele caso da contaminação do solo e da água pela Shell, na Vila Carioca, passaram despercebidos para a então repórter, que ainda não estava familiarizada com a cobertura ambiental. Ela ainda não sabia, por exemplo, que a empresa já tinha um vasto histórico de contaminação não só no Brasil, mas em outros países onde operava. Que a contaminação do solo por resíduos industriais fazia parte de um movimento histórico de migração de grandes multinacionais para os países emergentes, onde encontravam legislações ambientais frouxas e mão de obra barata. Que os moradores, por mais que tentassem, dificilmente conseguiriam provar a relação de causa e efeito entre a poluição da Shell e os sintomas de suas doenças.

Também não sabia que aquele era apenas mais um dos inúmeros exemplos que confirmavam na prática o que Ulrich Beck chamava, em teoria, de ‘sociedade de riscos’ (BECK, 1992). Menos ainda que o fato de a repórter ser designada para aquela cobertura ambiental, sem qualquer preparo prévio, não era um mero acaso. Fazia parte

² A contextualização é baseada em fatos reais, porém, o agrupamento, por um recurso narrativo, não representa necessariamente a ordem em que os fatos ocorreram. A pesquisadora trabalhou no jornal Agora São Paulo no período entre julho de 2000 e outubro de 2002.

de um *modus operandi* das empresas de comunicação, também fruto de um pensamento da sociedade industrial que influenciava diretamente a prática jornalística – fenômeno que já vinha sendo investigado desde os anos 1970 pelos sociólogos europeus e norte-americanos, mas que nem chegava ao conhecimento dos profissionais diretamente envolvidos.

Foi devido à curiosidade e à busca por respostas que esse caminho foi percorrido, tendo início em uma especialização em Saúde Ambiental, realizada na Faculdade de Saúde Pública da USP, passando pelo mestrado, já sob a orientação da Prof. Dra. Wanda Maria Risso Günther, até a indicação para o Doutorado Direto, quando o Prof. Dr. Pedro Roberto Jacobi tornou-se coorientador.

Foi possível ainda, a partir da obtenção de uma bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fazer um estágio de doutorado por seis meses, entre março e agosto de 2011, no Reino Unido, sob a supervisão do professor José Esteban Castro, da Escola de Geografia, Política e Sociologia da Universidade de Newcastle. Na oportunidade, foram realizadas entrevistas para a tese, além de uma revisão bibliográfica internacional.

A experiência representou um mergulho transformador, em um processo de busca por uma nova visão de mundo, capaz de aprofundar o entendimento de pelo menos algumas das inúmeras conexões entre as questões ambientais, sociais e econômicas. Foi possível conhecer na prática o exercício da visão sistêmica e transversal, premissas preconizadas pelo jornalismo ambiental, frutos da reflexão enunciadora de Fritjof Capra (1982 e 2002). Esta tese é resultado desse processo, que contou com o apoio de inúmeros colaboradores, entre docentes, colegas, autores, teóricos e práticos.

Outra fonte de inspiração permanente para esta pesquisa foi a participação na Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, um grupo formado por mais de 500 jornalistas interessados nas questões ambientais em todo o País. Reunidos em um grupo de discussões, no espaço virtual, eles trocam experiências e compartilham dúvidas e aprendizados; fontes e informações; dúvidas e incertezas.

De tempos em tempos, esses jornalistas se reúnem em encontros presenciais, buscando ‘oxigenar’ as mentes e tomar fôlego para seguir em suas jornadas, muitas

vezes individuais e solitárias, em grandes redações que ainda relutam para aceitar os tempos de mudanças e incertezas; muitas vezes em sites e veículos alternativos, amargando a falta de apoio institucional e de patrocínios; e outras vezes como autônomos. O último encontro presencial ocorreu entre os dias 17 e 19 de novembro de 2011, nas dependências da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Parte das reflexões ocorridas lá também está contemplada neste estudo.

Uma das angústias compartilhadas envolvia a sensação de ‘nadar contra a maré’. Porém, observando a natureza, se ‘nadar contra a maré’ fosse errado ou ruim, estariam os peixes participando da piracema³ há séculos, vencendo as adversidades das correntezas dos rios para desovar nas águas calmas e assegurar, assim, a continuidade das espécies?

Para quem prefere fugir de analogias com o mundo animal, pode-se observar, então, o caso da bióloga Rachel Carson, que enfrentou o *status quo* estabelecido no início dos anos 1960, uma época de poucos questionamentos contra o ‘sucesso’ da sociedade industrial. Carson venceu resistências externas de governos e de uma sociedade machista. Denunciou efeitos maléficos do pesticida DDT na fauna, na flora e na saúde da população norte-americana, provocando uma crise que abalou as estruturas institucionais e os discursos vigentes à época. Mexeu com a poderosa indústria química dos Estados Unidos, que investiu mais de 250 mil dólares em campanhas na tentativa de desacreditá-la.

Também sofreu uma resistência interna – um câncer que insistiu em avançar em meio ao processo de investigação e escrita, terminando por tirar-lhe a vida em 1964, dois anos após a publicação de *Primavera Silenciosa*.

O livro, no entanto, acabou por revolucionar a relação entre ambiente e sociedade no âmbito mundial, questionando a visão de mundo e os paradigmas em vigência na época, como conta Linda Lear, na introdução da publicação:

Depois que Primavera Silenciosa chamou a atenção do presidente John F. Kennedy, foram iniciadas investigações federais e estaduais a respeito da

³ “Piracema é o período entre outubro e março, quando os peixes sobem até as cabeceiras dos rios, nadando contra a correnteza para realizar a desova e a reprodução. Este fenômeno é considerado essencial para a preservação da piscosidade das águas dos rios e lagoas, [...] que é a abundância de peixes, atraindo muitos pescadores” (Fontes: Ibama e Novo Dicionário Aurélio). Lido no site Ambiente Brasil em 01/02/2012. http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agua/artigos_agua_doce/a_piracema.html.

validade das alegações de Carson. As comunidades que haviam sido submetidas a pulverizações aéreas de pesticidas contra a vontade começaram a se organizar em nível local contra a continuação da poluição tóxica. Foram preparadas leis em todos os níveis governamentais para a proteção contra um novo tipo de contaminação invisível. Os cientistas que antes alegavam serem detentores de um conhecimento ‘supremo’ foram forçados a admitir uma vasta ignorância (LEAR, 2010: 17).

Rachel Carson, conhecida como importante referência e símbolo do ambientalismo moderno, contribuiu para mudar pelo menos em parte o mundo, como tantos jornalistas sonham em fazer. Utopia pode ser um bom ingrediente, mas de nada adianta se não houver o esforço produtivo. Carson venceu medos, desconfiou do óbvio, fez perguntas certas e foi atrás das respostas de forma obstinada. Ouviu sua intuição e realizou um profundo trabalho de investigação que resultou em uma denúncia bem estruturada, embasada em dados fidedignos, mostrando, por meio de fortes evidências, os limites e as consequências de um modelo de progresso econômico calçado no uso de produtos químicos sintéticos – como o DDT – desenvolvidos pela ciência, fabricados pelas indústrias e chancelados pelo governo dos Estados Unidos.

Contou a história. Um belo trabalho jornalístico. Um importante exemplo para jornalistas na prática do seu ofício frente à crise ambiental sem precedentes da civilização moderna, que, segundo cientistas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), ocorre em decorrência das ações dos homens e, em contrapartida, exige respostas e soluções conjuntas e urgentes para corrigir o rumo.

Esta tese visa contribuir para o debate sobre a busca por caminhos possíveis para o jornalismo e para os jornalistas diante dos enormes desafios que envolvem a cobertura sobre as questões ambientais na mídia num período histórico de tamanhas incertezas, dúvidas e contradições (BECK, 1992 e 2009; KUHN, 2003; MORIN, 2000 e 2005).

Os profissionais estão tendo de aprender a lidar com as incertezas e se permitir uma ‘sensação de estranhamento’, como recomendou o jornalista Ulisses Capozzoli (**informação verbal**)⁴, editor da revista *Scientific American Brasil*. Segundo ele,

⁴ (**Informação verbal**) Declarações de Ulisses Capozzoli durante participação, como palestrante, no painel “*O jornalismo científico e o diálogo imprensa/academia*”, no dia 18 de novembro de 2011, durante o 4º Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, realizado no Rio de Janeiro. As futuras citações resultantes dessa entrevista irão aparecer, ao longo do texto, mencionadas como CAPOZZOLI, 2011.

estamos atravessando uma época de mudanças radicais, “*onde o que era não é mais, e o que vai ser ainda não é*”.

Este trabalho foi desenvolvido em duas etapas. A primeira consistiu em um amplo diagnóstico sobre como a imprensa cobriu o tema de poluição do solo por resíduos no período compreendido entre 1992 – ano de realização da Conferência Rio-92 – e 2007, totalizando 15 anos. O recorte envolveu a cobertura dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*, como será detalhado no capítulo 2, ‘**Método**’, onde poderão ser conhecidas também as opções técnicas e metodológicas usadas para diminuir a subjetividade da análise.

Para a segunda etapa, que visa estabelecer reflexões sobre o presente e possíveis perspectivas futuras, foram entrevistados jornalistas ambientais, pesquisadores em comunicação ambiental e em sociologia ambiental, além de especialistas em saúde pública. Eles foram convidados a fazer uma análise sobre a cobertura jornalística de questões ambientais e sobre a relação entre cientistas e jornalistas no presente e no futuro.

O *embrião* teórico deste estudo foi a perspectiva construcionista do sociólogo ambiental John Hannigan (1995 e 2009). No Reino Unido, foi possível o acesso a muitos dos autores originais mencionados por Hannigan, permitindo um levantamento histórico de estudos na área de sociologia ambiental, sobre a construção social dos problemas ambientais e também sobre o papel da ciência e da mídia como atores fundamentais nessa construção.

Buscou-se, sempre que possível, estabelecer conexões entre as pesquisas desenvolvidas na Europa e na América do Norte com pesquisas semelhantes realizadas no Brasil. O resultado desse processo pode ser acompanhado no capítulo 3, ‘**Revisão Bibliográfica**’, que possui dois subitens com *status* de capítulos: ‘**A Perspectiva Construcionista da Questão Ambiental**’ e ‘**Mídia e Meio Ambiente**’.

O capítulo 4, intitulado ‘**Análise dos resultados da pesquisa discussão sobre a relação mídia, ciência e ambiente**’ reúne os resultados das análises e discussões nas duas etapas da pesquisa. As relacionadas ao diagnóstico dos 15 anos da cobertura jornalística sobre poluição do solo por resíduos no Brasil; e as reflexões de jornalistas e

cientistas do Brasil e do Reino Unido, reunidas em um texto sobre a cobertura jornalística das questões ambientais e sobre a relação entre os jornalistas e cientistas.

O capítulo 5, '**Conclusões e Recomendações**', busca oferecer uma contribuição acadêmica para as discussões e as pesquisas futuras sobre o tema proposto. O capítulo 6, '**Referências**', por fim, traz informações sobre os autores e conteúdos que embasaram e nortearam o desenvolvimento da tese.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Analisar a cobertura jornalística sobre a poluição do solo decorrente da disposição inadequada de resíduos no Brasil, desde 1992, ano da Rio-92, até 2007, a partir do conteúdo publicado nos relevantes jornais de circulação nacional *O Estado de São Paulo* e *Folha de S. Paulo*, e analisar a recepção de notícias ambientais, por parte de jornalistas e cientistas, com a finalidade de propor alternativas e caminhos para que a cobertura integre a visão sistêmica e transversal preconizada pelo jornalismo ambiental.

1.2.2. Objetivos específicos

- a) Fazer um diagnóstico do conteúdo publicado sobre o tema nos dois jornais, submetê-lo a uma categorização criada para o presente estudo, tendo como base o método quali-quantitativo da *análise de conteúdo*, proposto por Laurence Bardin (2004) e analisar os resultados a partir da triangulação com o método *análise de discurso*, por Patrick Charaudeau (2010).
- b) Considerando que cientistas escolhidos para serem entrevistados para a pesquisa no Brasil e no Reino Unido são, ao mesmo tempo, fontes de informações,

produtores de sentidos e receptores do conteúdo, verificar qual é a percepção deles com relação à cobertura jornalística sobre o meio ambiente na mídia e como eles vêem a relação entre cientistas e jornalistas frente a essa cobertura.

c) Considerando que jornalistas e pesquisadores em jornalismo ambiental escolhidos para serem entrevistados para a pesquisa no Brasil e no Reino Unido são, ao mesmo tempo, produtores e receptores de conteúdo, verificar como eles percebem a cobertura jornalística sobre as questões ambientais no passado e no presente e quais as proposições para o futuro envolvendo a prática jornalística frente à cobertura ambiental, bem como a relação entre jornalistas e cientistas.

1.3. Perguntas de pesquisa e hipóteses

Este estudo versará sobre a informação que está sendo veiculada pela mídia acerca da poluição do solo por resíduos no Brasil, e sobre a percepção – por parte de jornalistas ambientais e de cientistas das áreas de saúde pública, sociologia ambiental e comunicação ambiental do Brasil e do Reino Unido – sobre a cobertura ambiental na mídia e sobre a relação entre jornalistas e cientistas.

Estará a mídia contribuindo para a construção dos argumentos ambientais na arena pública do debate, cumprindo o seu papel social⁵? Será a reportagem a alternativa da cobertura ambiental? A visão sistêmica e transversal preconizada por jornalistas ambientais, por sociólogos e por estudiosos da comunicação ambiental estará presente na cobertura dos veículos analisados? Quais seriam as sugestões práticas para o jornalismo e os jornalistas na cobertura ambiental do presente e do futuro? Estão os jornalistas bem preparados para enfrentar a complexidade que envolve a cobertura ambiental na atualidade?

Especificamente sobre o diagnóstico, algumas perguntas que norteiam a pesquisa são as seguintes: o que motiva as notícias? Quem são as fontes ouvidas nos textos? Como técnicos, políticos, empresas, cientistas e população aparecem nos discursos

⁵ A função social da mídia na cobertura das questões ambientais, como é entendida nesta pesquisa, está disponível na página 81 deste estudo.

mediáticos? Quem assina os textos? O material produzido por repórteres especializados é diferente do produzido por repórteres generalistas? Essas são algumas das perguntas que deverão ser esclarecidas por esta pesquisa.

Parte-se da hipótese de que a cobertura jornalística ainda é feita de maneira superficial, desconexa e pautada em uma visão reducionista, portanto, na busca por vilões e mocinhos. Supõe-se também que a visão sistêmica e transversal está ausente da cobertura, de uma maneira geral, e que ela ainda é focada no sensacionalismo, abordando questões factuais descontextualizadas de um cenário mais amplo.

2. MÉTODO

“O método é o caminho depois de percorrido.” (GASTON BACHELARD)

2.1. Referenciais metodológicos

Como diz Gaston Bachelard (1985), o objeto científico se conquista, se constrói e se comprova. Com base nesse conceito, e na prerrogativa de que o investigador é parte integrante do processo de construção do objeto científico, o desenvolvimento deste estudo buscou minimizar as interferências subjetivas da pesquisadora por meio do exercício permanente de uma vigilância metodológica, como recomenda Maria Immacolata V. Lopes (2005).

Diante da proposta de se estabelecer, nesta pesquisa, um diálogo entre referenciais teóricos de três diferentes campos de conhecimento – o das ciências ambientais, o da sociologia e o da comunicação social – impôs-se a necessidade de uma definição de métodos e técnicas capazes de balizar o debate, para que ele se estabelecesse da forma o mais consistente possível, frente ao desafio de buscar oferecer uma contribuição acadêmica baseada em tempos de tantas incertezas e complexidades envolvendo a sociedade contemporânea (MORIN, 2000 e 2005) e a crise de paradigmas (KUHN, 2003). Como afirma Cremilda Medina (2007), “com toda essa crise contemporânea, epistemológica e paradigmática, ninguém mais está seguro em sua metodologia”.

Entendendo que métodos dogmáticos e concepções tecnicistas já não dão conta de atender à produção acadêmica necessária diante das *múltiplas realidades* dos tempos presentes, a metodologia – entendida como um sistema interno de opções que o sujeito-investigador realiza ao longo de toda a pesquisa (LOPES, 2005) – foi construída visando permitir que, pelo uso de multimeios (ADORNO, 1994), se assegurasse a maior validade possível de dados.

Partindo-se do pressuposto de que a mídia tem uma *função social*⁶ relevante na construção social dos problemas ambientais (HANNIGAN, 2009) e da hipótese de que a cobertura jornalística sobre a temática ambiental ainda reflete formações discursivas baseadas em abordagens *reducionistas e cartesianas*⁷, optou-se por desenvolver essa pesquisa em duas etapas.

A primeira consistiu na realização de um amplo diagnóstico sobre como a imprensa brasileira cobriu uma questão ambiental ao longo de 15 anos no Brasil, para confirmar ou não a hipótese mencionada acima.

A segunda baseou-se na realização de uma série de entrevistas com cientistas e jornalistas especializados na cobertura ambiental. Os tópicos abordados envolveram questões relativas ao passado, ao presente e a perspectivas futuras sobre a cobertura jornalística de temáticas ambientais e sobre a relação entre cientistas e jornalistas.

Na primeira etapa, o método utilizado para a elaboração do diagnóstico da cobertura de uma questão ambiental na imprensa brasileira foi o de *análise de conteúdo* (BARDIN, 2004). Com uma proposta quali-quantitativa, esse método de investigação é amplamente utilizado para estudo de comunicações desenvolvidos em diversas áreas de conhecimento, como psicologia, sociologia, psicanálise, história, ciência política, comunicação social e outros.

A complementaridade dos métodos qualitativos e quantitativos na compreensão da realidade social foi demonstrada por argumentações teóricas e práticas apresentadas em pesquisa realizada em conjunto pela antropóloga sanitária Maria Cecília Minayo e pelo bioestatístico Odécio Sanches (1993).

Optou-se por realizar uma triangulação de dados, seguindo a orientação de MINAYO & SANCHES (1993) sobre a pertinência dessa complementaridade das abordagens metodológicas na construção do desenho da pesquisa.

⁶ A função social da mídia na cobertura das questões ambientais, como é entendida nesta pesquisa, está disponível na página 81 deste estudo.

⁷ Por visão cartesiana, com o conseqüente reducionismo, entende-se uma forma do pensar científico, fundamentada por René Descartes, no século XVII, e que influencia a sociedade até hoje. O cartesianismo pressupõe que o investigador, para alcançar certezas e verdades, precisa dividir um problema no menor número possível de partes minúsculas e observar cada uma delas separadamente (HANNIGAN, 2009).

“A triangulação, como recomendação metodológica, em termos formais, prescreve que a utilização de multimeios garantiria uma maior validade aos dados” (ADORNO & CASTRO, 1994). O pano de fundo dessa técnica é o embate entre a dimensão empírica e a dimensão interpretativa de uma determinada realidade. Com o uso da triangulação, o objetivo é alcançar uma análise multidimensional, construída sob a ótica do contexto e da escolha interpretativa (ADORNO, 1994).

Neste estudo, a triangulação ocorreu principalmente em dois momentos da pesquisa: na definição dos critérios e das categorias de análise aos quais foram submetidos os textos jornalísticos que compõem o *corpus* do diagnóstico; e nas formas de analisar e interpretar os dados.

No primeiro momento, respeitando regras operacionais propostas por Bardin (2004), a definição de categorias e critérios de análise da cobertura foi influenciada por indagações pautadas pelos referenciais teóricos do construcionismo ambiental, na perspectiva do sociólogo ambiental John A. Hannigan (1995; 2009), e pelos estudos em comunicação ambiental realizados no Brasil (TRIGUEIRO, 2003 e 2005; GERAQUE, 2006) e na Europa (HANSEN, 1993; LESTER, 2010).

Já na triangulação com a forma de analisar prevista pelo método *análise de conteúdo* proposto por Bardin (2004), a interpretação dos resultados foi submetida, de forma livre, à luz da reflexão teórica crítica de Patrick Charaudeau sobre o discurso de informação midiática e contradições envolvendo práticas desenvolvidas nos ‘*lugares de construção de sentido*’ (CHARAUDEAU, 2010), mas também foi correlacionada com outras discussões teóricas da revisão bibliográfica.

Ressalte-se que, ao se optar pelo uso de multimeios, o objetivo não foi evitar que eventuais contradições, inquietações e incertezas, fossem elas intrínsecas ao processo interno de produção, fossem relacionadas ao próprio objeto científico, pudessem aparecer. Pelo contrário, pois se entende que o aprendizado obtido ao lidar com ‘limitações’ decorrentes do processo de investigação pode contribuir na construção coletiva de conhecimento científico sobre questões relativas à sociedade contemporânea, neste caso, com ênfase na análise da cobertura jornalística sobre as questões ambientais.

Uma dessas inquietações fez-se presente na segunda etapa da pesquisa, que visava, a partir da realização de entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 1987; MANZINI,

2004), estabelecer uma conexão entre diferentes olhares e pontos de vista de cientistas e jornalistas sobre a cobertura jornalística da temática ambiental na imprensa. Objetivava, também, a partir da diversidade de olhares sobre o passado e o presente, estimular proposições de práticas e ações para a construção de caminhos futuros tanto para o jornalismo ambiental quanto para a melhoria da relação entre cientistas e jornalistas.

A inquietação envolveu a própria denominação do grupo de entrevistas em função do papel de cada entrevistado na sociedade. Considerando-se o processo de construção de sentidos relacionado à máquina midiática no modelo de *análise de discurso* de Charaudeau (2010), no qual o ato de comunicação consiste em uma troca entre as instâncias de produção e de recepção, surgiu de imediato uma questão. Poderia essa etapa da pesquisa ser considerada um estudo de recepção, já que os entrevistados são eles próprios produtores de sentido (CRUZ, 1986), enquanto leitores habituais de jornais, e não apenas receptores passivos e decodificadores daquilo que o emissor depositou na mensagem?

Durante as entrevistas, ao serem estimulados a fazer uma análise da cobertura jornalística sobre meio ambiente no passado e no presente, entende-se que cientistas e jornalistas foram indiretamente incentivados a explicitar efeitos desse processo de produção de significações (MARTÍN-BARBERO, 1998) por meio de opiniões e argumentos construídos a partir dos respectivos pontos de vista.

Por isso, optou-se por considerar, na segunda etapa da pesquisa, o processo de produção de sentidos em seu conjunto amplo de lugares (CHARAUDEAU, 2010: 23), sem buscar distinguir, por exemplo, um momento no qual determinado entrevistado estava atuando no *‘lugar das condições de produção’* de outro, no qual ele agia no chamado *‘lugar das condições de interpretação (recepção)’*.

As justificativas para a opção envolvem duas considerações principais: 1) a produção e a recepção afetam-se mutuamente; 2) o foco da pesquisa, nas duas etapas, foi o de buscar compreender e discutir questões relativas a confrontos de interesses presentes nos discursos ambientais *‘traduzidos’* pela mídia, e, a partir daí, procurar propor elementos para um debate relacionado a possíveis mudanças nos discursos dominantes e nos processos de produção do conteúdo jornalístico sobre a temática ambiental.

2.1.1. *Análise de conteúdo*

Para a realização do diagnóstico quali-quantitativo sobre a cobertura dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*, no período de 1º de janeiro de 1992 a 31 de dezembro de 2007, sob o recorte da questão da poluição do solo por disposição inadequada de resíduos no Brasil, foram seguidas orientações teóricas do método *análise de conteúdo* de acordo com técnicas propostas por Laurence Bardin (2004).

Para Bardin (2004), o campo, o funcionamento e os objetivos da *análise de conteúdo* podem resumir-se como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Historicamente, o método foi criado por Harold Laswell, que o desenvolveu para analisar, desde 1915, o comportamento da imprensa e da propaganda durante a Primeira Guerra Mundial. Bardin conta que a finalidade que impulsionou o surgimento da *análise de conteúdo* foi a de descobrir orientações políticas e estratégicas dos países estrangeiros, tomando por base o material jornalístico.

Em quase um século de aplicação dessa metodologia, o método sofreu as mais variadas mudanças e adaptações. Porém, existe um consenso relativo ao método entre os pesquisadores que o utilizaram ao longo do tempo, desde os primórdios do século passado, qual seja, de que a *análise de conteúdo* tem três características metodológicas bem determinadas: *objetividade* (refere-se à explicitação das regras e dos procedimentos utilizados em cada etapa para evitar ao máximo a subjetividade do autor); *sistematização* (refere-se à escolha de categorias bem definidas e à análise total do material disponível, sem deixar de lado aspectos que não apoiam a hipótese); e *inferência* (refere-se à extração de estruturas traduzíveis em modelos, uma hermenêutica controlada, baseada na dedução). A autora (BARDIN, 2004: 7) complementa.

[...] Enquanto esforço de interpretação, a *análise de conteúdo* oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por essa atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial do inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem.

Dentre as possibilidades técnicas ofertadas pelo método, optou-se, para a aplicação neste estudo, da chamada '*análise categorial*'. O objetivo foi o de diagnosticar como a imprensa cobriu a temática da poluição do solo por disposição inadequada de resíduos a partir da análise quali-quantitativa de 557 textos publicados sobre o tema no período de 15 anos nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*.

A *análise categorial* considera a totalidade de um texto “passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido”, segundo Bardin. Ainda de acordo com a pesquisadora, “é o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem”. Para facilitar a compreensão, Bardin (2004: 32) utiliza o exemplo de caixas de sapatos.

Imagine-se [...] certo número de caixas, tipo caixas de sapatos, dentro das quais estão distribuídos objetos, como por exemplo aqueles, aparentemente heteróclitos, que seriam obtidos se se pedisse aos passageiros de uma carruagem [vagão] no metro que esvaziassem as malas de mão. A técnica consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios suscetíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir uma certa ordem na confusão inicial. É evidente que tudo depende, no momento da escolha dos *critérios* de classificação, daquilo que se procura ou que se espera encontrar.

O rigor da descoberta é premissa fundamental do método *análise de conteúdo*, e essa atitude da chamada *vigilância crítica* “exige o rodeio metodológico e o emprego de '*técnicas de ruptura*' e afigura-se tanto mais útil para o especialista das ciências humanas, quanto mais ele tenha sempre uma impressão de familiaridade face seu objeto de análise” (BARDIN, 2004: 24).

No exemplo das caixas, o interesse não está na descrição dos objetos que estavam nas malas de mão e foram depositados nas caixas pelos passageiros do vagão, “mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente '*a outras coisas*'”. Conforme a autora, “estes saberes deduzidos dos conteúdos podem ser de natureza psicológica, sociológica, histórica, econômica...” (2004:

33), mas sempre buscando se estabelecer, a partir da análise, uma correspondência entre o dito e o não dito, entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (BARDIN, 2004: 36).

O método atendeu perfeitamente às etapas de escolha dos documentos, à aplicação das técnicas de ruptura, ao tratamento dos textos, contribuindo para assegurar, por meio da *vigilância crítica*, o rigor científico almejado para os processos de classificação e agregação dos dados nas categorias previamente criadas.

No entanto, o mesmo rigor que contribuiu para a ruptura necessária entre a pesquisadora e o objeto de investigação, orientando que o foco estivesse mais na classificação dos diferentes elementos dispostos nas ‘*diversas gavetas*’, e menos na descrição dos objetos, em dado momento tornou-se uma limitação operacional. O método tornou-se, assim, insuficiente para a busca por um aprofundamento da análise dos resultados obtidos.

Nesse sentido, optou-se pela triangulação, durante o processo de análise e discussão dos dados e resultados obtidos, com a visão crítica proposta por Patrick Charaudeau para a *análise de discurso* das mídias (CHARAUDEAU, 2010).

2.1.2. *Análise de discurso*

“As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público”. Essa frase, publicada na página 19 do livro *Discurso das Mídias* (CHARAUDEAU, 2010), é apenas um pequeno fragmento da reflexão que o pensador francês utiliza para propor a leitura crítica, por meio da *análise de discurso*. Essa leitura considera diferentes fatores, atores, relações, representações e processos envolvidos nos espaços definidos por ele como os *três lugares de construção de sentido* da máquina midiática, como abordado no início deste capítulo: o das condições de produção; o lugar das condições do produto; e o das condições de interpretação.

Por essa profundidade teórica sugerida por Patrick Charaudeau para a *análise de discurso* da mídia, por meio de um ponto de vista interdisciplinar, foi que se escolheu tal perspectiva para a complementação e a triangulação com o método de *análise de conteúdo*. Isso decorre principalmente na fase de análise dos resultados obtidos a partir de um

criteroso, cauteloso e exaustivo processo de categorização dos textos jornalísticos que compõe o *corpus* da etapa de diagnóstico.

Os resultados dessa triangulação estão detalhados, prioritariamente, no capítulo 4 ‘**Análise dos resultados da pesquisa e discussão sobre a relação mídia, ciência e ambiente**’, a partir da página 111.

Existe uma afinidade técnica entre Bardin (2004) e Charaudeau (2010), no sentido de rigor e de objetivos dos respectivos métodos, porém, há uma complementaridade teórica entre ambos. Observa-se que a crítica social proposta por Charaudeau contribui para enriquecer a perspectiva metodológica de análise do conteúdo, como pode se inferir a partir da leitura do trecho abaixo (CHARAUDEAU, 2010: 29).

[...] O discurso de análise que propomos tem as seguintes propriedades: construção racional de seu objeto segundo critérios precisos (construção do corpus), o que permite conferir os resultados das análises; determinação de um instrumento de análise que sirva de base às interpretações produzidas ulteriormente; processo de interpretação que implique uma crítica social, não como ideologia (se a crítica fosse direcionada, perverteria o objeto científico), mas como processo que faz descobrir o não dito, o oculto, as significações possíveis que se encontram por trás do jogo de aparências.

Nessa complementaridade, o maior diferencial de Charaudeau na comparação com Bardin, possibilitando que se descesse a um segundo patamar de interpretação do conteúdo analisado nesta pesquisa, está relacionado à proposta do primeiro para a atuação do pesquisador, que é chamado por Charaudeau (2010: 29) de analista, e cujo papel é

[...] o de observar à distância, para tentar compreender e explicar como funciona a máquina de fabricar sentido social, engajando-se em interpretações cuja relatividade deverá aceitar e evidenciar. Apresentar como verdade absoluta uma explicação relativa e acreditar nela seria arrogância. Fazê-lo sem acreditar seria cinismo. Entretanto, entre arrogância e cinismo, há lugar para uma atitude que, sem ignorar as convicções fortes, procure compreender os fenômenos, tente descrevê-los e proponha interpretações para colocá-los em foco no debate social.

Aceitando a provocação da proposição acima, a opção adotada neste estudo foi por uma abordagem mais ‘ousada’ na análise dos resultados, possível a partir de um aprofundamento, descendo a um segundo nível de observação por meio do qual foi possível exemplificar, discutir discursos, aprofundar olhares e propor caminhos.

Em outras palavras, foi possível desvelar possíveis caminhos a serem evitados ou almeçados no futuro por atores envolvidos na construção de sentidos. Isso ocorreu por meio de três técnicas adotadas no decorrer da análise: 1) a utilização de exemplos a partir dos textos; 2) a identificação e discussão sobre discursos ocultos nas entrelinhas; e 3) o ajuste de foco para aprofundar olhares, visando identificar aspectos positivos e negativos que pudessem contribuir para o avanço do debate social sobre o papel da mídia na cobertura jornalística das questões ambientais.

A visão crítica proposta por Charaudeau (2010) contribuiu, ainda, para a construção de pontes teóricas de reflexão entre três momentos deste estudo. Em primeiro lugar, o debate e as interconexões estabelecidas entre os três campos de conhecimento – sociologia, comunicação e ciências ambientais – durante a revisão bibliográfica. Em segundo, os resultados do diagnóstico dos 15 anos de cobertura jornalística sobre poluição do solo por resíduos. Por fim, o processo de construção de uma teia de sentidos, a partir do conteúdo das entrevistas com cientistas e jornalistas, visando proposições de elementos para o debate sobre o futuro da cobertura ambiental e da relação entre cientistas e jornalistas frente aos desafios impostos pela sociedade de risco (BECK, 1992).

Outra opção técnica adotada na pesquisa – e respaldada pela metodologia proposta por Charaudeau – envolveu a análise, para efeitos comparativos, de um evento recente relativo à identificação de uma área contaminada por resíduos na zona norte da capital.

O Caso Center Norte⁸, como ficou conhecido, ocorreu em 2011, teve ampla visibilidade na mídia e repercussão na arena pública de debates. No entanto, o ano em que ocorreu estava fora do escopo definido para o diagnóstico desta pesquisa.

A realização desse novo recorte teve dois objetivos. O primeiro, verificar se questões identificadas no diagnóstico realizado entre 1992 e 2007 continuavam presentes em 2011. Para isso, foram coletados textos publicados sobre o caso nos mesmos dois jornais que compõem o universo pesquisado – *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

⁸ O caso tornou-se público em 16 de setembro de 2011, quando a Cetesb divulgou para a imprensa que o terreno ocupado pelo Shopping Center Norte havia sido incluído na lista de áreas contaminadas críticas do Estado de São Paulo. De acordo com a agência ambiental, havia concentração de gás metano no subsolo e risco potencial de explosão. O shopping foi construído em um terreno anteriormente usado como depósito de lixo. O shopping chegou a ser fechado pela prefeitura municipal, mas reabriu após a instalação de drenos para o gás, por parte da administração do centro de compras.

O segundo objetivo foi o de contextualizar brevemente uma realidade relativamente nova, que envolve a participação do leitor-produtor de sentidos por meio das mídias digitais. Essa questão, que não foi contemplada no diagnóstico, é apontada por entrevistados desta pesquisa como um desafio – e ao mesmo tempo uma oportunidade – para o futuro do jornalismo em geral, e da cobertura ambiental em particular. Para atender a esta proposta foram selecionados conteúdos publicados nos portais de notícias *online* dos respectivos grupos – a *Folha Online* e o *Estadao.com*.

2.1.3. Entrevistas semiestruturadas

Os roteiros das entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 1987; MANZINI, 2004) realizadas com jornalistas e cientistas no Brasil foram elaborados com base em elementos fornecidos pelos resultados do diagnóstico histórico e também por elementos resultantes das entrevistas realizadas no Reino Unido.

Já os roteiros para as entrevistas semiestruturadas realizadas no Reino Unido foram elaborados a partir de questionamentos decorrentes do processo de revisão bibliográfica e dos possíveis cruzamentos teóricos identificados em pontos de interconexões entre os campos da comunicação, da sociologia e das ciências ambientais.

De acordo com Triviños (1987), a entrevista semiestruturada tem como principal característica a elaboração de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses relacionadas ao tema da pesquisa. O foco principal, de acordo com o autor, é colocado pelo investigador-entrevistador, cuja presença consciente e atuante é mantida no processo de coleta de informações.

Manzini (2004) realça que a entrevista semiestruturada para a coleta de dados está focada em um assunto sobre o qual é elaborado um roteiro com perguntas principais. No entanto, segundo o autor, elas podem ser “complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”. As respostas, por sua vez, “não estão condicionadas a uma padronização de alternativas”.

Quanto à natureza das perguntas, de acordo com o tipo de vertente teórica, foram utilizadas tanto as de origem fenomenológicas quanto as de natureza histórico-estrutural (dialética). Nas primeiras, o principal objetivo “seria o de atingir o máximo de clareza nas descrições dos fenômenos sociais”, como o jornalismo ambiental, contribuindo para a “descoberta dos significados dos comportamentos das pessoas de determinados meios culturais”. Já na linha histórico-cultural, as perguntas “poderiam ser designadas como explicativas ou causais”, sobre o comportamento nas redações, por exemplo. “O objetivo desse tipo de pergunta seria determinar razões imediatas ou mediatas do fenômeno social” (MANZINI, 2004; TRIVIÑOS, 1987).

Nome	Função	Instituição/Cidade/País	Campo de pesquisa	Data da entrevista
Anders Hansen	Professor, pesquisador e escritor	Departamento de Mídia e Comunicação da Universidade de Leicester (UK)	Comunicação ambiental	21/07/2011
André Trigueiro	Jornalista, escritor, apresentador do Jornal das 10 e do programa Cidades & Soluções, comentarista de rádio e professor da PUC/RJ	GloboNews, Rádio CBN e PUC/Rio (Rio de Janeiro/ Brasil)	Comunicação e jornalismo ambiental	17/11/2011
Carlos Machado de Freitas	Historiador e pesquisador titular da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz	Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. (Rio de Janeiro/Brasil)	Saúde coletiva, com ênfase em problemas ambientais e de saúde	14/12/2011
Jonathan Webb	Atendimento de mídia (<i>press officer</i>)	Science Media Centre (Londres, UK)	Mediação entre jornalistas e cientistas	08/08/2011
Paulo Hilário Nascimento Saldiva	Médico, professor titular da disciplina de Patologia Pulmonar e coordenador do Laboratório de Poluição Atmosférica da USP	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (São Paulo/Brasil)	Patologia, doenças respiratórias e saúde ambiental	Parte 1 em 12/12/2011; Parte 2 em 13/12/2011

Continua...

...Continuação				
Nome	Função	Instituição/Cidade/País	Campo de pesquisa	Data da entrevista
Roberto Villar Belmonte	Jornalista, escritor, repórter <i>freelancer</i> e especialista em Linguística pela UFRGS	Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ/RS) e Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (Porto Alegre/Brasil)	Comunicação, jornalismo ambiental e linguística	18/11/2011
Steven Yearley	Professor de Sociologia do Conhecimento Científico e diretor do Fórum ESRC <i>Genomics</i>	Universidade de Edimburgo (Escócia, UK)	Sociologia da ciência e sociologia ambiental	11/07/2011

Quadro 2.1 – Breve apresentação dos entrevistados deste estudo.

Fonte: Elaborado pela autora.

De todas as entrevistas, apenas as duas – com os professores Paulo Saldiva e Carlos Machado de Freitas – foram realizadas via *Skype*. As demais foram realizadas de forma presencial.

Também são consideradas neste estudo as discussões e as impressões colhidas em palestras e entrevistas realizadas no 4º Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, evento no qual a pesquisadora esteve presente, ocorrido nas dependências da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre 17 e 19 de novembro de 2011.

2.2. Procedimentos da etapa de diagnóstico

Os recortes para a delimitação do *corpus* da pesquisa envolveram escolhas ligadas à temática ambiental específica (poluição do solo por resíduos no Brasil); ao período (delimitado por um marco referencial histórico inicial – ano de realização da Rio-92 – até 2007); ao formato (textos impressos em dois jornais de abrangência nacional); aos veículos (*Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*); e aos descritores usados para a coleta (“resíduos”, “área contaminada”, “áreas contaminadas”, “poluição”, “lixo” e “lixões”).

2.2.1. Da escolha do universo da pesquisa

A escolha por analisar a mídia impressa considerou, além da disponibilidade do conteúdo nos arquivos e nos bancos de dados dos dois jornais, a premissa de que as mídias impressas ainda exercem um efeito multiplicador, uma vez que os conteúdos produzidos por jornais e revistas são usados como pautas por outros veículos de comunicação de massa, como emissoras de televisão e rádios, e por outros canais de comunicação, como redes sociais, blogs e sites na *Internet*. Também os pontos de vista de colunistas e editorialistas, bem como de determinadas reportagens, acabam por ganhar maior repercussão, de forma direta ou indireta, por outras mídias.

Ambos os jornais escolhidos – *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* – possuem abrangência nacional e estão entre os cinco jornais com maior circulação no Brasil, de acordo com dados atribuídos ao IVC - Instituto Verificador de Circulação (PORTAL IMPRENSA, 2011). Os leitores do jornal ocupam, principalmente, as classes A e B.

A *Folha de S.Paulo* foi considerada a publicação com maior circulação no Brasil em 2010, com uma média diária de 305.522 exemplares (PORTAL IMPRENSA, 2011). Fundado em 1921, o jornal tornou-se o mais vendido do País nos anos 1980. A Visão do Grupo Folha é a de “*consolidar-se como o mais influente grupo de mídia do país*”, e a Missão do conglomerado de comunicações do qual o jornal *Folha de S.Paulo* faz parte é a seguinte (GRUPO FOLHA, 2012a):

Produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade, baseadas nos princípios editoriais do Grupo Folha (independência, espírito crítico, pluralismo e apartidarismo), por meio de um moderno e rentável conglomerado de empresas de comunicação, que contribua para o aprimoramento da democracia e para a conscientização da cidadania.

O jornal *O Estado de S.Paulo* circulou pela primeira vez em 4 de janeiro de 1875, ainda na época do Império, e era chamado *Província de S.Paulo*, vindo a mudar de nome em janeiro de 1890, segundo informações institucionais publicadas no Portal do Grupo Estado na *Internet* (GRUPO ESTADO, 2011). Atualmente, representa o quarto jornal em termos de circulação no Brasil, com média diária de 252.999 exemplares (PORTAL IMPRENSA, 2011).

2.2.2. Da definição da amostragem (1992 - 2007)

Dos 557 textos analisados, 406 (73%) foram publicados na *Folha de S.Paulo*, e outros 151 (27%) em *O Estado de S.Paulo*. Eles foram coletados a partir da busca por descritores.

A diferença entre os dois jornais deve-se, basicamente, à dificuldade encontrada junto ao Acervo do jornal *O Estado de S.Paulo*, que não permitiu o acesso direto aos arquivos do Banco de Dados do Grupo Estado, fazendo a intermediação da pesquisa por meio de profissionais do arquivo.

Após ser orientada a ‘encomendar’ a pesquisa para o Acervo do Grupo Estado, e a manter contato com a pessoa responsável por promover a coleta, a pesquisadora recebeu uma listagem com 154 títulos de textos e datas, pagando pelo serviço e sendo orientada a procurar o Arquivo Público do Estado de São Paulo para localizar manualmente o material previamente identificado e obter as respectivas fotocópias.

Uma estudante de graduação da Faculdade de Letras da USP, que contribuiu com o processo de coleta de textos, foi ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, munida da listagem acima mencionada, e localizou 115 dos 154 textos identificados pelo Grupo Estado na lista.

Ressalte-se que outros 81 textos do *Estadão* relacionados ao tema poluição do solo por resíduos, e que não constavam na listagem apresentada pelo Acervo do Grupo Estado, foram coletados no Banco de Dados do Grupo Folha. Isso foi possível porque o Banco de Dados da *Folha* possui pastas temáticas, nas quais foram armazenados conteúdos jornalísticos relacionados a temas específicos, inclusive os publicados em outros jornais impressos, dentre os quais *O Estado de S.Paulo*.

Somados, os textos de *O Estado de S.Paulo* localizados no Acervo Público e os identificados no Banco de Dados do Grupo Folha totalizam 196. Após o descarte de 45 deles, por questões de repetições ou por critérios estipulados para estabelecer o recorte

da pesquisa, restaram os 151 textos do jornal *O Estado de S.Paulo* efetivamente analisados nesta pesquisa.

O Grupo Folha, por sua vez, contribuiu significativamente para a realização da pesquisa, tanto presencialmente, permitindo a realização de visitas, acesso amplo ao Banco de Dados do Grupo Folha e orientações para a busca por meio de descritores, quanto por meio eletrônico, uma vez que praticamente todos os exemplares do jornal *Folha de S.Paulo* (e também dos jornais *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*), que haviam sido publicados desde 1921, foram *escaneados* e estão disponíveis, desde meados de 2011, em formato eletrônico, com acesso permitido por meio do site <http://acervo.folha.com.br/> por um período de degustação.

Tal acesso permitiu, inclusive, que a análise fosse enriquecida, com o acesso a sub-retrancas⁹, *sides*¹⁰ e *boxes*¹¹ correlacionados aos textos principais identificados na busca por descritores. Além disso, em alguns temas, a pesquisadora recorreu ainda à chamada Busca Ativa.

A coleta de dados com base nos descritores mencionados acima resultou na localização, em um primeiro momento, de 1.204 textos da *Folha de S.Paulo*. Porém, houve a realização de um segundo momento de coleta de textos da *Folha*, para adequação aos critérios pré-estabelecidos para a análise.

Os critérios para exclusão de textos em um segundo momento de recortes, realizado antes do início do processo de categorização e adotados tanto na *Folha de S.Paulo* quanto em *O Estado de S.Paulo*, foram os seguintes:

- 1) Textos referentes à reciclagem de lixo, exceto se houver menção direta a temas relacionados a resíduos eletroeletrônicos e/ou à contaminação/poluição do solo;

⁹ [Expressão comum no jargão jornalístico]. **Definição:** Texto editado abaixo do principal, para o qual traz informações complementares, análise ou contextualização (FOLHA DE S.PAULO, 2000).

¹⁰ [Expressão comum no jargão jornalístico]. **Definição:** Em inglês, lado. Designa texto secundário, que pode desenvolver aspectos específicos do tema abordado no texto principal de uma página. Pode rememorar fatos, acrescentar dados, analisar, interpretar, comentar ou até polemizar com o texto principal (*Idem* acima).

¹¹ [Expressão comum no jargão jornalístico]. **Definição:** Texto curto que aparece cercado por fios, em associação com outro texto, mais longo. Pode ser texto de serviço, biografia, reprodução integral de um documento, diálogo, pequena entrevista pingue-pongue, comentário, aspecto pitoresco da notícia etc. (*Idem* acima).

- 2) Textos sobre poluição das águas e esgotamento sanitário, exceto quando explicitam contaminação/poluição do solo;
- 3) Textos internacionais, traduzidos ou escritos por correspondentes ou enviados especiais, exceto os que mencionam estudos internacionais e um relacionado a questões do petróleo no Equador [onde a Petrobrás opera];
- 4) Textos envolvendo imbrólios judiciais referentes a licitações sobre resíduos; contratos de serviços de limpeza urbana; greves de garis (exceto quando envolve resíduos hospitalares); taxas municipais de lixo; limites de capacidade de aterros sanitários (exceto quando envolve resíduos industriais); e questões administrativas relacionadas à coleta de resíduos sólidos, exceto quando questões de risco ou constatação de contaminação/poluição do solo são mencionadas explicitamente;
- 5) Conteúdo com viés econômico sobre a reciclagem e sobre a geração de energia a partir do lixo.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

“Os poucos pássaros que se viam estavam moribundos; tremiam violentamente e não conseguiam voar. Era uma primavera sem vozes. Nas manhãs que outrora palpitavam com o coro de pintarroxos, tordos, pombas, gaios, carriças e diversas vozes de outros pássaros, agora não havia nenhum som. Apenas o silêncio pairava sobre os campos, bosques e pântanos.” (RACHEL CARSON)¹²

O campo de estudos da Comunicação esteve, desde as suas origens, inserido na grande área de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas (LOPES, 2005). Embora, nos últimos anos, essa área da Comunicação esteja passando por um processo de legitimidade e de *autonomização científica*, devido às especificidades intrínsecas do seu objeto de estudos – os fenômenos comunicacionais da sociedade atual (p. 14) – esta pesquisa visa, ao contrário, estreitar o diálogo entre três campos de pesquisa científica: os estudos da mídia – enquanto um objeto de análise do campo da Comunicação –, o campo sociológico, por meio da sociologia ambiental, e o campo das ciências ambientais.

Diante dos desafios presentes no próprio ato de produção científica contemporânea ocidental (KUHN, 2003), a construção desse diálogo entre diferentes campos científicos traz em si o exercício da nova transdisciplinaridade, apresentada por Edgar Morin (2005) como uma quebra do paradigma da separação/redução da ciência clássica, que vigorou desde meados do século XVII e trouxe como consequências a segmentação de saberes, o *enclausuramento disciplinar* e a *superespecialização*, sendo considerado *insuficiente e mutilante* para se pensar a complexidade do mundo atual, como destaca Morin (2005, p.138).

A superespecialização disciplinar traz perda de reflexão [...]. Pela nova transdisciplinaridade, será possível a distinção, a separação, a oposição, mas também será possível que todos esses caminhos possam comunicar sem que haja a necessidade de redução.

¹² Trecho do capítulo ‘*Uma Fábula para o Amanhã*’, escrito por Rachel Carson em seu livro Primavera Silenciosa (*Silent Spring*, em inglês), publicado pela primeira vez em 1962, nos Estados Unidos, e traduzido para o português em 2010 (CARSON, 2010).

A capacidade de reflexão defendida por Morin é fundamental diante dos desafios da chamada *sociedade de risco*, um termo cunhado por Ulrich Beck, em 1986, cujas provocações até a atualidade ensejam debates científicos em torno da necessidade de mudança de paradigmas vigentes na sociedade industrial por outros que dêem conta de atender à complexidade contemporânea.

Em uma corrente de pensamento que ficou conhecida como modernização reflexiva, conduzida por Beck (BECK, 1992 e 2009), Anthony Giddens (1994; 2010) e Scott Lash (LASH e WYNNE, 1992; LASH, 1994), entre outros (HANNIGAN, 2009), Beck ressalta duas perspectivas principais. A primeira é referente às interconexões entre a produção de riquezas e a produção de riscos. De acordo com Beck, enquanto na clássica sociedade industrial a lógica de produção de riquezas dominava a lógica da produção de riscos, na sociedade de riscos essa relação é invertida (BECK, 1992: 12). A segunda, relacionada às inerentes contradições entre modernidade e contramodernidade dentro da sociedade industrial, que voltam ao centro da discussão (p.13).

Quanto à primeira, Beck aponta que, enquanto os riscos, ao longo do século XIX e até meados do século XX, mantiveram-se restritos a determinadas fábricas, afetando localidades e/ou grupos de pessoas de forma isolada, com o fenômeno da globalização, a partir de seu aspecto econômico da produção que transpõe fronteiras entre países, os riscos também se tornam globais, com um novo tipo de dinamismo social e político (BECK, 1992: 13).

À época, Beck ressaltou que os ganhos do progresso (no sentido tecnológico e econômico) estavam sendo crescentemente ofuscados pela produção de riscos. Essa questão que em um primeiro momento foi legitimada como um efeito colateral para a sociedade industrial tornou-se alvo de crescentes críticas públicas e de investigação científica à medida que ganhou visibilidade internacional, vindo a alcançar importância central nos debates sociais e políticos.

A lógica da produção e distribuição de riscos, sendo desenvolvida na comparação à lógica da distribuição de riquezas, trouxe para o centro do debate os riscos e as consequências da modernização, que tem revelado como irreversível as ameaças para a vida de plantas, animais e seres humanos (BECK, 1992: 12-13).

Ao refletir sob a segunda perspectiva, Beck aponta a crise envolvendo contradições de uma sociedade cujos valores foram construídos sob pilares do industrialismo, ou seja, contradições que envolvem a criação, por um lado, dos princípios universais de modernidade – como direitos humanos, igualdade, métodos de argumentação e ceticismo – e, por outro, a estrutura institucional que sustenta esses princípios, e que permite que eles sejam realizados somente em bases parciais, setoriais ou seletivas. A consequência é que a sociedade industrial desestabiliza a si mesma por meio de sua extrema organização (BECK, 1992: 13).

Esse sistema de coordenadas da modernidade industrial, ao qual vida e pensamentos estão ligados – por meio dos eixos de gênero, família e ocupação, da crença na ciência e no progresso –, começa a ruir e a desintegrar na reflexão da modernização. Para Beck, isso representa uma oportunidade na sociedade de risco, uma vez que aqueles princípios universais da modernidade podem ser resgatados de suas separações e das limitações inerentes à sociedade industrial (BECK, 1992: 13-15).

Em um novo livro, escrito após os atentados de 11 de setembro, e traduzido para o inglês em 2009, o pesquisador alemão Ulrich Beck faz uma releitura do seu livro clássico “*Risk Society – Towards a New Modernity*” à luz dos riscos relacionados ao terrorismo internacional. Entre seus apontamentos, o autor ressalta que nos tornamos membros de uma comunidade global de ameaças (*global community of threats*) que está fazendo emergir uma nova dinâmica conflituosa de desigualdades. Ela estaria ligada ao medo relacionado aos riscos de um atentado terrorista, e ao fato de a questão da segurança estar deslocando, do topo da lista de escala de valores, as questões de liberdade e da justiça/igualdade.

Beck enfatiza, também, a diferenciação entre risco e catástrofe: “*risk means the anticipation of the catastrophe*”. Segundo o autor, riscos envolvem a possibilidade de ocorrências futuras e tornam presente um estado do mundo que não existe (ainda) (2009: 9). De acordo com ele, a distinção entre risco e a percepção cultural de riscos está se tornando confusa, destacando que não importa se vivemos em um mundo que é objetivamente mais seguro do que nunca; a antecipação de desastres e catástrofes obriga todos a adotar ações preventivas (2009: 11).

O autor ressalta, ainda, que uma nova dimensão de risco está surgindo, alterando configurações institucionais. Segundo Beck, um novo cenário político emerge, no qual avaliações culturais sobre a questão do risco assumem papel central no debate, e argumentos contra e a favor de reais ou possíveis consequências de decisões técnicas e econômicas estão sendo publicamente conduzidas. Nesse processo, o autor destaca que também as funções da ciência e da tecnologia estão em processo de mudança e que, paradoxalmente, quanto mais a ciência e a tecnologia transformam a vida em escala global, menos essa autoridade de especialistas e peritos é aceita sem resistência, como mostra o trecho a seguir (BECK, 2009: 6-7).

[...] Over the past two centuries, the judgment of scientists has replaced tradition in Western societies. Paradoxically, however, the more science and technology permeate and transform life on a global scale, the less this expert authority is taken as a given.

Beck observa ainda que nos discursos sobre riscos, cujas questões de (auto-) limitação normativa também aparecem, a mídia, os parlamentares, os movimentos sociais, os governos, os filósofos, os advogados, os escritores, entre outros, estão ganhando o direito de influenciar nas tomadas de decisões (*they 'are winning the right to a say in decisions'*). Os conflitos estão encabeçando novas formas de institucionalização e têm contribuído para o surgimento de um novo campo da legislação de riscos, a qual regula respostas aos riscos, acima de todos aqueles de origem científico-tecnológica, e opera principalmente no nível de administração, embora também esteja crescendo o nível de pesquisa (BECK, 2009: 6-7).

Por outro lado, ao olhar para a questão da ciência, o autor afirma que o progresso científico, agora, consiste em subverter a regra dos peritos e especialistas (*experts*). Beck ressalta que mais ciência não necessariamente significa menos risco, mas significa fazer a percepção de risco ser mais acurada, e os riscos, visíveis coletivamente pela primeira vez (BECK, 2009: 8).

Os fenômenos expostos acima denotam a complexidade da sociedade contemporânea. A ciência encontra-se, então, frente ao desafio de atuação integradora de saberes, para a busca por soluções coletivas de problemas globais, regionais e locais.

Apesar de tecer críticas à abordagem da modernização reflexiva, por considerá-la pessimista demais, os sociólogos holandeses Gert Spaargaren e Arthur Mol, que desenvolveram a teoria ambiental da *modernização ecológica*, nos anos 1990, reconheceram as contribuições de Beck, Giddens, Lash e Wynne para a sociologia (SPAARGAREN e MOL apud HANNIGAN, 1995: 236).

[...] A escola da modernização reflexiva (Beck, Giddens e Wynne) é considerada pelo 'seu reconhecimento de que os riscos globais contemporâneos perderam os seus limites no tempo e no espaço, a sua ênfase nas mudanças das relações dos atores leigos e dos sistemas de peritos, e sua percepção de que os cientistas na era da última modernidade já não conseguem assegurar quaisquer certezas relativamente aos riscos ambientais e deverão antes partilhar as suas dúvidas com o público'.

3.1. A Perspectiva Construcionista da Questão Ambiental

Diante da realidade apresentada anteriormente, e dos desafios da sociedade de risco de Beck, a base do presente estudo será a perspectiva social construcionista, sob a ótica defendida pelo sociólogo John A. Hannigan nos livros *Sociologia Ambiental – A formação de uma perspectiva social* (1995) e *Sociologia Ambiental* (2009).

A construção dos problemas ambientais, aqui abordada, está relacionada à percepção de tais problemas por parte da sociedade, em uma visão da natureza sob a perspectiva cultural e social.

Um exemplo que ilustra uma questão ambiental sob a ótica construcionista foi apresentado por Hannigan (1995) ao apontar a visão dos vizinhos do entorno de uma fábrica de automóveis de Detroit, nos anos 1950. As pessoas aceitavam a poluição como um fato desagradável da vida, contra o qual elas pouco podiam fazer.

Em Windsor, a preocupação maior era com a possibilidade do declínio da indústria automobilística, que rapidamente crescia, devido ao risco de novas demissões, como havia ocorrido em anos anteriores. A preocupação do público sobre o meio ambiente, portanto, não se dava de maneira automática, mesmo em situações visivelmente más, como expõe Hannigan (1995: 10).

[...] No período de 1958-9, os residentes de Windsor não definiriam a existência de poluentes tóxicos e potencialmente danosos no ar e na água como particularmente problemáticos ou passíveis de ações em tribunais, apesar de tais níveis de poluição ser encarados hoje como inaceitáveis.

Outros exemplos demonstraram que a conscientização sobre os problemas ambientais começou a aumentar com o passar dos anos. Entretanto, essa preocupação ambiental não era constante, segundo Hannigan (1995: 11), mas flutuava ao longo do tempo, aumentando e diminuindo em proeminência.

[...] Além disso, os problemas ambientais não se materializam por eles próprios; em vez disso, eles devem ser ‘construídos’ pelos indivíduos ou organizações que definem a poluição, ou outro estado objetivo, como preocupante, e que procura fazer algo para resolver o problema.

Por meio da perspectiva construcionista, Hannigan (1995 e 2009) analisa a ascensão e a queda dos problemas ambientais ao longo do século XX, sob a ótica da sociedade, a partir da análise de problemas ambientais contemporâneos, como o das chuvas ácidas, a perda da biodiversidade e a biotecnologia.

Para o autor, a ciência e os meios de comunicação social são instituições detentoras de papéis sociais relevantes no processo de formulação dos riscos ambientais. Essa premissa representa o ‘*embrião*’ teórico deste estudo. A pesquisa está dividida em duas etapas, para efeitos didáticos.

Na primeira, será realizado um diagnóstico sobre como os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* – escolhidos por sua relevância e abrangência nacional na imprensa brasileira – cobriram a temática ambiental da poluição do solo por resíduos ao longo de 15 anos – entre 1992 e 2007.

A segunda etapa visa estabelecer um diálogo teórico entre cientistas e jornalistas do Brasil e do Reino Unido que, com uma visão crítica sobre o passado e o presente da cobertura jornalística ambiental e da relação entre jornalistas e cientistas, foram estimulados a, de forma propositiva, pensar em possíveis caminhos futuros para alimentar discussões sobre ambas as questões.

Um dos objetivos deste estudo é verificar, primeiro, qual é o papel da mídia na formação de uma perspectiva social dos problemas ambientais e, em segundo lugar,

verificar se a cobertura jornalística, da maneira como vem sendo feita, ajuda (ou atrapalha?) na criação de tal perspectiva. No entanto, antes de iniciar esse debate, que será detalhado no subcapítulo ‘**Mídia e Meio Ambiente**’ (página 73), é importante contextualizar as bases da perspectiva construcionista e da sociologia ambiental ao longo do tempo nos estudos acadêmicos, principalmente no âmbito das ciências sociais.

3.1.1. Análise das questões e abordagens teóricas da sociologia ambiental

“A ciência e a tecnologia haviam-se tornado servas da corrida da indústria química em busca de lucros e do controle dos mercados.” (RACHEL CARSON)

Os sociólogos têm um papel importante no desenvolvimento do projeto construcionista. Apoiando-se em teorias críticas de definição dos problemas sociais (SPECTOR e KITSUSE, 1973), os pesquisadores, de acordo com Hannigan (1995), estão bem colocados para conceitualizar o processo de criação de exigências no âmbito de uma estrutura mais ampla de formulação social, traçando o como e o porquê de algumas exigências estarem de acordo com a legitimidade, e outras, serem um malogro.

Embora exista um debate histórico, no âmbito das ciências sociais, sobre se a dimensão ambiental está ou não presente nas obras dos principais teóricos da sociologia clássica – Emile Durkheim, Karl Marx e Max Weber – (DUNLAP e CATTON, 1994; BUTTEL, 1986 e 2002; FOSTER, 1999), este estudo não vai deter-se nessa questão, exceto para reforçar que ela contribuiu, de alguma forma, para ampliar o debate sobre a marginalização da questão ambiental no âmbito da sociologia ortodoxa, e, provavelmente, para ampliar a visibilidade da sociologia ambiental.

Segundo Hannigan, o ambiente para a criação da sociologia ambiental começou a tornar-se favorável em 1970, quando, no Dia da Terra, que ficou conhecido como o dia que marcou o começo do movimento ambiental moderno, foi inaugurado o ‘*Decênio Ambiental*’. Os sociólogos tiveram de se deparar com uma realidade: não havia, no âmbito da sociologia, qualquer “corpo teórico ou investigação para guiá-los no sentido de uma interpretação particularizada da relação entre sociedade e meio ambiente” (HANNIGAN, 1995: 15).

Porém, também o Dia da Terra foi um desdobramento de outro marco histórico na questão ambiental: a publicação, em 1962, do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson. O livro desencadeou um debate nacional, nos Estados Unidos, sobre o uso [e efeitos] de pesticidas químicos sintéticos – como o DDT –, sobre a responsabilidade da ciência e sobre os limites do progresso tecnológico (LEAR, 2010).

Segundo Hannigan (2009), além do livro de Rachel Carson – que teve entre os seus efeitos a popularização de movimentos ambientalistas –, outro componente da mistura que o autor chama de “um fermento intelectual e político gerado por movimentos para a reforma e mudança social” foi a publicação, no início dos anos 1970, “das previsões apocalípticas” do livro *The Limits of Growth* (Os limites do crescimento – MEADOWS et al., 1972). Para Hannigan, a publicação dos dois livros, associadas à “crise energética” nos Estados Unidos, conhecida como a crise do petróleo, em 1973, contribuíram para o aprofundamento das preocupações ambientais entre os acadêmicos da sociologia (2009: 27).

Após essa pequena digressão histórica, volta-se ao Dia da Terra, que contribuiu, em 1970, para estimular a criação, em 1976, da seção de Sociologia Ambiental no âmbito da Associação Sociológica Americana (*American Sociological Association* – ASA), segundo Frederick Buttel (2002), um dos principais nomes da sociologia ambiental.

Desde os anos 1980, Buttel tem atuado nos debates sobre rumos e perspectivas da sociologia ambiental, bem como na própria legitimação dessa corrente de pensamento frente à resistência por parte da corrente da sociologia tradicional, principalmente nos Estados Unidos (FOSTER, 1999).

Em 2001, Buttel preparou um artigo para a apresentação anual do encontro da ASA. Publicado no ano seguinte na revista científica ‘*Organization & Environment*’ (BUTTEL, 2002) e intitulado *Has environmental sociology arrived?* (A sociologia ambiental chegou? em tradução livre), o artigo faz uma análise crítica dos principais avanços e desafios da sociologia ambiental ao longo de 25 anos, desde a criação da seção de sociologia ambiental, na ASA, em 1976, até 2001 (BUTTEL, 2002).

Entre seus apontamentos, Frederick Buttel destaca que a sociologia ambiental ainda ocupa uma posição marginal nos Estados Unidos, diferentemente do cenário

européu, onde a questão ambiental é considerada relevante pela sociologia, ganhando visibilidade em artigos publicados em jornais de prestígio, como o *British Journal of Sociology*, significando que a diferença está mais relacionada a formas de agir, do que às características do tema, propriamente ditas (BUTTEL, 2002: 50-51).

[...] The environment is generally considered to be a major issue by prestigious European sociologists—witness the fact that many of the continent's sociological luminaries such as Anthony Giddens, Ulrich Beck, and Niklas Luhmann have written extensively on environmental issues. In other words, environmental sociology's modest stature and influence in the United States are due at least as much to the character of American sociology and academia as they are to the intrinsic characteristics of the subject matter of the subdiscipline.

Ao prosseguir na comparação entre Estados Unidos e Europa, Buttel (2002) diz que a sociologia ambiental norte-americana não tem tido muito impacto na sociologia ambiental da Europa, apesar de o número de sociólogos ambientais, nos Estados Unidos, ser consideravelmente maior. Esse crescimento de interesse, no cenário europeu, estaria relacionado, segundo Buttel, à forte afinidade da sociologia ambiental europeia com a sociologia cultural, e desta, com assuntos relacionados aos movimentos ambientais e à consciência ecológica (BUTTEL, 2002).

No artigo, o pesquisador critica o fracionamento extremado da sociologia norte-americana, com divisão em inúmeras subdisciplinas. Por fim, após admitir ter destinado boa parte de suas preocupações no entendimento sobre se a sociologia ambiental ocupava ou não uma posição marginalizada na sociologia como um todo, Buttel ressalta – não sem certa intenção provocativa – algumas vantagens dessa ‘*marginalização*’, dizendo que os cursos de sociologia ambiental não são determinados por modismos (*fads*) ou tendências (*fashion*), como os de outros departamentos de elite (*elite departments*), nutrindo, assim, certa independência da ‘ortodoxia dos métodos’ (BUTTEL, 2002).

Apesar das críticas – e do reconhecimento de que, em algumas dimensões, pouco se evoluiu ao longo de 25 anos da sociologia ambiental –, Buttel reconhece avanços, dizendo que essa corrente da sociologia chegou, no mínimo, tão bem como – se não melhor do que – qualquer um de seus fundadores pudesse aspirar em 1976.

Algumas explicações poderiam estar associadas à resistência da sociologia tradicional em incorporar a discussão proposta pela sociologia ambiental, principalmente nos primórdios do surgimento da nova corrente de estudos.

As contradições envolvendo a sociedade industrial de meados do século XX, já mencionadas em BECK (1992), também se evidenciaram na produção acadêmica da corrente da sociologia da modernização, nas décadas de 1950 e 1970, denotando uma ineficácia em relação aos assuntos ambientais, como destaca Hannigan, ao dizer que os sociólogos daquele período atuaram como “*vendedores ambulantes*” (1995) ou “*propagandistas*” (2009) da inovação tecnológica, do desenvolvimento econômico e do progresso (HANNIGAN, 1995 e 2009). O paradigma dominante de fé no progresso e na racionalidade humana era imposto pelas ciências sociais à sociedade naquele período (FERREIRA, 2002). Hannigan (1995: 21) aponta como a visão de mundo da maioria dos sociólogos refletia-se em suas ações:

[...] Hipnotizada pelos benefícios do desenvolvimento e de seu amigo íntimo, a modernidade individual, a maioria dos sociólogos ou ignorou completamente o ambiente natural ou o viu como algo a ser ultrapassado resolutamente e com empenho, contrariando assim a ética ecológica da coexistência do homem com as outras espécies da Terra.

Os debates envolvendo a sociologia ambiental evoluíram ao longo dos anos e geraram diversas correntes teóricas, cada uma com suas especificidades de olhares diante das relações entre ambiente e sociedade. A perspectiva do construcionismo social – à qual o autor John Hannigan está ligado e que consiste na base teórica deste estudo – representa uma dessas correntes.

O objetivo aqui não será o de mergulhar no detalhamento de cada uma dessas correntes, porém, informações mais detalhadas sobre cada uma delas podem ser encontradas no livro “*Sociological Theory and the Environment*”, organizado pelos pesquisadores Riley E. Dunlap, Frederick H. Buttel, Peter Dickens e August Gijswijt e publicado em 2002 (DUNLAP et al., 2002).

Vale ressaltar que até meados dos anos 1990, antes da publicação do livro sobre a sociedade de risco, de Ulrich Beck (1992), os debates sociológicos relativos às questões ambientais foram polarizados entre realistas e construcionistas. Em síntese, os

primeiros defendiam que a realidade existe objetivamente, independentemente da percepção e da observação que o ser humano faz dela. Para os realistas, “a gravidade, a configuração e as causas do estrago e da destruição ambientais eram tidos como óbvios”. Já para os ‘socioconstrucionistas’, “riscos ambientais e conhecimento não eram de maneira nenhuma óbvios, mas, pelo contrário, o produto da construção e definições sociais”. Esse tom de conflito, no entanto, foi apaziguado a partir da segunda metade dos anos 1990, e “os sociólogos ambientais colocaram suas energias à procura de algum tipo de síntese” (HANNIGAN, 2009: 9).

Porém, parece ter sido reacendido nos últimos tempos, principalmente nos debates envolvendo a sociologia ambiental relacionada às mudanças climáticas. Tal premissa, que exigiria estudos mais aprofundados para se comprovar, parece se confirmar no livro mais recente de Ulrich Beck, onde o autor aborda o conflito realismo-construcionismo e marca sua posição na defesa do construcionismo, dizendo que (BECK, 2009: 86)

[...] ecological images and symbols are by no means scientifically confirmed as intrinsically certain knowledge. They are culturally perceived, constructed and mediatized; they are part of the social knowledge ‘fabric,’ with all its contradictions and conflicts. The catastrophic consequences of climate change must, as we have seen, be made visible, that is they must be effectively staged in order to generate pressure for action. The explanatory power of realism is a function of the exclusion of all considerations that support the interpretative superiority of constructivist approaches.

No Brasil, pesquisas sobre correntes da sociologia ambiental são conduzidas, por exemplo, pela pesquisadora Leila da Costa Ferreira, na Unicamp, e pelo professor da Universidade de São Paulo Cristiano Lenzi, que publicou, em 2006, o livro “*Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*”. No contexto nacional, de acordo com Ferreira (2002), os estudos sobre a relação entre ambiente e sociedade começaram a surgir principalmente a partir da década de 1980. O debate foi inaugurado, segundo a autora, pelo pesquisador José Augusto Pádua, com a publicação do livro *Ecologia e Política no Brasil*, em 1987. No cenário político nacional, à época, começavam as discussões sobre a criação do Partido Verde (FERREIRA, 2002).

3.1.2. A construção dos problemas sociais

A partir de 1973, com a publicação do artigo “*Social Problems: A Re-Formulation*” (Problemas sociais: uma reformulação, em tradução livre), assinado por Malcolm Spector e John Kitsuse, a sociologia passou por um ponto de inflexão histórico. Até então, o funcionalismo dominava o campo, assumindo a existência dos problemas sociais. Até aquela época, “os sociólogos eram considerados especialistas que empregavam métodos científicos para localizar e analisar violações morais [crimes, divórcios etc.] e aconselhar formuladores de políticas públicas” para resolução desses problemas (HANNIGAN, 2009: 100).

O que Spector e Kitsuse (1973) fizeram foi alterar o foco do problema social em si para o processo de argumentação envolvendo tais problemas, ao identificar quatro estágios em sequência de eventos envolvendo grupos sociais e órgãos públicos: 1) grupos reivindicam por seus diretos; 2) alguma agência ou instituição oficial responde às reivindicações; 3) as reivindicações reaparecem, expressando a insatisfação com a resposta oficial; e 4) uma alternativa, um paralelo ou uma contrainstituição são estabelecidos (p. 145).

Os autores exemplificaram com a questão dos crimes, mostrando que a evidência de haver um problema criminal não está na alta taxa do crime em si. No entanto, a evidência de que existem muitos indivíduos e grupos reclamando sobre vários aspectos de violência – denunciando problemas nas ruas, assaltos e corrupção – e, por outro lado, de que muitas agências estão sendo demandadas para agir diante das reclamações, então o problema criminal, como um problema social, é gerado e sustentado por atividades de grupos de reclamações e respostas institucionais a eles (SPECTOR e KITSUSE, 1973: 158).

Frente a essa mudança conceitual, o construcionismo social – e a perspectiva socioconstrucionista – passou a ser vislumbrado não apenas como uma posição teórica, mas também como uma ferramenta analítica de três pontos de estudo: os próprios argumentos, os argumentadores e o processo de argumentação (BEST, 1989: 250).

Natureza dos argumentos

Segundo Best (1987), há diversas questões a serem consideradas quando se analisa o conteúdo dos argumentos sociais. O que é dito sobre o problema? Como ele está sendo tipificado? Qual é a retórica das argumentações? Como os argumentos vêm sendo apresentados para persuadir o seu público?

De todas as questões, é a retórica dos argumentos que tem gerado maior interesse por parte dos analistas dos problemas sociais contemporâneos. A retórica implica a utilização deliberada da linguagem da persuasão. As afirmações retóricas contêm três componentes principais ou categorias de afirmações: bases, garantias e conclusões (HANNIGAN, 1995 e 2009).

- **Bases:** fornecimento de dados dos fatos básicos que moldam o resultado do discurso da formulação da política, incluindo definição dos limites ou domínio do problema, exemplos e estimativas numéricas;
- **Garantias:** são justificativas para demandar que a ação seja tomada;
- **Conclusões:** explicações detalhadas da ação necessária para erradicar ou minimizar o problema.

Existem táticas retóricas constituídas por diferentes pesquisadores para fortalecer o processo de argumentação, direcionadas a diferentes públicos-alvo, como mostra o Quadro 3.1, na próxima página.

Nome	O que é	Autor
Retórica da retidão	Os valores ou a moralidade demandam que um problema receba atenção. Funciona bem em estágios iniciais de uma campanha de argumentação, para reduzir a polarização dos diferentes grupos envolvidos com a questão.	BEST (1987)
Retórica da racionalidade	Mostra que ratificar um argumento vai dar ao público alguma benfeitoria. Funciona bem em etapas mais avançadas da construção dos problemas ambientais.	BEST (1987)
Formação de arquétipos	Modelos de construção de estereótipos, possuindo poder considerável de argumentação.	RAFTER (1992: 27)
Expressões retóricas	Aglomerados de imagens que endossam os argumentos com significados morais, incluindo retóricas ‘da perda’; ‘do irracional’; ‘da calamidade’; ‘dos direitos’; e ‘do perigo’.	IBARRA e KITSUSE (1993)
Retórica de padrões	Metáforas recorrentes e figuras de linguagem que salientam algum aspecto de um problema social imbuído de significação moral (exemplo: AIDS como uma “praga” IBARRA e KITSUSE, 1993).	IBARRA e KITSUSE (1993)

Quadro 3.1 – Retóricas de argumentação na construção de problemas ambientais.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Hannigan, 2009.

Argumentadores

Algumas indagações devem ser feitas para verificar a identidade dos argumentadores, segundo Best (1989: 250). Eles são novatos ou experientes? Eles são ligados a alguma organização, a movimentos sociais, a determinadas profissões ou a algum grupo de interesse específico? Eles representam seus próprios interesses ou de

terceiros? Com base nas respostas a essas perguntas, é possível decidir qual é (são) a(s) melhor(es) tática(s) retórica(s) para o diálogo (HANNIGAN, 2009: 102).

Eles podem ser cientistas, políticos, firmas de advocacia de interesse público, funcionários públicos e podem estar ligados a governos, academia, empresas, movimentos sociais, organizações não governamentais e grupos de interesse, e também ocupam espaço na mídia, como diz Hannigan (1995: 53).

Os formuladores de exigências (argumentos) podem também estar presentes nos meios de comunicação social, especialmente visto que a criação de notícias depende dos jornalistas, editores e produtores que encontram constantemente novas tendências, formas e questões.

Processo de argumentação

A definição coletiva dos problemas sociais é fruto da interação permanente entre três subprocessos: animação; legitimação; e demonstração do problema (HANNIGAN, 2009: 103). O primeiro consiste no estabelecimento das áreas de direito, no desenvolvimento de constituintes, na seleção do aconselhamento e no repasse de capacidades e de informação. Já a legitimação envolve “a procura por *expertise* e prestígio, a redefinição do escopo, como, por exemplo, de uma questão moral para uma questão legal, a construção de respeitabilidade e a manutenção de uma identidade própria”.

Por fim, a demonstração do problema contempla a competição por atenção, a união de forças em torno do problema, a construção de alianças com outros argumentadores, a seleção de informações de apoio, o convencimento dos opositores e o aumento dos limites de responsabilidade. Esses cenários constituem a chamada arena pública em torno de um problema social (HANNIGAN, 2009: 103).

Essas etapas ocorrem no processo maior de argumentação, que se inicia com a descoberta do problema social e percorre um caminho progressivo até que seja implantada uma política pública para minimizá-lo ou evitá-lo.

3.1.3. A construção social dos problemas ambientais

A construção social de um problema ambiental está diretamente relacionada ao desempenho dos atores envolvidos, sejam eles cientistas, industriais, políticos, funcionários públicos, jornalistas ou ativistas ambientais (HANNIGAN, 2009: 99).

Alguns autores consideram que os problemas sociais e ambientais guardam características similares, porém, também diferenças significativas. Steven Yearley, por exemplo, no livro *The Green Case* (1992), ressalta que, enquanto os problemas sociais têm o poder retórico mais derivado de argumentos morais, os problemas ambientais, por sua vez, estão mais ligados às descobertas e aos argumentos científicos.

Segundo o autor, a razão para isso seria o fato de as pessoas comuns não terem *expertise* nem recursos para encontrar novos problemas ambientais. É citado, por exemplo, o conhecimento sobre a camada de ozônio, fato que não está ligado à experiência cotidiana, e precisou de alta tecnologia para ser observado nas regiões polares (YEARLEY, 1992: 116).

Esse argumento pode valer para questões como a camada de ozônio, porém, não pode se estender para todas as questões ambientais. Existem problemas ambientais que começam a ser investigados pela ciência após a percepção, por parte de moradores de determinada região, de que algo está diferente no seu cotidiano, principalmente no que se refere a problemas de saúde correlacionados.

Nesse sentido, um problema ambiental associado a um problema social (problemas de saúde) pode sim estar carregado de argumentos morais. Foi o caso, por exemplo, observado em Love Canal, nas Cataratas do Niágara, no Estado de Nova York. Lois Gibbs (uma dona de casa que se tornou um símbolo da luta por justiça ambiental) e seus vizinhos atribuíram problemas de saúde da vizinhança, como aumento dos casos de leucemia, abortos espontâneos e nascimento de bebês com malformação congênita à queima de resíduos químicos antes do abandono do Love Canal, 30 anos antes (HANNIGAN, 2009).

No Brasil, caso semelhante ocorreu nos bairros vizinhos ao parque industrial de Cubatão, na região conhecida como Baixada Santista, no litoral do Estado de São Paulo,

no final dos anos 1970. A região, que já foi conhecida como a mais poluída do mundo e era chamada de *Vale da Morte*, apresentava incidências elevadas, na comparação com a média mundial, de casos de malformação congênita e de doenças respiratórias, o que chamou a atenção das autoridades. A comprovação do problema pressionou as autoridades, as empresas e a sociedade a formular um programa de recuperação ambiental (NOVO MILÊNIO, 2011). Hannigan (2009: 105) aponta autores que reconhecem o conhecimento empírico como um fator relevante na questão ambiental.

O conhecimento prático sobre o meio ambiente geralmente se origina da experiência diária dos nativos, agricultores e outros na sociedade (...). Ativistas de raiz nos países do Terceiro Mundo enfatizaram a importância do “conhecimento comum” (LINDBLOM & COHEN, 1979), que depende mais da observação e do senso comum do que de técnicas profissionais. Este conhecimento empírico é acumulado dentro de redes locais de raiz, através do ar que respiram, da água que bebem, da preparação do solo, da extração dos produtos florestais e da pesca nos rios, lados e oceanos (BREYMAN, 1993: 131).

Mesmo que os problemas ambientais sejam desenvolvidos a partir de pesquisas científicas, o conhecimento tradicional deve ser considerado para embasá-las. Assim como os argumentadores dos problemas sociais, também os dos problemas ambientais devem se engajar em uma série de atividades, desde a identificação dos mesmos até a elaboração de uma política pública efetiva, para que tais problemas sejam resolvidos ou minimizados (HANNIGAN, 2009).

Seguindo as três etapas propostas por William Solesbury (1976) para os problemas sociais, Hannigan elaborou um esquema que aponta os passos importantes para a construção social dos problemas ambientais também em três etapas: juntar os argumentos, apresentá-los e contestá-los (HANNIGAN, 2009). Cada etapa possui as suas especificidades, com diferentes atores, fóruns de discussões, papéis e dificuldades, como se pode perceber no Quadro 3.2, a seguir.

ETAPAS			
	Juntar	Apresentar	Contestar
Atividades primárias	<ul style="list-style-type: none"> • Descoberta do problema • Denominação do problema • Determinação das bases do argumento • Estabelecimento de parâmetros 	<ul style="list-style-type: none"> • Atrair a atenção • Legitimar o argumento 	<ul style="list-style-type: none"> • Invocar a ação • Mobilizar apoio • Defender autoria
Fórum Central	<ul style="list-style-type: none"> • Ciência 	<ul style="list-style-type: none"> • Mídia de massa 	<ul style="list-style-type: none"> • Política
Camada predominante da prova	<ul style="list-style-type: none"> • Científica 	<ul style="list-style-type: none"> • Moral 	<ul style="list-style-type: none"> • Legal
Papel científico predominante	<ul style="list-style-type: none"> • Identificador das tendências 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicador 	<ul style="list-style-type: none"> • Analista de políticas aplicadas
Potenciais armadilhas	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de clareza • Ambiguidade • Evidência de conflito científico 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa visibilidade • Declínio da novidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Cooptação • Fadiga da questão • Argumentos de contrapartida
Estratégias para o êxito	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um foco experimental • Alinhar conhecimentos e argumentos • Divisão científica do trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Ligação com questões e causas populares • Uso da dramática verbal e visual • Táticas retóricas e estratégias 	<ul style="list-style-type: none"> • Redes; • Desenvolvimento do conhecimento técnico • Abertura de janelas políticas

Quadro 3.2 – Tarefas na construção dos problemas ambientais.

Fonte: Baseado em quadro semelhante, elaborado por Hannigan (1995 e 2009), porém, com modificações na redação e em terminologias.

Diante das três tarefas apresentadas para a construção social dos problemas ambientais, existem desafios intrínsecos, em cada uma delas, na relação entre os argumentadores e a mídia.

Na primeira etapa, no processo de *'juntar' os argumentos*, os desafios envolvem uma combinação de fatores, entre os quais, a inexperiência dos cientistas em lidar com a mídia, o cuidado acadêmico e o uso excessivo de jargões técnicos. Em decorrência disso, em muitos casos, descobertas científicas importantes sobre problemas ambientais ficam 'na gaveta' por anos, até serem transformadas ativamente em um argumento por organizações como o Greenpeace ou por indivíduos com proeminência social (HANNIGAN, 2009: 107).

Como observa o pesquisador Anders Hansen (1993), “a atividade de argumentação do Greenpeace, por exemplo, não flui muito além da sua habilidade de construir inteiramente novos problemas ambientais”. O autor percebe que a argumentação promovida pela entidade ambiental, envolve, de fato, um processo de “selecionar, enquadrar e elaborar interpretações científicas às quais poderiam, de outra forma, terem passado despercebidas” (HANSEN, 1993).

A natureza do relacionamento dos meios de comunicação social com os grupos de pressão ambiental, tais como o Greenpeace, “tem se tornado tão institucionalizada (ANDERSON, 1993a: 55), que seria difícil para um grupo emergente penetrar na arena da mídia de massa sem a validação destes grupos” (HANNIGAN, 2009: 107).

A etapa de *apresentação dos argumentos*, que é subdividida em atrair a atenção e legitimar o argumento, requer maior participação da mídia, que atua como coadjuvante. As organizações ambientais representam os argumentadores primários e utilizam, elas próprias, estratégias para chamar a atenção da mídia, tornando o problema ambiental potencialmente atrativo, como uma novidade importante e compreensível – critérios comuns de escolha de notícia na mídia em geral (p.108).

De acordo com Solesbury (1976), as questões ambientais podem ser forçadas em proeminência quando exemplificadas por incidentes ou eventos, como os acidentes nucleares de *Chernobyl* e *Three Mile Island*, e desastres ambientais, como o desastre químico de *Bhopal*, na Índia, e o naufrágio do petroleiro *Exxon Valdez*, com derramamento de milhares de litros de óleo no Alasca, em 1989.

Por fim, na etapa de *contestação dos argumentos*, “enquanto o apoio científico e a atenção da mídia continuam a constituir uma parte importante do pacote de argumentos, o problema é principalmente contestado no âmbito da arena política”

(HANNIGAN, 1995: 68). Mesmo quando um argumento ambiental emergente consegue transcender a etapa da legitimidade, ele ainda precisa passar pela arena política para que alguma decisão ou ação efetiva seja adotada. Esta fase é marcada por pressões divergentes aos legisladores.

No Brasil, por exemplo, a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos permaneceu por aproximadamente 20 anos na etapa de contestação dos argumentos, até ser aprovada pelo Congresso Nacional, em 2010, e sancionada pela Presidência da República, naquele mesmo ano. O documento, da maneira como foi publicado, é fruto de um amplo processo de negociação e consiste em uma colcha de retalhos, resultado de um longo processo de pressões divergentes e de jogos de interesses diversos.

No âmbito global, as propostas de políticas ambientais que sobrevivem a esta etapa de contestação devem passar, primeiramente, pelo convencimento dos legisladores de que a proposta é técnica e cientificamente viável e politicamente administrável. Em segundo lugar, os legisladores e os argumentadores devem ter valores compatíveis para que uma proposta sobreviva na arena política. Os argumentos construídos a partir de interesses financeiros, com apresentação de números e estatísticas traduzidos em balanços financeiros, tendem a ter maior ressonância do que aqueles baseados só em justificações morais (HANNIGAN, 2009).

Por sua vez, a maré da opinião pública pode afetar diretamente o crescimento de um argumento na agenda de formulação de políticas públicas, às vezes de forma dramática. Foi o caso, por exemplo, da preocupação do público sobre a ‘*doença da vaca louca*’, na Inglaterra. “Este caso foi suficientemente grave para que os governos atuassem com precaução, nem sempre tão evidente em outros casos com riscos em potencial” (HANNIGAN, 2009).

Alguns argumentos ambientais capturam mais o olhar do público do que outros. Hannigan aponta algumas razões para isso, isolando quatro fatores do modelo de marketing “*Band Asset Valuator*”, geralmente aplicado para prever o desempenho de um produto no mercado (HANNIGAN, 2009: 116):

- **Ser único (distinto)**: No caso de argumentos ambientais, está relacionado à extensão com que o público percebe um problema ambiental separado dos outros de natureza

similar. “Estratégicas retóricas são importantes neste caso, na criação de ‘rótulos’ distintos para problemas emergentes, conferindo-lhe uma identidade distinta”.

- **Ter relevância:** Está relacionado ao grau de significado que um determinado problema ambiental assume para o cidadão comum.

- **Ter reputação:** Refere-se às atitudes do público em relação ao lugar, ao povo ou à espécie que está sob ameaça, em um sentimento semelhante ao que um consumidor desenvolve com determinada marca de produto.

- **Ter familiaridade:** Refere-se ao quanto é bem conhecido um problema em particular para um determinado público. A mídia desempenha um papel significativo na construção dessa percepção de familiaridade, contribuindo na ‘educação’ sobre as questões ambientais, espécies e lugares que estão fora da área de experiência pessoal de determinados públicos.

3.1.4. A ciência como atividade geradora dos argumentos – breve abordagem

É raro encontrar um problema ambiental que não tenha origem em um corpo de investigação científica (HANNIGAN, 1995, 2009). É a estrutura de apoio científico destes problemas ambientais, como o aquecimento global, por exemplo, que os sustentam acima de outros problemas sociais mais dependentes de argumentos de bases morais (YEARLEY, 1992).

No entanto, a ciência está longe de ser uma investigação da verdade, em que o objetivo global é obter uma reflexão clara da natureza, de forma desprendida de influências sociais e subjetivas que poderiam distorcer fatos. Pelo contrário, a junção do conhecimento científico depende fortemente de um processo de formulação dos argumentos (HANNIGAN, 2009).

Há dois tipos de argumentos de conhecimento feitos pelos cientistas: os cognitivos e os interpretativos. Usando o exemplo do aquecimento global, o argumento cognitivo seria que os gases dos carros, das centrais de energia e das fábricas estão criando o efeito estufa que aumentará a temperatura da Terra significativamente nos próximos anos. Já o argumento interpretativo seria que essa tendência do aumento da

temperatura é potencialmente perigosa, porque, entre outras coisas, causará a destruição da geografia existente na Terra (HANNIGAN, 1995: 104).

A formulação dos argumentos interpretativos, segundo Hannigan (1995: 105) tem lugar quando os investigadores atuam como conselheiros científicos para a indústria ou para o governo.

[...] Isso envolve, muitas vezes, a avaliação dos riscos provocados por tecnologias controversas, poluentes tóxicos suspeitos ou riscos globais. (...) Apesar de uma face de neutralidade que é emitida pelos peritos da ciência, os membros de painéis de peritos fazem regularmente escolhas e exigências (argumentos) políticas e morais. Estas escolhas são formadas tanto pelas considerações políticas, quanto pelas normas científicas.

O que particularmente abre as portas à criação e à contestação dos problemas ambientais é a incapacidade da ciência em dar provas absolutas – provas inequívocas de segurança. “Essa falta de certeza permite aos formuladores de argumentos, dentro e fora da ciência, afirmar que a situação é alarmante, que o risco é demasiado alto e que a sociedade deveria fazer alguma coisa” (HANNIGAN, 1995 e 2009).

Cinco pontos são indicados para explicitar como a evidência científica é problemática como base para a formulação de políticas públicas (BLOWERS, 1993, apud HANNIGAN, 2009: 147):

- 1) O problema de causa e efeito, discutido na ciência, torna difícil o estabelecimento de responsabilidades por externalidades produzidas por atividades poluentes;
- 2) Há o problema de impactos de previsão, por exemplo, a incerteza sobre a incidência, a distribuição, o tempo e o efeito de problemas como o aquecimento global;
- 3) A incerteza sobre as consequências das ações presentes e dos riscos impostos nas futuras gerações pode levar a uma paralisação de uma política ou a uma tendência de descontar futuros riscos da ação presente;
- 4) A frequente ausência e escassez da informação ambiental não só torna isso mais difícil para fornecer julgamentos científicos completos, como também abre

portas para a manipulação por pessoas ou organizações com interesses pessoais, institucionais e econômicos específicos;

- 5) As interpretações da ciência ambiental podem facilmente cair por terra nos terrenos rasos da política onde os conflitos entre interesses dominam.

A fragilidade das interpretações da ciência ambiental frente ao jogo de conflito de interesses aponta para a necessidade de se ensejar o ‘*princípio da precaução*’ no debate, indicando que “se existir alguma razão para suspeitar que uma determinada substância ou prática esteja ameaçando o meio ambiente, então uma ação deve ser tomada, mesmo se a evidência não for clara” (HANNIGAN, 2009: 145).

O *princípio de precaução* nada tem a ver com ciência: é inteiramente um assunto político-administrativo (HANNIGAN, 1995). Na Comunidade Europeia, o *princípio da precaução* tem *status* de um princípio de tratado obrigatório. Se aplicado adequadamente, “pode ser usado para assegurar que os valores sociais e as escolhas de políticas públicas democráticas, tanto para a saúde como para a proteção ambiental, sejam satisfeitos” (CHRISTOFOROU, 2003 apud HANNIGAN 2009). No Brasil, é bastante mencionado por organizações não governamentais, mas, do ponto de vista legal, não é aplicado amplamente. Este estudo não vai deter-se nesse princípio.

Hannigan (1995 e 2009) menciona que na ciência tradicional predomina ainda o princípio reducionista. Isso significa que os investigadores dividem um problema no menor número possível de partes minúsculas e observam cada uma delas separadamente. Em contraste, um princípio importante da ciência ‘*verde*’ é a necessidade de observar o mundo holisticamente, como resume Fritjof Capra (2002).

Nossas disciplinas acadêmicas organizaram-se de tal modo que as ciências naturais lidam com as estruturas materiais, ao passo que as ciências sociais tratam das estruturas sociais, as quais são compreendidas essencialmente como conjuntos de regras de comportamento. No futuro, essa divisão rigorosa já não será possível, pois o principal desafio deste novo século – para os cientistas sociais, os cientistas da natureza e todas as pessoas – será a construção de comunidades ecologicamente sustentáveis, organizadas de tal modo que suas tecnologias e instituições sociais – suas estruturas materiais e sociais – não prejudiquem a capacidade intrínseca da natureza de sustentar a vida.

Hannigan menciona ainda o ‘*processo regulador*’ como outra área importante na qual a ciência interage com a política. A regulação baseada na ciência requer um elemento de previsão de peso, especialmente no que diz respeito à criação do risco. “Em vez de encorajar um processo adverso, as agências reguladoras procuram o *input* científico nas suas decisões como meio de legitimação” (1995: 121).

Nesse modelo negociado de ciência reguladora, Sheila Jasanoff (1990) defende que não poderá existir nenhuma verdade ‘perfeita e objetivamente verificável’, apenas uma ‘verdade aproveitável’, que equilibra a aceitação científica com o interesse público.

[...] Neste contexto, a realidade científica é claramente construída socialmente, por forma a estar de acordo com o significado social. Contudo, nas circunstâncias em que conflitos agudos de construções científicas caem em um comitê de aconselhamento científico, a reconciliação pode, muitas vezes, ser muito difícil. Nos casos em que isso acontece, o debate de risco pode ser facilmente mudado para as áreas dos meios de comunicação social e políticos, onde continuará sob um conjunto de regras de base diferente das confrontadas no estabelecimento regulador.

3.1.5. Formulação dos riscos ambientais

Como foi visto em Beck (1992 e 2009), no começo deste capítulo, o conceito de risco está intimamente relacionado a questões culturais. Ele, ao longo do tempo, vem sendo construído de diferentes formas e tem sido utilizado por diferentes áreas, tais como engenharia, economia, epidemiologia, entre outras (VEYRET, 2007).

O que é considerado risco para um, pode não ser para outro. Mesmo as percepções de risco sobre um mesmo fato podem variar, de acordo com a perspectiva de quem o examina. É o caso, por exemplo, das diferentes visões dos riscos relacionados à contaminação do solo provocada pela Shell, na Vila Carioca, zona sul de São Paulo.

A visão que a empresa tinha dos riscos relacionados ao depósito de resíduos, contendo substâncias tóxicas e metais pesados, era diferente do risco percebido pela população, após receber a notícia, pela mídia, de que as substâncias tóxicas teriam atingido o lençol freático que abastecia os poços artesianos de casas vizinhas à unidade da Shell.

De maneira semelhante, “os residentes do Love Canal viram os riscos dos resíduos químicos de uma maneira diferente dos executivos da Companhia Química

Hooker e dos burocratas do governo do Estado e de várias agências do Estado que lidam com a saúde pública e o meio ambiente” (HANNIGAN, 2009). Yvette Veyret, em seu livro “*Os riscos – o homem como agressor e vítima do meio ambiente*”, aponta, assim como Hannigan, que os riscos devem ser analisados sob a perspectiva construcionista (VEYRET, 2007: 23).

O risco é uma construção social. A percepção que os atores tem de algo que representa um perigo para eles próprios, para os outros e seus bens contribui para construir o risco, que não depende unicamente de fatos ou processos objetivos. Nada de espantoso, ainda que o risco, tal como acabamos de defini-lo, não exista em todas as culturas.

Até recentemente, a literatura publicada sobre riscos refletia a crença de que eles deveriam ser objetivamente determinados, e que essa determinação só poderia ser feita por técnicos, engenheiros, cientistas e outros especialistas, criando um corpo técnico formado pelos chamados ‘*profissionais do risco*’.

A avaliação de riscos era, portanto, “concebida de uma atividade técnica onde os resultados eram formulados em termos de probabilidades”. Dessa forma, qualquer tentativa, por parte dos cidadãos comuns, de não aceitar a concepção de riscos apresentada pelos técnicos era vista como irracional. Porém, o que se percebe na atualidade é que os indivíduos, na sociedade contemporânea, se engajam em processos de percepção e avaliação do risco (HANNIGAN, 2009: 160).

[...] Isso é típico de quando nós ouvimos no rádio ou lemos no jornal ou na *Internet* uma notícia breve que venha de uma fonte científica aparentemente respeitável e que atinge nossa preocupação sobre a saúde e o bem-estar ou segurança de nossa família. Isso é verdade não só para a comida ou as escolhas de estilo de vida, mas também para os riscos relacionados à tecnologia e ao meio ambiente natural.

Os riscos estão relacionados à tradução de uma ameaça, ao perigo ao qual determinado indivíduo ou um conjunto de indivíduos percebe estar exposto, como diz Veyret (2007: 11).

O risco, objeto social, define-se como a percepção do perigo, da catástrofe possível. Ele existe apenas em relação a um indivíduo e a um grupo social ou profissional, uma comunidade, uma sociedade que o apreende por meio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas. Não há risco sem uma população ou indivíduo que o perceba e que poderia

sofrer seus efeitos. Correm-se riscos que são assumidos, recusados, estimados, avaliados, calculados. O risco é a tradução de uma ameaça, de um perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal.

Por que as pessoas enfatizam certos riscos enquanto ignoram outros? Por que tantas pessoas em nossa sociedade colocam a poluição como uma fonte de preocupação?

Para responder a questões como essas, a antropóloga britânica Mary Douglas, e o cientista político americano Aaron Wildavsky publicaram, em 1982, um artigo intitulado *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers* (Risco e cultura: um ensaio sobre a seleção dos perigos tecnológicos ambientais, na tradução livre).

Entre as conclusões, enfatizaram que as escolhas dos indivíduos estão impregnadas de cultura (DOUGLAS & WILDAVSKY, 1982). De acordo com os autores, existem três padrões sociais predominantes na organização das relações sociais, e tais padrões interferem na forma como as pessoas percebem o risco (Quadro 3.3).

Padrão social	Principal característica	Como percebem o risco
Individualista	Baseado nas leis do mercado.	Está relacionado à alta e à baixa da bolsa de valores
Hierárquico	Exemplos típicos das burocracias do governo.	Está relacionado às ameaças da lei e da ordem doméstica, ou ao equilíbrio internacional do poder
Igualitário	Alinhado em uma zona de fronteira, nas margens do poder no centro da economia política da sociedade, onde os outros dois padrões estão localizados.	Está relacionado às condições do meio ambiente

Quadro 3.3 – Padrões sociais e percepção de risco.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em HANNIGAN (2009) e DOUGLAS & WILDAVSKY, 1982.

Essa divisão, e as diferenças de percepção de risco para os três grupos distintos, segundo os autores Douglas & Wildavsky (1982), demonstram que a seleção de riscos para o público é menos baseada na profundidade das evidências científicas ou na probabilidade do perigo, mas depende da voz de quem predomina na avaliação e no processo da informação sobre as questões de perigo. Neste sentido, a percepção de risco do público e seus níveis aceitáveis são construções coletivas (DOUGLAS & WILDAVSKY, 1982: 186).

A perspectiva de risco apontada por Douglas e Wildavsky (1982) não é unanimidade na perspectiva sociológica do risco. Outros pesquisadores, os chamados ‘*sociólogos do risco*’, compactuam com a ideia de que o risco é uma construção sociocultural, mas são menos radicais no que se refere ao confinamento do risco somente a percepções e construções sociais. Eles consideram, por sua vez, que análises técnicas do risco constituem parte importante e integral do processo social do risco (RENN, 1992 apud HANNIGAN, 2009: 163).

O enfoque construcionista do risco está posicionado para discutir a construção do risco no contexto do poder (FREUDENBURG e PASTOR, 1992), enfatizando como o poder funciona em termos de moldura do debate sobre o risco. Esse processo fica claro, por exemplo, nas audiências públicas relativas a riscos, como os ambientais, geralmente dirigidas pelos chamados geradores e árbitros do risco.

Na maioria dos casos, o conhecimento empírico de pessoas afetadas pelo risco é refutado por cientistas, que se recusam completamente a considerar esse conhecimento como legítimo, desqualificando e ameaçando, assim, a identidade social dos cidadãos locais, como aponta Hannigan, citando Kaminstein, nessa passagem do seu livro *Sociologia Ambiental* (2009: 172-174).

[...] Kaminstein (1988) argumenta que, entranhada nas apresentações públicas de informação científica nas reuniões sobre saúde e aspectos de segurança de resíduos tóxicos, está uma retórica de contenção, a qual restringe a discussão, evita perguntas duras e persegue sua própria agenda. [...] A primeira ferramenta que os especialistas científicos [...] usaram para controlar as iniciativas dos cidadãos foi a conversa sobre tóxicos – conversas que controlam a discussão e aliviam a preocupação do público. [...] As técnicas de palestras sobre tóxico são estrategicamente bem-sucedidas senão eticamente repreensíveis. Permitem que os especialistas cientistas e os representantes do governo dirijam a discussão, organizem a agenda de risco e desencorajem a participação futura dos cidadãos.

Hannigan, citando Renn, destaca ainda que os debates políticos sobre as questões de risco são invariavelmente conduzidos dentro de molduras da arena social – metáfora usada para descrever a organização política na qual os atores dirigem seus argumentos para formuladores de políticas públicas, esperando influenciar o processo de formulação. Existem vários ‘palcos’ diferentes dividindo esta ‘arena’: legislativo, administrativo, judicial, científico e mídia (HANNIGAN, 2009: 169).

3.1.6. Geração de resíduos, poluição do solo e suas implicações

Diante da perspectiva social construcionista (HANNIGAN, 1995 e 2009), e da sociedade de risco (BECK, 1992, 2009), a questão de geração e disposição inadequada de resíduos torna-se um ponto primordial de análise. Gerar resíduos é uma prática inerente ao ser humano. Com o exponencial crescimento populacional e a concentração da população em cidades, no entanto, essa geração se transforma em problema de poluição urbana e ao mesmo tempo em um desafio a ser enfrentado por toda a sociedade. Em 2001, a população dos 36 países da América Latina e Caribe atingiu 518 milhões de pessoas, das quais 406 milhões (78,3%) moravam em cidades e produziam 369 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por dia (OPAS, 2005).

A Organização Pan-americana de Saúde faz um alerta, no documento intitulado “*Informe da Avaliação Regional dos Serviços de Manejo dos Resíduos Sólidos Municipais na América Latina e Caribe*” (2005):

[...] Os estilos de vida, os altos níveis de consumo, os materiais usados na produção industrial e a introdução de materiais persistentes nas atividades cotidianas das pessoas tendem a aumentar os volumes de resíduos, representando sérios problemas para sua coleta, transporte, tratamento e disposição final.

Aumenta também a complexidade dos resíduos, ou seja, sua não biodegradabilidade e periculosidade, e conseqüentemente os impactos ambientais e à saúde, principalmente quando da disposição inadequada dos resíduos no ambiente.

Das 369 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos produzidas por dia, quase 300 mil toneladas eram recolhidas diariamente na América Latina e Caribe (ALC), em 2001. Destas, 230 mil (77%) eram depositadas de forma inadequada no solo, e apenas 23% iam para aterros sanitários, considerado um destino adequado, embora se constitua em um passivo ambiental, ao longo do tempo. Isso representava, e ainda representa, grave risco ambiental e à saúde (OPAS, 2005).

Dados preliminares do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), indicam que o Brasil encerrou a primeira década do século XXI com uma população de 190,7 milhões de habitantes, 20 milhões a mais do que no início da década. Deste total, aproximadamente 161 milhões (84,4%) são moradores de áreas urbanas. A taxa de crescimento demográfico do país foi de 1,17 ao ano na última década (IBGE, 2010).

No País, a produção *per capita* de resíduos sólidos urbanos (RSU) é de 0,95 quilos por dia, totalizando 259.547 toneladas por dia de RSU, que reúne resíduos domiciliares e/ou públicos, coletados e/ou recebidos por unidades de destino, o suficiente para encher, diariamente, 43,3 mil caminhões com capacidade para seis toneladas de lixo. Deste total, 45,7 mil toneladas são depositadas por dia em lixões.

Nos 14 municípios brasileiros com mais de um milhão de habitantes, a produção *per capita* pode atingir 1,5 kg/dia. Somados, estes municípios produzem, diariamente, 49,5 mil toneladas de resíduos. Os dados são da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2008 (IBGE, 2008).

Dos 5.564 municípios brasileiros, apenas dois não possuem serviço de coleta de resíduos sólidos (que inclui coleta e transporte dos RSU), de acordo com a última pesquisa (IBGE, 2008). Isso denota uma melhora na comparação com o levantamento anterior, quando 99,4% deles possuíam esse tipo de serviço (IBGE, 2000).

No entanto, quando o assunto é disposição final desses resíduos, o Brasil ainda deixa muito a desejar. Ao todo, 50,8% dos municípios brasileiros ainda utilizavam a disposição a céu aberto ou lixões (também chamados de vazadouros a céu aberto) como destino dos resíduos em 2008 – na edição anterior da pesquisa, essa forma de destino era utilizada por 72,3% dos 5.507 municípios existentes à época. Embora esse quadro

venha se alterando nos últimos 20 anos, sobretudo nas Regiões Sudeste e Sul do País, tal situação se configura como um cenário de destinação reconhecidamente inadequado, que exige soluções urgentes e estruturais para o setor (IBGE, 2008).

De acordo com a mesma pesquisa, os municípios com serviços de gerenciamento dos resíduos sólidos situados nas Regiões Nordeste e Norte do Brasil registraram as maiores proporções de disposição de seus resíduos em lixões – 89,3% e 85,5%, respectivamente – enquanto os localizados nas Regiões Sul e Sudeste apresentaram, no outro extremo, as menores proporções – 15,8% e 18,7%, respectivamente.

Do total de resíduos sólidos produzidos no País, 80,3% são destinados a aterros com algum tipo de controle (64,6% para aterros sanitários¹³ e 15,7%, para aterros controlados¹⁴). As 14 maiores cidades brasileiras, cada uma com mais de um milhão de habitantes, são responsáveis por 19% (49,5 mil ton/dia) do lixo urbano coletado.

Tabela 3.1 – Destino final dos resíduos sólidos, por unidades de destino dos resíduos, no Brasil 1989/2008 (%)

ANO	Lixões	Aterro controlado	Aterro sanitário
1989	88,2	9,6	1,1
2000	72,3	22,3	17,3
2008	50,8	22,5	27,7

Fonte: IBGE, 2008.

¹³ **Aterro sanitário** – Forma adequada de disposição final de resíduos no solo que obedece a um conjunto de normas operacionais e critérios técnicos e sanitários.

¹⁴ **Aterro controlado** - Forma de disposição final de resíduos sólidos no solo em que são adotadas medidas para tentar reduzir os impactos ambientais e à saúde. Muitas vezes são antigos lixões que passaram por algum tratamento técnico, mas que não têm a segurança e o controle de um aterro sanitário (MOUSINHO, 2003).

Na Região Sudeste, os municípios do Estado de São Paulo registraram as menores proporções envio a lixões, 7,6%, enquanto os municípios do Estado do Rio de Janeiro foram o destaque negativo, sendo este tipo de destinação praticado por 33% deles (IBGE, 2008).

A atuação da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) mostra que ações de fiscalização e controle, por parte do poder público, associadas a políticas públicas, podem surtir bons efeitos para melhorar a destinação dos resíduos sólidos.

Desde 2007, o resultado das ações de monitoramento, fiscalização e apoio técnico para fazer com que os resíduos deixem de ser dispostos de maneira inadequada no solo dos 645 municípios do Estado são publicados, anualmente, no chamado Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares (CETESB, 2011).

No Estado de São Paulo, os 645 municípios produzem, somados, 26.340 toneladas por dia de resíduos, totalizando 9,6 milhões de toneladas por ano. Deste total, em 2010, 88,7% (23,4 mil toneladas/dia) eram dispostos de maneira considerada adequada pela Cetesb; 10,1% (2,7 mil toneladas/dia) iam para locais ‘controlados’; e 303 toneladas diárias (1,2% do total) tinham como destinação os lixões, áreas consideradas ‘inadequadas’ pela Cetesb. Em 1997, quando a medição começou a ser feita pelo órgão ambiental paulista, 30,7% dos resíduos sólidos domiciliares gerados no Estado de São Paulo eram dispostos de maneira irregular (CETESB, 2011).

Nos 13 anos de controle, para efeito comparativo, a produção de resíduos domiciliares passou de 6,6 milhões de toneladas por ano, em 1997, para 9,6 milhões de toneladas/ano, em 2010, totalizando 3 milhões de toneladas a mais a cada ano (CETESB, 2011).

Do total de municípios do Estado de São Paulo, em 2010, 432 (67,0%) já dispunham os seus resíduos sólidos domiciliares de maneira adequada (em aterros sanitários), mas outros 189 (29,3%) ainda se utilizavam de aterros controlados, e outros 24 (3,7%) ainda depositam os resíduos sólidos domiciliares em locais considerados inadequados, totalmente sem controle, como os lixões (CETESB, 2011).

A situação está melhor do que em 1997, quando a Cetesb identificou 502 municípios (77,8% das 645 cidades) dispondo lixo em locais inadequados. No entanto, foi possível verificar uma piora na comparação de 2010 com o ano anterior. Em 2009,

havia 7 municípios identificados como dispendo resíduos de forma inadequada (1,1% do total). Porém, em 2010, esse número subiu para 24 municípios.

A criação de políticas públicas integradas, no Estado de São Paulo, para assessoramento técnico e apoio financeiro aos municípios no que se refere aos resíduos sólidos foi respaldada pela publicação da Lei nº 12.300, em 16 de março de 2006. Esta lei, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos (SÃO PAULO, 2006), contribuiu, na época, para que 433 prefeituras (67,1% do total) assumissem o compromisso de corrigir as irregularidades quanto à destinação dos resíduos por meio da assinatura de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta (CETESB, 2006).

Em 2010 (CETESB, 2011), havia ainda 18 municípios do Estado com TACs assinados e em vigência – eram 66 em 2009. O governo estadual, de acordo com a Cetesb (2009) agilizou a concessão de licenças para as unidades de disposição ou tratamento de resíduos sólidos domiciliares. No total acumulado de licenças concedidas no Estado no período de dez anos, havia, em 2009, 454 licenças de instalação e 471 licenças de operação registradas (CETESB, 2010a).

Áreas contaminadas

De acordo com a Cetesb, a existência de áreas contaminadas pode provocar problemas como danos à saúde humana, “comprometimento da qualidade dos recursos hídricos, restrições ao uso do solo e danos ao patrimônio público e privado, com desvalorização da propriedade, além de danos ao meio ambiente”. De acordo com o órgão ambiental do Estado de São Paulo (CETESB, 2010b),

[...] A origem das áreas contaminadas está relacionada ao desconhecimento, em épocas passadas, de procedimentos seguros para o manejo de substâncias perigosas, ao desrespeito a esses procedimentos seguros e à ocorrência de acidentes ou vazamentos durante o desenvolvimento dos processos produtivos, de transporte ou ainda de armazenamento de matérias primas e produtos.

No estado paulista, o monitoramento das áreas contaminadas é feito desde 2002, ano em que foi criada uma área específica para tratar dessa problemática de

contaminação ambiental no âmbito da Cetesb. A estimativa, no entanto, é de que existam centenas de áreas contaminadas ainda não descobertas.

No entanto, o aumento de fiscalização e controle resulta em um crescimento, ano a ano, do número de áreas contaminadas identificadas desde 2002, quando a Cetesb passou a divulgar a Relação de Áreas Contaminadas no Estado de São Paulo (255 em 2002; 727 em 2003; 1.336 em 2004; 1.596 em novembro 2005; 1.664 em maio de 2006; 1.822 em novembro de 2006; 2.272 em novembro de 2007; 2514 em novembro de 2008; 2.904 em novembro de 2009; e 3.675 em dezembro de 2010). (CETESB, 2010b).

A partir de 2010, o documento incorporou, além de '*áreas contaminadas*', também '*áreas reabilitadas*' no cadastro. Do total de 3.675 áreas identificadas no final do ano de 2010, 2.922 (79,5%) correspondiam áreas contaminadas por atividades de postos de combustíveis. Em segundo lugar, vinham as áreas contaminadas por atividades industriais, totalizando 471. Destas, 239 (50,7%) estão localizadas em São Paulo (114) e na Região Metropolitana de São Paulo (125). Apenas 4% das 3.675 áreas cadastradas – 163 locais – foram reabilitadas (CETESB, 2010b).

Um fator preocupante, e que oferece riscos à população, está relacionado ao manejo de resíduos especiais – principalmente quando são perigosos –, que envolvem riscos de contaminação do solo, como resíduos dos serviços de saúde, industriais, de construção e demolição, pneumáticos, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes; embalagens de agrotóxicos e resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos.

No âmbito nacional, dos 5.564 municípios brasileiros, 2.627 sequer possuem um controle oficial do manejo de tais resíduos (IBGE, 2008), como mostra a Tabela 3.2.

Tabela 3.2 – Distribuição de municípios que exercem controle sobre manejo de resíduos especiais realizado por terceiros, de acordo com tipo de resíduo*

MUNICÍPIOS BRASILEIROS									
Região	Que exercem controle sobre o manejo de resíduos especiais realizado por terceiros								
Total de municípios por região	Total com controle	Tipo de resíduo especial							
		Serviços de Saúde	Indústria	Construção e demolição	Pneumáticos	Pilhas e Baterias	Lâmpadas fluorescentes	Embalagens de agrotóxicos	
Brasil	5.564	2.937	2.502	390	1.623	758	323	278	483
Norte	449	166	137	24	117	39	15	18	19
Nordes-te	1.793	715	590	64	526	89	26	26	33
Sudes-te	1.668	1.029	908	149	607	349	152	110	155
Sul	1.188	844	733	129	267	235	119	114	254
Centro-Oeste	466	183	134	24	106	46	11	10	22
Estado de São Paulo									
São Paulo	645	447	411	61	251	146	76	50	78

Fonte: IBGE, 2008. Tabela reformatada pela autora.

(*) O município pode exercer controle sobre o manejo de mais de um tipo de resíduo especial.

A complexidade dos resíduos produzidos é um problema a ser trabalhado nos grandes centros de concentração urbana, como é o caso da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que, além da alta concentração populacional, tem como característica o aumento da capacidade de consumo e a falta de espaço para a disposição adequada dos resíduos. “A região, com seus 39 municípios, reúne 20 milhões de habitantes e hoje já é considerada a “sexta maior área urbana do mundo, “enfrentando grandes desafios para gerenciar a crescente quantidade e diversidade de resíduos produzidos” (BESEN et. al., 2010).

Os resíduos urbanos de origem domiciliar e comercial, considerados em seu conjunto como resíduos comuns (não perigosos) incluem produtos pós consumo complexos, muitos contendo substâncias perigosas. São lâmpadas fluorescentes, pesticidas, solventes, tintas e vernizes, medicamentos, produtos de limpeza, tinturas cosméticas, pilhas e baterias e equipamentos elétricos e eletrônicos. Para o adequado gerenciamento, estes resíduos deveriam ser segregados e submetidos a fluxos específicos, recebendo tratamento especial, pois representam riscos ambientais e à saúde em função de sua composição, características ou do grande volume gerado.

De acordo com a pesquisadora Angela Cassia Rodrigues (2007), a geração estimada de resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos (REEE), no Brasil, é de 2,6 quilos por habitante por ano. Na Região Metropolitana de São Paulo, que reúne cerca de 20 milhões de habitantes, a produção atingiria 52 mil toneladas por ano, gerando riscos à saúde e ao meio ambiente, se manuseados e dispostos de maneira inadequada no solo (RODRIGUES, 2007).

3.2. Mídia e Meio Ambiente

A complexidade da temática ambiental da poluição do solo por resíduos é um dos recortes de uma complexificação de toda a sociedade contemporânea (MORIN, 2000 e 2005) e da sociedade de risco (BECK, 1992 e 2009). O sociólogo Octávio Ianni afirma que vivemos em uma época em que os meios de comunicação são fundamentais na vida dos indivíduos e das coletividades, povos e nações da sociedade global (IANNI, 1994).

Diante da complexidade do mundo e da crise ambiental sem precedentes que ameaça as condições de vida no planeta (IPCC, 2007), a mídia tem a obrigação de exercer o seu papel social (HANNIGAN, 1995 e 2009) na construção de um novo conhecimento, de uma nova forma de pensar a realidade.

Isso representa um desafio, pois envolve, ao mesmo tempo, repensar a dupla lógica que envolve o funcionamento das mídias de informação (entendidas aqui como imprensa, rádio e televisão), qual sejam, a *lógica econômica* e a *lógica simbólica*. A primeira está relacionada à histórica prática das instituições midiáticas pela manutenção do *status quo* sob a ótica da *lógica econômica*, fazendo com que “todo organismo de informação aja como uma empresa. Tem por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo”, ou seja, a incorporação, na perspectiva da notícia como produto, dos meios tecnológicos acionados para fabricá-la. A segunda, a *lógica simbólica*, no entanto, “faz com que todo o organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública” (CHARAUDEAU, 2010: 21).

Do ponto de vista histórico, como lembra Hannigan, o desenvolvimento da modernidade, que tinha a fábrica como símbolo do padrão institucional da civilização moderna, teve também nos meios de comunicação social um instrumento importante no estabelecimento de uma abertura psicológica para a mudança das populações do campo para as cidades (HANNIGAN, 1995).

Os meios de comunicação foram particularmente retratados como encorajadores de um senso de *‘empatia’* – “da habilidade de imaginar mudança em se colocando no lugar daqueles que, na sociedade, estavam engajados em desempenhar papéis (como, por exemplo, um líder social) ao invés do seu próprio papel” (HANNIGAN, 2009: 19).

Na perspectiva do construcionismo social, a cobertura jornalística sobre as questões ambientais está intimamente relacionada à maneira como o meio ambiente e a natureza vão sendo concebidos socialmente ao longo da história e reflete os discursos ambientais construídos nos diferentes momentos históricos (HANNIGAN, 2009: 61).

Seguindo por essa lógica, é possível inferir que os meios de comunicação de massa enfrentam, assim como a sociedade contemporânea em geral, uma crise decorrente da complexificação das relações entre a sociedade e o meio ambiente. A

mídia é diretamente afetada pelas incertezas científicas diante de tão complexos problemas ambientais, cujos argumentos estão em debate nas arenas sociais globais. Esse é o caso, por exemplo, das mudanças climáticas.

Essa questão será discutida mais adiante neste capítulo. Antes disso, no entanto, é importante conhecer quais foram os discursos ambientais que influenciaram a cobertura jornalística ao longo do tempo.

3.2.1. A cobertura jornalística e os discursos ambiente-sociedade

Para ilustrar as diferenças desses discursos ao longo do século XX, emprestou-se um quadro esquemático, elaborado por John Hannigan (2009: 64), a partir da identificação, por diferentes pesquisadores, de três tipos predominantes de discursos ambientais no período: arcádico, ecológico e de justiça, conforme Quadro 3.4, a seguir.

DISCURSOS AMBIENTAIS POR TIPOS			
	ARCÁDICO	ECOLÓGICO**	JUSTIÇA
Racional em defesa do meio ambiente	Natureza sem preço de valor estético e espiritual	Interferência humana nas comunidades bióticas perturba o equilíbrio da natureza	Todos os cidadãos têm o direito de viver e trabalhar em um ambiente saudável
Livros-ícones	<i>My First Summer in the Sierra</i>	<i>Silent Spring</i> <i>A Sand Country Almanac</i>	<i>Dumping in Dixie</i>
Lugar primário	Movimentos de volta à natureza	Ciência biológica	Igrejas negras
Principal aliança/fusão	Preservacionistas e conservacionistas	Ecologia e ética	Direitos civis e ambientalismo
Características	<ul style="list-style-type: none"> - Externalidade – natureza construída como externa à sociedade; - Iconicidade – imagens da natureza são modeladas em imagens visuais estereotipadas (ex: cenários selvagens); - Complementaridade – é uma fuga à sociedade urbana industrial e suas doenças ambientais relacionadas a ela; - Culto ao selvagem. 	<ul style="list-style-type: none"> - Discurso científico; - Tudo está ligado a todo o resto; - Interdependência das espécies; - Adotada por movimentos ambientalistas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relacionado à contaminação tóxica; - Defende direitos de: - Obter informação; - Ter uma audiência séria para o debate das reclamações de contaminação; - Compensação, por parte daqueles que poluíram; - Participar democraticamente para a decisão do futuro da área contaminada.

Quadro 3.4 – Tipologia dos principais discursos ambientais no século XX*

(*) Elaborado pela autora, com complementações a quadro de Hannigan (2009: 64).
 (**) O original refere-se a “Ecossistema”, mas optou-se por utilizar “Ecológico”, por se entender que facilitaria no entendimento sem comprometer o sentido. A sugestão da mudança foi uma contribuição da professora doutora Ana Paula Fracalanza, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, da USP, durante qualificação para a tese, em março de 2011.

As dificuldades da imprensa em acompanhar mudanças de discurso envolvendo a relação entre ambiente e sociedade não são novas. Ao contrário, vêm sendo identificadas desde o surgimento do movimento ambientalista moderno, na década de 1960. Schoenfeld et al. (1979), ao analisar a imprensa diária nos Estados Unidos frente ao discurso ambientalista, nas décadas de 1960 e 1970, perceberam que os primeiros

repórteres ambientais, em 1969/1970, tiveram dificuldades consideráveis em reconhecer o ambientalismo [tanto em seus fundamentos, quanto em seu estilo] como um tópico separado da ‘*conservação*’. Afinal, desde os anos 1880, a ‘*conservação*’ já era uma preocupação razoavelmente bem-entendida e respeitada tanto na imprensa quanto na sociedade. O princípio central do ambientalismo, por sua vez, de que ‘*tudo está conectado a tudo mais*’ pareceu difícil de ser alcançado em termos jornalísticos, principalmente nos dilemas e nas interconexões envolvendo energia, economia e meio ambiente (SCHOENFELD et. al., 1979: 42 e HANNIGAN, 2009: 125).

Outro comportamento da cobertura jornalística sobre as questões ambientais que vem sendo foco de estudos há décadas envolve os altos e baixos da temática ambiental no radar de interesse da mídia.

Ao analisar o comportamento da cobertura jornalística sobre os problemas ambientais, na América do Norte e na Europa, foi possível observar que, até o final do século XX, ela ocorreu de forma cíclica, geralmente com reportagens sobre temas percebidos como importantes no âmbito da agenda política (ANDERSON, 1997).

No começo dos anos 1970, por exemplo, a cobertura da mídia sobre o meio ambiente apresentou um aumento drástico e, pela primeira vez, questões ambientais foram vistas por jornalistas da Grã-Bretanha e da América do Norte como uma categoria mais importante de notícia.

Esse aumento foi captado por uma pesquisa sobre como a imprensa canadense cobriu a questão da poluição das águas por esgoto, entre 1960 e 1972. Em suas análises, Parlour e Schatzow (1978) constataram, entre 1960 e 1965, uma cobertura esporádica, seguida por um aumento gradual até 1968, quando houve um crescimento ‘explosivo’ da cobertura, registrado entre 1968 e 1970, seguido por uma queda também drástica, entre 1970 e 1971. Segundo os pesquisadores, esse sobe e desce refletiu as discussões nacionais e internacionais sobre os problemas ambientais (PARLOUR & SCHATZOW, 1978).

SCHOENFELD et al. (1979: 43) identificaram que a imagem vista da lua, em 1969, da chamada ‘*Espaçonave Terra*’, forneceu uma poderosa metáfora com a qual se emoldurou a mensagem ambiental da época.

Porém, depois da queda de interesse verificada a partir de 1970, como identificada pelos pesquisadores canadenses, nos anos 1980 e 1990 começaram a surgir novas formas de abordagem das questões ambientais. Elas traziam em seu bojo os problemas ambientais como sendo globais. As pesquisadores Edna Einsiedel e Eileen Coughlan (1993), apontaram, em suas análises sobre a cobertura de jornais canadenses sobre chuva ácida, aquecimento global, camada de ozônio e desmatamento, que, diferentemente de períodos anteriores, a cobertura dos anos 1990 trazia um caráter mais global, abrangendo características que incluíam holismo, interdependência e finitude dos recursos (EINSIEDEL & COUGHLAN, 1993).

No entanto, à época, a visão das pesquisadoras foi considerada otimista demais pelos pesquisadores Lacey e Longman, segundo Hannigan (2009: 127).

Lacey e Longman (1993) observaram que o surgimento de um show business e um enfoque comercial para questões ambientais na mídia britânica, durante os anos 1980, e o argumento de que houve melhoramentos nas reportagens ambientais somente são evidentes se uma definição estreita de questões ambientais for utilizada.

Como se pode observar na análise de Libby Lester (2010) sobre a cobertura ambiental ao longo do tempo, ela é marcada por alguns ‘*bons anos*’ para o meio ambiente na mídia, nos quais a questão ganha maior visibilidade, para depois perder espaço e projeção. Segundo a autora, além de 1969, 1988 foi considerado outro *bom ano*, no qual a questão ambiental ocupou lugar central nas notícias. No entanto, perto de 1991, com a Guerra do Golfo, novamente o tema perdeu espaço. Lester menciona 2004-2005 como o mais recente período no qual se verificou o aumento da cobertura ambiental, quando as mudanças climáticas foram ‘finalmente’ (*finally*) reconhecidas como uma crise (LESTER, 2010: 43-44).

Porém, como poderá ser visto no próximo capítulo deste trabalho, no final dos anos 2000 foram verificadas novamente *mudanças dos ventos* no que parecia significar um período marcado por mais do que apenas ‘*bons anos*’ da cobertura ambiental na mídia internacional (CSTPR, 2011) e brasileira (ANDI, 2009).

Isso fez com que alguns pesquisadores, na tentativa de encontrar explicações para os altos e baixos do interesse da mídia nas questões ambientais, resgatassem a

discussão sobre teorias antigas, como o fez Libby Lester com a teoria dos ‘*ciclos de atenção*’, de Anthony Downs. O estudo ‘*Up and Down with Ecology – the “Issue Attention Cycle”*’ foi publicado em 1972, depois que a primeira baixa (*down*) da cobertura jornalística sobre a questão ambiental foi identificada em pesquisas sociológicas.

A teoria será apresentada aqui em uma tradução livre feita pela autora deste estudo a partir da apresentação da teoria de Downs por Libby Lester, em seu livro ‘*Media and Environment*’, publicado em 2010 e ainda não traduzido para o português.

Os ‘*ciclos de atenção*’ de Downs possuem cinco estágios. Eles variam em duração, dependendo da questão envolvida, mas devem ocorrer quase sempre na mesma sequência (LESTER, 2010: 44-45):

- 1) *Pré-problema* – Quando o problema existe, com determinados especialistas e grupos alarmados (*alarmed*) com ele, mas sem que tenha ainda capturado a atenção pública.
- 2) *Descoberta alarmante (e entusiasmo eufórico)* – O público torna-se consciente do problema e alarmado por ele, talvez como o resultado de uma série dramática de eventos. O entusiasmo, nos Estados Unidos, fica por conta da rápida capacidade da sociedade americana em resolver o problema.
- 3) *Percepção dos custos do progresso significativa* – Quando os custos, financeiros ou outros, da intervenção para reparar o problema são identificados, e o público dá-se conta da necessidade de conviver com o problema (*public realizes also that it may in fact be beneficiaries of the continuing problem*).
- 4) *Declínio gradual de interesse* – O interesse público declina gradualmente, talvez por sentimentos de desânimo (*discouraged*), ameaça (*threatened*) e/ou tédio (*bored*), e, conseqüentemente, os esforços para manter o problema na agenda pública também caem.
- 5) *Pós-problema* – Onde as questões entram em um estágio de ‘*limbo prolongado*’ (*prolonged limbo*), embora essas questões tenham aqui uma relação diferente com a atenção do público, na comparação com o estágio do pré-problema.

Lester reconhece que o modelo de Downs (1972) foi visionário na previsão de que o meio ambiente poderia sofrer uma gradual, mas não completa, perda de atenção pública, e que a teoria é útil em sua contextualização sobre a relação reflexiva (*reflexive relationship*) entre a mídia e o público. Mas a autora faz uma ressalva ao modelo, dizendo que ele é limitado por mostrar a jornada da questão ambiental como algo linear, organizado e claro, porém, com pouco reconhecimento do potencial de interação entre as próprias questões ambientais (LESTER, 2010: 45).

Para apontar uma falha do modelo de Downs, Lester menciona uma declaração de William Solesbury (1976). Ao apontar a sua teoria sobre as três ‘etapas’ às quais um problema ambiental deve ser submetido para entrar na agenda política – *comandar atenção; reivindicar legitimidade; e invocar a ação* –, ele ressaltou que qualquer modelo que apresentasse um processo desses como sendo “linear, organizado ou sequencial” poderia estar incorrendo em uma simplificação demasiada (*oversimplification*) (SOLESBURY, 1976; LESTER, 2010).

As discussões internacionais apresentadas acima demonstram que ainda se está buscando um modelo que consiga explicar, de forma satisfatória, como e porquê determinados problemas ambientais conseguem ganhar projeção e destaque na mídia e na atenção do público – a ponto de provocar respostas institucionais e resultar em políticas públicas – enquanto outros caem no esquecimento. E, além disso, modelos capazes de identificar quais seriam os componentes e os mecanismos necessários para que determinada questão continue em alta tanto no radar da imprensa quanto no interesse do público pelo tempo necessário até que se efetive uma real solução para o problema nas arenas públicas do debate (HANNIGAN, 2009; LESTER, 2010; HANSEN, 2011).

Diante dessas incertezas, a opção adotada neste estudo é a de analisar como a imprensa cobriu a questão ambiental no Brasil nos últimos anos e buscar encontrar elementos que possam oferecer subsídios para esses debates, visando contribuir para aproximar a pesquisa científica da construção de algumas dessas respostas.

3.2.2. A função social da mídia

Mas afinal, qual é a função social da mídia frente à complexidade e às incertezas da sociedade contemporânea na cobertura das questões ambientais? Também sobre tal questionamento pairam mais dúvidas do que certezas.

Por isso, é importante ressaltar que, neste estudo, foi criada uma definição própria sobre o que entende-se por função social do jornalismo na cobertura sobre questões ambientais. Ela foi dividida em cinco tópicos. A função social do jornalismo na cobertura de meio ambiente:

1) Envolve a identificação e a apresentação de um problema ambiental na (e para) a arena pública de debates;

2) Visa atrair a atenção do público e colaborar para a informação e a formação sobre os temas ambientais;

3) Atua no sentido de possibilitar que os diferentes atores envolvidos direta ou indiretamente com a problemática ambiental tenham à disposição informações o mais contextualizadas possíveis. Essas informações devem contemplar interesses, pontos de vista, implicações e conhecimentos envolvidos e correlacionados ao problema ambiental;

4) Busca contribuir, assim, para que os atores sociais estejam suficientemente instrumentalizados, empoderados e preparados para tomar decisões ou para influenciar na tomada de decisões sobre a respectiva temática ambiental na arena pública do debate.

5) Objetiva, por fim, contribuir para que, por meio dessas decisões, seja possível assegurar a sobrevivência e a maior longevidade da humanidade no planeta, com melhor qualidade de vida para o maior número possível de seres vivos.

Parte-se do pressuposto de que o jornalismo, para cumprir a sua função social, deve atuar de acordo com os princípios do jornalismo ambiental¹⁵, que envolvem a

¹⁵ “O jornalista que pretende compreender este planeta megadiverso não pode simplesmente ter um olhar superficial sobre a realidade. Deve compreender suas interfaces e sua cadeia de sequências” (MARCONDES, 2005).

visão sistêmica, transdisciplinar e ética na cobertura ambiental. Como reflete Belmonte (2006),

[...] o jornalista que cobre meio ambiente deve ter um compromisso com a vida. Não se trata de escrever panfletos, mas sim de fundamentar as reportagens com um bom conhecimento dos temas. Diante da crise ambiental, não há como levantar a bandeira da neutralidade.

Por visão sistêmica entende-se: “uma rede de fenômenos interligados que interagem e se comunicam o tempo todo. Enxergar sistemicamente significa perceber essa teia infinita de relações que emprestam sentido aos temas ambientais” (TRIGUEIRO, 2007).

A expressão ‘*visão sistêmica da vida*’, tradição intelectual da teoria dos sistemas, foi empregada por Fritjof Capra, no início dos anos 1980, em seu livro *O Ponto de Mutação*, em uma visão enunciativa de uma realidade que “haveria enfim de substituir em diversas disciplinas a visão de mundo mecanicista e cartesiana” (CAPRA, 2002). Para Trigueiro, essa visão sistêmica aplicada ao jornalismo pode quebrar a perspectiva reducionista e fragmentada da realidade e passar a oxigenar a produção jornalística, tornando-a mais abrangente e menos imediatista (TRIGUEIRO, 2007).

O conceito de transdisciplinaridade abordado ao longo de todo o estudo vai ao encontro das definições do sociólogo e pensador Edgar Morin (2000 e 2005). Para ele, a nova transdisciplinaridade deve pensar e repensar o saber. Deve quebrar o paradigma reducionista, considerado por Morin *insuficiente e mutilante*, e substituí-lo por outro paradigma que permita a prática da transdisciplinaridade. Um processo que dê conta de compreender o todo, fazendo sim distinções, separações, oposições, mas respeitando a complexidade. Para o autor, só a comunicação entre as ciências dará conta do pensamento sobre a complexidade do mundo atual. O mesmo serve para a sociedade (MORIN, 2005).

Com base na premissa de que o jornalismo tem a função social de contribuir para a informação e formação sobre os temas ambientais, vamos analisar a cobertura atual da grande imprensa para verificar se isso já está ocorrendo na prática diária das redações. “Se todas as editorias entenderem a visão sistêmica como uma preciosa ferramenta de trabalho para qualificar a pauta e redimensionar o conceito de notícia, a

tão propalada ‘transversalidade dos assuntos ambientais’ será fato no universo jornalístico” (TRIGUEIRO, 2007).

Segundo Hannigan, no processo de construção dos problemas ambientais, visando elevá-los à condição de política pública, a visibilidade na mídia é crucial. “Dependemos da mídia para ajudar a fazer sentido no dilúvio diário de informações sobre os riscos ambientais, as tecnologias e as iniciativas” (HANNIGAN, 2009: 121).

Cabe à mídia assumir, portanto, um papel mais protagonista e eficaz nas três etapas apontadas por Hannigan (2009) nesse processo de construção – juntar os argumentos, apresentá-los e contestá-los.

As relações entre a mídia e os cientistas, intermediadas por outros atores sociais, como o *Greenpeace*, por exemplo, de acordo com a explanação de Hannigan sobre os desafios da etapa de *juntar os argumentos*, na página 55, aponta para a oportunidade de uma reaproximação entre esses atores sociais. Aponta ainda para uma revitalização dessa relação, tornando-a mais direta. Para isso, no entanto, é sugerido que ambas as partes ampliem os campos de visão na busca pelo entendimento mútuo. Indica-se também que busquem, por meio do diálogo, encontrar denominadores comuns e formas de linguagem capazes de atrair o interesse do público pelo conhecimento científico e, assim, facilitar a familiaridade da sociedade com argumentos científicos relacionados aos problemas ambientais.

Já na etapa de *apresentação dos argumentos*, na qual a mídia está mais acostumada a atuar, existe uma oportunidade de ela assumir um papel mais protagonista. Para isso, seria fundamental que os jornalistas estivessem mais bem preparados para identificar e discernir entre as forças políticas e os interesses envolvidos no processo de *apresentação dos argumentos* ambientais.

Por fim, na etapa de *contestação dos argumentos*, a mídia tem a oportunidade de exercer a sua função social, disponibilizando informações contextualizadas e instrumentalizando os atores sociais para o debate.

Ao possibilitar que diferentes atores estejam preparados para debater, reduz-se o espaço para jogos de cena, onde quem detém o conhecimento técnico e científico domina a arena do debate e influencia na tomada de decisões, enquanto outros ficam em

desvantagem, como foi exemplificado por Hannigan no caso das audiências públicas sobre contaminação por tóxicos (na página 65 deste estudo).

Antes de assumir um papel mais protagonista nas três etapas de construção dos problemas ambientais, entretanto, os atores da máquina midiática terão, eles próprios, de rever e solucionar questões internas inerentes às suas próprias atividades, no âmbito dos *lugares de construção de sentido* (CHARAUDEAU, 2010). Até recentemente, na literatura da comunicação, o próprio processo de comunicação foi esquematizado como um monólogo unidirecional, como explicam Seixas e Lopes (2008).

Acreditava-se que o emissor da mensagem era o sujeito ativo, e o receptor, um sujeito passivo, que precisava decodificar o significado contido na mensagem. Esse modelo, simplista, não corresponde à complexidade dos processos de comunicação. A vida social é multidimensional. Circulam, no ambiente social, bens que podem ter valores e significados distintos para cada indivíduo ou grupo, época e lugar. Esses fatos, bens e valores relevantes para a sociedade exigem que a linguagem e o sistema de mediação de significados intertextuais sejam igualmente multidimensionais.

É no encontro da obra com o leitor, na recepção entendida por Maria Teresa Cruz (1986) sobre a leitura cultural, que é possível ocorrer a passagem de uma problemática da produção (“*poiesis*”) para uma da recepção (“*aisthesis*”), na chamada estética da recepção. Para Cruz, a recepção não é pacífica, nem uma simples decodificação, mas é sim carregada de complexidade, com uma produção de sentidos pelo leitor.

Jesús Martín-Barbero (1998) também estabeleceu uma ponte entre os estudos da cultura popular e os da indústria cultural, contextualizando a temática na América Latina por meio da “teoria das mediações”. Martín-Barbero observa que a cultura é um elemento chave no entendimento dos processos de significação, como aponta no trecho a seguir (1998: 291).

En la redefinición de la cultura es clave la comprensión de su naturaleza comunicativa. Esto es, su carácter de proceso productor de significaciones y no de mera circulación de informaciones y por tanto, en el que el receptor no es un mero decodificador de lo que en el mensaje puso el emisor, sino un productor también.

Segundo o autor, o desafio apresentado pela indústria cultural aparece com toda a sua densidade no cruzamento dessas duas linhas de renovação que inscrevem a questão cultural no interior do político e a comunicação na cultura (1998: 291).

Por meio da crise de paradigmas (KUHN, 2003), contra a razão cartesiana, que já passou pela física e agora se concentra nas ciências humanas, será possível compreender a tendência para deslocar o foco da atenção do objeto para a interação entre o sujeito e o objeto (CRUZ, 1986).

[...] A questão fundamental não é então a de decidir qual é o detentor do sentido – se o texto, se o sujeito – mas a de saber como é que o texto e o sujeito se constituem, e de que modo o sentido os atravessa. Assim concebido, este não é um conteúdo que resida num ou no outro, mas antes uma realidade transversal, que se constitui atravessando-os a ambos, no momento em que se confrontam.

Para Renato Seixas e Katiúscia Lopes (2008), um texto qualquer (não necessariamente o literário) contém um conjunto de significados propostos por seu autor e que, ao ser recepcionado pelo destinatário (pelo leitor do texto original), passa a ter outros significados que esse receptor lhe agrega em conexão com sua própria realidade.

[...] Nesse sentido, o texto original simboliza certa realidade, e a leitura desse texto pelo destinatário simboliza outra realidade, que pode ou não coincidir com aquela imaginada e narrada pelo autor. [...] O texto em si mesmo não carrega um significado definitivo, pronto e acabado, construído pelo seu autor. Ao contrário: produzido o texto, o autor perde em grande parte o controle do seu conteúdo, que será fixado também pelo leitor, com o significado que tal receptor vier a atribuir ao texto dentro do contexto assinalado. A alteridade entre leitor e obra marca a construção do significado do texto, segundo o paradigma da estética da recepção.

Existe um entendimento de que a mídia, em seu processo de “fazer jornalístico”, ainda baseia-se no paradigma positivista da leitura e compreensão da realidade, paradigma este que não atende mais à complexidade da sociedade contemporânea, como já discutido anteriormente. Um exemplo que corrobora essa premissa está no relato de Seixas e Lopes (2008), sobre as atividades do *I Fórum Internacional de Energia, Meio Ambiente e Comunicação Social*, realizado na cidade de São Paulo (SP), em outubro de 2008. Relatam os autores que

[...] o temário apresentou aspectos multidimensionais relacionados à produção de energia, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

[...] (A análise de publicações) evidenciou que, de modo geral, a cobertura jornalística desses fenômenos apresenta características típicas do modelo positivista: fragmentação da informação; discurso autoritário e opiniático das fontes que controlam, editam e difundem o fluxo de informações destinadas à sociedade; identificação de fenômenos causais e seus efeitos; classificação de condutas ‘certas’ ou ‘erradas’ dos diferentes atores sociais envolvidos nos temas energéticos, ambientais e desenvolvimentistas.

As limitações nos *lugares de construção do sentido* (CHARAUDEAU, 2010), envolvendo, por exemplo, a concorrência, a pressa e as pressões cotidianas, afetam principalmente aos jornalistas na execução de seu ofício, atividade que exige uma postura reflexiva diante da realidade a ser interpretada e transformada em notícia jornalística, como explicita Pierre Bourdieu (1999: 733).

[...] Os jornalistas, submetidos às exigências que as pressões ou as censuras de poderes internos e externos fazem pesar sobre eles, e sobretudo a concorrência, portanto, a urgência, que jamais favoreceu a reflexão, propõem muitas vezes, sobre os problemas mais candentes, descrições e análises apressadas, e amiúde imprudentes; e os efeitos que produzem, tanto no universo intelectual como no universo político, é ainda mais pernicioso, às vezes, porque estão em condição de se fazer valer mutuamente e de controlar a circulação dos discursos concorrentes, como os da ciência social.

Quando se fala na construção de sentidos nos lugares da máquina midiática (CHARAUDEAU, 2010), e na produção jornalística, mais especificamente, se está a considerar que cada veículo de comunicação, mais do que uma empresa, é uma organização composta por pessoas.

Sob essa ótica, os jornalistas são, eles próprios, atores sociais em cena frente a um mundo vivo (MEDINA, 2006), portanto, protagonistas da contemporaneidade. Ao falar sobre a visão epistemológica entre o jornalismo e o meio ambiente, no âmbito latino-americano, o jornalista e pesquisador Eduardo Geraque apontou a ineficiência da mídia – e dos jornalistas – no cumprimento do seu papel social (2006: 43).

Se os signos ambientais na América Latina estão em pleno processo de transformação, como quase sempre estiveram nos últimos 500 anos, a população que se alimenta da produção dos sentidos feita pelos atores sociais que são os jornalistas está quase sempre subnutrida. A comunicação social muito provavelmente não está cumprindo o seu papel. Novas rotas precisam ser delineadas e, a partir disto, enfrentadas.

O cumprimento do papel social passa, necessariamente, pela produção dos sentidos (MEDINA, 2003 e 2006) que, segundo Geraque, “é algo muito mais

importante para nutrir os interessados que lêem os atores sociais jornalísticos do que a forma física como esses resultados são apresentados. Eles podem estar nas páginas dos jornais e das revistas, não apenas nas estantes de livrarias” (GERAQUE 2006: 52).

Pesquisadores do construcionismo social nos meios de comunicação de massa, ao analisar o processo pelo qual os jornalistas desenvolveram e cristalizaram o significado do discurso público, apontam como elemento importante desta análise. Trata-se das chamadas ‘molduras da mídia’ ou ângulos da notícia.

Essas molduras configuram-se como métodos organizados que ajudam tanto o jornalista quanto o público, aos movimentos sociais e às fontes, a dar sentido às matérias e aos eventos, e, a partir daí, injetá-los (aos eventos) significados (HANNIGAN, 2009: 124). Em resumo, as ‘*molduras da realidade*’ (*frames or interpretation of reality*), possibilitam às pessoas “localizar, perceber, identificar e classificar um aparentemente infinito número de ocorrências e fornecem respostas à questão ‘O que está acontecendo aqui?’” (BENFORD, 1993).

Os estudos sobre as ‘*molduras da realidade*’ ou ‘*molduras interpretativas*’ da realidade ganharam projeção a partir dos anos 1980, nos Estados Unidos, com pesquisas sobre as dinâmicas de ações coletivas e de discursos públicos, principalmente envolvendo a ampliação do número de movimentos sociais e ambientais (BENFORD, 1993).

A compreensão das ‘*molduras interpretativas*’ contribui também para que pessoas ou grupos possam ‘negociar’ a realidade identificada por diferentes pontos de vista visando à construção de consensos. Nesses processos negociados, que envolvem uma competição rotineira, é preciso que os envolvidos evitem rupturas, que podem ocorrer se não houver negociação diante de três situações: interpretações diferentes da realidade atual; divergências relacionadas à realidade alternativa (prognóstico); e consenso na forma de representação das versões e das visões da realidade para outros atores sociais (BENFORD, 1993).

William A. Gamson e Andre Modigliani, por exemplo, em um artigo publicado em 1989, estabelecem conexões entre os discursos da mídia e a opinião pública. Esses discursos – que geralmente eram analisados separadamente – foram analisados à luz do debate sobre energia nuclear. Adotando a perspectiva construcionista, o estudo partiu do pressuposto que a energia nuclear é, como toda a questão política, também uma questão cultural (GAMSON & MODIGLIANI, 1989).

Na busca por molduras que melhor retratem os seus respectivos pontos de vista, argumentadores, opositoristas e jornalistas competem no processo de significação, como aponta Hannigan (2009: 124).

Tanto os argumentadores como seus oponentes exercem competição rotineira ao promover, para os jornalistas, como também para os apoiadores em potencial, as suas molduras favorecidas. Ao mesmo tempo, os jornalistas estruturam suas próprias molduras, especialmente por razões de eficiência e adaptabilidade da história. Gamson e Wolfsfeld (1993) retrataram a interação entre os movimentos e a mídia como uma sutil “competição de significados”, nos quais os ativistas tentam vender suas imagens preferidas, argumentos e linhas da história para jornalistas e editores que, muito frequentemente, preferem manter e reproduzir as estruturas principais dominantes e os códigos culturais.

Ao reproduzir a corrente principal de imagens e códigos utilizando sempre as mesmas ‘*molduras interpretativas*’ da realidade, no entanto, a mídia corre o risco de seguir a reboque da notícia e passar a produzir um conteúdo que não mais atende aos anseios dos receptores das notícias, também produtores de sentido (CHARAUDEAU, 2010; CRUZ, 1986) e, portanto, detentores de suas próprias *molduras interpretativas* (BENFORD, 1993).

Com isso, ampliam-se também os riscos de os jornalistas provocarem um efeito contrário ao que almejam, ou seja, que eles contribuam para que o resultado de seus respectivos trabalhos caia em um mar de desinteresse (HANNIGAN, 2009). Assumir que os consumidores de notícia (leitores; ouvintes; telespectadores) aceitam passivamente as ‘*molduras da mídia*’ como elas são é de alguma forma afastar-se da possibilidade de oferecer uma interpretação de uma realidade negociada (BENFORD, 1993; HANNIGAN, 2009).

No estudo de 1989, Gamson e Modigliani identificaram cinco métodos de molduras utilizadas pela mídia: 1) uso de metáforas; 2) exemplos; 3) frases feitas; 4) representação/retrato; e 5) imagens visuais, além de três métodos racionais: a) raízes (análise causal); consequências (apresentação de um tipo particular de efeito) e apelos de princípios (argumentos morais).

Qualquer fórmula pronta, ou ‘pacotes da mídia’, no entanto, talvez não atenda mais aos anseios dos leitores, na busca por entendimento para os temas complexos

envolvendo as questões relacionadas ao meio ambiente (GAMSON & MODIGLIANI, 1989). Os problemas ambientais exigem uma reflexão, que deve ter como base as diferentes ‘vozes’ e os diferentes sentidos sociais, em um raciocínio complementar aos autores Seixas e Lopes (2008), no trecho destacado a seguir.

[...] Conforme as relações individuais e sociais tornam-se mais complexas e amplas, a linguagem e o sistema de significados culturais precisam ser reatualizados pelos mediadores sociais, os quais, através de suas narrativas sobre a realidade, recriam-na e dão estabilidade, mesmo que transitória, ao quadro geral de referências culturais vigentes em certo contexto.

Diante do desafio da reatualização do sistema de significados, esta pesquisa apoia a proposição da prática de um jornalismo autoral, por meio da técnica da reportagem e do jornalismo investigativo, como uma alternativa na busca por uma incorporação, cobertura ambiental da mídia, da propagada visão sistêmica e transversal, como Geraque (2006: 10).

[...] O jornalista, como ator social e mediador de sentidos, não pode estar ausente do debate ambiental. Ter uma visão de mundo sistêmica é a única forma de conseguir produzir reportagens impregnadas de transversalidade, caminho que torna possível o oferecimento ao leitor de toda a complexidade contemporânea.

A reportagem também foi apresentada como uma alternativa importante para a cobertura das questões relacionadas à sustentabilidade – nas quais as questões ambientais estão incorporadas –, pelo estudo “*RSE na Mídia: pauta e gestão da sustentabilidade*”, resultado de um evento com o mesmo nome realizado pela Rede Ethos de Jornalistas, do Instituto Ethos de Responsabilidade Social, em 2006. Os autores Emílio Martos e Patrícia Saito destacam o poder da reportagem nesse tipo de cobertura (MARTOS e SAITO, 2007).

[...] No caso da pauta da sustentabilidade, constatou-se que, se bem fundamentadas e bem narradas, as reportagens têm o poder de induzir à *práxis* transformadora, culminando no fortalecimento da cidadania e na construção de políticas de desenvolvimento.

A pesquisadora Cremilda Medina resgatou um caso emblemático de jornalismo autoral, praticado por João do Rio no início do século XX, quando o Rio de Janeiro ainda era a capital do País (MEDINA, 1988).

[...] Observação direta e palpitante. Repórter que vai à rua e constrói sobre o momento a história dos fatos presentes. Da união destes dois conceitos nasce a definição moderna de jornalismo [...] Faro, traduzido em linguagem técnica do jornalismo moderno, é a capacidade de antecipar informações pelo convívio com os fatos em movimento no presente histórico; e a fidelidade do repórter pode ser traduzida como observação da realidade e captação de dados objetivos, exteriores ao observador. As reportagens de João do Rio demonstram, ainda que de forma incipiente, essas capacidades, assumidas numa época em que ser jornalista era ter habilidade verbal e falar sobre não importa o que, movido pela inspiração do momento.

Eduardo Geraque aponta que a cobertura jornalística sobre a temática ambiental ainda precisa percorrer um longo caminho até alcançar a almejada construção de sentidos. O autor avalia que “a visão de mundo ambiental observada nos dias de hoje, que parte da comunicação social e do jornalismo, está pouco fundamentada na complexidade do mundo vivo. Tudo parece surgir de uma ‘monolética’. Pouco se avançou rumo aos bastidores do que está aparente” (2006). E prosseguem, dizendo que

[...] os atores sociais jornalísticos precisam mergulhar mais neste processo multifacetado. O ideal seria uma entrada de cabeça e não molhar apenas os pés como tem acontecido. Fortalecer o fluxo energético entre o sistema jornalismo e o sistema meio ambiente é o ponto de partida para que o processo entre por uma estrada melhor alicerçada. [...] A visão sistêmica e transversal no fazer jornalístico da atualidade deve estar mais voltada a procurar olhar para o todo, sem cortar ou reduzir, mas com o objetivo de fazer sínteses e contribuir para a busca por soluções.

Mesmo frente à complexidade do cenário que envolve o próprio fazer jornalístico, a mídia ainda configura-se como o lugar estratégico para o debate sobre os novos moldes da modernidade, na perspectiva da sociedade de riscos (BECK, 1992 e 2009). O jornalismo tem a responsabilidade pela vocalização do presente e da cidadania, principalmente em um momento tão importante da história mundial.

Segundo Cremilda Medina, é na dialogia, na polifonia (várias vozes) e na polissemia (vários sentidos) que se pode tentar compreender e dar novos sentidos a essa

complexificação. O jornalista tem sim o direito e o dever de dar sentido, de agir como leitor cultural, de ouvir variadas fontes, de não dissimular a complexidade atrás de simplificações que acabam por distorcer a realidade (MEDINA, 2003, 2006 e 2007).

Como fazer isso em um cenário onde as empresas jornalísticas estão entre as organizações mais atrasadas no que se refere às tendências de implantação da responsabilidade social em suas práticas produtivas? Cabe ao repórter, no seu contato com a realidade das ruas, buscar exercitar o que a professora Cremilda Medina chama de *guerrilha homeopática* (emprestando a expressão atribuída ao médico, escritor e ensaísta Pedro Nava). O jornalista pode fazer a sua parte rumo à mudança do mundo, transformando o pessimismo e a (sensação de) impotência em *atos emancipatórios*. Nesse sentido, a reportagem configura-se, como um caminho possível para as narrativas relacionadas aos problemas ambientais, permitindo maior sensibilização dos atores-leitores, como argumentam Seixas e Lopes (2008), ao destacar que

[...] os problemas concernentes ao desenvolvimento socioeconômico sustentável exigem reflexão compreensiva, na qual devem intervir representantes de diferentes segmentos sociais, a fim de que possam ponderar sobre os custos e benefícios que estarão dispostos a absorver. Nesse contexto, os mediadores dos signos das relações deverão estar atentos às práticas do cotidiano social: sem essa estratégia haverá a tendência de as matérias jornalísticas não estarem afetas, não dizerem respeito, não interessarem aos receptores das mensagens que, como visto, por sua vez, também são autores-narradores-mediadores das mensagens a eles dirigidas.

Hannigan, por sua vez, afirma que a mídia têm o papel de promover a *'familiaridade'* do público quanto a um determinado problema ambiental, por meio da *'educação'* sobre o meio ambiente, as espécies e os lugares que estão além do nosso domínio ou da nossa experiência pessoal cotidiana (1995: 73).

No entanto, a cobertura exagerada pode promover efeito contrário, provocando cansaço no público. “As exigências ambientais com êxito devem possuir elementos de vitalidade e de desenvolvimento que assegurem que eles não desapareceram num mar de desinteresse ou irrelevância” (1995: 74). Frente aos múltiplos argumentos em competição, com que os jornalistas têm de se deparar rotineiramente no curso de construção de uma história, a reportagem configura-se como uma alternativa

importante, como Hannigan ressalta a partir do destaque a um trecho publicado por Stocking e Leonard (1990: 42, apud HANNIGAN, 2009: 139).

[...] A história ambiental é uma das mais complicadas e urgentes do nosso tempo. Envolve ciência abstrata e probabilística, leis labirínticas, políticos de destaque, economia especulativa e a complexa interligação dos indivíduos e das sociedades. A maioria concorda que é concernente ao futuro da vida no planeta como nós a conhecemos. Talvez, mais do que a maioria das histórias, ela necessita de reportagem mais longa, cuidadosa e analítica.

3.2.3 Os desafios do fazer jornalístico

Tudo indica que a mídia, ao abordar questões ambientais na atualidade, ainda está mais focada em relatar fatos pontuais e sensacionais, descontextualizados de uma realidade explicitada pela crise ambiental global. Em paralelo, tende a manter um discurso que guarda nas entrelinhas o anseio pela manutenção do *status quo* de um modelo econômico global predominante que já não é mais capaz de se sustentar diante da clareza sobre os limites da natureza em ser usada como armazém de provisões, espaço para se viver e depósito de resíduos (HANNIGAN, 2009).

O sociólogo STEVEN YEARLEY¹⁶ [Entrevista], por sua vez, observa, ao analisar o comportamento da mídia no Reino Unido, que quando existe um debate público sobre sustentabilidade global, geralmente essa discussão se desenvolve somente no terreno técnico. No entanto, Yearley (2011) defende que a mídia não deve ser a única responsabilizada por contar histórias e estimular um debate sobre as questões ambientais com vieses conectados com a manutenção do *status quo*.

[...] There is a sense in which most of the mainstream media are in some ways connected to the status quo and therefore when they frame the stories or present the information the assumption is usually... 'the status quo will remain and there will be some small reforms or changes but'... So you get stories about electric vehicles so rather than changing our way of transport, you just change from petrol car to electric cars... But if you then do a comparison and say: 'Well, are the media any worse than other institution? [...] Thinking about this transformation ... It isn't clear to me that the media are worse than banks, or trade unions, or pension funds [...]. So, that is a lot of other institutions that have to confront these issues [...]. The media often

¹⁶ Entrevista concedida para este estudo pelo sociólogo Steven Yearley, no dia 11 de julho de 2011, em Edimburgo, na Escócia. As futuras citações resultantes dessa entrevista irão aparecer, ao longo do texto, mencionadas como YEARLEY, 2011.

felt able to take environmental issues quite seriously because they were seen as non party political.

A mídia enfrenta uma série de desafios internos do processo de produção de notícias que devem ser considerados na discussão sobre o *gap* existente entre a cobertura jornalística como é feita na atualidade e a almejada para as questões ambientais, considerando todas as premissas do jornalismo ambiental e a função social do jornalismo, já mencionadas anteriormente. Hannigan aponta algumas dessas limitações do processo de produção de notícias (1995: 81-97).

- a) *O processo de 'fabricação' das notícias* – encaixe no formato de notícia;
- b) *O fator-tempo* – a pressa em noticiar e a burocracia da cobertura jornalística;
- c) *As fontes de informação* – os repórteres costumam se manter fiéis a uma pequena lista de fontes confiáveis, geralmente pessoas com papéis oficiais e com interesses próprios;
- d) *O foco em catástrofes* – a cobertura ambiental, de uma maneira geral, é focada em desastres e catástrofes ambientais, geralmente procurando culpados pontuais, sem análise do contexto mais amplo, político, institucional, social, entre outros;
- e) *A falta de preparo* – atinge repórteres e editores, fazendo com que eles optem por recorrer sempre às mesmas fontes oficiais e enfrentem a indefinição de onde encaixar a notícia, do ponto de vista editorial;
- f) *Especialização ou generalidade?* – o jornalista, por essência, é um generalista. No entanto, a cobertura ambiental exige um conhecimento e um aprofundamento de conceitos e temas que vão contra essa característica do jornalismo;
- g) *O risco do sensacionalismo* – Sempre com a atenção voltada à circulação (uma preocupação da área comercial das empresas de comunicação), os editores preferem histórias que representem controvérsia ou conflito. Em decorrência disso, o cuidado dá lugar ao sensacionalismo;

h) *A objetividade e o equilíbrio* – as exigências em relação à objetividade e ao equilíbrio, hoje pedras fundamentais do jornalismo, podem, na verdade, representar uma pedra no caminho quando o assunto é a cobertura ambiental.

Hannigan (1995) defende que “o conceito de ambientalismo é uma construção em si própria multifacetada que consolida um conjunto de filosofias, ideologias, especialidades científicas e iniciativas políticas” (1995: 77). Ele destaca o papel central do discurso da mídia na interpretação e modelagem dos contextos, das condições e das consequências da crise ambiental.

O autor afirma, ainda, que “sem a cobertura da mídia, é pouco provável que problemas antigos entrem na área do discurso público ou venham a fazer parte do processo político”. A mídia tem o papel fundamental de fazer com que “o dilúvio diário completamente confuso de informações sobre os riscos ambientais, tecnologias e iniciativas faça sentido” (HANNIGAN 1995: 79).

Os tópicos apontados por Hannigan, em 1995, como possíveis entraves para a realização de uma cobertura jornalística mais abrangente das questões ambientais, visando à maior contribuição por parte da mídia na construção dos problemas ambientais, serviram como um guia para a criação dos critérios, categorias e classificações utilizados para embasar o diagnóstico realizado por este estudo, ao longo de 15 anos de cobertura jornalística sobre a poluição do solo por resíduos no Brasil, por meio da análise de textos publicados nos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*, entre 1992 e 2007. Os resultados do diagnóstico estão disponíveis no próximo capítulo, onde outros componentes relacionados a esses desafios do fazer jornalístico também foram discutidos.

Seguem alguns apontamentos sobre os principais desafios identificados por Hannigan. Eles foram construídos pelo autor a partir da análise de produções acadêmicas de outros pesquisadores que também observaram essas questões em veículos de comunicação em outros países, principalmente da Europa e da América do Norte.

a) O processo de fabricação das notícias

Por muitos anos, os pesquisadores da comunicação de massa não consideravam a existência de fatos ‘*objetivos*’ e eventos que podiam ser verificados independentemente de ser ou não cobertos pela mídia. Por essa lógica, quando repórteres, editores e outros profissionais da imprensa eventualmente distorciam ou deixavam de publicar algum fato, por uma questão de escolha ou de seleção, isso não significava que tal fato não era real. Assim, furacões e inundações, por exemplo, tinham uma existência em si, certificada pelo próprio acontecimento, independentemente do tratamento dado a eles pelas salas de redação (HANNIGAN, 1995 e 2009).

No entanto, a partir dos anos 1970, essa lógica de raciocínio foi alterada, dando lugar a um modelo por meio do qual passou a se verificar que um determinado fato ou evento só se tornava notícia quando transformado pelo processo de produção jornalística, e não por conta de suas características objetivas (ALTHEIDE, 1976; HANNIGAN 1995 e 2009). A notícia é conceituada como um ‘*realidade construída*’, na qual os jornalistas definem os significados sociais como parte do seu trabalho de rotina diária (TUCHMAN et al., 1978). A produção de notícia, dessa feita, é tratada como um processo colaborativo, no qual os jornalistas e seus recursos negociam as histórias (HANNIGAN, 2009: 122).

Existe, portanto, uma recontextualização dos fatos dentro do formato da notícia, com ângulos da notícia adaptados para melhor contar as histórias. Diante desse processo, as escolhas das notícias a serem consideradas, valorizadas ou descartadas, bem como o enfoque, ou a *moldura* dada ao conteúdo, ganhou maior importância para os pesquisadores em comunicação, dando maior visibilidade também “às limitações geradas por rotinas e limites operacionais do processo jornalístico, como o fator-tempo e a burocracia na escolha das fontes” (HANNIGAN, 2009).

b) O fator-tempo

A pressa em noticiar e o tempo agem como fatores limitantes sobre o produto final do processo jornalístico no que se refere aos problemas ambientais. De uma

maneira geral, nas redações, há uma busca constante por ‘encaixar’ os fatos e eventos em formatos existentes, para facilitar o processo.

Embora essa questão fique mais explicitada nas televisões, com a apresentação de *clips* de notícias, também nos jornais muitas informações, eventos e fatos acabam ganhando um espaço pequeno, suficiente para ter o registro, para evitar o ‘furo’¹⁷, porém, sem qualquer análise mais contextualizada.

Assim, histórias mais longas, com maior necessidade de reflexão, como é o caso das que envolvem as questões ambientais, acabam ficando, muitas vezes, em segundo plano, devido à pressa, ou, mais do que isso, são descontextualizadas e removidas do contexto no qual ocorrem para serem recontextualizadas em novos formatos adequados à publicação. Atendem, dessa maneira, ao processo jornalístico, mas não necessariamente aos interesses dos leitores e às necessidades do processo de formulação dos argumentos ambientais (ALTHEIDE, 1976).

Outras consequências decorrentes do fator-tempo estão relacionadas à burocracia da rotina de produção das notícias e à previsibilidade das histórias publicadas, o que Philip Schlesinger (1978) chamou de ‘*limites de mudança*’. A notícia é geralmente vista como o resultado de rotinas organizacionais obrigatórias, sendo o produto de um sistema fixo de trabalho, que tem como principal objetivo impor um senso de ordem e de previsibilidade sobre o caos dos múltiplos eventos e matérias geralmente não relacionados (SCHLESINGER, 1978).

No estudo de observação de notícias da BBC, que realizou na década de 1970, Schlesinger percebeu que a espinha dorsal do noticiário diário era uma agenda de rotina de histórias previsíveis, como negociações coletivas de trabalho, negócios parlamentares, atividades da família real, resultados dos esportes, entre outros (SCHLESINGER, 1978). Isso foi verificado também em outras pesquisas, como revela Hannigan (2009).

[...] De maneira similar, Fishman (1980) observou que, ao invés de procurar pela informação, os repórteres do jornal diário da Califórnia optaram por um regime de rotina de notícias derivado de uma mistura de eventos marcados (coletivas de imprensa, julgamentos nos tribunais) e relatórios de eventos

¹⁷ [Expressão comum no jargão jornalístico]. Definição: Informação importante e correta que apenas um veículo de comunicação divulga. [...] A busca do furo não dispensa o cuidado com a qualidade e a quantidade das informações publicadas cotidianamente (FOLHA DE S.PAULO, 2000).

pré-formulados (ocorrências policiais, declarações da imprensa), estes itens foram cruciais em ajudá-los a cumprir prazos e cotas de histórias.

A relação entre o fator-tempo e a previsibilidade das notícias, identificada em pesquisas científicas desenvolvidas nos Estados Unidos e no Reino Unido, também foram apontadas como um dilema da cobertura jornalística do Brasil. Isso foi explicitado, por exemplo, durante o encontro da Rede Ethos de Jornalistas, em 2006, para discutir a responsabilidade social empresarial na imprensa brasileira, como mencionam Martos e Saito (2007).

[...] A sobrecarga de atividades em uma redação rouba o tempo necessário para desenvolver temas mais intrincados. É mais fácil e rápido lidar com pautas factuais, que rendem histórias de estrutura previsível, do que com a complexidade (de pautas) relacionada à sustentabilidade, em permanente construção.

Esse fator levanta uma problemática que envolve a mídia em diferentes partes do mundo, pois os eventos oficiais são cruciais para ajudar no cumprimento de prazos para o fechamento. O tamanho do texto, nos jornais, ou o tempo de transmissão nas emissões de televisão e nas rádios, chamados '*limites físicos*', também acabam por forçar uma priorização por notícias que perdem rapidamente a validade.

“Com isso, o jornalismo investigativo de não-eventos é adiado, perde espaço” (MARTOS e SAITO, 2007). Resumindo, a influência do fator-tempo para a produção jornalística age como um fator de limitação sobre a qualidade do produto final e sobre o processo de produção das notícias, acarretando, por vezes, notícias descontextualizadas ou mesmo incompreensíveis.

c) As fontes de informação

A criação das notícias é tratada como um processo de colaboração em que os jornalistas e as suas fontes negociam histórias (HANNIGAN, 1995: 81). Os pesquisadores do construcionismo social na mídia também têm observado a importância das fontes de notícia (2009: 123). São as chamadas '*fontes confiáveis*', listas de

contatos obtidos em processos anteriores de apuração, compostas por pessoas com as quais os jornalistas estabelecem uma relação de confiança.

Geralmente, estas '*fontes confiáveis*' são pessoas que possuem papéis sociais oficiais: políticos, representantes dos governos, lideranças de agências governamentais, cientistas, representantes de empresas e outros especialistas. São aquelas pessoas que, nas arenas públicas de debate, lideram, por exemplo, o discurso nas audiências públicas sobre as questões ambientais. Mesmo quando a mídia solicita um comentário dos oponentes do *status quo*, "as fontes de notícias são invariavelmente tiradas da parte executiva das maiores organizações dos movimentos sociais, como o Greenpeace e os Amigos da Terra" (HANNIGAN, 2009: 123).

Ao realizar um estudo sobre o derramamento de petróleo ocorrido em 1969, em Santa Bárbara, na Califórnia (EUA), os autores Molotch e Lester (1975) observaram, segundo Hannigan (1995) que poderosas figuras e organizações com acesso rotineiro aos meios de comunicação social (o presidente, os funcionários federais, os representantes da companhia de petróleo) tinham muito mais possibilidades de trabalhar como fontes de notícias do que os ativistas pela conservação e os funcionários locais. Smith, em uma citação de Hannigan, fala sobre o poder das fontes oficiais (SMITH, 1992 apud HANNIGAN, 2009: 123).

[...] Essas fontes exercem um poder social e político considerável, fornecendo uma interpretação pré-empacotada, tendenciosa e socialmente construída, de uma série dada de eventos ou circunstâncias – uma interpretação que é prontamente adotada pelos jornalistas, os quais, raramente, têm o tempo ou o conhecimento especializado necessário para adicionar mais informações aos seus próprios ângulos da notícia.

A questão envolvendo as fontes de informação que 'possuem voz' na mídia é um tema amplamente discutido nas pesquisas sobre comunicação ambiental no Reino Unido e nos Estados Unidos. Pesquisas apontadas por Libby Lester em seu livro '*Media & Environment*' (2010) indicam que o debate ambiental contemporâneo está cada vez mais '*institucionalizado*'. Em outras palavras, o debate está dominado por organizações e grupos, formais e informais, que possuem estruturas próprias e representantes para falar em nome dessas instituições, sejam elas grupos de cidadãos com preocupações

ambientais, sociedade civil organizada, grandes corporações ou empresas médias, instituições científicas, órgãos públicos ou governos.

De acordo com Lester (2010), o cidadão comum, quando participa como fonte de uma cobertura jornalística, o faz de forma limitada, aparecendo para mostrar um lado mais humano de uma problemática ambiental dentro do formato noticioso, por exemplo. No entanto, raramente esse cidadão comum aparece como alguém preparado para influenciar nos desdobramentos do debate público relacionado à questão ambiental apresentada. *“The individual citizen (...) may participate in mediated environmental debate, but often within strict parameters”* (LESTER: 2010, 41).

O tema envolvendo as fontes de informações que ganham visibilidade (e conseqüentemente as que não ganham) na mídia é extremamente complexo. Para cada especialista escolhido para falar sobre determinado assunto, existem inúmeros outros que ficam de fora do crivo de jornalistas e redações, sendo ‘descartados’ do rol de ‘*pessoas confiáveis*’ para opinar sobre o respectivo tema. Isso denota, em suma, que a própria escolha da fonte é, em si, um ato que deve ser observado.

O que leva uma pessoa a adquirir o *status* de fonte e ter credibilidade a ponto de representar uma instituição, um grupo ou um assunto específico? Quais são os critérios usados por jornalistas para ‘dar voz’ a uma fonte de informação? Quais os interesses que estão por trás das fontes que estão falando sobre temas relevantes da arena pública de debate internacional sobre as questões ambientais, como as políticas públicas das mudanças climáticas, por exemplo? Estarão os jornalistas preparados para entender os interesses que envolvem cada release que chega às redações? Essas são algumas perguntas que já estão sendo feitas em diferentes pesquisas sociológicas e de comunicação ao redor do mundo e que deverão nortear, cada vez mais, a discussão sobre o futuro da cobertura jornalística sobre as questões ambientais também no Brasil.

Uma pesquisa realizada pela ANDI (2008), no Brasil, sobre como a mídia cobriu um assunto de seu próprio interesse – as políticas públicas relativas à comunicação – identificou, ao analisar as fontes primárias ouvidas por jornalistas na cobertura, a grande concentração da discussão no âmbito do governo e das empresas, e, por outro lado, a desvalorização das ‘vozes’ da sociedade civil.

Ainda com relação às fontes de informação, a pesquisa da ANDI verificou que aproximadamente 38% dos textos analisados “trazem mais de uma fonte de informação”, e “somente 16% oferecem opiniões divergentes [...] resultado que fica distante do esperado, principalmente quando lembramos que estamos falando de um debate com tamanha polarização e complexidade”, diz o documento (ANDI, 2008: 187).

Alguns aspectos relacionados às fontes de informação identificadas no diagnóstico sobre a cobertura jornalística sobre poluição do solo por resíduos, neste estudo, foram analisados por meio da triangulação entre as metodologias de *análise de conteúdo* (BARDIN, 2004) e de *análise de discurso* (CHARAUDEAU, 2010). O resultado pode ser acompanhado no próximo capítulo.

d) O foco em catástrofes

“As catástrofes são o pão com manteiga da cobertura das notícias ambiental”, segundo Hannigan (2009). Geralmente, tais incidentes resultam em inúmeras perdas humanas e pessoas feridas, sendo rica em atos que envolvem coragem, solidariedade e sacrifício próprio. Isto favorece um grande número de histórias de interesse humano, como ocorreu na tragédia de deslizamentos de terras e destruição que provocou a morte de aproximadamente mil pessoas na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, na Região Sudeste do Brasil, no início de 2011.

No cenário internacional, catástrofes como o tsunami que atingiu a Indonésia, em 2004, o furacão Katrina, nos Estados Unidos, em 2005, e o terremoto que destruiu o Haiti, em 2010 são outros exemplos que ilustram o que se está querendo dizer.

Essas reportagens, centradas em eventos, são caracterizadas não somente por desastres rápidos, como tornados, furacões e nevascas, mas também por acontecimentos de destruição lenta, como a redução da camada de ozônio e a chuva ácida. Para se adequarem à agenda de notícias, estes fenômenos precisam ser visualizados como acontecimentos recentes de um evento, e não como acontecimentos inevitáveis, frutos de uma série de decisões sociais e políticas (HANNIGAN, 2009: 129).

Se por um lado a cobertura focada em eventos de grande magnitude tem a vantagem de dar visibilidade a tópicos ambientais que, de outra forma, poderiam ser

ignorados pelos diferentes atores sociais, por outro lado, tendem a ser descontextualizados pela mídia. Os meios de comunicação social, segundo Hannigan, tendem a “dar aos consumidores de notícia a impressão de que indivíduos ou corporações errantes, mais do que políticas institucionais e de desenvolvimento social, são responsáveis por estes eventos” (HANNIGAN, 2009).

Um exemplo disso ocorreu no episódio do derrame de petróleo provocado por um acidente envolvendo o petroleiro *Exxon Valdez*, no Alaska, em 1989. Na análise sobre o problema, o livro *Sociologia Ambiental* aborda que a mídia criou a história em termos dos problemas de consumo de álcool por parte do capitão Joseph Hazelwood, ao invés de lidarem potencialmente com outros ângulos importantes de notícias. Poderia ter dado visibilidade, por exemplo, à história da redução dos padrões de segurança marítima administrados pela guarda costeira, que havia ocorrido pouco tempo antes do acidente; ou à incapacidade da indústria petrolífera em limpar extensos derramamentos de petróleo como o ocorrido em Prince William Sound (SMITH apud HANNIGAN, 1995: 89).

Por fim, outra característica de uma cobertura jornalística fixada em tragédias e desastres é que as notícias favorecem molduras monocausais no lugar de redes de causas longas e complexas, como Hannigan exemplifica (1995 e 2009).

[...] O aumento da poluição tóxica na água potável em Nova Orleans, durante o verão de 1988, foi exclusivamente atribuída a um simples fenômeno natural – uma descida nos níveis de água no rio Mississippi devido às condições de seca – em vez de uma combinação de fatores que envolvem os níveis de água baixos, sim, mas também um problema muito antigo, o das descargas de fábricas de produtos químicos a montante da cidade (Spencer e Triche, 1994). [...]. Eles [os autores] especulam que esta moldura monocausal ocorreu porque o pessoal do jornal ficou relutando em implicar vários atores do poder institucional – o corpo de engenheiros do exército americano, a burocracia do Estado, a indústria química – como participantes deste evento-tragédia.

Essa questão de notícias que aparecem e depois somem na mídia, foi apontada também no evento RSE na mídia, com foco no cenário brasileiro. Chamado de ‘cobertura errática’, o fenômeno envolve assuntos que entram em evidência nos noticiários de forma errática e sem continuidade, vindo a sumir depois. “Quando a

cobertura é por ‘*ondas de interesse*’, perde-se consistência, essencial quando se trata de introduzir novos paradigmas, como é o caso de questões ambientais e de sustentabilidade” (MARTOS e SAITO, 2007).

e) A falta de preparo

Como observa Ciro Marcondes Filho, “o mundo caminha em descompasso da formação do jornalismo: uma realidade cada dia mais complexa, uma formação cada vez mais precária” (2000).

Como já foi abordado anteriormente, o preparo é premissa fundamental para que o jornalista possa cumprir a sua função social e integrar a visão sistêmica e transversal na cobertura das questões ambientais, frente aos desafios impostos na contemporaneidade. No entanto, pesquisas indicam que ainda são poucos os profissionais preparados para enfrentá-los.

Em geral, o foco dos jornalistas em fontes oficiais, como abordado no item “c”, também está relacionado com a falta de preparo dos jornalistas na cobertura complexa, sistêmica e transversal das questões ambientais. Assim, muitos profissionais acabam por confinar um evento ambiental no formato da notícia; ficam presos a fontes oficiais sem serem capazes de permitir uma explanação histórica, alguma contextualização ou a pluralidade de pontos de vista (COTTLE, 1993). Hannigan também trata desse fator limitante envolvendo o despreparo de jornalistas associado à escolha das fontes (2009).

[...] A primeira escolha dos repórteres é geralmente um porta-voz do governo, ao invés de um especialista científico. Sandman et al. (1987) sugerem que uma razão mais importante para isto é que os repórteres querem dois tipos muito específicos de informações sobre os riscos ambientais: quanto da substância tóxica está no ar (água ou solo) e quanto desta substância é necessária para causar problemas.

Outra dificuldade da cobertura de notícias ambientais envolve como encaixar as notícias nas editorias, dentro da estrutura de rotinas da produção da notícia. Schoenfeld (1980: 458) citou um repórter que descreveu a história clássica ambiental como uma “história de negócio-médico-científico-econômico-político-social-poluição”.

Se por um lado isso representa um desafio, por outro, pode representar uma oportunidade para os profissionais que optam pela reportagem ambiental. Para eles, como indivíduos, é dada, às vezes, mais liberdade do que para os colegas de outras áreas, porque as questões ambientais são sempre difíceis para quem não é especialista (HANNIGAN, 1995 e 2009).

Tanto no Brasil quanto na Europa e nos Estados Unidos, outro desafio enfrentado pela mídia envolve o ‘encolhimento das redações’, que estão com um número menor de profissionais, ou passando por integração entre mídias, por exemplo, entre redações do jornal impresso e da plataforma *online*. Essa questão será debatida em mais detalhes no próximo capítulo.

Diante do desafio apontado, “fica mais difícil para quem atua na redação ter tempo disponível para investigar o fato no local em que ele ocorreu ou para investir na qualificação [pessoal], o que garantiria uma análise mais acurada de temas novos, como RSE e sustentabilidade (e os ambientais)” (MARTOS e SAITO, 2007).

f) *Especialização ou generalidade?*

O jornalista é, por essência, um generalista. Cobre diversos assuntos e não se especializa em nenhum. Existe, nas redações, certo otimismo de que os repórteres generalistas podem, em qualquer tempo, adquirir o conhecimento necessário para cobrir assuntos sobre os quais não têm experiência, domínio ou treinamento.

No entanto, há um reconhecimento de que a cobertura ambiental exige um conhecimento e um aprofundamento de conceitos e temas que vão contra essa premissa do jornalismo geral. Hannigan afirma que são raras as vezes que um repórter generalista é capaz de fazer uma reportagem sofisticada, como as que são demandadas pelas questões ambientais (2009).

O pesquisador Conrad Smith, em um estudo publicado em 1992, identificou três dificuldades experimentadas por repórteres generalistas a partir de uma análise compreensiva da cobertura jornalística sobre três catástrofes ambientais (o incêndio florestal do Parque Yellowstone, em 1988; o derramamento de óleo do navio petroleiro *Exxon Valdez*, no Alaska, em 1989; e a série mundial do terremoto Loma Pietra,

naquele mesmo ano). As dificuldades apontadas pelo autor e comum à cobertura dos três casos foram as seguintes:

- 1) Os repórteres não conceituaram essas grandes catástrofes como alguma coisa a mais do que versões em grande escala de incêndios de armazém ou descarrilamentos de trem;
- 2) Eles não tiveram a liberdade estrutural para ir além de histórias óbvias;
- 3) Eles não souberam como encontrar especialistas e avaliar suas qualificações científicas relativas (SMITH apud HANNIGAN, 2009).

A pesquisa desenvolvida por Einseidel e Coughlan, em 1993, apontou diferenças reveladoras na comparação da cobertura ambiental nos jornais diários canadenses que tinham escritores específicos para assuntos ambientais e naqueles jornais que utilizavam repórteres generalistas. No seu conjunto, existiam mais histórias nos primeiros, os repórteres da área ambiental tendiam a escrever textos mais longos e analíticos, desafiando o conhecimento institucional convencional (EINSEIDEL e COUGHLAN, 1993: 137-138).

g) *O risco do sensacionalismo*

Outra limitação da cobertura ambiental por parte dos da mídia refere-se ao papel e à influência dos editores no processo (HANNIGAN, 1995). Sempre com a atenção voltada à circulação (uma preocupação da área comercial das empresas de comunicação), os editores preferem histórias que representem controvérsia ou conflito. Em decorrência desse fato, o cuidado dá lugar ao sensacionalismo.

Sabendo disso, muitas vezes os próprios repórteres podem modificar ou deliberadamente desprezar histórias significativas que envolvem maus procedimentos ambientais (HANNIGAN, 1995). Isso aconteceu, por exemplo, no final dos anos 1970, em Houston, Texas, onde os repórteres de um jornal local não estavam querendo ir contra a mentalidade predominante do ‘crescimento da cidade’ e denunciar os problemas ambientais em torno de uma central de energia e instalações de tratamento de resíduos nucleares (HANNIGAN, 2009: 132).

A questão do sensacionalismo na cobertura sobre as questões ambientais, com foco em tragédias e grandes eventos, também será discutida em maior profundidade no próximo capítulo.

h) A objetividade e o equilíbrio

Esses dois pilares históricos do jornalismo – a objetividade e o equilíbrio –, que surgiram no século XIX como parte de um movimento intelectual radical em relação ao desapego científico e da ampla separação cultural dos valores inerentes ao fato (GITLIN, 1980), até hoje são pedras fundamentais da prática nas redações.

Diante dos desafios da cobertura jornalística sobre as questões ambientais, no entanto, ambos oferecem o risco de se tornarem verdadeiras pedras no caminho para o sucesso desse processo. Para a cobertura ambiental, a objetividade e o equilíbrio significam que os repórteres tentam, eles próprios, se distanciarem, como também a seus leitores, da busca por uma efetiva mudança na consciência do público, se refugiando, então, no objetivismo da ciência (HANNIGAN, 2009: 132).

Os jornalistas, então, se veem como uma voz neutra e irônica, pensando que somente serão vencidos se a evidência científica em relação à chuva ácida, ao aquecimento global, à biotecnologia etc. for suficientemente poderosa, clara e objetiva. A maior desvantagem desse enfoque é que poucos jornalistas que cobrem questões ambientais são suficientemente bem informados para serem capazes de efetivamente avaliar o ‘padrão científico’ (FRIEDMAN, 1983: 25) da evidência.

Essa postura se contrapõe à própria essência da ciência, que está em constante movimento, vivendo em uma infinita evolução da espiral do conhecimento (KUHN, 2003). O processo de construção dos argumentos ambientais, na arena pública de debate, já detalhado neste estudo, aponta que vivenciamos a necessidade de tomadas de decisão em uma era de incertezas científicas da sociedade de risco (BECK, 1992, 2009). Um dos desafios da mídia será o de aprender a lidar com essas incertezas, e, para isso, terá de rever conceitos na prática cotidiana das redações, como destacou o professor

doutor Roberto Schaeffer (**informação verbal**)¹⁸, da UFRJ, em palestra sobre ‘*A energia na mídia*’.

[...] Os jornalistas precisam aprender a lidar com a incerteza. O papel da mídia é noticiar (ouvir e repassar), informar (agregar valor à notícia), vender sonhos e vender pesadelos. A mídia tem uma ferramenta muito importante nas mãos. Informar bem ou informar mal faz toda a diferença. A mídia hoje ainda reproduz uma sociedade compartimentada. É fundamental que as relações desse mundo complexo, dos contrapontos, das incertezas, estejam contempladas nas páginas dos jornais. A mídia tem dificuldades de debater os temas mais complexos, com uma visão sistêmica. A energia, por exemplo, tem diferentes dimensões. Reúne componentes econômicos, sociais, estratégicos, ambientais, etc. É preciso saber lidar com diferentes pontos de vista, com interconexões, com fatos multifocais. A mídia tem uma arma na mão e por isso deve estar bem preparada e bem treinada para usá-la.

3.2.4 Descrições ambientais bem-sucedidas

Apesar de tamanhos desafios, existem algumas questões ambientais que se mostram vitoriosas, tendo ascensão e o predomínio na agenda pública de debates e também na agenda da mídia. Casos como esses são dignos de análise, para que se busquem padrões comuns na tentativa de identificar se novos casos ambientais podem ou devem percorrer o mesmo caminho.

Pesquisadores da Europa, dos Estados Unidos e do Brasil estão debruçados em tentativas de compreender como e porque alguns problemas e questões ambientais estão presentes no debate público, enquanto outros permanecem marginalizados ou ‘invisíveis’ para o interesse público. Como lembra Libby Lester, todos sabem que não existem conexões simples ou claras entre o nível de um problema com o meio ambiente e o reconhecimento do mesmo como uma questão ambiental (LESTER, 2010: 21).

Hannigan elencou seis pontos comuns identificados em temáticas ambientais bem-sucedidas em termos de projeção e construção social (HANNIGAN, 2009: 117):

1º) Um problema ambiental tem de ter autoridade científica para a validação de seus argumentos. É quase impossível uma condição ambiental ser transformada com sucesso

¹⁸ (**Informação verbal**). Declaração do professor e pesquisador Roberto Schaeffer, que atua no Programa de Planejamento Energético da COPPE, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), proferida em palestra sobre ‘*A energia na mídia*’, durante o 1º Encontro Latino-Americano de Comunicação e Sustentabilidade (SCHAEFFER, 2008).

em um problema sem uma confirmação do corpo de dados, que vem das ciências físicas e biológicas.

2º) É fundamental a presença de pelo menos um “popularizador” científico que possa transformar o que teria, de outra forma, continuado a ser uma fascinante, mas ‘esotérica’, pesquisa dentro de um argumento proativo. Esse popularizador pode combinar ambientalismo e ciência. O importante é que assuma o papel de empreendedor, reestruturando e reformulando os argumentos para ‘seduzir’ editores, jornalistas, líderes políticos e outros formadores de opinião.

3º) Tem de receber a atenção da mídia, onde o argumento relevante ‘*é estruturado*’ como real e importante. Hannigan cita casos bem-sucedidos, como o da redução da camada de ozônio e o do aquecimento global, em contraposição com outros, como a falta de tratamento de esgoto em cidades canadenses – este não consegue entrar na agenda pública porque não é considerado especialmente válido como notícia.

4º) Tem de ser dramatizado em termos atualmente simbólicos e visuais. Novamente, o autor cita o caso da redução do ozônio, que não foi candidato à ampla preocupação do público até que fosse graficamente retratado como um buraco sobre a Antártica. Também um drama social tem possibilidade de sucesso, com jogos de culpa e de celebração, ao apresentar prontamente heróis, vilões e vítimas. Um caso citado como exemplar é o do Love Canal, no qual a tímida dona-de-casa (Lois Gibbs) torna-se uma heroína, as crianças aparecem como vítimas indefesas, e a empresa química, como a grande vilã (HANNIGAN, 1995 E 2009).

5ª) Deve ter incentivos econômicos para uma ação positiva. Mostrar, por exemplo, que se nada fosse feito para frear a perda da biodiversidade, uma riqueza farmacológica desconhecida, presente nas florestas tropicais, poderia desaparecer.

6º) Para que um problema ambiental em prospecção seja contestado completamente e com sucesso, deve haver ainda um patrocinador institucional capaz de assegurar legitimidade e continuidade.

3.2.5. Discurso ambiental mediado pela mídia

Não há como negar que o meio ambiente já é parte estabelecida do jornalismo diário da atualidade. No entanto, como apontam os estudos mencionados neste capítulo, a cobertura parece estar longe da ideal.

Por um lado, a comunicação ambiental é primariamente um discurso científico objetivado, embora os jornalistas tenham pouca paciência para os ataques e defesas científicos: querem saber se um perigo existe ou não.

Por outro, a mídia rotineiramente termina por ingressar no discurso do interesse humano, e, assim, o jornalista é deslocado do campo da ciência natural para campos de ação orientada por movimentos sociais e políticos, fazendo com que o fardo da prova seja menos pesado. “A suspeita científica dá lugar ao ‘senso comum’. A ênfase é menos na natureza das condições que compõem o problema e mais nas consequências colocadas na vida das pessoas” (HANNIGAN, 2009: 136).

Em terceiro lugar, a imprensa, especialmente a de negócios, têm adotado cada vez mais um discurso que apresenta o meio ambiente como uma oportunidade econômica (2009).

A principal mensagem aqui é que a adversidade ambiental pode virar lucro por meio da indústria e da ingenuidade humana. Muito desse tipo de cobertura é produto orientado, divulgando uma ampla variedade de produtos ‘verdes’. Essa mensagem predominante é que o espírito empresarial não precisa ser incompatível com os valores ecológicos, ao contrário, os dois se reforçam mutuamente. Essa visão otimista do meio ambiente tem sido amplificada, em rápida expansão das histórias promissoras e em prospecção do desenvolvimento sustentável.

Em quarto lugar, os meios de comunicação de massa da Europa e dos Estados Unidos, principalmente, situam o meio ambiente como palco de conflitos rancorosos, muitas vezes entre ambientalistas e opositores, da mesma forma que são retratadas disputas das relações industriais. “Os líderes das ações de protesto ambiental são sempre apresentados como *‘hippies e ecologistas violentos’* armados e prontos para a briga”. O autor destaca que uma história de conflito ambiental pode ir direto para as manchetes se tiver uma celebridade bem conhecida envolvida (HANNIGAN 1995 e 2009).

Em quinto lugar, a mídia situa o meio ambiente dentro de uma *narrativa apocalíptica*, empregando uma série de metáforas médicas, com o planeta sendo retratado como um doente terminal (HANNIGAN, 2009). Muitas vezes, esse tipo de abordagem provoca a inação, por parte da população, que se sente impotente, com a sensação de que nada mais têm a fazer senão esperar pelo fim.

Em sexto e último, o meio ambiente é examinado por meio da lente das instituições formuladoras de opinião, sendo tratado como algo ainda marginal ou secundário na arena política, como observa Hannigan (2009: 137-138).

Ao invés de ser atribuído a ele um único *status*, o meio ambiente é tratado como uma outra área de política pública, ao lado de saúde, educação e serviços sociais. O foco aqui é nas agências reguladoras e nos processos, na legislação inevitável, nas personalidades políticas (Al Gore, Maurice Strong) e nos locais de debates internacionais (ONU, União Europeia). Quase sempre isso leva a um debate de políticas internas entre as elites políticas e científicas (WILKINS & PATTERSON, 1990: 21) no qual o público é somente espectador accidental.

Todos esses ‘pacotes da mídia’ ou ‘lista de molduras de notícias’ podem competir entre si pela dominância. Um mesmo fato ou evento ambiental, por sua vez, pode ter múltiplas mudanças de molduras à medida que se desenvolve. “Os jornalistas têm, então, de escolher entre uma diversidade de narrativas, linguagens e pontos de vista e, ao mesmo tempo, aderirem aos formatos e às estruturas impostas pela prática de padrão jornalístico” (HANNIGAN, 1995 e 2009).

Diante da necessidade de um aprofundamento da cobertura jornalística sobre as questões ambientais, encerra-se este capítulo de Levantamento Bibliográfico com a apresentação de três passos considerados relevantes para serem considerados pela mídia, na visão do sociólogo ambiental John A. Hannigan (2009). Foi o autor quem acompanhou e guiou a maior parte desse percurso teórico, por meio de sinalizações de avanços obtidos nos caminhos já percorridos e através de indicações de outras jornadas ainda promissoras da pesquisa científica nos campos da sociologia e da comunicação.

1º) Editores, produtores e repórteres deverão ver os ambientalistas não mais como um fenômeno transitório;

2º) As questões ambientais deverão ser vistas como ocupando uma posição distinta na formulação das histórias, em vez de ir simplesmente se justapondo a uma imensidão de áreas subjacentes – política, negócio, agricultura, ciência e tecnologia;

3º) Deve-se encontrar uma forma de combinar o jornalismo sensacionalista com objetivos de longo prazo da educação ambiental e da reforma de políticas públicas.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO SOBRE A RELAÇÃO MÍDIA, CIÊNCIA E AMBIENTE

“Sinalizar rumo e perspectiva e denunciar o que está errado: essas são as duas asas do jornalismo.” (ANDRÉ TRIGUEIRO [Entrevista]¹⁹)

“Bem-vinda a poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições”. Esses eram os dizeres de um cartaz gigante, apresentado pela delegação brasileira a chefes de estado de dezenas de outros países representados na Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, como ficou conhecida a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, como lembrou João Carlos Gomes, em entrevista concedida à jornalista Mariana Viveiros, então repórter da *Folha de S.Paulo*.

Na ocasião da entrevista, novembro de 2002, ele era o diretor de comunicação da ACPO (Associação de Combate aos POPs, antiga Associação da Consciência à Prevenção Ocupacional, formada por empregados da Rhodia afetados pelo HCB) e falava em nome da entidade sobre a contaminação do solo em Cubatão, na Baixada Santista (SP). Entre o que João Carlos decidiu por destacar à repórter, estava a observação de que “Cubatão é o resultado de um modelo que ignorou os impactos ambientais em nome da industrialização”, e cujo símbolo maior foi esse posicionamento dos representantes brasileiros na primeira grande reunião ambiental mundial (VIVEIROS, 2002a).

O que repórter e fonte praticaram naquele período – João Carlos ao lembrar a história, e Mariana Viveiros ao captá-la, interpretá-la e optar por dar luz a ela em seu texto – foi um processo de contextualização da questão ambiental, situando-a no tempo e no espaço, buscando evitar os reducionismos intrínsecos à busca por vilões e mocinhos. Em seus atos, ambos deixaram transparecer um respeito ao ponto de vista do leitor, independentemente de quem seja ele, considerando-o apto a tirar suas próprias conclusões.

¹⁹ Entrevista concedida para este estudo pelo jornalista André Trigueiro, no dia 17 de novembro de 2011, no Rio de Janeiro, durante realização do 4º Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental. As futuras citações resultantes dessa entrevista irão aparecer, ao longo do texto, mencionadas como TRIGUEIRO, 2011.

Tais informações foram publicadas no dia 17 de novembro de 2002, na sub-retranca intitulada “*Município é segundo polo de contaminação*”, uma das três matérias secundárias que deram suporte à principal, intitulada “*Aterro de Cubatão recebe solo contaminado*”, que tratava da “doação”, por parte da indústria Carbocloro, de “duzentos mil litros (o equivalente a 50 carretas) de terra contaminada por organoclorados (compostos altamente tóxicos e potencialmente cancerígenos)”, que foram parar em um aterro municipal de lixo domiciliar de Cubatão (VIVEIROS, 2002a).

Esse foi um dos 557 textos que compõem o diagnóstico de 15 anos de cobertura jornalística sobre poluição do solo por resíduos. O marco inicial – o primeiro dia do ano da realização da Rio-92, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em junho de 1992, no Rio de Janeiro – foi uma espécie de meio do caminho entre as Conferências de Estocolmo, em 1972, e da Rio+20, em 2012. Nesses 40 anos, muita coisa mudou entre o incipiente debate ambiental que marcou a primeira, quando ainda predominava o intuito de nações em crescer a qualquer preço, e os debates sobre a transição para a *economia verde*²⁰ e a *governança global*²¹ das mudanças climáticas que integram a agenda da Rio+20.

O período de análise desta pesquisa refere-se ao conteúdo jornalístico publicado nos jornais de circulação nacional *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* sobre o tema poluição do solo por resíduos. A justificativa pela escolha do tema, por sua relevância no contexto brasileiro, pode ser em parte resumida pela explicação da professora doutora Wanda Maria Risso Günther (2006).

Nas décadas de 1950 e 1960, quando o parque industrial começou a se formar em São Paulo, nem existia a Cetesb. Nada do que se referia à poluição era proibido. Há muitos anos o solo tem sido utilizado como receptor de substâncias resultantes das atividades humanas. Atualmente, já se aceita que o solo é um recurso natural limitado e, se estiver contaminado, perde o valor econômico intrínseco e pode enfrentar restrições de uso. A poluição do solo é

²⁰ *Economia verde*. **Definição:** Termo oficializado em um estudo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) lançado em 2008. Em suma, a “**economia verde** é entendida como um conjunto de ações e instituições que trazem para a prática econômica cotidiana os aspectos sociais e ambientais relacionados à construção de uma sociedade mais justa e sustentável” (RADAR RIO+20, novembro de 2011). Disponível em <http://www.radarrio20.org.br/>. Lido em 20 de janeiro de 2012.

²¹ *Governança global*. **Definição:** Diz respeito ao quadro institucional global para viabilizar a transição rumo ao Desenvolvimento Sustentável. Compreende os seguintes ângulos: instrumentos regulatórios (convenções, tratados, protocolos [...] e legislações nacionais); planos regionais e nacionais de execução dos órgãos; órgãos gestores; mecanismos de penalização; participação e controle social nas fases de discussão; deliberação e implantação; fundos públicos e privados; transparência e acesso à informação. (*Idem* acima).

um problema de saúde ambiental, pois põe em risco as pessoas expostas aos contaminantes. Temos de fazer a remediação dessas áreas.

Essa temática vem, gradativamente, ganhando maior espaço na cobertura jornalística, principalmente a partir dos anos 2000. Para ajudar a avaliar o passado, analisar o presente e projetar possibilidade de futuro para a cobertura jornalística sobre a temática ambiental no Brasil e no mundo, este estudo contempla, ainda, entrevistas realizadas com cientistas e jornalistas renomados do Brasil e do Reino Unido. Os entrevistados contribuíram também com suas percepções sobre a relação entre jornalistas e cientistas, na perspectiva da construção social dos problemas ambientais.

No contexto da Rio-92, diferentemente da Conferência de Estocolmo (1972), o Brasil já não explicitava mais o seu interesse em crescer a qualquer custo; o conceito de desenvolvimento sustentável consolidava-se na arena política de debate internacional; e o tema ambiental ingressava definitivamente como pauta das principais redações de jornais, rádios, emissoras de televisão e outros veículos de comunicação do Brasil e do mundo.

Assim como as empresas, os governos e representantes da sociedade civil, também os repórteres e os dirigentes de grandes grupos de comunicação têm de enfrentar a complexidade inerente aos processos de conscientização ambiental e de incorporação progressiva das questões ligadas à sustentabilidade em suas atividades. Como em todo o processo, também esse, que envolve a prática cotidiana das redações, está cercado de incertezas, avanços, retrocessos e contradições, como veremos a seguir. Poder-se-á observar, por quem se detiver na leitura das próximas páginas, que aquela matéria fruto da experiência na cobertura ambiental adquirida pela repórter Mariana Viveiros ao longo dos anos era uma das poucas exceções dentre o universo geral pesquisado.

4.1. O diagnóstico do passado...

Com base em diagnóstico sistematizado do passado, o objetivo é contribuir na busca pelo entendimento do presente e na definição de caminhos futuros no que tange à cobertura jornalística sobre a poluição do solo por resíduos no Brasil.

Serão analisadas a seguir questões envolvendo o próprio processo do fazer jornalístico; a relação entre jornalistas e fontes; a análise sobre quem são e como aparecem as ‘vozes’ ouvidas para a construção da realidade no formato da notícia; as identificações de quem são e como escrevem os autores dos textos; e a busca pelo entendimento sobre quais são as mensagens principais impressas em suas linhas e entrelinhas.

Os 557 textos publicados ao longo dos 15 anos, entre 1992 e 2007, e analisados neste estudo, referem-se a 94 diferentes fatos jornalísticos. Para facilitar o processo de análise dos dados, bem como o entendimento da pesquisa, eles foram agrupados em 12 macrotemas, conforme o Gráfico 4.1.

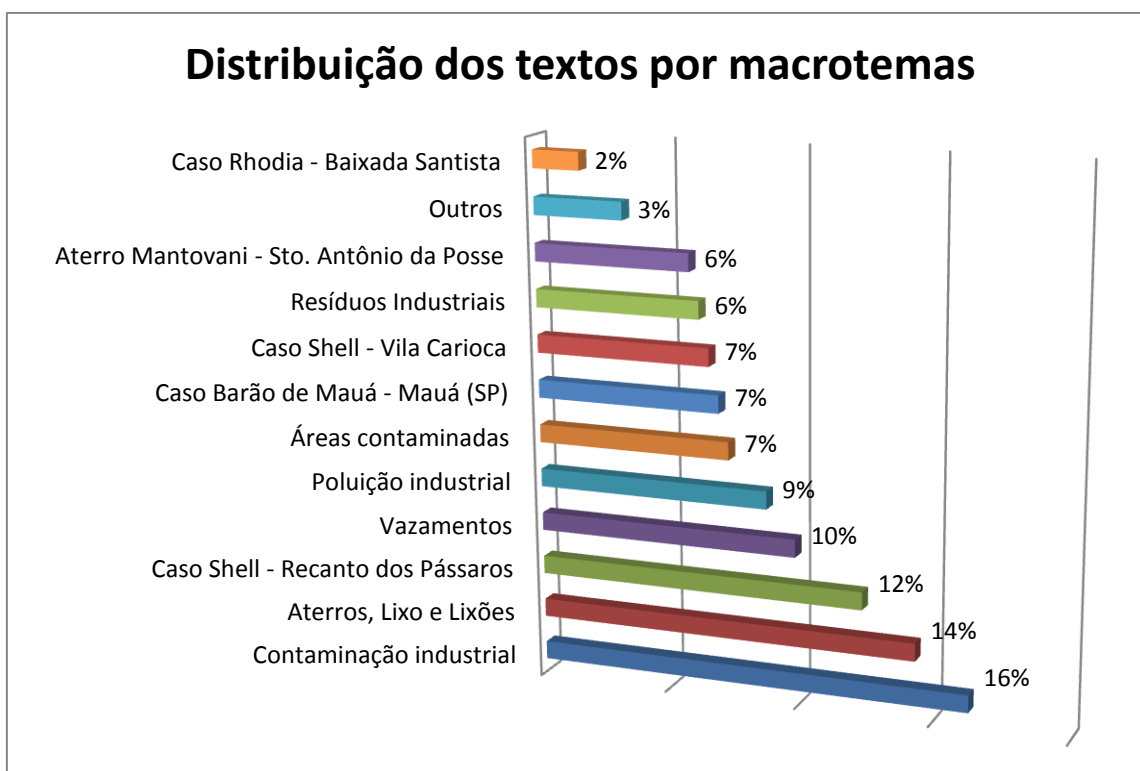


Gráfico 4.1– Distribuição dos textos por macrotemas.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 4.1 apresenta informações mais detalhadas sobre os conteúdos agrupados nos macrotemas, com os respectivos números de textos analisados em cada grupo. O quadro traz informações, por exemplo, sobre substâncias tóxicas identificadas nos diferentes casos de poluição ambiental, bem como dados sobre a distribuição dos textos pelos dois jornais analisados.

MACROTEMAS	Nº DE TEXTOS	RESUMO
Áreas contaminadas	41	<p>Reúne 28 textos da FSP e 13 de OESP, publicados entre agosto de 1997 e dezembro de 2007, sobre questões gerais relativas a áreas contaminadas por postos de gasolina ou a levantamentos de órgãos públicos. Também traz debates de legislações específicas sobre áreas contaminadas em São Paulo ou no Brasil.</p> <p>Foram incluídas aqui quatro matérias coletadas na análise sobre um caso de contaminação do solo que teve início em 1956, quando um inseticida conhecido pó-de-broca foi depositado a céu aberto após a desativação de uma fábrica do Instituto de Malariologia, vinculado ao Ministério da Saúde e da Educação. A contaminação ocorreu em uma localidade conhecida como Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. O caso foi inserido aqui por se tratar de uma contaminação realizada pelo governo federal, e não por uma empresa privada.</p>
Aterro Mantovani - Santo Antônio da Posse	33	<p>Caso representativo de disposição inadequada de resíduos tóxicos industriais, que chegou à mídia por denúncia do Ministério Público de São Paulo. Foi constatada a contaminação do solo e de águas subterrâneas pelo solvente 1,2-dicloroetano e por metais pesados como chumbo, ferro, cobre e manganês em uma área rural de Santo Antônio da Posse, a 150 quilômetros da capital paulista, colocando em risco os moradores de chácaras do entorno do aterro. O local recebeu resíduos tóxicos até 1995, embora tenha sido desativado em 1987. Pelo menos 56 empresas foram notificadas pela Cetesb, responsabilizadas pelo MP e “convidadas” a assinar um TAC para a recuperação da área. A amostra inclui 30 textos da FSP e três do jornal OESP, publicados entre 7 de junho de 2001 e 12 de junho de 2006.</p>

...Continuação

MACROTEMAS	Nº DE TEXTOS	RESUMO
Aterros, lixo e lixões	80	Os textos foram publicados entre março de 1992 e outubro de 2007, sendo 39 da FSP e 41 de OESP. Eles referem-se às responsabilidades, à política, à administração e à legislação de temas como lixo hospitalar, lixo atômico, incineradores, lixo eletrônico, aterros sanitários e lixões irregulares.
Caso Barão de Mauá – Mauá	39	<p>Caso emblemático de riscos envolvendo áreas contaminadas posteriormente ocupadas por empreendimentos imobiliários. O Residencial Barão de Mauá, um condomínio com 59 prédios de oito andares cada (e outros em construção), com cerca de 5 mil moradores, foi erguido em um terreno de 160 mil metros quadrados, no Parque São Vicente, em Mauá, na Grande São Paulo.</p> <p>O terreno, que anteriormente foi de propriedade da empresa Cofap, havia sido usado para o depósito clandestino de resíduos industriais. Descobriu-se que o solo estava contaminado com 44 substâncias tóxicas (entre as quais benzeno, clorobenzeno, trimetil benzeno e decano), e que havia risco de explosão e à saúde dos moradores. As autoridades já conheciam o problema desde abril de 2000, quando um operário morreu e outro ficou ferido em uma explosão durante a manutenção de uma caixa d'água localizada no subsolo de um dos prédios, mas o caso só foi tornado público 16 meses depois, em uma entrevista coletiva realizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pela Cetesb em 16 de agosto de 2001.</p> <p>A FSP, o OESP e outros jornais do Estado publicaram as primeiras reportagens sobre o caso em 17 de agosto. A amostra consiste em 23 textos publicados na FSP e 16, em OESP. O último foi veiculado em 01 de novembro de 2005.</p>

Continua...

 ...Continuação

MACROTEMAS	Nº DE TEXTOS	RESUMO
Caso Rhodia – Baixada Santista	10	<p>A existência de 11 lixões clandestinos na Baixada Santista, além de depósitos irregulares de resíduos tóxicos industriais dentro da unidade química da Rhodia, no Pólo Industrial de Cubatão, foi tornada pública em 1984. Optou-se por destacá-lo como uma unidade de análise temática por sua relevância inclusive no cenário internacional. O caso ficou conhecido como um dos maiores “crimes ambientais corporativos no Brasil” e o maior passivo ambiental já registrado no País.</p> <p>A unidade da Rhodia, em Cubatão, foi fechada pela Justiça, em junho de 1993, devido à contaminação do solo e do lençol freático por dois tipos de organoclorados: o pentaclorofenol, conhecido como pó-da-china, e o hexaclorobenzeno (HCB), ambos altamente tóxicos e prejudiciais à saúde.</p> <p>A empresa mostrou-se proativa para proceder a descontaminação, mas, até 2000, ainda negava responsabilidade por elevados níveis de HCB encontrados no sangue de moradores e funcionários (GREENPEACE, 2002).</p>
Caso Shell – Recanto dos Pássaros	69	<p>O caso entrou em pauta nos jornais analisados em 2001, embora fosse de conhecimento das autoridades ambientais desde agosto de 1995, quando a Shell Química fez uma autodenúncia reconhecendo que havia contaminado o aquífero e o solo com pesticidas Drins (Aldrin, Eldrin, Dieldrin).</p> <p>O caso é emblemático no que se refere às dificuldades enfrentadas nas tentativas de se estabelecer uma relação de causa e efeito entre a contaminação ambiental e os agravos à saúde da população do entorno da unidade da Shell.</p> <p>A amostragem analisada contém 57 textos publicados na FSP (dos quais 43, no caderno regional <i>Folha Campinas</i>) e 12 veiculados em OESP, entre 10 de fevereiro de 2001 e 12 de julho de 2004.</p>

 Continua...

 ...Continuação

MACROTEMAS	Nº DE TEXTOS	RESUMO
Contaminação industrial	91	<p>Agrupa outros casos de contaminação do solo por produtos tóxicos decorrentes de atividades industriais, mas que não foram tão expressivos no cenário nacional quanto os casos selecionados como unidades de análise temáticas. A amostra reúne 67 textos publicados na FSP e outros 24 veiculados em OESP no período compreendido entre 9 de maio de 1992 e 29 de junho de 2006”.</p> <p>Entre os casos estão, por exemplo, a descoberta de cal contaminada com dioxinas localizadas nas dependências de uma fábrica da Solvay, em Santo André, na Grande SP, em 1999; contaminação por mercúrio na Amazônia (em 92, 93, 99 e 00) e em Minas Gerais (2003), por conta de atividades de garimpo; contaminação por chumbo provocada por resíduos industriais em Pindorama e Caçapava (ambos em 1994) e Bauru (2002), todos no interior paulista; contaminação do solo por areia de fundição com borras oleosas no subsolo de um terreno da Sabesp ocupado pela Favela Paraguai, na Vila Prudente, zona leste de SP (2003) etc.</p>
Poluição industrial	49	<p>As questões sobre poluição industrial reunidas neste macrotema referem-se a análises e vieses mais gerais e conceituais, que não tratam de um caso de contaminação, mas abordam a temática da poluição como um todo. A separação desse grupo do outro que envolve, especificamente, a contaminação industrial – um tipo específico de poluição – deve-se à possibilidade de visualizar mudanças no comportamento empresarial, que passou a incorporar o discurso da sustentabilidade e preocupar-se com a imagem e com a minimização da poluição industrial, como revela, por exemplo, a matéria “<i>Empresas gastam R\$ 1,2 bi para não ser vilã</i>”, publicada na <i>Folha</i>, em 16 de fevereiro de 2003.</p> <p>Em contrapartida, em textos publicados em 1992, sobre protestos contra uma antiga fábrica da Matarazzo, em São Paulo, representantes das empresas sequer falavam com a imprensa.</p>

 ...Continua

 ...Continuação

MACROTEMAS	Nº DE TEXTOS	RESUMO
Vazamentos	55	<p>Do montante de textos jornalísticos desta amostragem, 47 são da FSP, e outros oito de OESP. Foram agrupados aqui, por exemplo, casos de vazamentos de produtos tóxicos e cargas perigosas decorrentes de acidentes em rodovias.</p> <p>A maior parte dos textos analisados, no entanto, 40 dos 55 (80%), refere-se a vazamentos provocados pela Petrobrás em diferentes estados do País: São Paulo, em 1994 (32 textos); Bahia, em 1994; Rio de Janeiro, em 2000 e 2001; Amazonas, em 2001; Paraná, em 2006; e Alagoas, em 2000.</p>
Outros	19	<p>Entre os textos classificados na categoria ‘Outros’ estão, por exemplo, os que propõem tecnologias de despoluição do solo, os que tratam da presença de celebridades internacionais se envolvendo com questões ambientais e textos relacionados ao caso do Césio 137, em Goiânia. Ao todo, esta unidade de análise temática reúne 14 textos da <i>Folha de S.Paulo</i> e outras cinco do <i>Estadão</i>.</p>

Quadro 4.1 – Breve histórico de conteúdo, de acordo com a distribuição dos textos por macrotemas.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir do conteúdo dos textos e do banco de dados que reúne as análises de conteúdo e de discurso do material que compõe o *corpus* da pesquisa.

A pesquisa buscou confirmar se a flutuação da preocupação ambiental ao longo do tempo na arena pública de debate (HANNIGAN, 1995; DOWNS, 1972), conforme abordada no capítulo Revisão Bibliográfica, está refletida na cobertura jornalística sobre a temática da poluição do solo por resíduos no Brasil, já que a mídia – assim como a ciência – tem um papel importante na “formulação de riscos ambientais, conhecimento, crises e soluções” (HANNIGAN, 1995: 11).

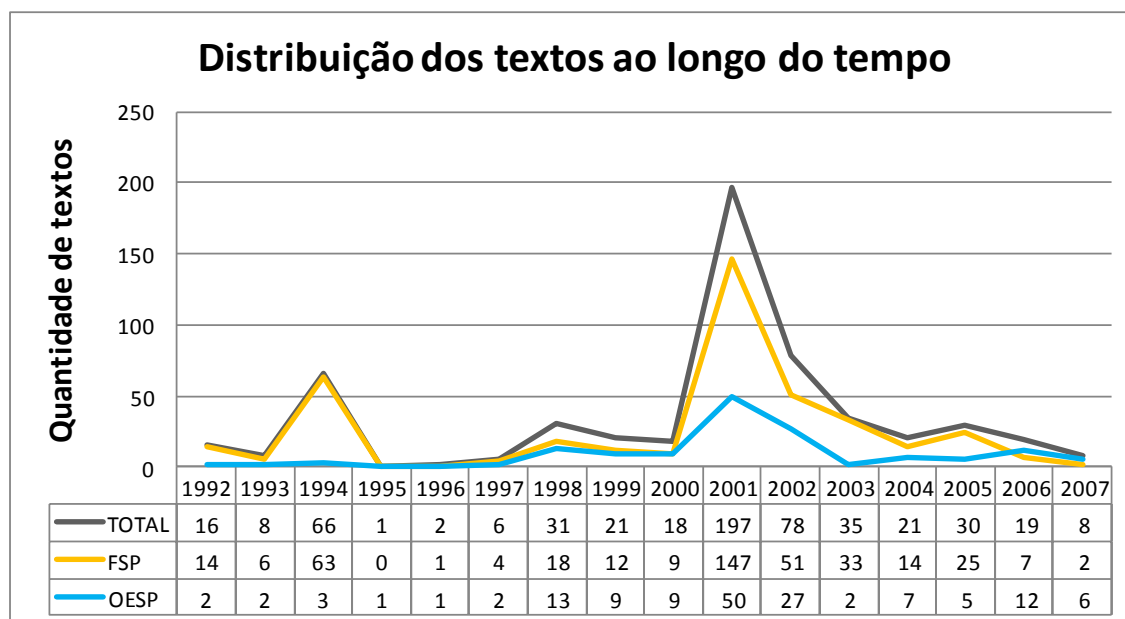


Gráfico 4.2 – Distribuição dos textos ao longo do tempo, no geral e por jornal.

Fonte: Elaborado a partir da análise de dados desta pesquisa.

É possível constatar uma flutuação no número de textos publicados ao longo dos anos em ambos os jornais analisados, no que tange à cobertura sobre o tema poluição do solo por resíduos.

Chama atenção a expressiva quantidade de textos registrados no ano de 2001, na comparação com os outros 14 anos analisados. Isso ocorreu por que, naquele ano, foram divulgados e/ou descobertos três grandes casos de poluição por resíduos industriais: a contaminação do solo e da água pela Shell, no bairro Recanto dos Pássaros, em Paulínia, no interior de São Paulo; a presença de gás metano e de outras substâncias tóxicas no subsolo do condomínio Residencial Barão de Mauá, na cidade de Mauá, na Grande São Paulo. Este foi construído em cima de um antigo lixão da empresa Cofap. Outros casos foram a contaminação do solo e da água em decorrência de resíduos industriais perigosos dispostos sem qualquer proteção do solo em uma área conhecida como Aterro Mantovani, em Santo Antônio da Posse, no interior paulista.

Os três casos, que já eram de conhecimento das autoridades públicas havia pelo menos um ano, chegaram ao conhecimento da imprensa, sendo transformados em notícia e chegando ao conhecimento também do público.

O caso do Aterro Mantovani, por exemplo, resultou em 33 textos publicados nos dois jornais, entre 07 de junho de 2001 e 25 de junho de 2006, sendo 29 deles veiculados ao longo de 2001.

O caso da contaminação, pela Shell, no bairro Recanto dos Pássaros, em Paulínia, originou 69 publicações, entre fevereiro de 2001 e julho de 2004, sendo que a enorme maioria – 63 delas – foi publicada em 2001.

Já sobre o caso Barão de Mauá foram analisados 39 textos. O tema apareceu na mídia pela primeira vez em matérias publicadas concomitantemente, no dia 17 de agosto de 2001, pela *Folha de S.Paulo* e pelo *O Estado de S.Paulo*. Isso ocorreu por que o caso foi revelado pelos órgãos públicos durante uma entrevista coletiva realizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo e pela Cetesb no dia 16 de agosto.

Em 2002, outro caso ganhou visibilidade e ampla repercussão na mídia: o da contaminação, pela Shell, do solo e da água no bairro Vila Carioca, no distrito do Ipiranga, zona sul da capital paulista. Ele foi descoberto a partir das fontes e do jornalismo investigativo da repórter Mariana Viveiros, e foi publicado em um ‘furo’ de reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 20 de abril de 2002, intitulado “Contaminação ameaça 30 mil em São Paulo” (VIVEIROS, 2002b).

A divulgação do caso, que também era de conhecimento das autoridades havia pelo menos nove anos, resultou na publicação de outros 37 textos, sendo 30 na *Folha de S.Paulo* e outros sete no jornal *O Estado de S.Paulo*. A última matéria foi veiculada no dia 21 de junho de 2006. Do total, 29 textos foram publicados em 2002.

A partir da maneira como os casos mencionados acima apareceram na mídia, é possível corroborar algumas premissas.

1^a) A cobertura da grande imprensa brasileira sobre as questões ambientais está pautada em fatos específicos e fragmentados e desconectados entre si, muitas vezes divulgados por órgãos oficiais, e com viés de alarde e sensacionalismo, como observou o professor Wilson da Costa Bueno (BUENO, 2008).

2^a) Os altos e baixos (*up and down*) para a cobertura ambiental na mídia internacional, identificados em pesquisas realizadas a partir da década de 1970 na Europa e nos Estados Unidos e apontados por Libby Lester (2010: 43), conforme

explicitado no capítulo Revisão Bibliográfica, foram verificados também na cobertura jornalística sobre a poluição do solo por resíduos nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* ao longo dos 15 anos analisados neste estudo.

3ª) No processo de construção de um problema ambiental na mídia, como observou Libby Lester (2010), depois que um determinado tema ou caso específico consegue se destacar na maré de informações e virar notícia, ele permanece em destaque na mídia, tendo seus desdobramentos acompanhados por um tempo antes de cair novamente no esquecimento. Isso se confirmou em todos os casos temáticos mencionados acima.

4ª) Os órgãos públicos, como a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, no caso Barão de Mauá, e o Ministério Público, no caso da Shell na Vila Carioca, assumiram o papel de argumentadores primários e promotores ambientais (ENLOE, 1975), usando estratégias para atrair a atenção e legitimar os argumentos para a construção dos problemas ambientais, conforme previsto na etapa de **apresentação dos argumentos** (HANNIGAN, 2009: 108). Tal etapa requer exatamente uma maior participação dos meios de comunicação social, que atuam como coadjuvantes de um processo maior.

Também os critérios definidos por Enloe (1975) como características para que um evento seja “construído” como um problema ambiental foram observados nos casos acima: o estímulo à atenção da mídia; o envolvimento de pelo menos um braço do governo; a demanda por uma decisão governamental; a não ocorrência única e emocional; e o fato de o evento estar relacionado com interesses pessoais de um grande número de cidadãos (HANNIGAN, 2009: 110).

Ainda será necessário o desenvolvimento de novas pesquisas que deem conta de explicar por qual razão esses argumentos ambientais – representados por esses casos de poluição industrial – aparentemente bem construídos, de acordo com critérios identificados em experiências bem-sucedidas apontadas por pesquisadores do construcionismo ambiental (HANNIGAN, 2009), acabaram por cair em uma maré de esquecimento. A mídia e os atores políticos teriam provocado uma exaustão dos respectivos casos junto ao público em geral? Ou teriam, eles próprios, desistido de seguir adiante com o debate? A mídia teria falhado na busca por novos elementos e

informações que mantivessem aceso o interesse público sobre as questões ambientais mencionadas nos casos específicos? Ou os temas teriam se esgotado por eles próprios?

Essas são algumas questões que talvez estudos de recepção mais aprofundados deem conta de responder. Pesquisas cujo foco de investigação esteja no processo de intencionalidade e coconstrução de sentidos, correlacionando os *efeitos supostos* de produção de sentido (a partir do alvo imaginado pela instância midiática) com os *efeitos produzidos* no público (no âmbito da instância de consumo do produto) (CHARAUDEAU, 2010: 23). Na mesma direção, a resposta talvez passe pelo melhor entendimento do fenômeno que Libby Lester chama de *volatilidade* do interesse público nas questões ambientais, buscando entender o porquê e como o público se liga e desliga tão rapidamente desses assuntos (LESTER, 2010: 44).

Marked by such volatility, the environment provides a compelling site of analysis for those attempting to understand why and how issues enter the public domain, only to again exit.

O mais provável, no entanto, é que as respostas a essas e outras tantas indagações repousem em uma análise mais aprofundada sobre a cobertura jornalística do fenômeno global das mudanças climáticas. Essas, ao contrário do que ocorreu com os casos específicos de poluição do solo por resíduos no Brasil, apresentados neste estudo, mantiveram-se em alta ao longo de muitos anos nos cenários internacional e brasileiro, como apontam pesquisas realizadas em diferentes países.

Isso tem sido verificado em pautas relacionadas direta e indiretamente às mudanças climáticas, incluindo questões energéticas, desmatamento, queimadas e outras mais amplas, que discutem causas, possíveis efeitos e consequências, responsabilidades individuais e compartilhadas, ações e caminhos futuros correlacionados ao tema e possíveis soluções.

Estão contidos aí temas intrinsecamente transversais, como a transição mundial para uma economia verde e a necessidade de um rearranjo institucional para a criação de uma governança global voltada ao desenvolvimento sustentável. Não por acaso, são esses os principais temas da agenda de discussões da Rio+20 – Conferência das Nações

Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável –, evento marcado para ocorrer na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 2012, exatos 20 anos após a Rio-92.

No Brasil, o estudo *‘Mudanças climáticas na imprensa brasileira: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos: julho de 2005 a junho de 2007; julho de 2007 a dezembro de 2008’*, realizado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), com o apoio da Embaixada Britânica no Brasil, apontou um “salto apreciável no número de matérias publicadas pelos diários brasileiros” sobre mudanças climáticas.

Esse fenômeno foi observado a partir do segundo trimestre de 2006, mas, principalmente, ao longo dos seis primeiros meses de 2007, “quando diversos acontecimentos de forte apelo midiático aqueceram o noticiário”, entre os quais, o lançamento do Relatório Stern, em outubro de 2006; a estreia, em novembro de 2006, do filme *Uma Verdade Inconveniente*, de Al Gore; o lançamento, ao longo de 2007, de três relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC, na sigla em inglês); e a concessão do prêmio Nobel da Paz a Al Gore e ao IPCC. Em 2008, no entanto, observou-se uma redução no número de notícias publicadas sobre mudanças climáticas, com uma tendência de estabilização (ANDI, 2009).

No contexto internacional, a flutuação da cobertura ambiental na mídia ao longo dos anos é analisada há pelo menos 40 anos, bem como a flutuação do interesse sobre os temas ambientais nas arenas públicas de debate (HANNIGAN, 2009; LESTER, 2010).

Modelos desenvolvidos originalmente para verificar como a competição entre problemas sociais ocorria na arena pública do debate (HILGARTNER & BOSK, 1988) passaram a ser aplicados e adaptados para contribuir em análises sobre como os problemas ambientais competiam entre si pela atenção pública (LESTER, 2010: 47). Inicialmente, tais modelos foram analisados frente a temas como energia nuclear e buraco na camada de ozônio, e mais tarde, passaram a ser usados também para verificar questões relativas às mudanças climáticas.

Nos cenários europeu e norte-americano, principalmente nos Estados Unidos, algumas mudanças de ventos na escalada da cobertura sobre mudanças climáticas – que fora identificada desde o início dos anos 2000 (BOYKOFF e BOYKOFF, 2004) e vinha se mostrando firme ao longo dos anos – começaram a ser sentidas em 2010.

Essa redução da cobertura foi observada graças a um sistema de monitoramento mensal de textos jornalísticos sobre mudanças climáticas ou aquecimento global

publicados em 50 jornais de 20 países, em seis continentes. O modelo foi criado pelos pesquisadores Maxwell Boykoff e Maria Mansfield (BOYKOFF e MANSFIELD, 2008), quando eles trabalhavam juntos na Universidade de Oxford, no Reino Unido.

O Gráfico 4.3, desenvolvido pelos dois pesquisadores, foi cedido para publicação nesta pesquisa pelo *The Center for Science and Technology Policy Research* (CSTPR), uma instituição da Universidade de Colorado-Boulder, nos Estados Unidos, da qual Maxwell Boykoff é membro integrante (CSTPR, 2011).

O monitoramento desenvolvido por Boykoff e Mansfield (2008), que teve início em 2000, em jornais dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Índia, incorporou jornais de outras partes do mundo em 2004, funcionando como uma espécie de termômetro da cobertura sobre mudanças climáticas na mídia internacional.

É importante ressaltar que nenhum jornal brasileiro integra o monitoramento. No grupo América do Sul/África, o único jornal representante da América do Sul é o ‘*Clarín*’, da Argentina. Já a África do Sul é representada por outros dois periódicos, ambos com viés econômico: *Business Day* e *The Financial Mail*.

Talvez o perfil dos jornais selecionados contribua para compreender, pelo menos em parte, a razão pela qual a curva da cobertura jornalística da América do Sul/África teve um comportamento diferenciado na comparação com as coberturas jornalísticas sobre mudanças climáticas verificadas em outros continentes. Isso fica claro ao se analisar um pico de matérias publicadas em 2009, verificado em todos os continentes, exceto na América do Sul/África. Não caberá neste estudo encontrar respostas sobre os critérios de escolha dos periódicos analisados.

O objetivo da publicação do gráfico a seguir é o de contribuir para contextualizar o debate sobre as oscilações da cobertura jornalística sobre questões ambientais ao longo do tempo. O gráfico foi apresentado, pela primeira vez, em um painel intitulado “*Overcoming the communication deficit: encouraging climate change debate in the Global South*”, realizado em um evento paralelo à 14ª Conferência das Partes da ONU, realizada em Poznan, na Polônia, em 2008 (CSTPR, 2011).

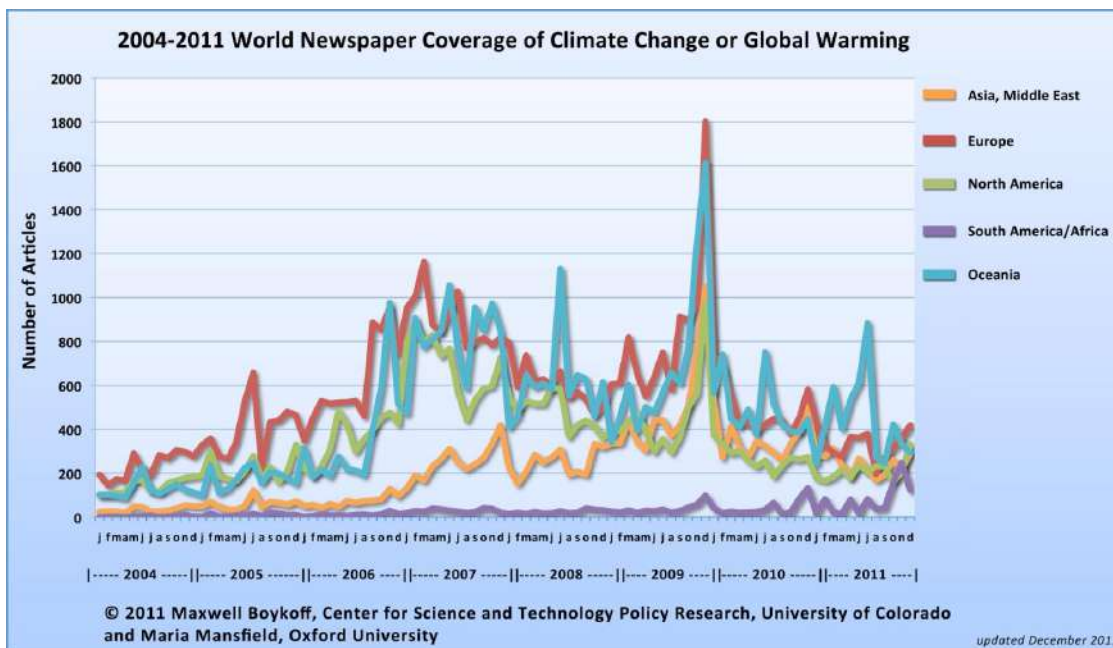


Gráfico 4.3 – Cobertura jornalística mundial sobre mudanças climáticas ou aquecimento global – 2004 a 2011.

Fonte: CSTPR, 2011.

Independentemente de se falar em mudanças climáticas, contaminação do solo por resíduos – que é o recorte temático de análise deste trabalho – ou outra temática ambiental específica, é importante, além de verificar o volume de artigos publicados, que sejam analisados também outros fatores que envolvem o processo de construção das notícias ambientais – e de seus sentidos – dentro e fora das redações.

Nas próximas páginas, ficarão mais visíveis, na análise prática, as confluências entre as metodologias complementares de *análise de conteúdo*, com categorizações e análise quali-quantitativa preconizadas por Laurence Bardin (2004), e a *análise de discurso* e de construção de sentidos, conforme a visão de Patrick Charaudeau (2010).

Considerando os três lugares de construção de sentidos da máquina midiática sistematizados pelo autor – o lugar das condições de produção; o de construção do produto; e o lugar das condições de interpretação – serão consideradas, nesta etapa do diagnóstico, principalmente especificidades presentes nos dois primeiros: tanto no ambiente das condições de produção, como as que envolvem o ambiente das redações e as relações entre jornalistas e fontes; quanto no lugar de construção do produto, “em que todo discurso se configura em texto, segundo uma certa organização semiodiscursiva

feita de combinação de formas, umas pertencentes ao sistema verbal, outras a diferentes sistemas semiológicos: icônicos, gráfico, gestual” (CHARAUDEAU, 2010: 27).

Inicialmente, será apresentada uma série de categorizações às quais foram submetidos os 557 textos jornalísticos que compõem o *corpus* deste estudo.

4.1.1. O que motiva a notícia?

A proposta, nesta etapa, foi verificar qual o fator responsável pela geração dos 557 textos analisados. Por meio da leitura detalhada, é possível identificar, em sua grande maioria, o que motiva a cobertura jornalística.

Foi o caso, por exemplo, das primeiras matérias, publicadas concomitantemente pelos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*, no dia 17 de agosto de 2001, sobre o caso envolvendo o risco de explosão no Conjunto Residencial Barão de Mauá. Ficou claro, nos respectivos textos, que o caso foi revelado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo e pela Cetesb no dia anterior, durante uma entrevista coletiva organizada pelos respectivos órgãos públicos para falar sobre áreas contaminadas. Neste, e em outros casos, a notícia foi motivada por fatores externos à investigação jornalística.

Para medir o que de fato motiva a notícia, foram criados quatro critérios de classificação:

- a) **Factual/divulgação** – quando a notícia é motivada por questões factuais, que são externas às redações e/ou a um processo de investigação próprio de um jornalista. Aqui estão incluídos desde acidentes e catástrofes, até matérias que foram motivadas por um release enviado às redações; passando por entrevistas coletivas para as quais a imprensa foi convidada; ou por uma cobertura factual, realizada apenas para atualizar informações e dados de fatos que já integram a cobertura jornalística cotidiana;
- b) **Investigação jornalística** – quando o texto é mais elaborado, apresentando uma informação inédita ou uma forma de abordagem diferenciada e/ou aprofundada sobre um tema, seja ele cotidiano ou não, contextualizando-o em um cenário que

aponte diferentes olhares sobre um mesmo objetivo de investigação, ouvindo um maior número de fontes, que representem diferentes segmentos sociais;

- c) **Opinião_Especialista** – quando o que motivou a notícia foi um artigo publicado nas páginas de opinião dos jornais analisados, sendo ele assinado ou não por um especialista, ou quando se trata de um editorial;
- d) **Outros** – quando, mesmo havendo indício de que o texto foi motivado por uma questão factual e/ou de divulgação, isso não está explicitado no conteúdo analisado.

Do universo de textos, a imensa maioria – 434 dos 557, ou seja, 77,9% – foi classificada como factual/divulgação, como mostra o Gráfico 4.4. Isso denota a existência da crise que se precipita sobre as redações e o próprio jornalismo, qual seja, a acomodação diante da pauta.

O jornalismo investigativo, questionador, engajado, como defendem as premissas do jornalismo ambiental, hoje é raro nas grandes redações. Ele deu lugar, salvo exceções, a um jornalismo mais burocrático (VIANNA e GÜNTHER, 2008).

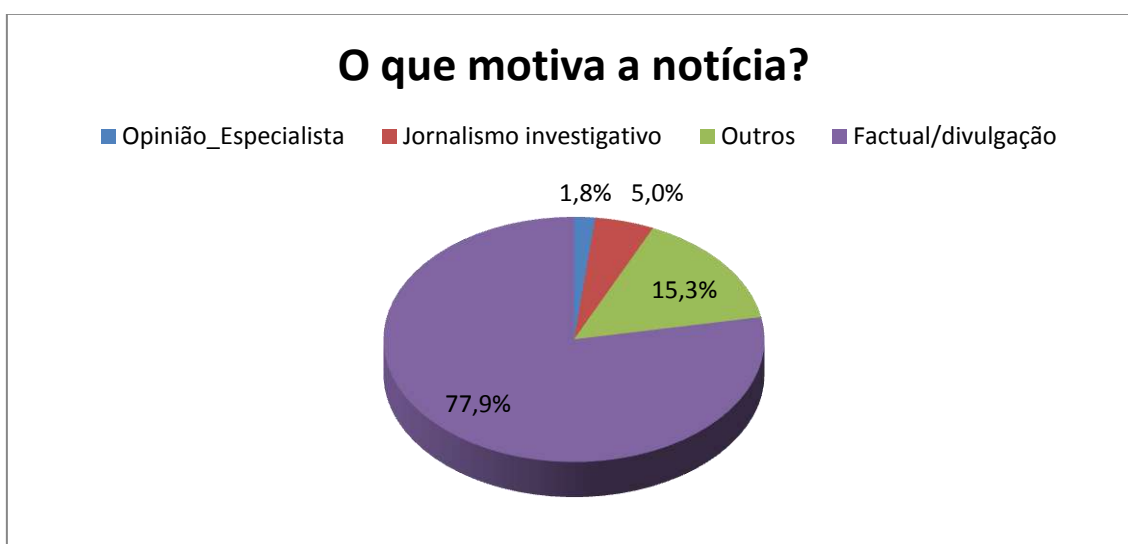


Gráfico 4.4 – Distribuição dos textos por motivo da notícia.

Fonte: Elaborado a partir da análise de dados desta pesquisa.

4.1.2. Qualidade da abordagem

Considerando o texto jornalístico como uma ‘*versão mediada*’ da realidade ou uma ‘*construção*’ da realidade (TUCHMAN et al., 1978), ouvir o maior número de fontes possível é uma premissa essencial para a cobertura jornalística sobre temas da atualidade. É fundamental buscar a pluralidade de visões sobre um mesmo recorte dessa realidade, sob pena de se ampliar os riscos de que a cobertura jornalística esteja baseada em crenças individuais do repórter ou no reducionismo do ‘lado e outro lado’, do ‘mocinho e do bandido’, ou ainda, só do mocinho ou só do bandido.

Partindo-se do pressuposto que a diversidade de olhares e a polifonia são importantes para agregar qualidade à cobertura jornalística, e que, quanto mais fontes forem ouvidas, maiores serão as chances de se publicar uma notícia com qualidade, optou-se por criar uma categorização para medir o número de fontes ouvidas em cada um dos 557 textos analisados neste estudo.

Vale ressaltar que, quando se fala em qualidade, refere-se à busca pela contextualização de determinado recorte da realidade, definido nos limites da pauta jornalística, e pela informação ao leitor sobre, no mínimo, a existência de diferentes visões debruçadas sob tal recorte, buscando, por meio do uso de técnicas de investigação e pesquisa, “buscar chegar o mais perto possível da verdade”, como destaca o jornalista e pesquisador ROBERTO VILLAR BELMONTE²² [Entrevista]:

[...] Na lógica ocidental, temos dois valores de verdade: um objeto é ou um objeto não é. Isso é o auge do cartesianismo. Na lógica oriental, existem três valores de verdade: uma coisa é, uma coisa não é, e uma coisa é e não é ao mesmo tempo. Isso para mim é muito rico no jornalismo. O que estamos discutindo no Congresso [Brasileiro de Jornalismo Ambiental], e que está em debate no Rio Grande do Sul, a partir do Judiciário, é que estamos querendo, no jornalismo, nos imbuir da tarefa de julgar. Mas o que é julgar? É dizer se uma coisa é ou não é culpada. Mas talvez não seja essa a função de um jornalista. Talvez a função de um jornalista seja apurar tão bem um fato que esse fato, a partir do ponto de vista de quem lê, ou de quem vê ou de quem ouve, possa ser, possa não ser e, portanto, possa ser e não ser ao mesmo tempo. Isso é sistêmico.

²² Entrevista concedida para este estudo pelo jornalista Roberto Villar Belmonte, no dia 18 de novembro de 2011, no Rio de Janeiro, durante realização do 4º Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental. As futuras citações resultantes dessa entrevista irão aparecer, ao longo do texto, mencionadas como BELMONTE, 2011.

No projeto inicial, a classificação estava pautada nos critérios “bom”, “razoável” e “ruim”, mas, com os aprendizados da própria pesquisadora ao longo desse processo de investigação, e a percepção da necessidade de se relativizar e ponderar as questões diante das incertezas e da falta de respostas que envolvem o momento de transformação pelo qual a sociedade está passando, optou-se por alterar a sua terminologia. Uma pergunta básica feita em mais de um momento pelo pesquisador em comunicação ambiental no Reino Unido, ANDERS HANSEN ²³[**Entrevista**], durante a entrevista concedida para este trabalho, contribui para justificar a mudança de visão: “bom para quem? Melhor para quem?”, perguntava ele, cada vez que se falava sobre a necessidade de buscar melhorias na cobertura jornalística sobre as questões ambientais.

A nova terminologia da classificação adotada passou a ser, então, “Quente”, “Morno” ou “Frio”, tomando emprestadas expressões usadas em brincadeiras infantis, quando um dos participantes (seria ele o jornalista?), de olhos vendados, tenta se aproximar de um objeto ou pessoa (seria este a verdade?), sendo verbalmente orientado por outros participantes, que conseguem visualizar tanto a localização do objeto quanto a do participante (talvez as fontes?), podendo influir sobre a proximidade entre eles, a partir de mensagens verbais de “Quente”, quando participante e objeto estão próximos; de “Morno”, quando não estão nem tão perto, nem tão longe; e de “Frio”, quando o participante está se distanciando do objeto que pretende alcançar.

Na analogia da pesquisa, a referência ocorre, respectivamente, a um processo de proximidade (Quente), caminho intermediário (Morno) ou afastamento (Frio) de uma cobertura jornalística que possua a qualidade almejada pelas premissas do jornalismo ambiental, atendendo à complexidade contemporânea. Como na classificação anteriormente prevista, a base de cálculo é o número de fontes entrevistadas:

- a) **Quente** (ex-bom) – 5 ou mais fontes ouvidas;
- b) **Morno** (ex-razoável) – 3 ou 4 fontes ouvidas;
- c) **Frio** (ex-ruim) – 0 a 2 fontes ouvidas;

²³ Entrevista concedida para este estudo pelo pesquisador em comunicação ambiental Anders Hansen, no dia 21 de julho de 2011, na Universidade de Leicester, em Leicester, na Inglaterra. As futuras citações resultantes dessa entrevista irão aparecer, ao longo do texto, mencionadas como HANSEN, 2011.

Dos 557 textos analisados, 187 foram classificados na categoria “Frio”; 214 em “Morno”; e 156 em “Quente”, como pode ser observado no Gráfico 4.5.

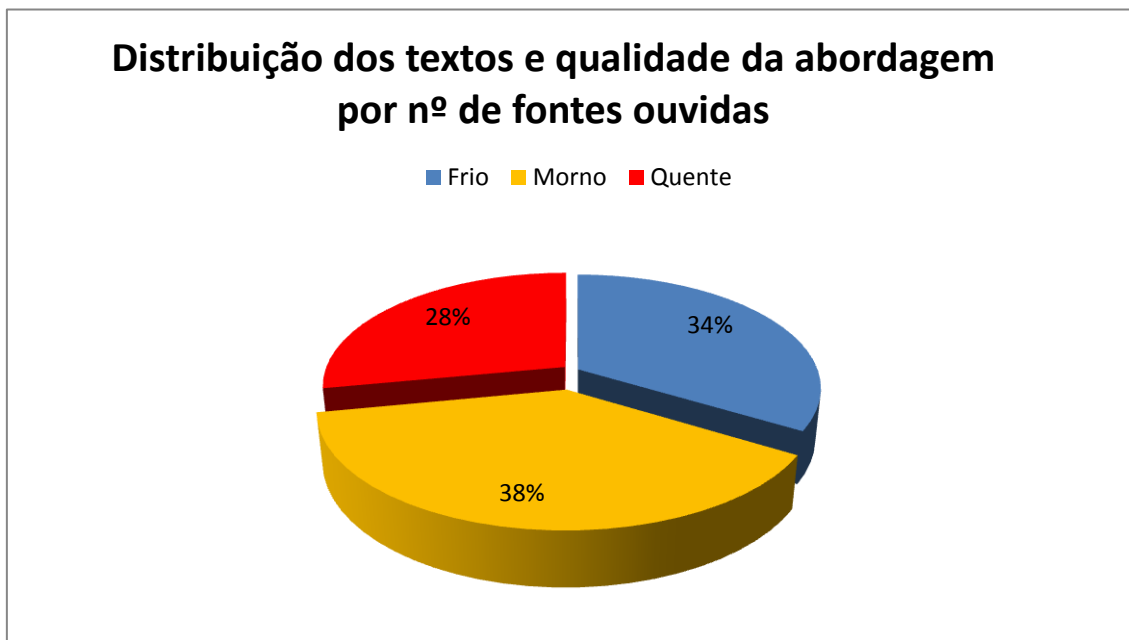


Gráfico 4.5 – Distribuição dos textos e qualidade da abordagem por número de fontes ouvidas.

Fonte: Elaborado a partir da análise de dados desta pesquisa.

Dos 156 textos classificados como “Quente”, 88 eram considerados grandes – ocupavam meia página diagramada ou mais –; 67, médios (menos de meia página), e nenhum pequeno (notas ou registros). Já entre os 188 textos classificados como “Frio”, 59 eram pequenos; 119 eram médios; um era artigo; e nove eram grandes.

Um olhar mais detalhado diante do universo de textos com cinco fontes ou mais, classificados como “Quente”, permite inferir que o processo de qualificação da cobertura jornalística, com a incorporação de mais fontes e diferentes olhares frente à temática de poluição do solo por resíduos, já está em curso e avançou principalmente na última década.

Mesmo considerando-se um volume significativamente maior de textos publicados nos anos 2000 – dos 557, 406 (72,9%) foram veiculados entre 2000 e 2007 –

podem ser observados indícios de uma evolução qualitativa dos textos ao longo dos anos a partir da observação do aumento do número de fontes ouvidas. Do total de 76 textos que ouviram 5 ou 6 fontes em todo o universo da pesquisa, 20 (26,3%) foram publicados nos anos 1990, e outros 56 (73,7%), no anos 2000. Já entre os 80 textos nos quais foram ouvidas de 7 a 15 fontes, 10 (12,5%) foram publicados nos anos 1990; e os outros 70 (87,5%) foram veiculados nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* entre 2001 e 2007.

Outro dado que merece destaque refere-se à relação entre textos classificados como fruto do jornalismo investigativo e a qualidade da abordagem. Dos 28 textos cuja motivação foi o ‘jornalismo investigativo, nenhum foi classificado como “Frio”, e apenas quatro entraram na categoria “Morno”. Daquele total, 24 textos (85,7%) foram classificados como “Quentes”, sendo que destes, 16 ouviram 10 fontes ou mais, e outros quatro ouviram entre sete e nove fontes.

Saber o número de fontes ouvidas em um texto jornalístico é um bom indicador sobre a abrangência do mesmo, mas é importante também que esse dado possa ser correlacionado com outro, que indique, principalmente, quem são as fontes mencionadas nos textos (VIANNA e GÜNTHER, 2008, p.415).

4.1.3. Quem são as fontes?

“Ora, toda escolha se caracteriza por aquilo que retém ou despreza; a escolha põe em evidência certos fatos deixando outros à sombra.”

PATRICK CHARAUDEAU (2010, p.38)

Como foi detalhada no subcapítulo ‘**Mídia e Meio Ambiente**’, a relação com as fontes – e escolha das mesmas – é (ou deveria ser) um dos grandes pontos de atenção na prática cotidiana da produção jornalística.

Quando se trata da cobertura jornalística sobre questões ambientais, tais desafios parecem ser amplificados. Gradativamente, informações isoladas ou

descontextualizadas já não dão conta de explicitar o sentido de urgência de um debate profundo sobre a necessidade de mudanças estruturais, sejam elas de processos produtivos, de mudanças na matriz energética e de visão de mundo, a ponto de se encontrar em tempo soluções e caminhos capazes de prolongar a permanência da humanidade no Planeta (VIANNA, S., 2010).

Diante desse debate – e do sentido de urgência –, é indicado que cada jornalista tenha em mente, frente a suas escolhas, três pontos: 1) que diversos interesses, muitos dos quais diametralmente opostos entre si, disputam por espaço, poder e credibilidade na arena pública do debate; 2) que os meios de comunicação são importantes ferramentas para dar visibilidade e respaldo a argumentos e pontos de vista; e 3) que cada fonte de informação não é neutra, nem isenta.

Como ressalta o jornalista ambiental e especialista em linguística, Roberto Villar Belmonte, *“todo mundo tem um ponto de vista. No seu ofício, o jornalista dá voz a vários pontos de vista para construir uma realidade”* (BELMONTE, 2011).

Uma das premissas essenciais para a prática do ‘bom’ jornalismo, preconizadas por estudiosos da área de comunicação, é que o profissional consiga discernir “quem está falando”, como ressaltou o professor Wilson da Costa Bueno²⁴ (**informação verbal**), durante um debate sobre o jornalismo científico realizado no 4º Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental.

Nós fazemos jornalismo. O substantivo, no ambiental e no científico, é o jornalismo. E no jornalismo, a gente deve incluir fontes como ONGs, por exemplo, que não são essas fontes que têm currículo Lattes. Devemos incluir o agricultor familiar, a dona de casa, o pescador, o indígena, essas fontes também devem fazer parte da cobertura jornalística de ciência e tecnologia. Existe uma armadilha da competência técnica das fontes qualificadas quando elas não são analisadas em profundidade e a gente não consegue enxergar o que está por trás delas. Muitos jornalistas e muitos veículos partem do pressuposto de que, se são fontes gabaritadas, evidentemente são fontes independentes, o que pode ser exatamente o contrário.

Cobrir questões relacionadas à sustentabilidade exige preparo. Os jornalistas devem estar aptos a identificar os diferentes pontos de vista e, com base nesse

²⁴ Declaração do jornalista e pesquisador Wilson da Costa Bueno, professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UMESP, durante o painel “O jornalismo científico e o diálogo imprensa/academia”, no dia 18 de novembro, durante a realização do 4º Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental nas dependências da PUC, no Rio de Janeiro (RJ).

conhecimento, refletir para agir no cumprimento de seu papel social de tecer sentidos e contribuir com a construção social das questões ambientais.

Tal exigência, que se impõe diante de um mundo de transformações, chega como um enorme desafio, sobrepondo-se a outros desafios também significativos que interferem no dia a dia do fazer jornalístico. Entre eles estão os processos de readequação das redações, com cortes e remanejamento de funcionários e com aumento do volume de trabalho em decorrência da integração com as mídias digitais, além da pressão em noticiar e justamente, a falta de preparo dos profissionais.

Enquanto isso, assessorias de comunicação de grandes empresas, de governos e de outras instituições se preparam e equipam para o debate social que se impõe, defendendo diferentes pontos de vista e interesses diversos, como Libby Lester apontou em seu livro “*Media & Environment*” (2010: 94-96).

Frente a esse cenário, estarão os jornalistas preparados para distinguir o que está por trás de cada fonte ou release que chega às redações? O debate sobre este e outros questionamentos, a partir de pontos de vista de especialistas que se dispuseram a fazer uma análise do presente e apontar tendências para o futuro da cobertura ambiental, está mais adiante.

Aqui, o objetivo é detalhar quem são, que instituições representam e como aparecem as principais fontes ouvidas nos 557 textos que compõem o *corpus* desta análise. O levantamento corroborou a percepção do sociólogo ambiental John Hannigan (1995) de que as fontes de informação geralmente são aquelas que conseguem integrar uma pequena lista de fontes confiáveis, às quais os repórteres mantêm-se fiéis.

Nos 557 textos analisados, as principais ‘vozes’ encontradas foram de pessoas com papéis oficiais, como representantes de governos e de órgãos ambientais oficiais ou do poder judiciário. Do total de textos, 520, o equivalente a 93,4% do total, tem pelo menos uma *fonte oficial*²⁵. Na distribuição, 24 (4,3%) foram baseados em fontes não oficiais, 185 (33,2%) foram compostos exclusivamente com fontes oficiais, e 334

²⁵ O conceito de ‘oficial’ adotado para este estudo foi retirado do Minidicionário Aurélio de língua portuguesa (1993). **Definição: Oficial** – 2. Relativo aos altos funcionários do Estado. 3. Referente ao funcionalismo público, burocrático.

(60,1%) foram classificados como misto, com pelo menos uma fonte oficial. Outros 13 textos não tiveram fontes ouvidas.

Dos 24 textos baseados apenas em fontes não oficiais, 15 ouviram a posição das empresas – sendo que quatro desses ouviram também ativistas –; três ouviram a população; quatro ouviram ONG ou ativistas; e dois ouviram só 'especialistas' que representavam alguma consultoria e falavam em nome das empresas.

Desse total de mistos de fontes oficiais (ver definição na página anterior) e não-oficiais (335), 241 ouviram a posição das empresas. Em contrapartida, 138 ouviram a população, denotando que, na cobertura dos textos analisados, o foco no lado e outro lado está presente na ampla maioria dos textos analisados, e 'vozes' da população ficam em segundo plano nas escolhas das formas de cobertura jornalística sobre os casos envolvendo poluição do solo por resíduos. Tal informação será analisada com maior profundidade a partir da página 140, em como as fontes aparecem nos textos.

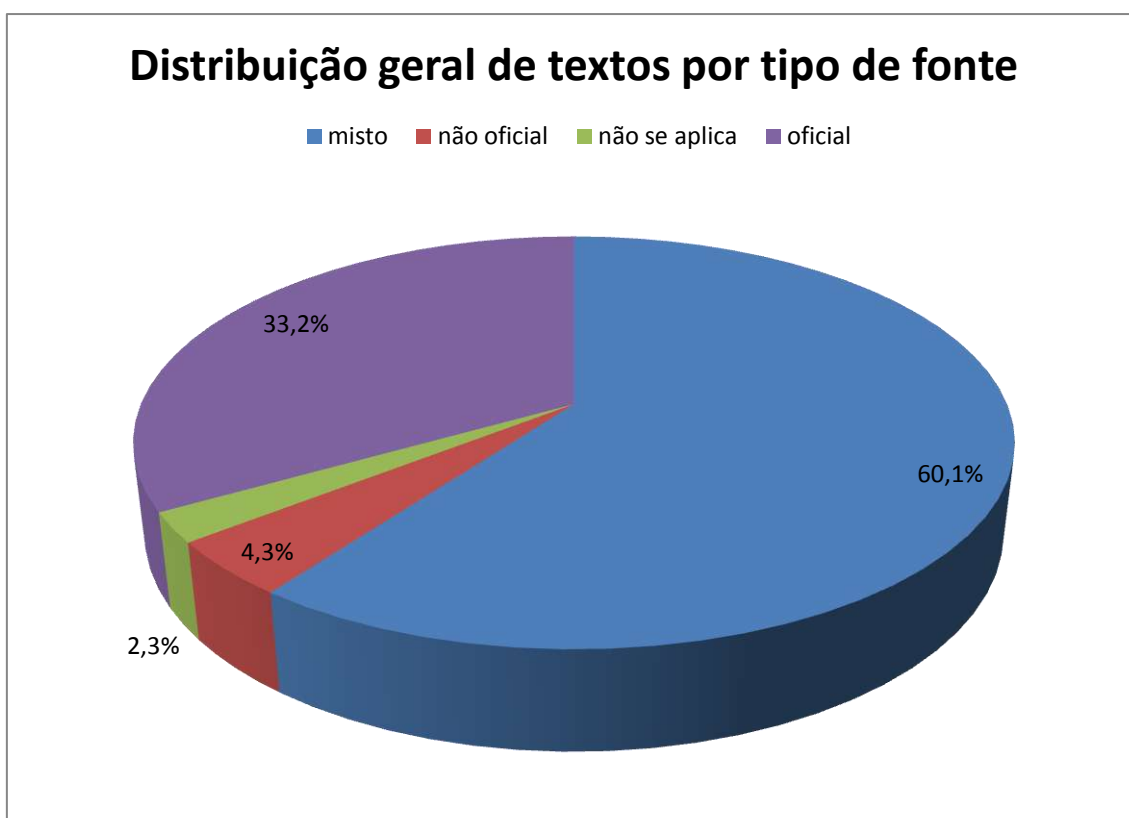


Gráfico 4.6 – Distribuição geral dos textos por tipo de fontes ouvidas.

Fonte: Elaborado a partir da análise de dados desta pesquisa.

Mais do que observar em quantos textos foram ouvidas fontes oficiais (definição na página 134), a tentativa foi verificar se existe diversidade no tipo de fontes ouvidas. A matéria jornalística pode ter fontes oficiais, mas se ela apresentar diferentes olhares, estará prestando um serviço ao leitor. Pensando nisso, as fontes foram classificadas em oito categorias: técnicos; políticos; empresas; cientistas; ativistas/ONGs; Ministério Público/Institucional; população; e pesquisa/BD.

Nos 557 textos, foram ouvidas diretamente, ao todo, 2.170 fontes de informação, sendo 464 políticos; 414 técnicos; 362 representantes de empresas; 202 cientistas/especialistas; 74 ativistas ou representantes de ONGs; 161 representantes do Ministério Público ou de entidades de classe; 281 membros da população; e 212 estudos e/ou banco de dados.

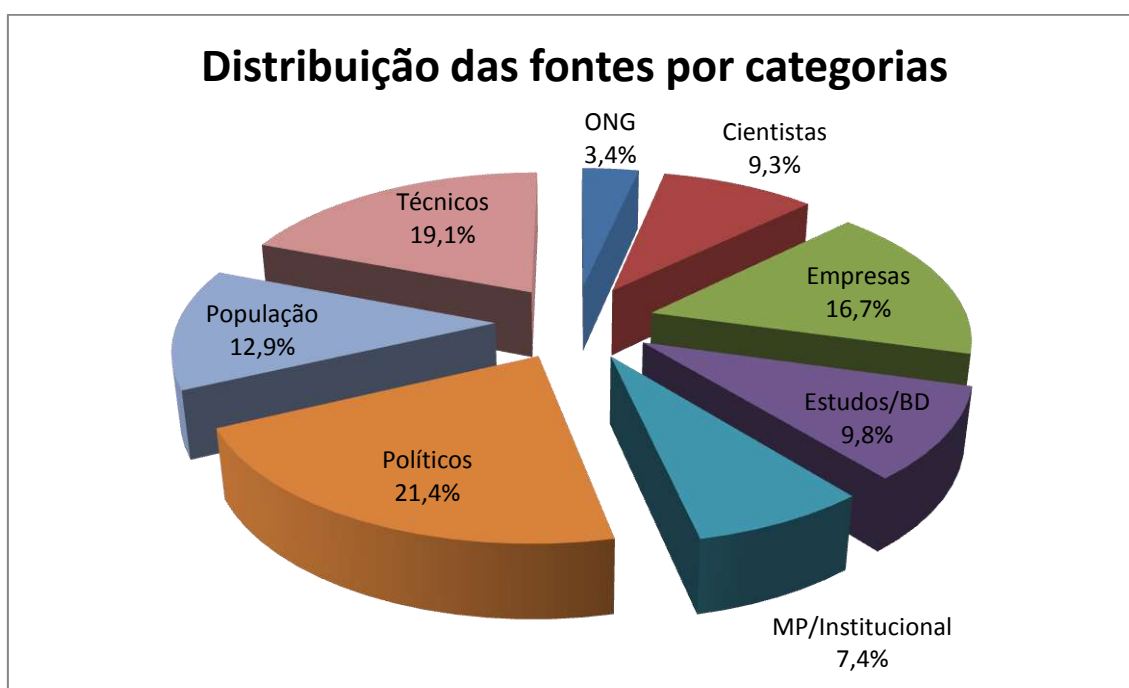


Gráfico 4.7 – Distribuição das fontes por categorias

Fonte: Elaborado a partir da análise de dados desta pesquisa.

As categorias que reúnem fontes oficiais – representantes dos políticos, dos técnicos e do Ministério Público/entidades de classe e de cientistas/especialistas (em sua

grande maioria, representantes de universidades e entidades de pesquisa) –, quando agrupadas, somam um percentual de 57,2%.

Na distribuição das fontes por categoria, chama a atenção a representatividade pouco expressiva de membros da população, de cientistas/especialistas e de ativistas ou membros de organizações não-governamentais, corroborando a hipótese de que a diversidade de olhares voltados à temática ambiental envolvendo poluição do solo por resíduos ainda está aquém do que poderia.

Dos 557 textos analisados, apenas um ouviu pelo menos um representante de cada uma das oito categorias de fontes, apresentando a diversidade de olhares sugerida por essa pesquisa. Intitulada “R\$ 8,5 mi para limpar velho crime”, a matéria foi assinada pelo repórter Lourival Sant’Anna, e publicada no caderno Vida&, do jornal *O Estado de S.Paulo*, em 12 de junho de 2006. A reportagem apresenta uma narrativa contextualizada, fruto do jornalismo investigativo. Aponta diferentes olhares e perspectivas a respeito do Aterro Mantovani – uma das unidades temáticas de análise deste estudo.

Das 11 fontes de informação ouvidas e citadas pelo repórter para elaborar o texto, havia um técnico, dois políticos, um representante de empresa, 2 cientistas, 1 ativista, um representante do Ministério Público, dois da população do entorno da área contaminada e dados de pesquisa no Banco de Dados (SANT’ANNA, 2006).

Lourival Sant’Anna conseguiu imprimir em seu texto uma perspectiva transversal e sistêmica de análise de um fato envolvendo uma questão ambiental. Na época em que publicou a reportagem, ele já havia atuado como redator, editorialista e editor-chefe do *Estadão*, e havia trabalhado por dois anos na BBC de Londres, mas voltou a atuar como repórter especial (SANT’ANNA, 2011). Em entrevista para Bentes (2009), o profissional falou sobre a importância da reportagem.

A reportagem é a forma natural da narrativa. Ela é tão velha quanto o homem, quanto o ser humano. E tem um apelo muito forte exatamente por isso. Desde criança, a gente gosta de histórias, porque a gente se identifica, se compara. A gente viaja junto com o narrador, a gente vive uma outra vida por meio da narrativa.

Uma série de questões está envolvida com a cobertura jornalística dita “burocrática”, inclusive uma crise que se precipita sobre as redações e que tem origem das mais diversas. No entanto, como será abordado mais adiante, escolhas pessoais de repórteres, na busca por diversidade de olhares e pela prática do bom jornalismo, podem influenciar sobremaneira na qualidade da cobertura. Mas antes, é importante identificar como as fontes “aparecem” na cobertura ambiental.

4.1.4. Como aparecem?

Até aqui, foram identificados e analisados os números envolvendo as fontes de informações ouvidas e/ou mencionadas nos 557 textos jornalísticos que compõem o *corpus* da pesquisa. Foram observados, também, como os textos estão distribuídos por tipo e por categoria.

A proposta aqui é mergulhar no universo do conteúdo analisado, para verificar, em maiores detalhes, como cada um dos grupos de fontes aparece nos textos jornalísticos. Tal análise permitiu verificar de que forma fatores identificados como desafios do fazer jornalístico aparecem direta e indiretamente no conteúdo. Além disso, foram observadas as principais mensagens identificadas e quais as suas características mais marcantes, no âmbito do processo de construção de efeitos de sentidos (CHARAUDEAU, 2010).

Partindo-se do pressuposto de que a cobertura jornalística no período analisado é baseada, principalmente, em uma visão desconexa, factual, sensacionalista, reducionista e não sistêmica, foram criadas subcategorias de análise para caracterizar o papel de cada um dos cinco grupos de análise: políticos, técnicos, empresas, população afetada e cientistas/especialistas. Assim, buscar-se-á entender como cada um desses grupos aparece, e, indiretamente, como o discurso é construído nas linhas e entrelinhas textuais. Por meio dessa busca, serão citados exemplos de textos que compõem o *corpus* da pesquisa.

Com base nos pressupostos mencionados no parágrafo anterior, foi estabelecida classificação específica, nesta pesquisa, para cada um dos cinco grupos de fontes, conforme Quadro 4.2. A proposta, aqui, foi a de identificar como cada grupo aparece

nos textos. Sendo assim, a classificação serve tanto para os textos nos quais representantes de um ou mais grupos foram diretamente entrevistados como para os textos nos quais foram simplesmente mencionados.

É importante deixar claro que o objetivo não é acusar, apontar erros ou criticar, mas fazer com que tal diagnóstico contribua para construir os alicerces de conhecimento necessários para embasar discussões e possibilidades futuras de avanços no que se refere à cobertura jornalística sobre as questões ambientais.

Para contribuir com essa análise, foram considerados alguns conceitos desenvolvidos pelo escritor francês Patrick Charaudeau, autor de diversos livros, entre os quais “*Discurso das Mídias*”, cuja segunda edição foi publicada no Brasil em 2010. Para o autor, informar é um processo de construção de sentidos mediado pela *máquina midiática*²⁶. Ele destaca, ainda, os efeitos produzidos por essa máquina de informar: *efeitos de exagero* (que alimentam rumores); *de amálgama* (que globalizam casos); *de dramatização* (“que se concentram nos perseguidores e nos heróis e impedem que se analise a realidade sociológica dos acontecimentos”); *de descontextualização* (“que deformam a percepção dos acontecimentos”); e *de essencialização* (“que exacerba as oposições dos atores do espaço público, como se o mundo fosse feito de entidades humanas antagonistas, fora das quais não haveria outro pensamento ou outro julgamento a não ser ‘*contra o outro*’”) (CHARAUDEAU, 2010: 275).

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas (CHARAUDEAU, 2010: 39).

Um forte indicativo de que a realidade presente em um texto jornalístico é construída e mediada, e não representa a realidade em si, aparece no momento em que existe uma forte distinção entre as mensagens transmitidas por diferentes veículos de comunicação diante de um mesmo fato, como poderá ser observado a partir das análises de como diferentes categorias de fontes aparecem a seguir.

²⁶ Em seu livro, Charaudeau esclarece que, ao falar de máquina, está se referindo ao “conjunto de engrenagens e de atores fazendo-as funcionar”, cada um em seu setor, cada um sendo submetido a restrições e a regras que fazem com que o resultado do produto acabado, um telejornal, por exemplo, ultrapasse a intenção particular de cada um (2010: 241).

CLASSIFICAÇÃO DE FONTES, POR GRUPO DE FONTES, CRIADA PARA A ANÁLISE DOS TEXTOS – BREVE RESUMO*

TÉCNICOS	
Classificação	Breve explicação
Contextualizadores da situação	Fontes que aparecem no texto jornalístico tentando responder à pergunta: o que está acontecendo? (seja no sentido explicativo de um fato isolado, seja no sentido de contextualizar a situação em uma perspectiva mais ampla).
Críticos/contraponto	Geralmente aparecem em oposição à outra fonte ou a alguma ideia.
Despreparados/omissos	Fontes que aparecem, nos textos, como desinformadas, desconhecedoras de acontecimentos e/ou informações, despreparadas para lidar com situações. Também as que omitiram dados ou não tomaram atitudes frente a situações.
Detentores do conhecimento	Fontes com <i>status</i> de especialistas, que falam como conhecedores de processos, situações e acontecimentos.
Justiçeiros/fiscais	Técnicos que agem para fazer cumprir a legislação, com caráter técnico-administrativo, atuando como fiscais, e/ou em caráter policialesco, atuando como ‘justiçeiros’.
Misto	Quando fontes entrevistadas e/ou mencionadas aparecem em mais de uma classificação.
Não se aplica*	Todos os textos que não tiveram qualquer menção de ou entrevista com representantes do respectivo grupo.
Os que resolvem	Esta classificação confunde-se, às vezes, com a de Justiçeiros/fiscais, porém, tem caráter mais resolutivo das fontes nos processos de tomada de decisão. Tanto esta quanto aquela são, portanto, complementares.
Réus/outro lado	Quando fontes estão sendo acusadas, seja formalmente, por meio da Justiça, seja por meio da opinião pública, de representantes de outros grupos e/ou da mídia.
POLÍTICOS	
Classificação	Breve explicação
Atuantes/proativos	Fontes que aparecem como as que se adiantam às consequências e aos efeitos dos fatos apontados nos textos e buscam resolver problemas e oferecer soluções.
Coniventes/controversos	Fontes que mudam seus discursos conforme a situação e/ou que aparecem defendendo interesses de determinados grupos, ou defendendo-os, descumprindo a própria função pública.
Contextualizadores da situação	Ver em TÉCNICOS.
Despreparados/desinformados	Similar a Despreparados/omissos. Ver em TÉCNICOS.

Impotentes	Fontes que são impedidas de agir na resolução de problemas, por limitações que fogem ao alcance.
Justiceiros/fiscais	Ver em TÉCNICOS.
Mensageiros de boas novas	Fontes que, tendo ou não tendo participado da resolução de impasses ou problemas, aparecem informando boas notícias sobre o caso abordado no texto jornalístico.
Negligentes/irresponsáveis/omissos	Fontes que, mesmo tendo a atribuição de fazer algo, se omitiram ou negligenciaram o cumprimento do dever.
Prometem agir após pressão	Fontes que passam a posicionar-se publicamente, por meio da mídia, após o fato posto. Agem de forma reativa, após serem pressionadas, seja por atribuição legal, moral, ética e/ou constitucional.
Réus/descumpridores da lei	Similar a Réus/outro lado. Ver em TÉCNICOS.
Misto	Ver em TÉCNICOS.

EMPRESAS

Classificação	Breve explicação
Convidada/obrigada a agir	Fonte que adota uma atitude, diante de um fato concreto, tornado público, envolvendo sua imagem e sua reputação, ou frente a uma exigência legal.
É preservada	Mesmo estando diretamente envolvida em determinado dano ambiental e/ou social, fonte não é mencionada no texto jornalístico, ou não tem sua responsabilização citada.
Financiadora de pesquisa	Fonte que financia pesquisas científicas. Esta classificação é complementar à Justa/engajada/proativa.
Injustiçada	Fonte que aparece ou declara-se acusada de algo que não fez.
Justa/engajada/proativa	Fonte passa imagem de quem se adianta aos fatos e busca minimizar os riscos ou reparar os danos. Aparece como uma organização transparente e disposta a encontrar soluções conjuntamente com outros atores envolvidos.
Mocinha/solução	Fonte que aparece como capaz de solucionar os problemas ambientais seja por seu poderio econômico ou por deter a tecnologia necessária para tal.
Omissa/fechada	Fonte que, mesmo sendo procurada, não é encontrada ou recusa-se a dialogar com a imprensa, fatos que acabam por ser reportados nos textos jornalísticos.
Vilã/outro lado	Fonte que, tendo o seu envolvimento e/ou a sua responsabilidade sobre determinado dano ambiental e/ou social atribuído(s) e/ou explicitado(s), é ouvida para dar a sua versão sobre os fatos ou sobre determinadas acusações.
Vítima/desconhecidora	Fonte que aparece como vítima de acusações ou como desconhecidora dos fatos sobre os quais está sendo

	responsabilizada.
Misto	Ver em TÉCNICOS

CIENTISTAS/ESPECIALISTAS

Classificação	Breve explicação
Avalistas de um argumento	Fonte que, por representar instituição de prestígio ou por ter, ela própria, um reconhecimento social, sendo considerada apta a opinar, é ouvida para avaliar determinado argumento presente.
Contextualizadores da situação	Ver em TÉCNICOS.
Críticos/contraponto	Fonte que, por representar instituição de prestígio ou por ter, ela própria, um reconhecimento social, sendo considerada apta a opinar, é ouvida para contrapor determinado argumento ou criticar determinada situação ou declaração de outrem.
Despreparados/incertos	Similar a Despreparados/omissos. Ver em TÉCNICOS.
Detentores do conhecimento	Ver em TÉCNICOS.
Fechados/não acessíveis	Similar a Omissa/fechada. Ver em EMPRESAS.
Vilões/outro lado	Ver em EMPRESAS.
Misto	Ver em TÉCNICOS.

POPULAÇÃO

Classificação	Breve explicação
Beneficiada	Fonte que aparece com sendo beneficiada por alguma ação ou ato realizado por outra fonte.
Desconfiada/descrente dos riscos	Fonte que aparece como descrente dos danos ambientais iminentes, bem como das consequências e dos riscos aos quais está sujeita.
Indefesa/despreparada	Fonte que aparece ou como desconhecedora ou como impotente diante de um fato cuja solução foge do seu controle ou das suas possibilidades de resolução.
Memória viva/denunciante	Fonte que, por meio da memória viva, conta fatos passados que contribuem para a construção do texto jornalístico sobre episódios presentes ou que denuncia determinado dano.
Socialmente atuante	Fonte cuja atuação é respaldada por outras pessoas, seja de forma institucionalizada, como representante de uma entidade representativa, seja de maneira informal.
Uns culpados/outros vítimas	Representantes da população que, ao adotarem determinadas medidas, para benefício próprio, acabam por afetar ou colocar em risco outros membros do seu próprio grupo.
Vítima/em risco	Fontes que são afetadas direta ou indiretamente por determinado dano ambiental ou que se encontram em risco

	iminente.
Misto	Ver em TÉCNICOS.
Outros	Fonte, membro da população afetada, que aparece nos textos jornalísticos de maneira diferenciada de qualquer das outras classificações apresentadas neste quadro.

Quadro 4.2 – Classificação de fontes, por grupo de fontes, criada para a análise dos textos – breve resumo*.

(*) Nos cinco grupos de fontes, os textos classificados como *Não se aplica* foram desconsiderados nos cálculos dos respectivos gráficos.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.4.1. Os técnicos

Na cobertura jornalística sobre poluição do solo por resíduos, os técnicos geralmente falam em nome de órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e pelo controle dos problemas ambientais. Foram criadas nove classificações para identificação de como os técnicos aparecem: *Justiceiros/fiscais*; *Detentores do conhecimento*; *Contextualizadores da situação*; *Réus/outro lado*; *Críticos/contraponto*; *Despreparados/omissos*; *Vítimas*; *Os que resolvem*; e *Misto*. Os técnicos não apareceram, nem direta nem indiretamente, em 116 textos analisados nesta pesquisa.

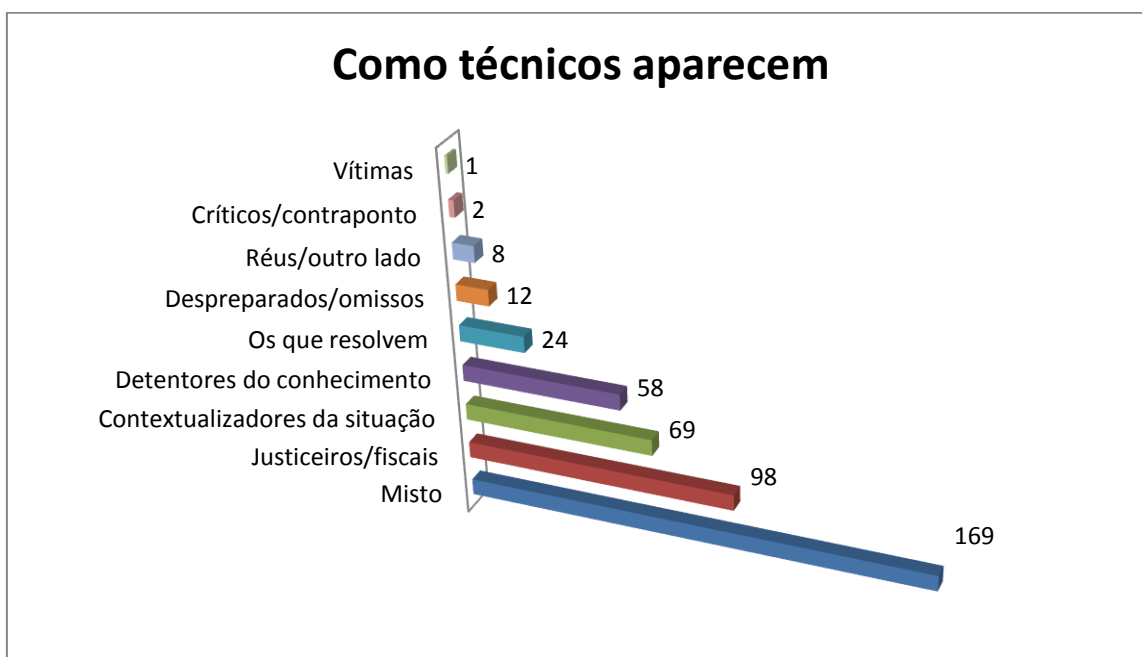


Gráfico 4.8 – Como técnicos aparecem*.

(*) Textos classificados como *Não se aplica* ficaram de fora do cálculo apresentado no gráfico acima.
Fonte: Elaborado a partir da análise de dados desta pesquisa.

Diante do gráfico acima, é possível observar que, nos textos em que técnicos são ouvidos, existe uma tendência de que eles apareçam como proativos e envolvidos em pelo menos um dos quatro aspectos que possuem viés positivo: *Contextualizadores da situação*; *Detentores do conhecimento*; *Justiceiros/fiscais*; e/ou *Os que resolvem*. Os vieses neutros – *Críticos/contrapontos* e *Vítimas* – representam a minoria.

Tal tendência reflete-se também nos textos nos quais os técnicos aparecem como *Misto*. Dentre esses, em 100 existe pelo menos um técnico classificado como *Justiceiro/fiscal*. Na grande maioria deles, a mescla de classificações envolve os quatro aspectos positivos elencados acima. Isso se confirma ao se identificar que, dos textos caracterizados como *Mistos* para técnicos, em 41 deles existe algum dos aspectos negativos – *Despreparados/omissos*; *Réus/outro lado* – mas, entre esses, em apenas um texto o técnico aparece apenas com um fator negativo, sem ter outro positivo vinculado.

Isso significa que, na maior parte dos textos, os técnicos aparecem em uma atitude proativa, geralmente com viés positivo. Embora ligados ao Poder Judiciário, os representantes do Ministério Público²⁷ foram incluídos como técnicos na categorização de análise.

A partir dessa análise da cobertura jornalística, foi possível identificar que, a partir dos anos 2000, o Ministério Público assumiu um papel mais protagonista na fiscalização e na proposição de medidas e ações envolvendo denúncias de questões ambientais. No Estado de São Paulo, por exemplo, esse papel social de *Justiceiro/fiscal* vinha sendo executado quase que integralmente pela agência ambiental – a Cetesb – ao longo dos anos 1990. Alguns textos deixaram transparecer certo estranhamento entre os dois órgãos oficiais devido a esse conflito de atribuições ou conflito de poder mediado pela mídia por meio de declarações destacadas nos textos.

²⁷ O Ministério Público, no âmbito federal, foi instituído pelo decreto nº 848, de 1890. A Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Ministério Público a tutela dos interesses difusos e coletivos, que incluem meio ambiente, consumidor, patrimônio histórico, turístico e paisagístico; pessoa portadora de deficiência, criança e adolescente; comunidades indígenas e minorias étnico-sociais, tornando o órgão “uma espécie de Ouvidoria da sociedade brasileira” e abrindo espaço para a criação dos ministérios públicos dos Estados (MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO).

Um exemplo disso está na matéria “*Cetesb vai fiscalizar empresas de Limeira*”, publicada, no dia 26 de julho de 2001, na editoria Folha Campinas, sem ser assinada por repórteres (FSP, 2001a). Ela foi classificada na unidade temática Poluição Industrial desta pesquisa.

O texto começa dizendo que o promotor de meio ambiente da cidade, Luiz Alberto Segalla Bevilacqua, de 30 anos, “*começou a distribuir ontem as determinações para a fiscalização de 11 empresas do setor de bijuterias da cidade. Elas são acusadas de poluírem com metais pesados e cianeto os efluentes da rede coletora que deságua na bacia do ribeirão Tatu, o principal da cidade. De acordo com o promotor, o procedimento de fiscalização da Cetesb deve acabar em 90 dias*”.

Como forma de ‘reação’, o gerente-interino da Cetesb de Limeira, João Humberto Sumere, 47 anos, diz que “*o trabalho do órgão não vai se limitar ao pedido da Promotoria. ‘As empresas da cidade trabalham com pequenas quantidades de poluentes. O controle é mais fácil’, afirmou.*” O caso passou a ser investigado por denúncia de uma ONG ambiental. Essa foi uma das matérias nas quais os técnicos aparecem como misto de *Justiceiros/fiscais* e *Críticos/contraponto*.

Outra característica envolvendo técnicos, que pode ser percebida em uma leitura mais detalhada, refere-se ao uso político da máquina pública e de questões ambientais disfarçadas por um discurso técnico. Isso ficou explicitado no texto “*Secretários batem boca com engenheiro da Cetesb*”, uma sub-retranca da matéria principal, intitulada “*Prefeitura desiste de queimar lixo hospitalar*” (MUGGIATI, 1998a). Assinado pelo repórter André Muggiati, e publicado na *Folha de São Paulo*, em 12 de fevereiro de 1998, o texto era um desdobramento de um caso que já vinha merecendo a atenção da mídia havia oito dias, tanto na *Folha* como no *Estadão*.

O caso, aparentemente envolvendo o acúmulo de lixo hospitalar em frente a grandes hospitais, provocado por problemas técnicos no incinerador Vergueiro, explicitou uma disputa travada entre representantes da Prefeitura Municipal de São Paulo (à época sob o comando do ex-prefeito Celso Pitta) e do Governo do Estado de São Paulo, então sob o comando do governador Mario Covas. A Cetesb, órgão estadual, havia multado a prefeitura e queria impedir a disposição dos resíduos industriais no aterro sanitário da cidade.

A situação culminou em um bate-boca entre secretários municipais e um engenheiro da Cetesb, e a questão política foi explicitada quando o então secretário municipal de Serviços e Obras, Reinaldo de Barros, declarou: "*Eu só vou obedecer à Secretária (Municipal) de Meio Ambiente, certo? Cetesb para mim começa daqui a sete, oito meses, porque Maluf vem aí e vamos botar ordem nela. E o senhor (engenheiro da Cetesb, que havia ido até o aterro São João para fiscalizar a disposição inadequada de lixo hospitalar no local) pode começar a procurar outro emprego*". A declaração foi transformada em fato e publicada pela *Folha de S.Paulo*.

Dois dias depois, em 14 de fevereiro de 1998, em novo fato noticiado tanto pela *Folha de S.Paulo* quanto pelo *Estadão*, a Prefeitura resolver "dar o troco", como mostram as matérias intituladas "*Prefeitura interdita prédios da Cetesb*" (MUGGIATI, 1998b), assinada por André Muggiati na *Folha*, e "*Prefeitura interdita prédios da Cetesb após ser multada por lixo*", assinada por Adélia Chagas no *Estadão* (CHAGAS, 1998). Os 12 textos (quatro do *Estadão* e oito da *Folha*) sobre o assunto analisados nesta pesquisa foram classificados na unidade temática *Aterros, lixo e lixões*.

Nos casos em que os órgãos técnicos apareceram como *Réus/outro lado*; e/ou *Despreparados/omissos*, a tendência é de que eles sejam desqualificados por outras fontes, ou pelos próprios jornais, por alguns motivos que se repetem nos textos: a omissão ou a demora em divulgar um caso que já era de conhecimento dos técnicos e que foi descoberto depois pela imprensa e pela população; as dificuldades em comunicar o risco; as declarações que denotam a defesa explícita ou a preservação indireta de alguma empresa dita poluidora; a incerteza científica; o despreparo em lidar com alguns casos de áreas contaminadas; os baixos valores de multas.

4.1.4.2. Os políticos

Foram classificados como políticos representantes de governos federal, estaduais e municipais, do poder legislativo e do poder judiciário (exceto Ministério Público, que foi inserido na categoria técnico, como visto anteriormente), além de pessoas que ocupam cargos de confiança no primeiro ou no segundo escalões inclusive de órgãos técnicos como a Cetesb, o Ibama e as secretarias estaduais e municipais.

Ao todo, foram criadas 11 classificações para identificação de como os políticos aparecem: *Atuantes/proativos*; *Coniventes/controversos*; *Contextualizadores da situação*; *Despreparados/desinformados*; *Impotentes*; *Justiceiros/fiscais*; *Mensageiros de boas novas*; *Negligentes/irresponsáveis/omissos*; *Prometem agir após pressão*; *Réus/descumpridores da lei*; e *Misto*. Os políticos apareceram direta ou indiretamente em 381 textos analisados nesta pesquisa. A distribuição por classificação pode ser acompanhada no Gráfico 4.9.

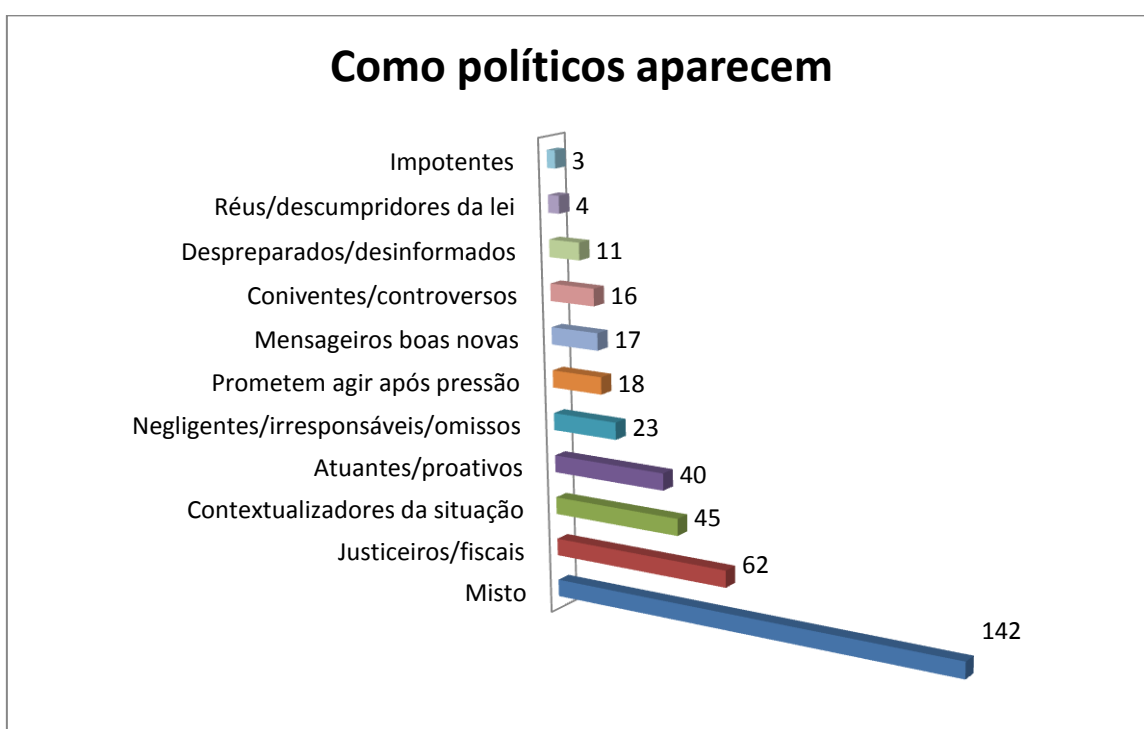


Gráfico 4.9 – Como políticos aparecem*.

(*) Textos classificados como *Não se aplica* ficaram de fora do cálculo apresentado no gráfico acima.

Fonte: Elaborado a partir da análise de dados desta pesquisa.

De acordo com o gráfico, agrupando-se as classificações em aspectos positivos (*Atuantes/proativos*; *Contextualizadores da situação*; *Justiceiros/fiscais*; e *Mensageiros de boas novas*); e negativos (*Coniventes/controversos*; *Despreparados/desinformados*; *Impotentes*; *Negligentes/irresponsáveis/omissos*; *Prometem agir após pressão*; e *Réus/descumpridores da lei*), existe uma tendência de os políticos aparecerem com algum viés positivo relacionado à sua atuação, como foi constatado em 164 textos de

aspectos positivos, em oposição a 75 textos que possuem aspectos negativos ressaltados na atuação dos políticos.

Na análise mais detalhada dos textos classificados como *Misto*, quanto a como os políticos aparecem, existe uma peculiaridade, que envolve um predomínio de situações nas quais, em um mesmo texto, determinados políticos aparecem com aspectos negativos, e outros, com aspectos positivos. Isso ocorreu em 86 textos classificados como *Misto*, e denota um discurso que remete ao embate reducionista, à acusação e à defesa, ao mocinho e ao bandido, ao lado e outro lado. Em outros 36 textos onde políticos aparecem classificados como *Misto*, os aspectos são positivos; contra cinco com aspectos exclusivamente negativos.

O ‘*confronto*’ político de ideias tende a se agravar em períodos eleitorais, como pode ser observado em um caso ocorrido em 1998 e apontado no item 4.1.4.1. (sobre como os técnicos aparecem), e novamente em 2000, ano de eleições municipais, nas quais Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, disputou e ganhou as eleições para a Prefeitura Municipal de SP.

O embate político envolvendo o incinerador Vergueiro, localizado na zona sul da cidade de São Paulo, repete-se, como mostra o texto intitulado “*Cetesb multa Prefeitura por queima de lixo*”, publicado no jornal *O Estado de S.Paulo*, em 25 de novembro de 2000, e assinado pelo repórter José Gonçalves Neto (GONÇALVES NETO, 2000). Os políticos aparecem como misto de Contextualizadores da situação e Justiceiros/fiscais, no caso da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que apontou irregularidades envolvendo a queima de lixo hospitalar no incinerador Vergueiro, e como *Negligentes/irresponsáveis/omissos*, no caso da Prefeitura Municipal de São Paulo. Em novembro de 2000, quando o texto foi veiculado, a prefeitura estava sob o comando do ex-prefeito Celso Pitta, e o governo do Estado de São Paulo, do governador Mario Covas.

No mês seguinte, em 2 de dezembro de 2000, outra matéria sobre o incinerador é publicada pelo *Estadão*. Intitulada “*Incinerador Vergueiro oferece risco à saúde*”, o texto foi assinado por Rosa Bastos (BASTOS, 2000), ouvindo uma única fonte – o secretário de Estado do Meio Ambiente (SEMA), Ricardo Trípoli –, que denunciou o mau funcionamento do incinerador, apontando que resíduos hospitalares eram

incinerados apenas parcialmente, oferecendo riscos à saúde de trabalhadores do incinerador e do aterro sanitário que recebia as cinzas residuais do processo de incineração. A prefeitura, acusada de negligência no caso, não foi ouvida pelo jornal. Os políticos aparecem como misto de *Atuantes/proativos* e *Justiceiros/fiscais* (SEMA), e, por outro lado, *Réus/descumpridores da lei* e *Negligentes/irresponsáveis/omissos* (representantes da Prefeitura Municipal de São Paulo).

4.1.4.3. As empresas

Considerando o total de textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, as empresas são mencionadas ou ouvidas em 484 delas, proporcionalmente mais do que políticos (ouvidos ou citados em 381 textos) ou técnicos (que aparecem em 441 textos).

Para a identificação de como as empresas aparecem no discurso do *corpus* da pesquisa, foram criadas 10 classificações: *Convidada/obrigada a agir*; *É preservada*; *Financiadora de pesquisa*; *Injustiçada*; *Justa/engajada/proativa*; *Mocinha/solução*; *Omissa/fechada*; *Vilã/outro lado*; *Vítima/desconhecedora*; e *Misto*.

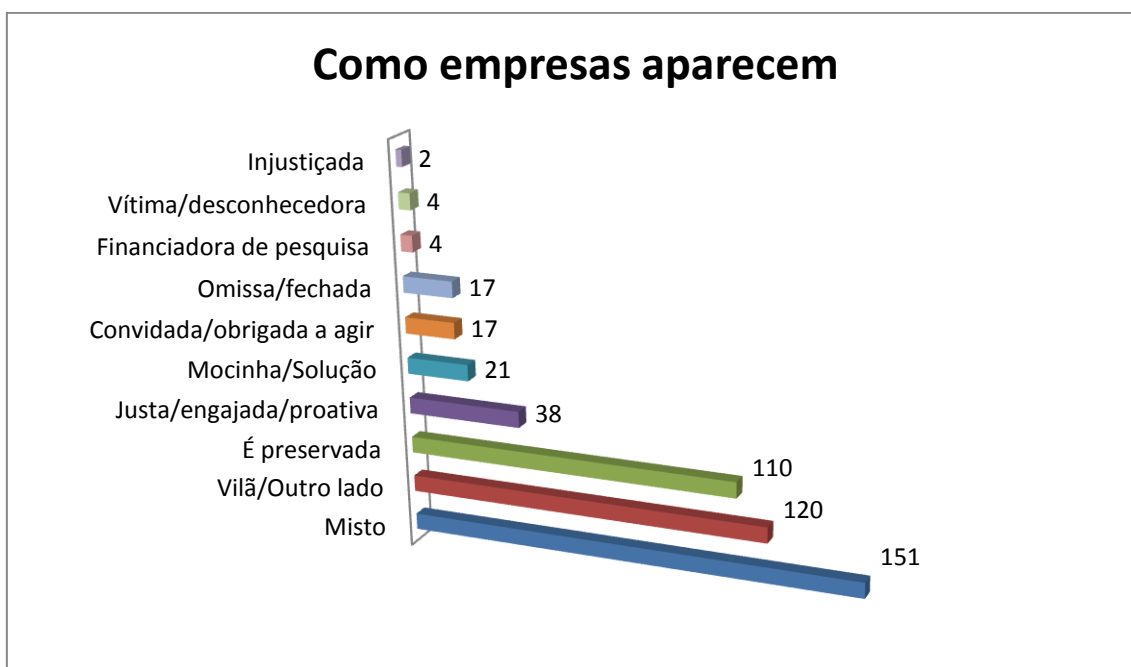


Gráfico 4.10 – Como empresas aparecem*.

(*) Textos classificados como *Não se aplica* ficaram de fora do cálculo apresentado no gráfico acima.

Fonte: Elaborado a partir da análise de dados desta pesquisa.

Quando agrupados em pontos positivos (*Financiadora de pesquisa; Justa/engajada/proativa; e Mocinha/solução*), negativos (*Convidada/obrigada a agir; Omissa/fechada; Vilã/outro lado*) e neutros (*É preservada; Injustiçada; Vítima/desconhedora*), os textos tendem a mostrar as empresas sob um viés mais negativo (154 textos), principalmente no papel de *Vilã/outro lado*. Os textos nos quais as empresas aparecem com aspectos positivos somam 63.

No entanto, principalmente tratando-se de um recorte envolvendo textos relacionados a casos de poluição do solo, em sua maioria decorrentes de atividades industriais, chama a atenção o número significativo de textos reunido na classificação *Neutro*, totalizando 116, nos quais as empresas são preservadas em 110, aparecem como *Injustiçadas* em dois e *Vítimas/desconhedoras da situação* em quatro.

Com uma análise mais detalhada dos vieses apontados em textos onde empresas são classificadas como *Misto*, pode-se notar que, em sua grande maioria – 107 textos apresentaram tal característica –, quando um aspecto negativo é apontado, outro positivo é destacado no texto, geralmente associando os aspectos de empresa *Vilã/outro lado* com a característica de *Justa/engajada/proativa*.

Pode-se inferir que esse fenômeno está relacionado ao fato de as empresas possuírem uma equipe de comunicação social preparada para, ao menos, minimizar o impacto negativo das notícias na imagem das empresas no mercado.

Vazamentos da Petrobrás

Os casos envolvendo acidentes e vazamentos da Petrobrás são bons exemplos disso. Nos 32 textos sobre o caso do vazamento de óleo decorrente do rompimento de um oleoduto da Petrobrás, em São Sebastião, no litoral norte de São Paulo, ocorrido no dia 15 de maio de 1994, por exemplo, estratégias de comunicação puderam ser facilmente identificadas. A empresa aparece prioritariamente como *Justa/engajada/proativa* em 10 dos 32 textos analisados sobre o caso; em outros nove textos, como *É preservada*; em 12, aparece classificada como *Misto*; e em apenas uma, é classificada exclusivamente como *Vilã/outro lado*. Esse padrão repete-se nos outros seis casos envolvendo vazamentos da Petrobrás em diferentes partes do Brasil, captados

por meio da busca por descritores ao longo dos 15 anos analisados. Todos estão reunidos na unidade temática “Vazamentos” desta pesquisa.

Outro fato que chama a atenção na análise sobre o caso do vazamento da Petrobrás no litoral norte de São Paulo é a diferença de cobertura e de vieses entre as notícias publicadas na edição regional da *Folha de S.Paulo*, que circula pelo litoral norte de SP (onde ocorreu o vazamento) – o Caderno Folha Vale –, e as notícias publicadas no mesmo dia e sobre o mesmo fato, porém, na edição nacional do jornal – a versão que é distribuída em todo o País. Nesta, o tema é abordado no Caderno São Paulo (hoje *Cotidiano*).

Os textos foram coletados por meio de um processo de ‘busca ativa’, realizado nos arquivos digitais *online* da *Folha de S.Paulo* no período compreendido entre os dias 17 de maio de 1994, quando foram publicados os primeiros textos sobre o vazamento, e 09 de junho de 1994. A busca foi realizada a partir da análise de todo o conteúdo publicado nos cadernos *Folha Vale* e *Cotidiano* no período acima mencionado e contribuiu para influenciar o registro, em 1994, de um número de textos acima da média que vinha sendo observada em anos anteriores e posteriores.

As diferenças de tratamento, de tamanho e de enfoque entre as versões publicadas no caderno regional e na versão nacional da *Folha de S.Paulo* sobre o caso ocorrem desde o primeiro dia de cobertura. Dos 32 textos sobre o vazamento da Petrobrás no litoral paulista, 19 foram publicados pela *Folha Vale*, sendo um pequeno, 11 médios e sete grandes. Nesses, a empresa apareceu como *Vilã/outro lado* em um; como *Justa/engajada/proativa* em oito; como *É preservada* em um; e como *Misto* em nove (na maioria, em uma mescla entre *Justa/engajada/proativa* e *Vilã/outro lado*).

Já nas edições nacionais, foram publicados 13 textos sobre o caso no período analisado, sendo nove pequenos, três médios e dois grandes. Nesses, a empresa apareceu como *É Preservada* em oito; como *Justa/engajada/proativa* em dois; e em nenhum como *Misto* ou como *Vilã/Outro lado*.

Para exemplificar, no Caderno Folha do dia 17 de maio de 1994, foi publicada uma matéria extensa, na capa do Caderno, intitulada “*Oleoduto rompe e polui duas*

praias”, e acompanhada pela *linha-fina*²⁸ “Acidente em São Sebastião derrama óleo da Petrobrás na Serra do Mar e nas praias da costa sul”. A reportagem, assinada pelo repórter Salim Buriham, é acompanhada por duas sub-retrancas, sendo uma intitulada “Tebar já teve 130 acidentes”, e outra, “Acidente atingiu córrego Lambari”, trazendo o histórico de outro acidente da Petrobrás. Essas três foram consideradas uma única matéria na análise (BURIHAM, 1994).

Já a edição nacional da *Folha* daquele mesmo dia publicou uma nota, não assinada, sobre o caso na capa do Caderno São Paulo [hoje *Cotidiano*], contendo dez linhas, sendo duas delas ocupadas pelo título “Vazamento interrompe bombeamento da Petrobrás” (FOLHA DE S.PAULO, 1994a).

O que pode parecer apenas uma opção técnica de edição, torna-se recorrente nos dias que se sucedem, ensejando questionamentos sobre as razões pelas quais ocorre. No dia seguinte à primeira matéria, no dia 18 de maio de 1994, o caso sai da capa do Caderno Folha Vale, e o desdobramento é publicado na página 2, pela matéria intitulada “Oito praias de São Sebastião já foram atingidas pelo óleo”, com a *linha-fina* “Petrobrás informa que foram derramados 2,7 milhões de litros de óleo”, assinada “Do correspondente no litoral norte” (FOLHA DE S.PAULO, 1994b).

No mesmo dia, a edição nacional da *Folha* publica uma nota, também sem assinatura, sobre o assunto, intitulada “Petróleo já atinge oito praias de São Sebastião”. O registro, com dez linhas, foi publicado em uma coluna da página 4 do Caderno São Paulo (FOLHA DE S.PAULO, 1994c).

Só no dia 20 de maio de 1994, quando o derramamento de óleo atingiu maiores proporções, afetando 18 praias do litoral norte de São Paulo, é que o caso começou a ser destacado na edição nacional, porém, com um enfoque diferenciado.

Enquanto a edição regional, no Caderno *Folha Vale*, traz na capa a matéria “Curadoria acusa Petrobrás por poluição” (FOLHA DE S.PAULO, 1994d), com a *linha fina* “Derramamento de 2,7 milhões de litros de óleo atinge 18 praias entre São

²⁸ [Expressão comum no jargão jornalístico]. **Definição:** “Frase ou período sem ponto final, que aparece abaixo do título e serve para completar seu sentido ou dar outras informações. Funciona como subtítulo. Usa letras menores que as do título e maiores que as do texto” (FOLHA DE S.PAULO, 2000).

Sebastião e Ilhabela”, acompanhada da sub-retranca “*Praias não são interditadas*”, e um mapa apontando a localização das 18 praias atingidas; a edição nacional da *Folha* publica na capa do Caderno Via SP a matéria “*Óleo polui 18 praias no litoral norte*” (FOLHA DE S.PAULO, 1994e), com a linha-fina “*Vazamento em oleoduto pode comprometer fim-de-semana dos paulistanos que forem ao litoral*”.

O que ocorreu na versão nacional reproduz, na prática, o comportamento da mídia observado por Simon Cottle, ao analisar com um apresentador do canal TVAM, do Reino Unido, esvaziou o debate político envolvendo o aquecimento global e “*emoldurou*” esse problema ambiental no formato de notícia para atender às preocupações que Cottle designa como “*immediate domestic and leisure concerns of ordinary consumers*” (COTTLE, 1993: 128).

Traçando um paralelo com esse recorte da cobertura do vazamento de óleo da Petrobrás no litoral paulistano, na versão publicada na edição nacional (FOLHA DE S.PAULO, 1994e), não foram mencionados questionamentos envolvendo, por exemplo, apontamento de falhas na prevenção de acidentes e na contenção de vazamentos por parte da empresa, que poderiam ter evitado que o óleo atingisse 18 praias. Também não houve qualquer menção à reincidência de acidentes com vazamento de grandes quantidades de óleo envolvendo a empresa. Questões relacionadas à aplicação de multas e às sanções, por sua vez, foram minimizadas, dando lugar a informações para satisfazer aos anseios dos paulistanos que queriam aproveitar o final de semana no litoral norte de São Paulo e poderiam ter, na mancha de óleo, um empecilho para tal.

Também no tratamento de imagem o discurso foi modificado. A edição nacional publicou uma foto cuja legenda exalta a proatividade da empresa: “*Funcionários da Petrobrás fazem a limpeza da praia de Barequeçaba, em São Sebastião*”. A edição nacional também traz chamada na capa da *Folha*, uma sub-retranca intitulada “*Interdição é descartada*” e o mesmo mapa usado pela Folha Vale.

A foto utilizada na edição regional, por sua vez, mostra a desolação e a impotência de moradores, que aparecem de costas, no primeiro plano da imagem, observando o trabalho dos barcos que recolhem o óleo das águas e a seguinte legenda: “*Homens olham barcos recolhendo óleo derramado no mar*”. Ambas as fotos trazem

nos créditos o nome do correspondente da Folha no Litoral Norte, Salim Buriham, porém, os textos não estão assinados.

Nos textos sobre os casos envolvendo contaminação do solo e da água pela Shell, tanto na Vila Carioca, na zona sul da capital paulista, quanto no bairro Recanto dos Pássaros, em Paulínia, no interior do Estado de São Paulo, a assessoria de comunicação da empresa foi bastante atuante.

Dos 106 textos envolvendo os dois casos, representantes da empresa foram ouvidos diretamente em 84, e a empresa foi mencionada em 105 deles. As fontes da Shell variaram entre representantes da própria assessoria de imprensa, gerentes, diretores ou representantes do departamento jurídico, dependendo da gravidade do caso.

Quando havia uma tentativa de estabelecimento de relações de causa e efeito entre a contaminação ambiental e agravos à saúde da população do entorno das unidades em questão, a opção da empresa era de colocar um representante da diretoria em contato com os jornalistas, visando rebater os argumentos apresentados na tentativa de estabelecimento do nexo causal.

4.1.4.4. Os cientistas/especialistas

Nos 557 textos analisados, cientistas são ouvidos diretamente ou são mencionados em menos da metade deles – mais precisamente em 206. Esse dado reforça a hipótese de que ainda existe um espaço importante de aproximação entre cientistas/especialistas e jornalistas, para que o conhecimento construído pela academia possa de fato contribuir para levar diferentes olhares, contrapontos e perspectivas à cobertura ambiental na imprensa brasileira.

Para verificar como os cientistas/especialistas apareceram quando foram entrevistados e/ou mencionados nos textos jornalísticos analisados nesta pesquisa, foram criadas oito classificações: *Avalistas de um argumento*; *Contextualizadores da situação*; *Críticos/contraponto*; *Despreparados/incertos*; *Detentores do conhecimento*; *Fechados/não acessíveis*; *Vilões/outro lado*; e *Misto*.

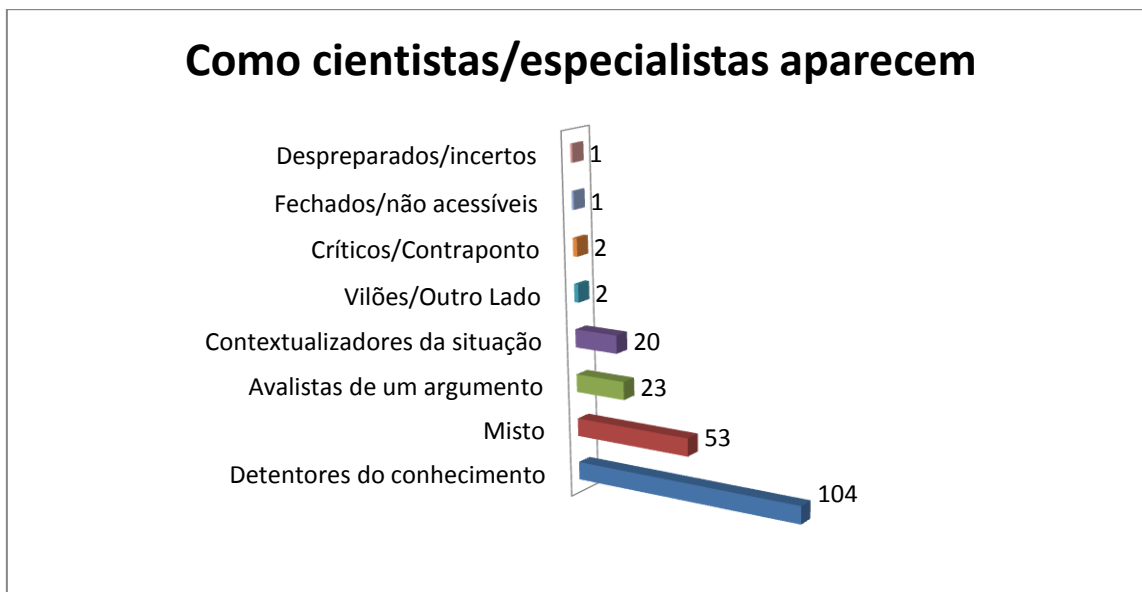


Gráfico 4.11 – Como cientistas/especialistas aparecem*.

(*) Textos classificados como *Não se aplica* ficaram de fora do cálculo apresentado no gráfico acima.

Fonte: Elaborado a partir da análise de dados desta pesquisa.

Quando agrupados em pontos positivos (*Contextualizadores da situação* ou *Detentores do conhecimento*), neutros (*Avalistas de um argumento* ou *Críticos/contraponto*) e negativos (*Despreparados/incertos*; *Fechados/não acessíveis*; *Vilões/outro lado*), nota-se uma forte tendência de que os cientistas/especialistas apareçam na mídia sob um viés positivo (124 textos), quando eles aparecem, principalmente como *Detentores do conhecimento* (104 textos).

Os aspectos neutros – considerados assim por não haver um padrão de argumentos avalizados ou contestados pelos cientistas – correspondem pela segunda maior tendência, representando 25 textos, principalmente por os cientistas aparecerem nos textos para avaliar um argumento (23 textos).

Por fim, os aspectos negativos foram identificados em apenas quatro textos. Isso pode ser explicado, em parte, pelo resultado obtido nos outros dois aspectos. Se os cientistas servem como fonte para agregar credibilidade à determinada informação – aparecendo como *Detentor do conhecimento*, *Contextualizador da situação* ou mesmo como *Avalista* ou *Contraponto de argumentos* – não haveria razão para tornar-se fonte se não tiver qualificação para isso, exceto se houver interesse em desacreditar determinada posição de algum cientista e/ou especialista.

Ao se analisar detalhadamente 47 dos textos nos quais o cientista/especialista aparece na classificação *Misto*, pode-se observar que a maior tendência (identificada em 24 desses textos) é de que fatores positivos – de *Contextualizador da situação* e/ou de *Detentor do conhecimento* – estejam associados com outro fator considerado neutro – *Avalista* e/ou *Crítico/contraponto* de argumentos. Em outros 12 textos, os cientistas aparecem, na mesma matéria, como *Contextualizadores da situação* e *Detentores do conhecimento*. Nos outros 11 textos, por sua vez, algum aspecto negativo foi agregado a outro positivo e/ou neutro, podendo ser *Despreparo/incerteza*; *Fechados/não acessíveis* (omissão); ou ainda uma característica observada entre os textos classificados como *Mistos*, que é a contribuição para avaliar um argumento que ajuda a provocar o alarde na população.

Nos textos relacionados à poluição do solo por resíduos, geralmente cientistas e especialistas são acionados como fontes para explicar os possíveis riscos, perigos e agravos à saúde humana de determinadas substâncias químicas e/ou tóxicas encontradas nas áreas contaminadas, na maior parte das vezes por conta de passivos ambientais decorrentes de atividades industriais. Tal participação pode contribuir para esclarecer a população sobre os riscos às quais está submetida, ou pode, ao contrário, ampliar o pânico e o alarde, causando um desserviço.

Para que os resultados de uma entrevista sejam bem sucedidos, do ponto de vista dos ‘efeitos de sentido possíveis’ junto ao leitor, é necessário que tanto o cientista quanto o jornalista se percebam corresponsáveis pelas possíveis consequências de seus atos, minimizando, assim, os riscos de produzir efeitos negativos, como o do exagero (que alimentam os rumores) ou o da descontextualização (que deformam a percepção dos acontecimentos) (CHARAUDEAU, 2010: 275). Existem, nos textos analisados, exemplos bem e mal sucedidos.

Na matéria “*Shell vai apurar morte de ex-funcionários*”, referente ao caso Shell no Recanto dos Pássaros, e publicada, sem ser assinada, no Caderno Folha Campinas, da *Folha de S.Paulo*, no dia 12 de junho de 2001, é possível observar a tentativa (e a dificuldade) de se estabelecer relações de causa e efeito entre contaminação ambiental e agravos à saúde. A matéria referia-se a uma denúncia, feita em um canal de televisão, de que ex-funcionários da multinacional Shell estariam morrendo por câncer. Um dos

trechos, dizendo que “*os sintomas apresentados pelos ex-funcionários mortos são atribuídos por especialistas ao contato com produtos organoclorados*”, é acompanhado do seguinte trecho, no qual consta a menção a uma declaração, atribuída a um especialista, que foi classificada como *Avalista de um argumento*:

Segundo o toxicologista clínico da USP (Universidade de São Paulo) Anthony Wong, 54, evidências epidemiológicas apontam uma forte relação entre a contaminação por drins e a morte por câncer. Segundo ele, é impossível afirmar que os três morreram em decorrência da contaminação, mas a exposição pode ter contribuído para agravar a doença. (FOLHA DE S.PAULO, 2001b).

Outro exemplo dessa tentativa de se estabelecer conexões de causa e efeito ocorreu durante uma cobertura especial sobre o caso de contaminação da Shell na Vila Carioca, na zona sul de São Paulo, publicada na *Folha de S.Paulo*, em 28 de agosto de 2001. Três repórteres experientes foram envolvidos na apuração dos fatos e na elaboração dos textos.

A repórter Fabiane Leite trazia informações factuais sobre o caso, em uma matéria para a qual entrevistou o ex-dono da Cofap, que era proprietário do terreno antes de ele ser vendido para a construção do condomínio Residencial Barão de Mauá. O repórter Sérgio Duran apresentava um viés mais econômico, falando sobre os custos da despoluição. Já o repórter Aureliano Biancarelli publicava a matéria intitulada “*Destino de resíduos no Brasil até 1976 é incógnita*” (BIANCARELLI, 2001), acompanhada da sub-retranca “*Material resiste à ação do tempo*”.

Foram ouvidos por Biancarelli cientistas/especialistas que contextualizaram, historicamente, a expansão do parque industrial paulista, os problemas envolvendo a produção de lixo perigoso e os riscos e perigos associados à saúde e ao meio ambiente. Entre os cientistas ouvidos, estavam a professora doutora Wanda Maria Risso Günther, especialista em poluição do solo, e o professor de higiene e toxicologia ocupacional, Sérgio Colacioppo, ambos da Faculdade de Saúde Pública da USP. A participação dos cientistas, na análise específica dessa cobertura, foi classificada na categoria *Misto*, uma vez que tais cientistas ‘aparecerem’ como *Contextualizadores da situação*, *Detentores do conhecimento* e *Avalistas de um argumento*.

A sub-retranca “*Material resiste à ação do tempo*” abriu espaço, por exemplo, para que o professor Sérgio Colacioppo sugerisse calma diante de todo o sensacionalismo e alarde envolvendo o caso. "Mas pequenas quantidades de gases tóxicos se diluem em áreas abertas", ponderou o professor, no texto. “Antes de se criar pânico, sugere o professor, é importante avaliar a quantidade e a gravidade da substância tóxica”, diz a matéria (FOLHA DE S.PAULO, 2001c).

4.1.4.5. A população afetada

Dos 557 textos analisados, a população afetada direta ou indiretamente pelos casos de poluição do solo por resíduos é mencionada ou ouvida em 408 deles (73,2%), proporcionalmente mais que políticos e cientistas e menos que técnicos e empresas.

Para verificar como a população apareceu nos textos jornalísticos analisados nesta pesquisa, foram criadas nove classificações: *Beneficiada*; *Desconfiada/descrente dos riscos*; *Indefesa/despreparada*; *Memória viva/denunciante*; *Socialmente atuante*; *Uns culpados/outros vítimas*; *Vítima/em risco*; *Misto*; e *Outros*.

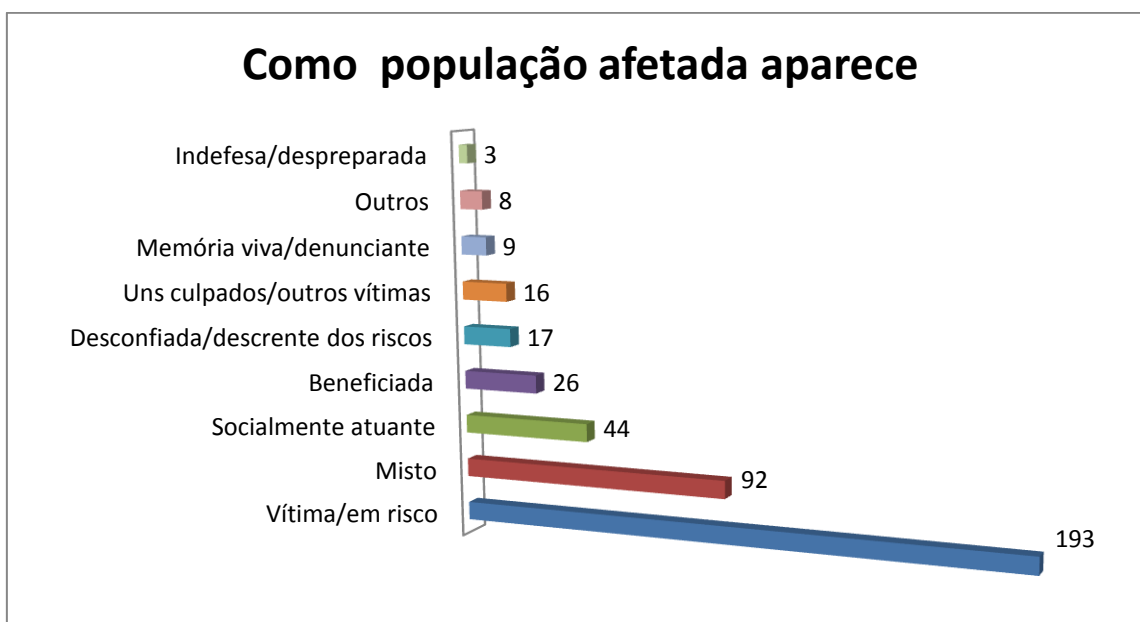


Gráfico 4.12 – Como população afetada aparece*.

(*) Textos classificados como *Não se aplica* ficaram de fora do cálculo apresentado no gráfico acima.

Fonte: Elaborado a partir da análise de dados desta pesquisa.

Como fica visível no gráfico da página anterior, nos 408 textos jornalísticos nos quais a população é ouvida ou mencionada, existe uma tendência expressiva de que ela apareça na posição de *Vítima/em risco*.

Isso se confirma também em uma análise detalhada realizada em 81 textos nos quais a população aparece classificada como *Misto*. Em 78 (96,3%) deles, o aspecto *Vítima/em risco* se faz presente, sendo que, em 63 desses textos, está associado a pelo menos um dos dois aspectos nos quais a população possui uma atitude mais proativa, quais sejam o aspecto *Socialmente atuante* e/ou *Memória viva/denunciante*.

Em casos onde os personagens aparecem apenas como *Vítima/em risco*, eles estão em uma postura mais passiva, como mostra a declaração de Sidnei Donizeti, então subsíndico de uma dos edifícios do condomínio Residencial Barão de Mauá, em uma das sub-retrancas publicadas na *Folha de S.Paulo* no dia 17 de agosto de 2001, quando o caso veio à tona na imprensa: “*Está todo mundo atordoado. Agora só podemos esperar*”.

Já quando a condição de vítima é associada a um discurso classificado como *Memória viva/denunciante*, por exemplo, o personagem assume um papel um pouco mais protagonista, de narrador/contextualizador de uma história que representa uma realidade recriada em um processo mediado pela mídia, como é possível observar em outro trecho da matéria:

Donizeti vive em um apartamento do térreo do bloco 4. Ouviu a explosão na caixa d'água em abril do ano passado, abriu a janela, viu uma bola de fogo saindo do chão e o operário caído. Ele se debatia. ‘Foi um horror. Temos medo desde então. Nunca vamos esquecer daquilo. Não é possível que isso possa acontecer com tanta burocracia para liberar a obra’ (CORRÊA, 2001).

Outro padrão de discurso que “faz sucesso” entre repórteres e redações envolve reclamações, geralmente contra o poder público, sobre a ineficiência na comunicação de riscos. Os moradores que assumem tais declarações, geralmente aparecem como *Memória viva/denunciante* e/ou como *Socialmente atuante*, características que podem ou não estar associadas com a de *Vítimas/em risco*.

Esse padrão repetiu-se em casos como o da Shell, na Vila Carioca, em São Paulo (SP); o da Shell, no Recanto dos Pássaros, em Paulínia (SP); o de benzeno no subsolo

do condomínio Residencial Barão de Mauá, em Mauá (SP); e no caso de contaminação do solo em um terreno da Sabesp ocupado irregularmente por moradores da Favela Paraguai, na capital paulista (SP). Este último, descoberto em 2003, motivou a publicação de oito textos, que foram analisados nesta pesquisa e inseridos na unidade temática de análise “Contaminação industrial”.

Abaixo, seguem algumas frases de moradores para ilustrar o padrão apontado acima:

“Nos sentimos traídos com essa atitude” – Jeferson Menezes Dias, síndico da quinta etapa de prédios do condomínio Residencial Barão de Mauá, criticando o então secretário estadual do Meio Ambiente, Ricardo Trípoli, que anunciou a contaminação em coletiva à imprensa (FOLHA DE S.PAULO, 2001d).

“Quando vi a notícia no jornal, antes de saber por qualquer pessoa ou órgão responsável, tive a sensação de que alguém da minha família tinha morrido” – Valéria Ferreira da Silva, subsíndica da sexta etapa de prédios do condomínio Residencial Barão de Mauá (FOLHA DE S.PAULO, 2001d).

“Não deram nenhuma orientação não” – Neuza Luciano de Moraes, moradora da Favela Paraguai, sobre perfuração de um dos poços de monitoramento de gases no subsolo, instalado em frente da casa dela. Os repórteres complementam a informação, “carregando as tintas no drama humano” (CHARAUDEAU, 2010: 272), inserindo no texto a informação de que o poço (em frente à casa de Neuza) é usado como banco e brinquedo pelas crianças da favela (VIVEIROS e SILVA, 2003).

“Eu não sei, mas acho que essa contaminação dá câncer, não é?” – João Maria do Nascimento, 42, pedreiro e morador do bairro Recanto dos Pássaros, em Paulínia. A declaração é precedida por uma frase da repórter, dizendo que os moradores “vivem com mais dúvidas do que informações sobre a contaminação por pesticidas que atingiu o bairro” (MARGARIDO, 2001a).

“Moro aqui desde que nasci e só fui saber do risco pelo jornal. Sempre tive horta em casa e achava que minha família estava comendo um alimento mais saudável. Se soubesse da contaminação antes, não teria feito isso” – Lúcia Ferrati Almeida,

moradora do condomínio Auriverde, vizinho à unidade da Shell, na Vila Carioca (VIVEIROS, 2002c).

Existem ainda outros padrões de repetição de discursos, entre representantes da população afetada, que ganham visibilidade e destaque na cobertura jornalística sobre os diferentes casos de poluição do solo por resíduos. Entre eles, estão: declarações de moradores de áreas contaminadas que buscam correlacionar a poluição ambiental com problemas de saúde; reclamações sobre perdas financeiras decorrentes da desvalorização de imóveis em áreas identificadas como contaminadas; depoimentos de moradores que tentam, de forma consciente ou não, desqualificar os riscos ou minimizá-los.

Um exemplo desse último padrão fica claro na declaração dada pelo representante dos moradores do Núcleo Residencial Pirelli, Delfino Aparecido Antunes, durante um protesto para evitar que a área fosse fechada: *”Se o solo estivesse contaminado, não teríamos hortas maravilhosas e frutos. Isso (contaminação) é política”*, afirmou o morador, em matéria publicada no Caderno Folha Campinas, da *Folha*, em 24 de julho de 1999, no texto intitulado *“Bairro sob risco de explosão é fechado”*, assinado pelo repórter free-lance Luciano Calafiori.

No entanto, apesar de se identificar a presença de ‘vozes’ da população afetada nas páginas dos jornais, não se pode dizer que elas de fato estão influenciando decisões políticas que envolvem a temática da poluição do solo por resíduos. Serão necessários outros estudos que deem conta de compreender se tais depoimentos de fato influenciaram desdobramentos dos casos analisados.

Porém, o mais provável é que essas ‘vozes’, da maneira como são apresentadas, contribuam mais para ilustrar, com uma face mais humana as histórias ambientais, do que para de fato influenciar o debate – e a solução – do respectivo problema ambiental na arena pública.

Também no cenário internacional, pesquisas têm indicado que as ‘vozes’ dos representantes da população (*ordinary people*, ou pessoas comuns, na tradução livre) sobre os problemas ambientais têm sido marginalizadas na cobertura jornalística, como aponta Simon Cottle, que há mais de uma década dedica-se aos estudos sobre como a mídia televisiva trata as questões ambientais no Reino Unido:

They (ordinary people) come to stand for the ‘human side’, or provide the ‘human face’ of environmental news stories, voices journalistically sought out and positioned to play a symbolic role, not to elaborate discursively a form of ‘social rationality’ (COTTLE, 2000 *apud* LESTER, 2010).

4.1.5. Quem é o autor?

Como foi apontado no subcapítulo ‘**Mídia e Meio Ambiente**’, o repórter, ao buscar o seu desenvolvimento pessoal e o aperfeiçoamento constante, pode contribuir sobremaneira para a qualificação da cobertura jornalística sobre as questões ambientais, visando, assim, atender às premissas do jornalismo ambiental, que envolvem a visão sistêmica, a pluralidade das fontes e a cobertura transversal.

Também foi discutido naquele capítulo que fatores como a falta de preparo dos jornalistas, a cobertura feita por repórteres generalistas, a pressa em noticiar e o reducionismo nos olhares são alguns dos fatores que podem atrapalhar no bom andamento e na qualidade dessa cobertura ambiental no processo do fazer jornalístico.

Diante desses preceitos, foram criados critérios para identificar, por meio da análise do *corpus* deste estudo, quem são os autores dos textos analisados. A partir daí, buscou-se avançar na tentativa de identificar se a maior experiência de determinados profissionais foi capaz de assegurar uma abordagem mais contextualizada e profunda da temática ambiental sobre poluição do solo por resíduos.

O primeiro passo foi identificar, na análise dos textos, quem eram os autores dos mesmos, a partir da assinatura presente ou não em cada um deles. Para isso, foram criadas cinco categorias de profissionais para responder à pergunta “**Quem assina o texto**”. São elas:

- a) **Especialista** – Para textos em formato de artigos, assinados por especialista (5 textos);

- b) **Repórter experiente**²⁹ – Profissionais envolvidos na cobertura de um mesmo caso por determinado período ou que tivessem participado de coberturas anteriores identificadas em textos que compõem o escopo da pesquisa (133 textos).
- c) **Repórter novo/Informação desconhecida** – Para textos assinados por profissionais que não assinaram textos anteriores, sejam eles referentes à cobertura sobre o mesmo caso ou sobre outros casos observados no escopo da pesquisa (192 textos);
- d) **Sem assinatura** – Para textos não assinados, ou assinados com a função, e não com o nome do profissional, por exemplo, “Do correspondente no litoral norte” (203 textos).
- e) **Misto** – Para textos assinados por mais de um repórter, sendo um identificado como repórter experiente, e o outro, como repórter novo e/ou como informação desconhecida (23 textos).

²⁹ Neste item, a experiência prática da pesquisadora, que atuou por 10 anos em redações da imprensa brasileira, também foi utilizada para a identificação de repórteres experientes incorporados na categoria.

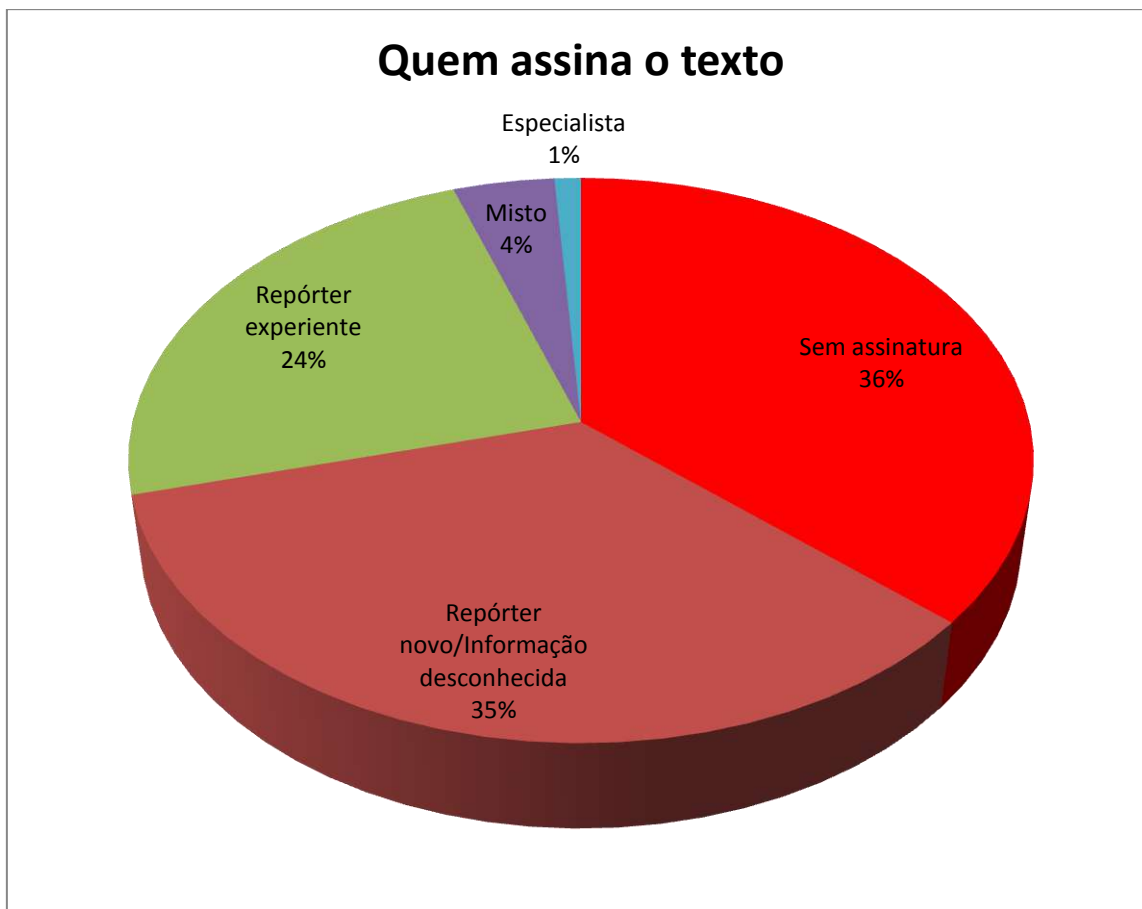


Gráfico 4.13 – Quem assina o texto.

Fonte: Elaborado a partir da análise de dados desta pesquisa.

É importante ressaltar que os números referem-se ao número de textos, e não ao número de repórteres. Uma matéria classificada como “Repórter experiente”, por exemplo, pode agrupar textos de dois ou mais profissionais classificados como tal.

A partir do gráfico acima, foi possível inferir que, mesmo excluídos os textos sem assinatura, nos quais não é possível identificar se quem de fato escreveu é repórter experiente ou não – os textos envolvendo pelo menos um profissional ainda representam minoria frente aos textos assinados por repórteres novos/informação desconhecida, que representam os repórteres generalistas aos quais nos referimos no subcapítulo ‘**Mídia e Meio Ambiente**’.

Para efeito de análise, foram agrupados, sob o guarda-chuva “Repórter experiente”, além dos textos já sinalizados como tal (133), também os de “Especialista”

(5) e “Misto” (23), totalizando 162. Já entre o grupo de “Outros profissionais”, foram reunidos os textos de “Repórter novo/Informação desconhecida” (192) e os “Sem assinatura” (203), totalizando 395.

Para confirmar se os textos escritos por repórteres experientes são diferenciados dos escritos por profissionais generalistas e/ou com menos experiência, os profissionais foram divididos em dois grupos e submetidos a alguns critérios de análise criados para efeitos de comparação. Entre tais critérios, estão: a menção ou não a alguns conceitos relevantes para a cobertura ambiental – como risco e/ou perigo; otimismo tecnológico; e incerteza científica –; as mensagens principais identificadas nos textos publicados, bem como suas principais características; o motivo pelo qual o texto foi originado; o tamanho; o número de fontes ouvidas; e como elas aparecem.

Tabela 4.1 – Análise comparativa de textos: repórter experiente versus outros profissionais

	REPÓRTER EXPERIENTE*	OUTROS PROFISSIONAIS
NÚMERO DE TEXTOS	162	395
COMPARAÇÃO CONFORME ORIGEM NO JORNALISMO INVESTIGATIVO		
	REPÓRTER EXPERIENTE	OUTROS PROFISSIONAIS
Divisão dos 38 textos identificados como fruto do “jornalismo investigativo” e percentual correspondente	27	11
	71%	29%
COMPARAÇÃO CONFORME MENÇÃO DE RISCOS E/OU PERIGOS		
	REPÓRTER EXPERIENTE	OUTROS PROFISSIONAIS
Nº de textos que mencionam direta ou indiretamente conceitos de risco e/ou perigo e o percentual desses na comparação com textos do grupo correspondente	148 – mencionam 91,4% dos textos escritos por repórteres experientes mencionam pelo menos um desses conceitos	295 – mencionam 74,7% dos textos escritos por outros repórteres mencionam pelo menos um dos conceitos
COMPARAÇÃO CONFORME MENÇÃO DE OTIMISMO TECNOLÓGICO		
	REPÓRTER EXPERIENTE	OUTROS PROFISSIONAIS
Nº de textos que mencionam direta ou indiretamente conceito de otimismo tecnológico e percentual desses na comparação com textos do grupo correspondente	71 – mencionam 43,8%	134 – mencionam 33,9%
		...Continua.

...Continuação

COMPARAÇÃO CONFORME MENÇÃO DE INCERTEZA CIENTÍFICA

	REPÓRTER EXPERIENTE	OUTROS PROFISSIONAIS
Nº de textos que mencionam direta ou indiretamente conceito de incerteza científica e percentual desses na comparação com textos do grupo correspondente	36 – mencionam	48 – mencionam
	22, 2%	12,1%

COMPARAÇÃO CONFORME MENSAGEM PRINCIPAL DOS TEXTOS

LEVANTA A QUESTÃO/TEMA É COMPLEXO	REPÓRTER EXPERIENTE	OUTROS PROFISSIONAIS
Nº de textos que têm a mensagem acima como principal, e percentual na comparação com textos do grupo correspondente	26 textos	27 textos
	16%	6,8%

ALARDE/ SENSACIONALISMO

Nº de textos que têm a mensagem acima como principal, e percentual na comparação com textos do grupo correspondente	31 textos	82 textos
	19,1%	20,8%

COMPARAÇÃO CONFORME CARACTERÍSTICA DA MENSAGEM

	REPÓRTER EXPERIENTE	OUTROS PROFISSIONAIS
CONTEXTUALIZADA		
Nº de textos que têm a característica da mensagem acima, e percentual na comparação com textos do grupo correspondente	35 textos	20 textos
	21,6%	5,1%
REDUCIONISTA		
Nº de textos que têm a característica da mensagem acima, percentual na comparação com textos do grupo correspondente e percentual na divisão dos 58 textos com esta característica de mensagem	2 textos	56 textos
	1,2% do total do grupo	14,8% do total do grupo
	3,5% do total de textos c/ característica reducionista	96,5% do total de textos c/ característica reducionista

...Continua

...Continuação

COMPARAÇÃO CONFORME QUALIDADE DA ABORDAGEM POR N° DE FONTES

		REPÓRTER EXPERIENTE	OUTROS PROFISSIONAIS
N° de textos e percentual distribuídos por qualidade da abordagem de acordo com n° de fontes	Quente	85 textos	74 textos
	5 ou +	52,5%	18,7%
	Morno	53 textos	160 textos
	3 ou 4	32,7%	40,5%
	Frio	21 textos	161 textos
	0 a 2	13,0%	40,8%

CONFORME DISTRIBUIÇÃO DE “MISTOS” NAS FONTES POR TIPO DE AUTOR

FONTES	TOTAL DE MISTOS	REPÓRTER EXPERIENTE		OUTROS PROFISSIONAIS	
		N° de textos com mistos	% no grupo	N° textos com mistos	% no grupo
Empresas	151	63	38,9%	88	22,3%
Técnicos	169	78	40,1%	91	23,0%
Políticos	142	68	42,0%	74	18,7%
Cientistas	53	29	17,9%	24	6,1%
População	92	42	25,9%	50	12,7%

COMPARAÇÃO CONFORME TAMANHO DOS TEXTOS

TAMANHO DOS TEXTOS	REPÓRTER EXPERIENTE		OUTROS PROFISSIONAIS	
	N° de textos	% no grupo	N° de textos	% no grupo
Grandes	64	39,5%	59	14,9%
Médios	97	59,9%	272	68,9%
Pequenos	1	0,6%	64	16,2%

(*) Especialistas e ‘misto’ (categoria na qual um ou mais repórter(es) experiente(s) atual com outro(s) não experiente(s) em um mesmo texto) estão incluídos na classificação “repórter experiente”.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da análise de dados desta pesquisa.

A partir de uma análise detalhada dos textos, foi possível confirmar a hipótese de que ter na linha de frente da cobertura ambiental um repórter experiente, “antenido

com as questões ambientais” – como costuma dizer André Trigueiro (2011) – e bem preparado representa, como se diz na linguagem coloquial, ‘*meio caminho andado*’ para agregar qualidade ao conteúdo produzido sobre a temática, como pôde ser observado nessa amostra de conteúdo envolvendo o tema da poluição do solo.

Entre os textos assinados por repórteres experientes, bons exemplos merecem ser ressaltados para que sirvam de exemplo, lembrando, primeiramente, que jornalismo é feito por pessoas, e que um processo de evolução da cobertura jornalística sobre as questões ambientais é possível inclusive em grandes redações, a despeito de todos os desafios internos e externos já apontados.

Um dos exemplos se refere à já mencionada reportagem especial “*RS 8,5 mi para limpar velho crime*”, assinada por Lourival Sant’Anna, publicada no caderno Vida&, do jornal *O Estado de S.Paulo*, em junho de 2006, e destacada na página 139 deste capítulo, como um modelo de pluralidade das fontes.

O que foi reservado para ser abordado aqui se refere ao fato de que Sant’Anna, além de conseguir incorporar a visão sistêmica e o olhar transversal preconizados por estudiosos do jornalismo ambiental na matéria, também se preocupou em estruturar sua reportagem fazendo uso de recursos técnicos comuns ao bom jornalismo como um todo.

A narrativa, valendo-se de recursos de linguagem do jornalismo autoral (MEDINA, 1988), no qual o jornalista imprime sua marca no texto, contou com o uso de figuras de linguagem e de metáforas, sendo construída a partir do estabelecimento de uma relação sujeito-sujeito entre jornalista e fontes, deixando transparecer no relato a riqueza da experiência sensorial, possível apenas quando repórteres têm a oportunidade de estar *in loco*, para vivenciar e sentir a realidade que irão observar, interpretar e transformar em notícia.

Mas isso não quer dizer que o repórter abriu mão das fontes para cercar de argumentos e credibilidade a sua produção. Pelo contrário, ouviu 11 pessoas, como já foi visto anteriormente. O resultado desse *processo de tecer sentidos* foi uma matéria contextualizada, que 1) correlacionou questões ambientais, sociais, econômicas, jurídicas, culturais e históricas; 2) apontou as dificuldades inerentes à tentativa de se estabelecer o nexos causal entre a contaminação ambiental e os agravos à saúde da população afetada; 3) apontou a incerteza científica e o otimismo tecnológico,

explicitou problemas envolvendo a corrupção, porém, sem cair na armadilha do reducionismo que envolve a busca por mocinhos e bandidos; e 4) conseguiu, por meio da narrativa, levar ao texto um pouco do que viu e ouviu no tempo em que passou em Santo Antônio da Posse, nas cercanias do Aterro Mantovani. Essa última característica pode ser observada já no primeiro parágrafo (SANT'ANNA, 2006):

A superfície do Aterro Mantovani é um mostruário da Era Industrial. Pontas de fitas magnéticas, fraldas descartáveis, pedaços de plástico, papéis e tecidos de cores variadas, substâncias gosmentas e líquidos de tons e cheiros metálicos afloram da terra, como se fossem expelidos. Lá embaixo, em suas entranhas, pelo menos 221 mil toneladas de resíduos industriais de todos os tipos se misturam, numa sinistra sopa de letras da tabela periódica.

Outro bom exemplo observado na análise foi a reportagem assinada pelo jornalista Clóvis Rossi, na *Folha de S.Paulo*, sobre a descoberta de um depósito de cal contaminada com dioxinas em um terreno da empresa multinacional Solvay, localizado em Santo André, na Grande São Paulo, no final dos anos 1990.

A matéria, intitulada “*SP tem maior depósito de cal contaminada*”, acompanhada de duas sub-retrancas – “*Contaminação foi descoberta na Alemanha*” e “*Empresa admite ‘toxicidade limitada’*” – foi publicada no caderno *Cotidiano* do dia 19 de junho de 1999, fruto do jornalismo investigativo. A reportagem encontra-se sob o guarda-chuva do macrotema ‘*Contaminação industrial*’, deste estudo.

A experiência de Clóvis Rossi, que é membro do Conselho Editorial da *Folha de S.Paulo*, contribuiu para que ele construísse a reportagem de forma contextualizada, em uma narrativa na qual “costurou sentidos” apresentando perspectivas histórica, ambiental, social, econômica e internacional correlacionadas ao tema. E também incluiu no texto dados referentes a “questões complexas”, e muitas vezes desconhecidas do público, como o funcionamento de um processo produtivo ou da cadeia de valor de uma empresa.

Rossi apresentou esses dados de maneira consistente, mas preocupando-se em explicar e “traduzir” expressões e termos técnicos em informações mais simples, atraentes para o leitor, denotando um respeito a quem não está acostumado com os jargões técnicos, seja de que área for. Isso fica visível na frase por meio da qual o jornalista acrescenta uma informação sobre a substância tóxica à qual se referia: “A

dioxina é o nome genérico para um grupo de mais de 200 compostos químicos tóxicos, subprodutos involuntários de processos químicos que envolvem o cloro” (ROSSI, 1999).

Outra peculiaridade da matéria refere-se à forma como o jornalista lidou, em seu texto, com incertezas inerentes ao próprio processo de apuração, admitindo ter procurado, mas sem sucesso, uma dada informação, denotando novamente respeito ao leitor e assumindo o seu papel de ator social, portanto, passível de falhas ao longo de um processo de construção de sentidos, como pode ser observado no trecho a seguir:

O segundo problema é que ninguém sabe se a cal contaminada foi ou não vendida para empresas que fabricam adubos para ração animal, hipótese em que estaria recriada no Brasil a mesma situação que levou à interdição de produtos belgas. Ou seja, o animal ingere ração com uma substância cancerígena que, depois, termina no corpo humano, quando o animal é consumido (ROSSI, 1999).

Outra técnica usada pelo jornalista foi a de apresentar recursos de linguagem e referências visuais, para colocar em perspectiva números e dados apresentados no texto, como no trecho a seguir: “O depósito de Santo André pertence a uma multinacional belga, a Solvay, tem **tamanho equivalente a 20 campos de futebol** e abriga 1 milhão de toneladas de cal”.

Por fim, o profissional, provavelmente pelos contatos construídos ao longo de sua carreira e pela credibilidade que conquistou junto às fontes, entrevistou o diretor industrial da Solvay, fato que era raro nos anos 1990, quando grande parte das empresas ainda associava fortemente os conceitos de transparência e fragilidade.

A partir desse ‘furo’, que teve como origem de investigação fontes do Greenpeace, outros seis textos, publicados entre junho de 1999 e abril de 2003, abordaram desdobramentos do caso. Por meio de uma análise desse conteúdo, foi possível constatar que órgãos técnicos, representantes do judiciário, de governos e da empresa passaram a atuar na busca por soluções para o caso de contaminação do solo pela Solvay, ou seja, o jornalista conseguiu cumprir sua função social de apresentar o problema ambiental na arena pública do debate, atraindo a atenção e contribuindo para legitimar o argumento (HANNIGAN, 1995 e 2009).

No entanto, ao analisar os dois casos apresentados acima, pode-se argumentar que os profissionais que assinaram os textos são altamente capacitados, ocupando ou tendo ocupado cargos de chefia ou no conselho editorial das empresas de comunicação, e que, por isso, teriam conseguido construir reportagens elaboradas e contextualizadas, representando uma minoria nas redações.

Para mostrar que a boa cobertura jornalística sobre as questões ambientais está mais ligada a escolhas pessoais do jornalista envolvido (principalmente no que tange à busca por uma capacitação permanente e por conhecimento aprofundado em determinados assuntos) do que ao cargo que ocupa na hierarquia das redações, vale ressaltar um processo que pôde ser observado a partir da análise dos textos que compõem o *corpus* dessa pesquisa. Trata-se da evolução qualitativa dos textos escritos pela jornalista Mariana Viveiros³⁰ (**informação pessoal**), que trabalhou como repórter do caderno *Cotidiano*, no jornal *Folha de S.Paulo*, entre janeiro de 2000 e setembro de 2004, “cobrindo prioritariamente assuntos ligados a saneamento ambiental e meio ambiente urbano”.

A repórter assinou, sozinha ou em coautoria com outro(s) repórter (es), 33 textos – 5,9% do total analisado nesta pesquisa –, tendo participado da cobertura de casos relevantes no contexto dessa análise, como a contaminação no solo do condomínio Residencial Barão de Mauá, em 2001; o caso da contaminação da Shell na Vila Carioca – descoberto e tornado público por ela, em 2002 –; o de contaminação do solo na Favela Paraguai, em São Paulo, cuja primeira matéria foi publicada por Mariana Viveiros em coautoria com o repórter João Carlos Silva, em maio de 2003, além de outros textos que foram incluídos sob o ‘*guarda-chuva*’ dos macrotemas “Poluição industrial”, “Contaminação industrial”, “Aterro, lixo e lixões” e “Áreas contaminadas”.

Entre a primeira matéria assinada por ela, dentre os textos captados no universo da pesquisa, – intitulada “*Justiça de Mauá embarga bens de empresas*” e publicada em 29 de agosto de 2001 – e a última, intitulada “*Moradores protestam por exame*”, publicada quase três anos depois, em 17 de agosto de 2004, foi possível perceber, em

³⁰ (**Informação pessoal**). VIVEIROS, Mariana. Mensagem recebida por email daniela.vianna@usp.br em 31 de janeiro de 2012. Mariana Viveiros é mestre em Ciência Ambiental pelo PROCAM/USP (2006) e, desde 2005, é gerente de Relações com a Mídia no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

uma análise detalhada de discursos nas linhas e entrelinhas, um processo de amadurecimento da profissional.

Entre os avanços percebidos estão: 1) maior facilidade em lidar com incertezas científicas e outras inerentes ao processo do fazer jornalístico; 2) a prática da visão sistêmica e transversal, com o abandono dos reducionismos típicos na busca por ‘mocinhos e bandidos’; 3) a construção de relações de confiança com as fontes; 4) a busca por inclusão de fontes acadêmicas para embasar hipóteses e argumentos; 5) a preocupação em explicar termos mais técnicos; e 6) a busca de um ‘diálogo’ com o leitor.

Trechos da matéria “*Merúrio contamina mangue de Cubatão*”, publicada em 29 de setembro de 2002 (VIVEIROS, 2002d), são bons exemplos disso. Para construir a reportagem, fruto do jornalismo investigativo, Mariana Viveiros ‘ouviu’ 10 fontes, entre técnicos, empresa, cientistas, população e pesquisas/estudos, levantando a questão de forma contextualizada e apontando perspectivas históricas, políticas, sociais, ambientais, acadêmicas, técnicas e econômicas.

No trecho “*A presença do mercúrio no mangue pode ser resultado de anos de poluição acumulada, já que as primeiras leis ambientais e ações de controle no Brasil datam de meados dos anos 70, e o mercúrio não se degrada*”, a repórter reúne, em uma mesma sentença, a incerteza envolvendo o caso (pode ser), uma questão histórica, já que a legislação ambiental evoluiu ao longo dos anos, e uma informação técnica sobre o mercúrio, que “não se degrada”. Em outro trecho, Mariana escreve o seguinte:

"A pesquisa da geóloga Luciana Ferrer sobre a pesquisa de mercúrio em excesso no mangue de Cubatão não identifica a fonte dessa poluição. A tarefa é mesmo difícil, uma vez que a região está rodeada pelo passivo ambiental do polo industrial da cidade, que reúne 16 empresas, entre elas a Petrobras, a Cosipa e a Ultrafértil."

A repórter passa a aceitar e compartilhar com o leitor a incerteza científica (pesquisa não identifica o passivo), argumentando, no texto, que a tarefa (de identificar os culpados) é difícil mesmo e justificando tal posicionamento ao apresentar o argumento de que existe um fator histórico, de como ocorreu o processo de industrialização na Baixada Santista, no litoral paulista. Este deve ser levado em consideração para o entendimento de por que a geóloga não conseguiu, em sua

pesquisa, identificar a fonte da poluição, responsável pela contaminação do mangue com mercúrio.

Na contextualização dos debates internacionais sobre os níveis e efeitos da exposição duradoura ao mercúrio, a repórter cita um estudo internacional do Conselho Nacional de Pesquisas das Academias Nacionais dos Estados Unidos; e aponta os padrões de referência, atuais à época, da Organização Mundial da Saúde.

Outros casos positivos poderiam ser citados, mas vale lembrar que eles representam a minoria do universo analisado. Para cada texto no qual se consegue lidar bem com uma incerteza inerente ao problema ambiental, por exemplo, diversos outros apontam na direção contrária.

Não é por acaso que dos 557 textos analisados apenas 19 (3,4%) mencionam a incerteza científica diretamente, e outros 65 (11,7%), indiretamente. Como destacou o pesquisador Anders Hansen (2011), durante entrevista concedida para esta pesquisa, a sociedade em geral, e a mídia em particular, enfrentam desafios para lidar com as incertezas:

We're very ill equipped to cope with uncertainties. Nobody likes uncertainty. We like the facts, we like to know if "it's safe or is it not safe", that is all we need to know. And this business about: "well it may be safe, if you do this, this and this, but if you do that, that and that, then it is not safe" -it's difficult for all of us to cope with that kind of thinking. And I think it's even more difficult for journalism to incorporate those kinds of uncertainties and probabilities in the reporting.

Essa dificuldade de o jornalismo incorporar os conceitos de incerteza e de probabilidades nos textos jornalísticos fica evidente nas perguntas elaboradas pelas repórteres, no trecho abaixo, que reproduz parte de uma entrevista da *Folha de S.Paulo* com o então presidente da Cetesb, Dráusio Barreto, e com o então secretário de Estado do Meio Ambiente, Ricardo Trípoli, sobre o caso Barão de Mauá, na entrevista pingue-pongue intitulada “Há mais ‘buracos’, diz presidente da Cetesb”, publicada no dia 26 de agosto de 2001:

“Folha - Por que a Cetesb demorou tanto para tomar uma atitude em relação à contaminação, se recebeu um laudo sobre a existência das 44 substâncias tóxicas no subsolo do condomínio em fevereiro?
Barreto - Vocês e as pessoas em geral dizem isso porque não conhecem o caso. [...] No início deste mês, nos deparamos com o seguinte: tivemos certeza de

que o subsolo estava totalmente contaminado, mas não sabíamos o que isso poderia causar à saúde das pessoas.

Folha - *E agora o senhor já sabe?*
Barreto - Não, porque aqui não tem médico. Temos químicos, físicos e engenheiros.

Folha - *Nesta altura, o senhor já poderia ter esse tipo de informação, apesar de não ser médico...*

Barreto - Como não sei falar sobre isso, prefiro deixar para as autoridades de saúde. Até os médicos têm divergências sobre como detectar a contaminação e os níveis de exposição aceitáveis.

Folha - *Do que vocês têm certeza?*

Barreto - A área tem que ser descontaminada. O que ainda não se sabe é se isso pode ser feito com a presença das pessoas.

Trípoli - O problema está focado no subsolo.

Folha - *Os moradores do condomínio estão seguros?*

Barreto - Os profissionais de saúde dizem que qualquer decisão de retirá-los de casa é prematura. Sabemos que o poder público tem o dever de apontar uma solução. Mas temos que ter um nível maior de certeza sobre a melhor forma de fazer a descontaminação. Já solicitamos inclusive auxílio da Opas (Organização Panamericana de Saúde).

Folha - *Valeu à pena ter divulgado essas informações em meio a dúvidas?*

Barreto - As pessoas que moram lá têm o direito de saber que vivem sobre um caldeirão químico.” (ATHIAS e LEITE, 2001) (grifos da autora)

Associadas, essas dificuldades da imprensa em lidar com as incertezas, e dos órgãos públicos e técnicos em promover uma efetiva comunicação de riscos, tendem a resultar em textos jornalísticos que geram confusão, alarde e pânico entre a população afetada – e a provocar um sentimento de impotência e imobilização em leitores não diretamente envolvidos com o caso.

Frente a essa constatação, este estudo buscará oferecer algumas perspectivas e caminhos para o debate sobre como se poderá atingir maior maturidade nas práticas e discursos desses atores sociais, visando não apenas a construção, mas também a solução dos problemas ambientais que afetam a chamada sociedade de risco (BECK, 2006; HANNIGAN, 2009; LESTER, 2010).

O diagnóstico do passado explicitou que o tema contaminação do solo por resíduos ganhou espaço na pauta jornalística nos 15 anos analisados, porém, na maioria dos textos, ainda é tratado de forma desconexa, o que demonstra oportunidades de melhoria no presente e no futuro.

O próximo passo será, com base nos questionamentos e observações construídos até aqui, analisar o presente e apontar algumas perspectivas futuras.

4.2. ...As incertezas do presente

“Essa notícia me pegou de surpresa.”

“Teria de mudar minha rotina se há chances de explosão no local. Ainda mais se eu corro risco de morte.”

“Até agora não fui informada sobre o vazamento. Precisamos saber o que está acontecendo”.

Tais declarações, que poderiam se encaixar em boa parte dos textos analisados no diagnóstico apresentado até aqui, referem-se a frases de pessoas afetadas por um caso mais recente (NUNES, 2011), que ganhou visibilidade na mídia em setembro de 2011, após a divulgação de um risco potencial de explosão do Shopping Center Norte, na capital paulista, por concentração de gás metano decorrente da decomposição de matéria orgânica. O centro comercial foi construído em uma área anteriormente ocupada por um depósito de lixo.

Embora os textos publicados em 2011 não façam parte do escopo desta pesquisa, optou-se por fazer uma leitura flutuante (BARDIN, 2004) deles sobre o caso, tanto da *Folha de S.Paulo* como do *O Estado de S.Paulo*, para verificar se as dificuldades envolvendo a comunicação de riscos, por parte dos órgãos públicos, e as informações descontextualizadas, por parte da imprensa, ainda se repetiam.

Ao todo, foram coletados 144 registros, entre textos (notas, matérias e artigos), *podcasts* e vídeos, veiculados nos respectivos portais de notícias *online* dos dois grupos de comunicação: a *Folha Online* (43 textos) e *Estadao.com* (101), no período compreendido entre o dia 16 de setembro de 2011, quando o risco de explosão chegou ao conhecimento da mídia, e o dia 07 de outubro, quando o shopping foi reaberto, após dois dias de interdição. Outros 16 textos publicados na versão impressa do jornal *Folha de S. Paulo* no mesmo período foram coletados por meio do acesso *online* ao acervo de jornais do Grupo Folha, disponível no endereço <http://acervo.folha.com.br>.

Para a busca, foram usados os descritores “Center Norte” e “metano”, exceto na versão impressa, onde a busca foi feita a partir da análise de todo o conteúdo dos cadernos de *Cotidiano* publicados no período mencionado.

A partir da leitura flutuante, foi possível constatar que os desafios envolvendo tanto a comunicação de riscos, por parte dos órgãos públicos, quanto a publicação de notícias contextualizadas sobre a temática de contaminação do solo por resíduos, por parte da imprensa, seguem presentes na cobertura jornalística.

Vale ressaltar, no entanto, que o jornal *O Estado de S.Paulo* conseguiu aproveitar um pouco melhor os espaços de atenção obtidos junto aos leitores, a partir das questões factuais envolvendo “o abre-ou-fecha” ou o “explode-ou-não-explode” do shopping, para publicar textos mais contextualizados, apresentando visões correlacionadas ao tema, como, por exemplo, a matéria “*Energia do lixo abastecerá 18 milhões de casas no País*”, publicada no jornal *O Estado de S.Paulo* e no *Estadao.com* em 06 de outubro de 2011 (GRUPO ESTADO, 2011).

Foi possível identificar, ainda, algumas especificidades que poderão ser tratadas de forma mais aprofundada em pesquisas futuras. São elas:

- a) A integração entre textos e outras ferramentas multimídia, como vídeos, infográficos e *podcasts*, nos respectivos portais do Grupo Estado e do Grupo *Folha*;
- b) As características da cobertura *online*, como a publicação de vários pequenos textos sobre o caso ao longo de um mesmo dia, porém, com um ou dois parágrafos de informações novas, e o restante, apresentando repetições de textos publicados anteriormente;
- c) O diferencial da participação de leitores, por meio de comentários postados nos portais, da reprodução de notícias em redes sociais ou da publicação de artigos assinados por cidadãos que adquiriram status e espaço para emitir opiniões no ambiente virtual. Vale ressaltar que tais fatores ampliam sobremaneira a oportunidade da realização futura de estudos de recepção;
- d) O distanciamento entre jornalistas e fontes na cobertura sobre o caso, com um novo fenômeno que poderia ser chamado de “por meio de nota”. As

declarações atribuídas à diretoria do Shopping Center Norte, por exemplo, foram todas passadas via assessoria de imprensa, seja pelo uso de informes publicitários pagos publicados no jornal *Folha de S.Paulo* (não foi possível observar se o mesmo ocorreu na versão impressa de *O Estado de S.Paulo*), seja por notas de esclarecimento enviadas às redações e reproduzidas na íntegra ou em parte;

Em termos de conteúdo produzido pelas redações, analisando especificamente o viés de correlações do caso Center Norte com outros semelhantes de poluição do solo, o Grupo Estado estabeleceu tais conexões já no dia 17 de setembro, no dia seguinte à divulgação do caso, por meio da nota intitulada “*Cetesb compara contaminação ao caso Barão de Mauá*” (GRUPO ESTADO, 2011b).

Já a *Folha* só foi estabelecer essa correlação no dia 28 de setembro, 11 dias após a publicação do primeiro texto sobre o caso. Antes disso, no dia 20 de setembro, havia apenas citado que outras duas áreas da capital, a exemplo do Center Norte, também integravam as chamadas ‘áreas contaminadas críticas’ naquela mesma época – a região de Jurubatuba, no distrito de Santo Amaro, e a Vila Carioca, no Ipiranga, ambos na zona sul da cidade.

O repórter da *Folha de S.Paulo*, Eduardo Geraque – que também é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Integração na América Latina, da USP, conforme citações no capítulo Revisão Bibliográfica – assinou boa parte das matérias publicadas sobre o caso Center Norte na *Folha*. Ele, que defende a visão sistêmica e a transversalidade como premissas básicas para uma cobertura ambiental, enfrenta dificuldades cotidianas inerentes ao dia a dia das redações que, muitas vezes, o impedem de colocar em prática o que defende em teoria.

Como outros repórteres, Geraque também busca conciliar espaços de reflexão ao dia a dia do fazer jornalístico. Ao comentar falhas na cobertura sobre questões relacionadas aos transgênicos no Brasil, durante palestra proferida no 4º Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, ele apontou algumas dificuldades enfrentadas no

cotidiano das redações, entre as quais a aparente falta de memória que domina as decisões do que deve ou não virar notícia (GERAQUE, 2011)³¹ (**informação verbal**).

A gente vive de escândalo em escândalo [na *Folha de S.Paulo*], a gente têm amnésia, parece. Parece que coisas que aconteceram no ano passado, ou há seis meses, não são mais notícia. Ou, quando se tenta ‘vender’ isso para o editor, ele argumenta que isso já foi noticiado [para justificar por qual razão não merece ser abordado novamente nas páginas de jornal], e aí fica complicado.

Falando especificamente sobre a cobertura de áreas contaminadas em São Paulo, Eduardo Geraque ressaltou a existência de uma gama de perspectivas sociais, culturais e econômicas que precisam estar refletidas nas matérias e serem, de alguma forma, conectadas (GERAQUE, 2011).

É preciso buscar isso. O que me motiva a ir todo o dia para a redação e a sair 11 [da noite], meia noite, é isso. É a gente conseguir contar histórias conseguindo encampar essa complexidade, essa visão sistêmica de mundo que eu acho que é o que mais falta para o jornalismo hoje.

É importante ressaltar que, se hoje a discussão sobre matérias envolvendo a temática ambiental na mídia estão mais focadas na qualidade das mesmas, há duas décadas o que se discutia era a ausência do debate ambiental na mídia.

O jornalista Roberto Villar Belmonte, um dos criadores do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, atribui esse aumento da cobertura jornalística sobre as questões ambientais, principalmente nos últimos 10 anos, a dois fatores: primeiro, ao fato de grandes corporações e empresas terem se apropriado do discurso da sustentabilidade e transformado a questão ambiental em oportunidades de negócios. Prova disso seria o aumento significativo no número de matérias sobre economia verde presentes nos cadernos de economia dos principais jornais do País.

³¹ (**Informação verbal**) Declarações do jornalista Eduardo Geraque, biólogo, repórter da Folha de S.Paulo e doutor pelo PROLAM, da USP, durante o painel “*O jornalismo científico e o diálogo imprensa/academia*”, no dia 18 de novembro, durante a realização do 4º Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental nas dependências da PUC, no Rio de Janeiro (RJ). As futuras citações resultantes dessa entrevista irão aparecer, ao longo do texto, mencionadas como GERAQUE, 2011.

O segundo fator envolve, de acordo com Belmonte, a maior incidência de problemas decorrentes das questões ambientais nos últimos anos, colocando em risco a vida de pessoas e provocando prejuízos econômicos.

O Brasil já sofre os efeitos das mudanças climáticas, que podem ou não ser causados pelos homens, mas a gente já está vivendo isso, e com questões econômicas envolvidas, como o desabamento de encostas no Rio de Janeiro, a perda de safras agrícolas, já está tocando no bolso, e, querendo ou não, as pessoas têm de cobrir as questões ambientais, de um jeito ou de outro. [...] Então, na grande imprensa, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, vejo todo dia notícias sobre o tema. Isso não existia nos anos 1990 (BELMONTE, 2011).

O jornalista André Trigueiro, que participou da cobertura da Rio 92, e, desde então cobre questões ligadas à sustentabilidade, concorda que as questões ambientais estão mais presentes na mídia e percebe que está ocorrendo um processo de mudança cultural nas redações.

Quando eu comecei na [rádio] CBN como comentarista [de meio ambiente], em 2003, eu era o único, hoje são quatro. Quando eu comecei na *Globonews* há 15 anos, não tinha espaço para um programa como o *Cidades&Soluções*, estamos no ar com ele há cinco anos. Esses processos são assim (TRIGUEIRO, 2011).

Vencido o desafio de incorporar as questões ambientais nas pautas dos jornais, os próximos passos envolvem a busca por uma qualificação dessa cobertura. Porém, antes de se falar sobre questões relacionadas à importância da formação intelectual dos jornalistas; ao repensar da relação com as fontes; e à aproximação entre jornalistas e cientistas como alternativas para a qualificação da cobertura jornalística, é importante reforçar outros componentes dos grupos de comunicação que, direta ou indiretamente, interferem no ambiente da produção e na prática do bom jornalismo.

4.2.1. Desafios das redações – o ambiente da produção

Libby Lester, no livro *Media & Environment* (2010), ressalta que existem duas tendências relacionadas à angústia contemporânea que envolve a independência jornalística e a continuidade da capacidade dos veículos de comunicação em atuarem

como o chamado o chamado “quarto estado”. A primeira, segundo a autora, está ligada ao que está acontecendo na relação entre as organizações de mídia e suas respectivas redações; e a segunda, ao que está acontecendo no entorno dos veículos de comunicação, ou seja, na indústria de relações públicas, tanto nos governos quanto no mundo corporativo, com escritórios de comunicação cada vez mais equipados e preparados para influenciar o conteúdo das notícias (LESTER, 2010: 94-96).

Neste tópico, será abordada a questão das mudanças nos padrões de consumo de mídia e as exigências financeiras, que estão exigindo a produção de novas frentes de notícias, incluindo mais sessões em jornais, maior multiplicidade de canais nas televisões e a integração de sites em todos os setores de produção de notícias (LESTER, 2010: 95). No caso da cobertura sobre o caso Center Norte, isso fica visível. Ao mesmo tempo, Lester menciona cortes de recursos no processo produtivo, com menos repórteres ou com o mesmo número de profissionais, porém, com muito mais trabalho a fazer.

Para reforçar seu argumento, a autora (LESTER, 2010: 95) citou a pesquisa “*Quality and Independence of British Journalism: Tracking the Changes over 20 Years*”, publicada em 2008, por Justin Lewis e seus colegas da Universidade de Cardiff, no Reino Unido. Segundo o estudo, enquanto houve um leve aumento do número de profissionais da mídia entre 1985 e 2005, era esperada dos autores de artigos, em 2005, uma produção de conteúdo três vezes maior do que era exigida de seus colegas 20 anos antes.

A mesma pesquisa apontou que jornais como *The Times*, *Sun*, *Mirror* e *Daily Mail* mais do que dobraram o número de páginas no mesmo período, enquanto o *The Guardian* triplicou o número de páginas, causando, nos jornalistas, um sentimento de que aumentou também a pressão pela produção de um número maior de matérias diariamente. Em entrevistas, os autores da pesquisa constataram impactos negativos nos processos de apuração e checagem de notícias.

(The journalists contacted by researchers) felt that there was less checking and contextualizing of stories than hitherto. This is certainly the case in terms of the finished product. Only half the stories in our press sample made any visible attempt to contextualize or verify the main source of information in the story, and in less than one in five cases was this done meaningfully. Broadcast news does better, with 42% of cases involving thorough

contextualization or verification, although it is clear this is not the norm in either form of news (Lewis et al., 2008 *apud*: LESTER, 2010: 95).

Já nos Estados Unidos, ainda segundo Libby Lester, jornais cortaram pelo menos 17% da equipe de trabalhadores das notícias desde 2001, sendo 5.900 profissionais só em 2008. No entanto, naquele País, as demissões foram acompanhadas de cortes também do espaço destinado a notícias, devido à elevação de preços de impressão e de outros custos operacionais (LESTER, 2010: 95).

No Brasil, a situação aponta na direção de mudanças profundas que vão, no mínimo, alterar significativamente a rotina das redações.

O Grupo Estado, que divulgou, em seu Relatório de Responsabilidade Corporativa, um lucro líquido de 41,8 milhões, no exercício de 2010, quase o dobro dos R\$ 21,9 milhões verificados em 2009, decidiu investir nas mídias e nos produtos digitais, que foram responsáveis por 23% da receita líquida do Estado em 2010 (GRUPO ESTADO, 2011).

O Grupo Folha, que não publica relatórios anuais com informações sobre o desempenho econômico, social e ambiental, também passou por um processo de integração de redações da *Folha de S.Paulo* e da *Folha Online*. O processo, anunciado em abril de 2010, foi denominado “fusão orgânica” pelo Grupo, e constituiu na integração física e na unificação das redações sob um comando único a partir de abril de 2010. Cerca de 60 profissionais que trabalhavam na *Folha Online*, entre repórteres e redatores, passam a integrar as equipes das áreas correspondentes da *Folha de S.Paulo* (GRUPO FOLHA, 2010).

O Grupo Estado optou por investir na adequação ao novo cenário de crescimento e expansão das mídias digitais e para não perder as verbas publicitárias destinadas à mídia no Brasil, estreando, em março de 2010, um projeto que está sendo chamado de “*uma revolução cultural [...] nas redações [do Grupo]*”, ainda segundo informações do seu relatório anual de atividades, publicado em 2011 (GRUPO ESTADO, 2011). A “revolução” refere-se a um redesenho que envolve o lançamento de novos cadernos e a redistribuição de conteúdos, trazendo “para as redações uma nova maneira de fazer jornalismo”, com a “convergência” entre diferentes plataformas, permitindo ao Estado

“oferecer a qualidade e a credibilidade de seu jornalismo no papel, na rádio, na web, no celular...”.

‘Nós trabalhamos com o conceito de relógio da notícia. No segundo em que acontece, ela está no Broadcast (O Broadcast da **AE** é um *software* pelo qual os assinantes – investidores do mercado financeiro – recebem as informações em tempo real, com notícias, análises, cotações e gráficos integrados) da Agência Estado. Alguns minutos depois, no *site* estadao.com.br e na rádio Estadão ESPN. No dia seguinte, contextualizada e com análises, no Estado, no Jornal da Tarde e na edição *tablet*, com recursos multimídia’, explica o diretor de Conteúdo, Ricardo Gandour (GRUPO ESTADO, 2011, p.11).

Em outro trecho do relatório, em um texto intitulado “*Arrumando a casa*”, na página 33, o diretor de Recursos Humanos, Alexandre Campos, ao falar da meta de “otimizar recursos internos e ampliar a eficiência organizacional”, admite que as transformações “geraram a readequação de colaboradores na organização e motivaram alguns desligamentos”. Segundo ele, “um dos fatores vitais para o sucesso está na mudança do modelo cultural dos colaboradores”. Ele explica que a qualidade do serviço prestado passa a ser monitorada, assim como seu prazo de entrega.

A editora-chefe de Conteúdos Digitais, Cláudia Belfort, em outro trecho do relatório, intitulado “Jornalismo por todos os meios” (Ibid., p.12) mostra otimismo, ressaltando a ampliação das possibilidades de atingir o leitor. Segundo ela, “[...] Para o jornalista o crescimento do *estadao.com.br* é gratificante, também, porque propiciou um alcance maior do trabalho de apuração e edição que é feito diariamente”.

O relatório de prestação de contas do Grupo Estado, no entanto, não especifica quantos dos 5.541 colaboradores considerados no desempenho de 2010 são jornalistas. Seriam “mais de 700”, de acordo com outro trecho do próprio relatório (Ibid., 13). Eram 612, segundo o Relatório 2006 (GRUPO ESTADO, 2007).

O relatório divide os números totais de colaboradores pelas seguintes categorias: diretoria; gerência; chefia/coordenação/supervisão; técnico/especialização; administrativo; operacional; terceiros; aprendizes; estagiários. Na comparação com 2009, o número total de colaboradores apresentou uma ligeira queda de 22 profissionais. Uma análise mais detalhada dos dados, porém, revela uma realidade que está atingindo grandes redações brasileiras: o aumento do número de contratações de

terceiros (que incluem pessoas jurídicas, autônomos e terceirizados) em detrimento dos cargos com carteira assinada, que estão sendo extintos.

Um dado que chama a atenção é o aumento do número de terceiros, que subiu de 2.655 para 2.862, na comparação entre 2009 e 2010, superando o número de colaboradores, que caiu de 2.908, em 2009, para 2.679 no ano seguinte. Pelo menos 229 vagas fixas para colaboradores CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e/ou estatutários foram fechadas nos cargos de gerência; chefia/coordenação/supervisão; técnico/especialização; administrativo; operacional; e entre estagiários, de acordo com o relatório (GRUPO ESTADO, 2011: p.34).

Uma questão que fica em aberto para ser respondida pelo Grupo Estado e por outras empresas de comunicação é até que ponto um jornalista que precisa emitir nota fiscal todo o mês para o recebimento do seu salário – e, portanto, não tem um vínculo empregatício formal – está respaldado, do ponto de vista institucional, e seguro, do ponto de vista pessoal, para fazer um jornalismo investigativo, de denúncia, corajoso, contextualizado e, que provavelmente vá mexer com interesses de eventuais anunciantes e governantes influentes?

Pergunta na mesma direção, porém mais específica sobre como a mídia cobre questões de seu próprio interesse, como as políticas públicas de comunicação, foi feita pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), em um de seus estudos: como cumprir de forma adequada sua função social – reportar, informar, discutir – em situações nas quais os interesses do próprio setor estão em jogo? (ANDI, 2008: 6).

As respostas a essas questões exigiriam uma análise mais aprofundada à luz do universo teórico compreendido pelo que Charaudeau (2010: 24) chama de os espaços do “lugar das condições de produção” no processo de construção de sentidos, mais precisamente o espaço denominado externo-externo, que compreende as próprias condições econômicas, enquanto empresa, da chamada máquina midiática.

Os questionamentos também estão intimamente relacionados a escolhas complexas, que caberão não aos repórteres ou a outros profissionais das redações, mas aos dirigentes de grandes grupos de comunicação do País, enquanto líderes de instituições capazes de assumir um papel mais protagonista, encabeçando e/ou

promovendo os debates sobre mudanças profundas e necessárias na sociedade contemporânea.

Neste estudo, no entanto, o foco está mais voltado à prática cotidiana dos profissionais das redações, visando discutir espaços e oportunidades de consolidação da temática ambiental na pauta dos jornais – o que já faz parte da rotina das redações – e sugerir caminhos para a qualificação da cobertura ambiental, por meio da incorporação da visão sistêmica e da transversalidade no fazer jornalístico.

Tal recorte encontra-se, em parte, no espaço classificado como externo-interno, ainda dentro do “lugar das condições de produção” da proposta de sistematização da *análise de discurso* de Charaudeau (2010: 25). Esse espaço compreende as condições semiológicas da produção, ou seja, envolvem a própria realização do produto midiático, onde os profissionais discutem o que por em discurso, com a ajuda dos meios técnicos disponíveis, para atender a certos efeitos.

4.2.2. A formação intelectual e a visão sistêmica

“Necessitamos de uma postura pró-ativa, avaliando com realismo a nossa capacidade de atuar, valendo-se da qualidade única à espécie humana representada pela nossa capacidade de imaginar o futuro. Em outras palavras, devemos aprender a difícil profissão de ‘geonautas’ [...].” (IGNACY SACHS³²)

Diante do diagnóstico apresentado na primeira parte deste capítulo, e dos desafios referentes aos processos internos e externos à produção jornalística, pode-se perceber que exercer o ofício do jornalismo não é tarefa das mais fáceis diante da crise que se impõe à sociedade contemporânea, como não é fácil também para outros atores sociais, como cientistas, políticos, técnicos, para a sociedade em geral.

Como ressalta o jornalista Ulisses Capozzoli (2011), editor-chefe da revista *Scientific American Brasil*, “estamos atravessando uma época de mudanças tão radicais, onde o que era não é mais, e o que vai ser ainda não é”. Ele sugere que, diante de tantos

³² Economista e professor da École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris (SACHS, 2011).

e tão grandes desafios, a principal ferramenta do profissional de comunicação é investir na própria formação intelectual, para buscar o melhor entendimento das coisas a partir de pequenas descobertas. “Nós devemos ser observadores críticos, mas nós não temos as respostas. As respostas definitivas inexistem”, sentencia.

Nós vivemos numa época histórica não paradigmática (para tomar de empréstimo a expressão de Thomas Kuhn). O Kuhn nos mostra que a ciência normal funciona até determinado momento, o Newton funciona até dado momento, não está errado, mas está incompleto. (...) Se essas medidas estiveram corretas, que detectaram um neutrino viajando a uma velocidade superior a da luz, nos temos outra ruptura de natureza einsteiniana. Então, nós temos uma série de rupturas radicais, e rigorosamente isso não é novo pra quem se abastece da boa cultura (ULISSES CAPOZZOLI, 2011).

Para lidar com as incertezas da realidade contemporânea, Capozzoli sugere aos jornalistas que aprendam a conviver com a *experiência do estranhamento*. “Habitua-nos a fazer perguntas para saber se as coisas são isso ou aquilo. Na verdade, as coisas quase sempre não são nem isso, nem aquilo, são um terceiro, um quarto, um múltiplo de coisas”, disse, ao lembrar que a *experiência do estranhamento* é “libertadora e promissora em termos da criatividade” (CAPOZZOLI, 2011).

Ao falar sobre a visão sistêmica, André Trigueiro destaca que, em certa medida, o próprio jornalismo é fruto de uma visão reducionista e cartesiana da realidade, relembrando que o próprio *lead*³³, “é o reducionismo expresso em um pacotinho de informação que pretende explicar algo em um parágrafo”. Esse é um o que ele chama de um grande desafio cultural.

A gente está descobrindo a duras penas que essa visão fragmentada e compartimentada de uma realidade que não é assim, mas é traduzida assim, não nos convém. Então, quando a gente está falando do pensamento de [Edgar] Morin, [Fritjof] Capra, Leonardo Boff e outros, ou em uma economia que não pensa só em fluxo, mas pensa em estoque, quando você dilata a visão e percebe o mundo e o universo como de fato eles são, e que podem ser traduzidos, inclusive como já são, na área de física quântica como ‘um conjunto de fenômenos interligados e interdependentes que interagem o tempo todo’, essa é uma visão revolucionária da realidade.

³³ Em inglês, significa conduzir, liderar. No Brasil, foi aportuguesado na palavra lide. **Definição:** “[...] o jornalismo usa o termo para resumir a função do primeiro parágrafo: introduzir o leitor no texto e prender a sua atenção. Há dois tipos básicos de lide: o noticioso, que responde às questões principais em torno de um fato (o quê, quem, quando, onde, por quê), e o não-factual, que lança mão de outros recursos para chamar a atenção do leitor” (FOLHA DE S.PAULO, 2000).

[...] E a realidade se impõe como uma condição para a sobrevivência, a longevidade, a saúde e o equilíbrio, então, a gente está tendo que aprender rápido a lição, o que é um drama, por que, historicamente, a nossa espécie – o *software* humano – não é compatível com tanta informação nova que remeta a uma outra coisa, uma outra rotina, e isso é o que me preocupa (TRIGUEIRO, 2011).

Trigueiro (2011), Belmonte (2011), Capozzoli (2011) e tantos outros jornalistas e pesquisadores ‘*anteados com as questões ambientais*’ sabem que a já mudança está em curso, e ‘é inexorável’, como diz Trigueiro. Eles entendem também que, diante desse mar de dúvidas e incertezas que envolvem a complexidade da sociedade contemporânea, repensar práticas e premissas do fazer jornalístico é fundamental para que jornalistas cumpram a sua função social, como resume a professora em jornalismo ambiental Ilza Girardi (2001)³⁴ (**Informação verbal**).

A função social do jornalista é fazer essa mediação, é contribuir com todo um processo de transformação social que pode ocorrer a partir das informações que chegam a cada pessoa. As pessoas bem informadas vão poder lutar pelos seus direitos (ILZA GIRARDI, 2011).

Roberto Villar Belmonte (2011) ressalta que um passo fundamental na prática do bom jornalismo, seja ele sobre as questões ambientais ou não, é nunca subjugar a capacidade do receptor e ter sempre em mente, ao elaborar uma reportagem, que o receptor não é de forma alguma uma tábua rasa.

No momento em que nos damos conta de que ‘o ponto de vista cria o objeto’, como diz Ferdinand de Saussure, é mais fácil apurar, mostrar, e é mais fácil nos darmos conta de que, quando aquele objeto que criamos, que é a notícia, sai de nós, não temos mais domínio sobre ele. O sentido que ele vai adquirir na rua está no ponto de vista de quem o receber, na história de vida dessa pessoa, em seu estado emocional no momento da recepção. Precisamos nos dar conta disso quando definimos essas coisas entre objetividade, imparcialidade e ativismo (BELMONTE, 2011).

³⁴ (**Informação verbal**) Trecho da entrevista concedida pela professora doutora Ilza Maria Tourinho Girardi ao Programa de televisão *Cidades & Soluções*, da GloboNews, intitulado “A caminho da Rio+20”. Disponível em <http://www.mundosustentavel.com.br/2011/12/quarta-as-23h30-a-caminho-da-rio20/>. Assistido em 15 de janeiro de 2012.

Nesse mesmo sentido, Patrick Charaudeau destaca que o reconhecimento, por parte do receptor, é necessário para que se realize efetivamente a troca comunicativa. “O sentido é resultado de uma cointencionalidade [entre quem escreve e quem lê, no caso das mídias impressas]”, diz o pesquisador francês, lembrando que o texto é portador de “*efeitos de sentido possíveis*” (CHARAUDEAU, 2010: 27).

Embora o estudo de recepção não faça parte do escopo deste trabalho, foram realizadas a coleta e a análise de alguns comentários publicados por leitores nos espaços de interação do portal da *Folha Online*, referentes ao risco de explosão no Shopping Center Norte, em São Paulo. Foi possível observar que, em alguns desses comentários, os receptores-produtores de sentido faziam questionamentos e levantavam dúvidas profundas, cujas respostas não estavam refletidas nas matérias produzidas pelo jornal.

Esse representa mais um dos muitos desafios que envolvem a *Internet* e a prática jornalística. Se, por um lado, existe a pressão por maior volume de textos produzidos, decorrente da integração das redações e da necessidade de se produzir notícias em tempo real, por outro, existe a pressão de um público leitor-produtor que tem acesso a diferentes fontes de dados, emite opiniões, torna-se responsável pelo o que produz, e que cobra, no portal jornalístico, por informações de qualidade, reflexivas e contextualizadas, como poderá ser observado em dois exemplos a seguir.

No “Painel do Leitor”, publicado às 9h35 do dia 04 de outubro – o caso já vinha sendo acompanhado pela mídia desde o dia 17 de setembro –, em um texto assinado por “Dirceu Cardoso Gonçalves (São Paulo, SP)”, o leitor se posiciona em um texto opinativo, porém, tendo o cuidado de se cercar com dados que já haviam sido publicados, cobrando responsabilidade dos atores envolvidos no caso.

“O caso [...] demonstra que o país ainda precisa evoluir muito para se considerar desenvolvido”, começa o texto. Em outro trecho, o leitor-autor escreve: “Algumas perguntas insistem em não calar”, denotando que não encontrou as respostas pelas quais procurava na mídia. E prossegue: “Quais são os órgãos que autorizaram a construção e o funcionamento do shopping? Já conheciam os riscos do lixo? Por que demoraram 20 anos para começar a exigir providências? O que fizeram desde 2004, quando o problema foi identificado?”. De fato, as respostas não estavam nos textos publicados

sobre o caso, nem antes, nem depois das perguntas feitas pelo leitor, que cobrava responsabilização dos órgãos de fiscalização.

Em outro trecho, o leitor mostra-se incomodado com o reducionismo envolvendo o “lado e o outro lado”, “o mocinho e o bandido” refletidos nos textos jornalísticos. “De repente, o empreendedor é transformado no demônio, e os órgãos públicos omissos colocam-se como paladinos. É preciso que todos assumam as suas responsabilidades e, juntos, busquem a solução” (FOLHA ONLINE, 2011).

O outro exemplo, também publicado no portal *Folha Online*, envolve o texto de um colunista da *Folha.com* – uma fonte que assumiu o *status* de colunista produtor de sentidos. Trata-se do engenheiro civil José Luiz Portella Pereira, “especializado em gerenciamento de projetos, orçamento público, transportes e tráfego”. Ele critica o alarde das declarações dos representantes de órgãos públicos, estampadas nos textos jornalísticos, acusa a falta de memória (e, portanto, de contextualização histórica), o disse que disse e, indiretamente, a cobertura sobre o caso.

Hoje, o Center Norte é um mar de metano. E de dúvidas. Os comunicados são confusos. A Cetesb diz algo, o Center Norte desmente, a Prefeitura fala outra coisa. O Ministério Público faz um acordo com o Center Norte, e a Prefeitura diz que não foi avisada. Confusão geral. [...] Isso alimenta o medo. [...] O medo paralisa [...] (PEREIRA, 2011).

Para Trigueiro, o advento da *Internet* e das mídias sociais, que tem provocado mudanças de comportamento em audiências e leitores, representa “uma revolução que está em curso, e que é violentamente democrática e robustamente interessante no sentido de você empoderar pessoas que de uma hora para outra são provedoras de conteúdo” (TRIGUEIRO, 2011).

Diante desse cenário, Trigueiro lembra que o jornalista “atenado com as questões ambientais” tem o papel de incomodar, uma vez que as mudanças necessárias diante da crise ambiental tendem a desagradar “setores muito bem estabelecidos dentro da lógica do *business as usual*”, um discurso que mascara “o *lobby* de quem já consolidou muitos interesses e lucros dentro do [padrão de produção e consumo] que não deve mais ser estimulado”.

Mas como isso pode ser feito na prática? A recomendação é de que o jornalista que cobre questões ambientais aproveite notícias factuais e busque, a partir delas, estabelecer conexões e *links*. E quando não houver espaço devido a alguma limitação do formato jornalístico, seja nos centímetros das páginas impressas de jornal, seja no tempo da televisão ou do rádio, busque apontar caminhos virtuais, sugerindo *sites*, *links*, vídeos, para que os receptores possam complementar as informações.

4.2.3. A relação com as fontes

“Um jornalista sem fonte é um pássaro sem asa.” (ANDRÉ TRIGUEIRO)

Embora defenda que não há distinção entre princípios do jornalismo ambiental e princípios do jornalismo em geral, Roberto Villar Belmonte acredita que existe uma especificidade comum aos profissionais que atuam no jornalismo ambiental, relacionada a um ponto de vista de compromisso com a vida, em seu sentido mais amplo.

Ninguém é imparcial. Não existe neutralidade em nenhum tipo de jornalismo, por que todo mundo tem um ponto de vista. E qual seria então o ponto de vista de quem cobre meio ambiente? Qual seria o engajamento disso? Me parece que é esse compromisso com a vida. Creio que essa seria a grande questão ética (BELMONTE, 2011).

Para Belmonte, esse compromisso com a vida está refletido na escolha das pautas, na escolha das fontes, tanto para confirmar uma hipótese ou um argumento quanto para questioná-los. A pluralidade das fontes não ocorre quando se ouve muitas fontes que possuem o mesmo ponto de vista, mas quando se ouve diferentes pontos de vista diante de uma determinada realidade.

Então, partindo-se do pressuposto de que a imparcialidade e a neutralidade jornalística inexistem, embora sejam cobradas na prática cotidiana, tanto por fontes quanto por editores nas redações, como então evitar que um texto torne-se um manifesto, escrito apenas sob o ponto de vista do jornalista?

A primeira recomendação dos profissionais que já estão na ‘estrada’ do jornalismo ambiental há pelo menos 15 anos sinaliza na mesma direção: jornalismo

ambiental e ativismo não combinam e não podem compartilhar o mesmo espaço, como ressalta o jornalista Adalberto Marcondes, diretor da Agência Envolverde.

Um militante tem de respeitar os dogmas de sua crença. Jornalismo não pode ser assim, precisa, por definição, ser plural. Mas claro que isso também não implica na hipócrita “neutralidade” pregada nos compêndios de comunicação social. A escolha da pauta mostra a tendência (MARCONDES, 2008).

Trigueiro ressalta a importância de tomar cuidado na identificação de fontes, assegurando-se de que elas sejam fidedignas, tenham credibilidade e representem lados diferentes de uma mesma questão, por que “transformar o jornalismo em militância é contraproducente do ponto de vista da credibilidade” (TRIGUEIRO, 2011). Porém, ele admite que alguns assuntos não possuem dois lados.

Você não tem o lado bom e o lado ruim da escravidão, da corrupção. Sustentabilidade é algo que vai requerer da gente o entendimento de que não existe pró e contra da sustentabilidade [...] quando se trata de assuntos que aludem à sobrevivência, à longevidade, à resiliência (TRIGUEIRO, 2011).

Essa questão remete a um debate internacional envolvendo a prática do que o pesquisador Maxwell Boykoff chamou de “*bias as balance*” (parcialidade como equilíbrio, na tradução livre), em sua análise sobre como a imprensa britânica está cobrindo o tema das mudanças climáticas, como explica Anders Hansen.

It is not some kind of conspiracy theory amongst journalists that they want to confuse us about climate change. But simply because of the basic journalistic value of balance and objectivity they end up giving equal weight to the ones who say that climate change is happening, and to the ones who say that climate change is not happening. And so we get this 50/50% balance, but which is not an accurate reflection at all of the consensus within the scientific community about what is going on. Where in fact everybody is saying, well, 99% of scientists are saying, that global climate change is happening and it is largely man made, anthropogenic (HANSEN, 2011).

Em entrevista para esta pesquisa, o sociólogo Steven Yearley (2011) contextualizou a questão no cenário do Reino Unido, onde, segundo ele, a mídia tem uma obrigação social de ser “equilibrada”. “*If they put an argument from the labour or*

left wing, than they have to find somebody from de right wing to give their perspective”, exemplificou.

O cientista conta que, em algumas coberturas sobre tragédias ambientais, por exemplo, essa necessidade de equilíbrio não é tão cobrada, por que há um entendimento de que, ao se noticiar que pássaros estão sendo mortos ou que uma paisagem está sendo modificada, por exemplo, tais questões não são políticas.

No entanto, ressalta Yearley, quando o assunto é mudanças climáticas, proteção da biodiversidade ou energia eólica, a necessidade do equilíbrio reaparece e é cobrada. “So, the environmentalists say this but their opponents say that, so often the framing in the media, particularly on the BBC, is that this person said this and that person said that”.

Segundo o pesquisador, professor da Universidade de Edimburgo, na Escócia, a rede de televisão britânica BBC promoveu um debate interno, há cerca de dois anos, para definir como iria proceder na cobertura sobre as questões envolvendo mudanças climáticas, como explica o sociólogo (YEARLEY, 2011).

They [BBC] had a big internal debate about climate change because for a long while when they ran a story about climate change they would say ‘some scientists think that this is happening’ and then they would find some opponent who is sceptical, and so their idea was balance. This was a kind of political view of climate change in which balance was needed, whereas, of course, if they do a report about gravity they don’t find someone who doesn’t believe in gravity. So, the BBC was having this internal debate over whether climate change was now real enough, it is just a fact, you don’t need to have this balance. I think that it was really quite a step forward to say: from now I just kind of treat it as a fact, we don’t need to have the balance.

André Trigueiro (2011) ressalta que, também no Brasil, essa discussão é fundamental. Ele lembra que faz parte do próprio modo de agir da comunidade científica tentar à exaustão desconstruir a tese prevalente, e que o próprio IPCC reconhece que está trabalhando com hipóteses, mostrando que o trabalho desenvolvido no âmbito do IPCC não representa, de forma alguma, “uma ciência de uma nota só”.

Temos de ter cuidado [na cobertura jornalística sobre mudanças climáticas] de, ao abrir espaço na mídia para a controvérsia, não sinalizar que existe paridade, dois lados equânimes da questão. Se for para ouvir alguém que pense diferente, é preciso então ressaltar de que grupo é esse do contra. Do ponto de vista de produção acadêmica, verificar os artigos que essa fonte

publicou e qual o respaldo que possui dentro da própria comunidade (TRIGUEIRO, 2011).

A segunda recomendação dos jornalistas ambientais para a qualificação da cobertura ambiental envolve colocar em prática um princípio básico do jornalismo, mas que tem enfrentado barreiras cada vez maiores, uma vez que as fontes estão sendo progressivamente “blindadas” por assessorias de comunicação, que enviam informações “por meio de nota”. Trata-se do princípio de construção de uma relação de confiança com as fontes, para identificar a boa fonte da má fonte. E a maior parte dos jornalistas ambientais defende que, para isso, o contato presencial é fundamental, por mais difícil que possa parecer frente à facilidade do contato virtual, associada à falta de tempo e à pressa em noticiar.

Eu não consigo ver um jornalista que se livre dos releases e passe a ter uma produção autônoma de notícias, de informação relevante, sem fontes. [Essa relação] tem de ser presencial. Confiança é presencial. Você não confia por hipótese ou por conveniência, você confia por que você confia. [...] Essa relação precisa ser construída, e para isso precisa de tempo, precisa de convivência, tem de ser uma confiança mútua, e isso passa a ser algo que ao longo da linha do tempo, a medida em que você começa a construir a sua carreira, isso passa a ser algo que favorece também a construção da relação (TRIGUEIRO, 2011).

Anders Hansen (2011), que pesquisa questões relacionadas à comunicação ambiental desde o início dos anos 1990, principalmente na Europa, defende que sejam feitas novas pesquisas sobre como os jornalistas fazem o seu trabalho, onde costumam ir para encontrar novas fontes e se estão fazendo entrevistas presenciais. Ele acredita que esse processo de construção de relações com as fontes está se deteriorando.

Now it's much more computer based, you just sit there in front of your computer, and you look at websites. I'm not even sure about how important the telephone is anymore, because one of the key things that all the science journalists said when I interviewed them back in 1990's when we asked them 'How do you find the right expert?', 'How do you find the right scientist?', they all said pretty much 'It comes with experience, I build up my little address book, so, every time when there is an item related with biogenetics or space physics I look in my address book, and say, oh yes, here is the one that I need to talk to'. [...] So you build up a collection of names. You build a relationship with your source. [...] Nowadays, the basis for that kind of building of relationships is deteriorating (HANSEN, 2011).

A terceira recomendação envolve uma controvérsia. Embora todos os jornalistas e cientistas ouvidos para esta pesquisa concordem que o preparo constante dos jornalistas que cobrem as questões ambientais é fundamental, e que quanto mais preparado o jornalista estiver, melhor ele conseguirá estabelecer as conexões necessárias de uma boa cobertura ambiental e perceber interesses envolvendo o discurso das fontes de informações, não existe consenso quando o assunto é a necessidade de especialização ou não do jornalista, no sentido de ele atuar como setorista científico e/ou de meio ambiente.

Enquanto pesquisadores em sociologia e em comunicação ambiental da Europa defendem que a qualidade da cobertura ambiental está relacionada à especialização do profissional, atuando como correspondente de ciência, por exemplo, (HANNIGAN, 2009; HANSEN, 2011); no Brasil, ainda se defende que repórteres generalistas podem sim fazer uma boa cobertura ambiental.

O sociólogo John Hannigan (2009) afirma que “são raras as vezes que um repórter generalista é capaz de fazer uma reportagem sofisticada, como as que são demandadas pelas questões ambientais”. Ao falar em generalista, o autor refere-se àquele profissional que em um dia cobre um caso de polícia, e no dia seguinte, um problema de contaminação do solo por resíduos, por exemplo.

Anders Hansen, por sua vez, acredita que o repórter generalista dificilmente constrói relações de confiança com as fontes de informação, em decorrência de sua própria rotina, e que, por isso, também não está comprometido com o entrevistado, por que provavelmente não o verá de novo (HANSEN, 2011). Ele defende que, diante do jogo de poder envolvido por trás do debate ambiental, o jornalista precisa, cada vez mais, estar atento e preparado para discernir a boa da má notícia, inclusive quando está fazendo pesquisas na Internet.

I think what it means for journalists, in terms of how they conduct their work, is perhaps, that there is increasingly a need to be aware of how information delivered by a computer can be and is continuously manipulated. The computer screen is not some kind of open source of information with no interests attached. Everybody is playing the game, everybody is trying to promote themselves in the best possible light, and therefore, in a sense it requires new skills from journalists, because a journalist needs to be much more skilled in being critical of what is good information and what is bad information, and what is purely PR information, what is purely marketing information, and it is making these distinctions between proper science and marketing science, for example, that becomes much more important. In many

respects it's not a question of turning the clock back because we can't do that. It's a question of re-skilling as a journalist. It's a question of constantly becoming more critical of the kind of information that has been made available (HANSEN, 2011).

JONATHAN WEBB³⁵ **[Entrevista]**, atendente de mídia da organização *Science Media Centre*, uma organização que faz a mediação entre cientistas e jornalistas, no Reino Unido, afirma que todos os jornais britânicos com abrangência nacional possuem pelo menos um correspondente em ciência (*science correspondent*), o que, para ele, é uma vantagem em se tratando da cobertura sobre aspectos científicos, envolvendo ou não questões ambientais.

Science correspondents will generally cover a science story much better than a general news reporter, and this is a huge advantage [...]. There are benefits of working with specialist science and specialist health correspondents definitely because they are familiar with the field that they cover and they get to know how to evaluate stories and what is important and we would feel much more comfortable telling a scientist to go forward to an interview after talking to a science reporter than to a general news reporter or of political reporter. Science reporters will be much more understanding of the scientist's perspective (WEBB, 2011).

André Trigueiro (2011), por sua vez, pondera, dizendo que, para um repórter que exercita em suas atividades cotidianas e prática da visão sistêmica e transversal, não vai importar se ele está cobrindo um caso de polícia ou um caso ambiental, pois ele será capaz, em qualquer um dos dois, de pensar o mundo e estabelecer as conexões que julgar necessárias para o melhor entendimento da realidade que o cerca.

Para mim, todo o jornalista no terceiro milênio, no mundo de hoje, especialmente no Brasil, ainda que ele seja generalista, que esteja fazendo de tudo ao mesmo tempo, ele precisa construir a carreira fora da redação. Ele não pode ser movimento de manada. Hoje está todo mundo na Rocinha, amanhã está todo mundo no Congresso... E aí, cobrindo cada dia uma história, ele não consegue, digamos, aprofundar minimamente uma leitura da realidade que o capacite a conseguir, dentro de uma determinada área de conhecimento, ser mais seguro. Pode ser moda, esporte, energia, transporte, o que seja. Isso é importante (TRIGUEIRO, 2011).

³⁵ Entrevista concedida para este estudo por Jonathan Webb, no dia 8 de agosto de 2011, em Londres, na Inglaterra. As futuras citações resultantes dessa entrevista irão aparecer, ao longo do texto, mencionadas como WEBB, 2011.

Esta pesquisa não dará conta de esgotar esse debate, que merece ocorrer de forma mais aprofundada em estudos futuros de comparação entre a cobertura jornalística das questões ambientais no Brasil e no Reino Unido, ou, de forma mais abrangente, na América Latina e na Europa.

Por enquanto, o que se pode ressaltar é que, no caso brasileiro, os profissionais que atuam no jornalismo ambiental já percebem que o meio ambiente hoje pode estar correlacionado com variados assuntos, em diferentes editoriais (GERAQUE, 2011; TRIGUEIRO, 2011; BELMONTE, 2011).

4.2.4. A relação com a academia

Como já foi discutido no capítulo de Revisão Bibliográfica, a ciência é a atividade geradora dos argumentos ambientais. Existe uma corrente da sociologia que defende a aproximação com as chamadas ciências “duras” para a compreensão dos fenômenos sociais correlacionados às questões ambientais.

No mesmo sentido, estudiosos do jornalismo ambiental, bem como cientistas do campo da saúde pública ouvidos para esta pesquisa, acreditam que a aproximação entre jornalistas e cientistas, e a melhor compreensão entre ambos, poderão contribuir sobremaneira para a melhoria da cobertura ambiental no Brasil.

O jornalista ‘atenado com as questões ambientais’ deve ter uma certa afinidade com os assuntos científicos, por que se existe hoje uma crise ambiental sem precedentes na história da humanidade, ela é denunciada exatamente através de informações que emergem da comunidade científica e acadêmica, portanto, existe metodologia para medir, mensurar, para desvendar os impactos antrópicos sobre o Planeta e as interações que nós realizamos a cada momento com o meio que nos cerca, mas que também não são muito bem entendidas e compreendidas (TRIGUEIRO, 2011).

Entre as explicações sobre por que razão os cientistas ainda não são tão ouvidos pela imprensa brasileira, Trigueiro cita pelo menos três.

[...] Primeiro, ciência é um assunto considerado chato por boa parte das pessoas. Segundo: nem todo o cientista consegue se expressar de forma interessante ou inteligível; terceiro, nem todo o cientista confia em um jornalista para fazer as perguntas certas do ponto de vista dele, do saber que

ele tem. Então, temos um problema aí no diálogo com a comunidade científica (TRIGUEIRO, 2011).

Enquanto na Europa e nos Estados Unidos essa relação já é historicamente mais próxima (ANDERS, 2011), no Brasil, a relação entre jornalistas e cientistas para tratar de questões ambientais ainda tem muito a evoluir. Isso pode ser observado no diagnóstico apresentado por este estudo, onde ficou claro que cientistas e especialistas ainda representam uma parcela pequena frente ao universo total de fontes ouvidas na cobertura jornalística sobre a temática da poluição do solo por resíduos.

Por outro lado, a partir da análise mais detalhada sobre “como os cientistas/especialistas aparecem”, é possível perceber que existe uma relação de respeito, e uma credibilidade das fontes acadêmicas no tratamento dado pela mídia, o que denota um fator positivo que pode ser melhor explorado em um eventual processo de aproximação entre cientistas e jornalistas nas pautas ambientais daqui para frente.

Anders Hansen, em uma análise do cenário internacional, ressalta a importância dos cientistas na maior parte dos debates ambientais. Mas percebe que eles são mais entrevistados pela mídia no começo de um problema ambiental, porém, rapidamente o debate migra para a arena política, e os políticos assumem o papel de informar sobre os desdobramentos de determinado caso, o que para Hansen representa uma questão controversa, que merece reflexão. Para contextualizar a questão, o pesquisador citou o exemplo da cobertura ambiental do acidente nuclear ocorrido em Fukushima, em 2011, após um tsunami atingir o Japão.

We've seen that most recently in relation to the Fukushima nuclear accident, where in the early days of the accident, there was always geophysicists were been interviewed, nuclear scientists were been interviewed, and then very soon it became much more political problem, all of the politicians doing to contain this, what it is meaningful, the nuclear program in Japan, you know, how far is the radiation going to spread. So, and certainly I mean, there are other prominent examples of this, in the whole debate about biotechnology and genetically modified food and so one (HANSEN, 2011).

Voltando ao cenário brasileiro, quando a relação entre jornalistas e cientistas se estabelece, em boa parte dos casos, ela é cercada por desconfianças, conflitos e desentendimentos mútuos sobre rotinas, tempos, estilos e práticas comuns aos dois

universos – o da produção jornalística, e o da produção acadêmica –, como resume Eduardo Geraque.

Existe claramente um conflito entre jornalistas e cientistas. De um lado, cientistas costumam achar que os jornalistas estão ali para distorcer o que eles falam, acham que eles (jornalistas) não vão estar preparados, não vão conseguir assimilar aquilo que se quer falar. E o jornalista, por outro lado, acha que o cientista vai falar coisas complicadas, vai sempre diminuir o trabalho dele (GERAQUE, 2011).

No Reino Unido, o fato de a relação ser mais próxima não impede que os conflitos ocorram, e eles envolvem, em geral, questões semelhantes às identificadas no Brasil, como explica Anders Hansen.

Academic staff doesn't understand how the media work, so, the professor in biogenetics will look at the article and throw up his arms in horror and say 'they missed out all this stuff that I said.' The other thing that they miss out is the probability-oriented language of science. Science very rarely says 'it is black or it is white'. Science mostly says 'we think that is likely that it might be moving in that direction, and possibly one day it will be white...' [...] or, 'Based on the evidence we have to hand we think that is the right answer'. They never say, 'that is the right answer', because they know full well that everything is based on probabilities (HANSEN, 2011).

O médico PAULO SALDIVA³⁶ [Entrevista], professor titular do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, concorda que a relação entre cientistas e jornalistas ainda têm muitas oportunidades de melhoria. Ele defende que é a aproximação entre as partes, e não o afastamento, que contribui para reduzir os desentendimentos.

Saldiva fala com propriedade sobre a relação com a imprensa, pois concede entrevistas com frequência a jornalistas principalmente de São Paulo, contextualizando questões que envolvem, na maioria dos casos, agravos à saúde relacionados à poluição ambiental urbana, além de contribuir com a mídia, sugerindo formas de abordagem sobre problemas ambientais (SALDIVA, 2011).

³⁶ Entrevista concedida para este estudo pelo médico, professor e pesquisador Paulo Saldiva. A entrevista foi via *Skype*, realizada em dois momentos, sendo o primeiro no dia 12 de dezembro de 2011, e o segundo, no dia seguinte, 13 de dezembro de 2011. As futuras citações resultantes dessa entrevista irão aparecer, ao longo do texto, mencionadas como SALDIVA, 2011.

Tanto o professor Saldiva quanto o professor CARLOS MACHADO DE FREITAS³⁷ [Entrevista], docente da Escola Nacional de Saúde Pública e pesquisador da Fiocruz, concordam que boa parte das arestas que envolvem a relação com os jornalistas passa pela dificuldade em lidar com as incertezas científicas.

Saldiva defende que diferentes atores sociais envolvidos na construção dos argumentos ambientais, incluindo a mídia, o poder judiciário e a própria academia, terão de aprender a lidar melhor com as incertezas, as diferentes possibilidades de se encarar os problemas e as probabilidades.

No caso da Justiça e da mídia, essa questão passa, na opinião dele, principalmente, por casos que envolvem a busca pelo estabelecimento do nexo causal entre agravos à saúde e contaminação ambiental. “Na maior parte das doenças crônico-degenerativas, por exemplo, não se consegue estabelecer o nexo causal, pois elas são multicausais”. Para ele, é necessário um processo de amadurecimento das instituições para incorporar esse entendimento (SALDIVA, 2011).

Carlos Machado de Freitas concorda, lembrando que, assim como os jornalistas, também os cientistas não são neutros em seus posicionamentos, e que é necessária uma “dose de humildade” e de preparo para ambos os lados.

Os jornalistas precisam desenvolver um olhar mais crítico, que permita relativizar as questões de certo modo, [...] preparando-se para lidar com evidências, fatos, incertezas e diversidade de interesses dos cientistas. [...] Por outro lado, os cientistas precisam se preparar melhor para falar em público, conseguindo selecionar e transmitir informações relevantes. [...] A gente não recebe esse tipo de treinamento. Quem aprende, o faz por conta própria. [...] É uma via de mão dupla (FREITAS, 2011).

Sobre as incertezas – que movem o conhecimento científico – e o estabelecimento de nexo causal, Freitas (2011) recorre a premissas defendidas pela ciência pós-normal, disseminados pelos pesquisadores europeus Silvio Funtowicz e Jerry Ravetz (1997), para reforçar a sua percepção de que deverá haver um avanço desse debate, principalmente no que tange aos procedimentos técnicos e metodológicos. Porém, destaca Carlos Machado, questões epistemológicas, “que se referem ao fato de a

³⁷ Entrevista concedida para este estudo pelo historiador Carlos Machado de Freitas. A entrevista foi via Skype, realizada no dia 14 de dezembro de 2011. As futuras citações resultantes dessa entrevista irão aparecer, ao longo do texto, mencionadas como FREITAS, 2011.

ciência produzir conhecimentos sobre partes da realidade, sob fragmentos, e não sobre o problema como um todo”, denotando que o nexos causal será, em maior ou menor grau, carregado de incertezas, provavelmente não serão resolvidas no curto ou médio prazo.

Resolver a questão epistemológica seria uma mudança de paradigma completa em termos de conhecimento, mas ela, eu acho, só ocorreria no momento em que a gente aceitasse incorporar essas incertezas como inerentes às nossas vidas, e isso não está presente em nossa cultura, nem nos Estados Unidos, nem na Europa e nem aqui no Brasil. Nós somos um mundo que está aprendendo a lidar com as incertezas, mas em busca de certezas (FREITAS, 2011).

Paulo Saldiva (2011) destaca que cientistas e as instituições acadêmicas terão de repensar as suas formas de agir, para que o conhecimento produzido nas universidades de fato contribua para a formulação de políticas públicas.

Como seria um mundo melhor? Seria um lugar onde o conhecimento sobre os riscos, o diálogo entre o crescimento econômico, os direitos da sociedade e o conhecimento científico criassem uma plataforma comum de diálogo. Isso ainda choca um pouco os cientistas, por que, para a maior parte deles, o mais importante é publicar na [revista] *Nature* (SALDIVA, 2011).

A solução poderia passar, segundo o professor Saldiva (2011), pela criação de algum organismo que fosse capaz de “transformar o que é publicado como artigos científicos em documentos que possam ser entendidos por um gestor ou pela sociedade dentro de determinado contexto”, como ocorre na Universidade de Harvard ou no MIT, por exemplo.

Carlos Machado de Freitas (2011) defende a realização de cursos para que jornalistas compreendam a visão dos cientistas e vice-versa, bem como a promoção de encontros que reúnam representantes da imprensa e da academia em torno de determinados temas, representando alternativas para que a aproximação ocorresse com maior entendimento entre as partes.

Os jornalistas e cientistas ouvidos para esta pesquisa concordam que a relação está melhor do que já foi no passado. André Trigueiro (2011) vai além, e diz que

jornalistas e cientistas estão sim aprendendo aos poucos a lidar com as incertezas. Para corroborar o argumento, exemplificou citando o caso da cobertura sobre o desastre ambiental ocorrido na região serrana do Rio de Janeiro, no início de 2011, quando cerca de mil pessoas morreram após deslizamentos de terra que devastaram a região.

Todas as vezes que se perguntou se o fenômeno estava relacionado à mudança do clima, as pessoas diziam ‘não posso afirmar’. Os cientistas estão aprendendo a dar essa resposta: ‘não posso afirmar nesse momento que haja uma relação, mas isso que a gente viu acontecer vai ao encontro dos relatórios do IPCC, do agravamento dos cenários onde os eventos extremos vão ocorrer com maior frequência’. É uma boa resposta. Você não está se comprometendo, mas você também não está deixando de lembrar que há uma hipótese consistente de relação de causa e efeito (TRIGUEIRO, 2011).

No entanto, justamente pelo fato de os representantes dos dois grupos terem seus respectivos pontos de vista, é fundamental que a compreensão mútua dos pontos de vista em jogo esteja clara, em relações construídas com base na transparência.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

“Uma pesquisa acadêmica só termina quando ela retorna para a sociedade.”

(ULISSES CAPOZZOLI)

Conhecer o discurso ambiental da sociedade brasileira por meio do ‘*olhar da mídia*’ representou um exercício interessante possibilitado por esta pesquisa. Embora ainda existam inúmeras oportunidades de evolução no tratamento dado às questões ambientais na mídia brasileira, pode-se perceber que a conscientização sobre a temática ambiental está em curso entre jornalistas e também entre fontes de informação.

Essa mudança de mentalidade – em curso desde o século XX e ainda atravessando a contemporaneidade –, torna-se mais clara, no âmbito deste estudo, principalmente após a análise de textos publicados a partir dos anos 2000. No diagnóstico dos 15 anos da cobertura jornalística sobre poluição do solo por resíduos, foi possível verificar, na prática, uma observação que Belmonte havia destacado em sua entrevista para este trabalho. A necessidade da conscientização, antes de chegar ao grande público, foi primeiramente identificada no ambiente empresarial.

Diversas empresas se viram mergulhadas em uma série de denúncias de contaminação do solo, entre meados dos anos 1990 e início dos anos 2000, principalmente no Estado de São Paulo. Acostumadas a estar atentas aos riscos e desafios capazes de ameaçar a própria sobrevivência do negócio no mercado, grandes corporações identificaram que os riscos à imagem tornavam-se maiores do que os custos das soluções necessárias para minimizar seus impactos ambientais e para remediar a poluição gerada no passado.

O recrudescimento da legislação ambiental, associado à capacitação dos órgãos públicos, como das agências ambientais e o Ministério Público, e ao aumento na quantidade de notícias negativas na mídia, foram alguns dos fatores que contribuíram para essa mudança de perspectiva diante das questões ambientais, pelo menos em parte das grandes corporações.

Visando manter o controle da situação e não inviabilizar o próprio negócio, as grandes empresas adotaram uma estratégia que está em vigor até a atualidade. Apropriaram-se do discurso da sustentabilidade e conseguiram, assim, imprimir seu próprio ritmo às mudanças – não necessariamente na velocidade necessária para que a humanidade não sofra as consequências das mudanças ambientais globais na crise em que já está mergulhada.

Uma das ações para atingir esse objetivo foi investir na melhoria da relação com os grupos de comunicação e com a imprensa. Isso ocorreu não apenas no âmbito publicitário, mas também na proposição de pautas para as redações, ou seja, na busca por ampliar a influência nas escolhas das redações e, finalmente, nos conteúdos jornalísticos. Houve uma gradual migração de uma postura fechada e omissa das grandes corporações, verificada no início dos anos 1990, para uma imagem de aparente transparência e abertura. Para isso, foram investidos recursos na contratação de assessorias de imprensa, próprias ou terceirizadas, visando ‘*responder*’ às demandas da mídia e ampliar a qualidade dessa relação.

Diante de eventuais denúncias contra determinadas corporações, as respectivas assessorias de imprensa ora colocavam alguns executivos na linha de frente, para as entrevistas, ora emitiam notas ‘*oficiais*’, dependendo do interesse da respectiva empresa e da gravidade das acusações.

Entretanto, a postura defensiva sobre as questões socioambientais foi dando lugar a um papel mais proativo por parte das assessorias de imprensa. Elas passaram a incluir, nas sugestões de pautas enviadas às redações, ações de responsabilidade social e de investimentos em melhorias de processos produtivos, tanto na economia do uso de recursos naturais (água e energia, por exemplo) quanto na destinação apropriada de resíduos. Com isso, muitas assessorias têm conseguido estabelecer uma relação permanente com a mídia, e tendem a conseguir, dessa maneira, melhorar a imagem das empresas para as quais trabalham e minimizar os riscos de notícias negativas sobre elas.

Exemplos disso podem ser observados principalmente a partir dos anos 2000. Na matéria intitulada “*Empresas gastam R\$ 1,2 bi para não ser vilãs*”, publicada em 16 de fevereiro de 2003, por exemplo, essa ‘preocupação’ das empresas com a ecoeficiência é explicitada. Elaborada por Mariana Viveiros e Aureliano Biancarelli, a

matéria aponta também contradições desse processo. Mostra que grandes empresas, como a Rhodia, a Solvay, a Petrobrás, a Shell e a Carbocloro, que passaram a investir aproximadamente 1% de seu faturamento anual em projetos para ‘limpar a imagem’, continuavam negligenciando a ‘remediação de passivos ambientais e a indenização de trabalhadores e comunidades afetados’. Segundo a reportagem, “Depois de quase 20 anos, nenhum dos casos de contaminação a que as entrevistadas têm seus nomes ligados teve solução” (VIVEIROS e BIANCARELLI, 2003).

Já a reportagem especial assinada por Andrea Vialli, publicada no caderno Negócios de *O Estado de S.Paulo*, em 3 de outubro de 2007, deixa clara a intenção das empresas em se apropriarem do discurso da sustentabilidade. Intitulado ‘*Mineradoras tentam mudar fama de poluidoras*’ com a linha-fina ‘*Grandes empresas mostram que não degradam mais o ambiente*’, o texto traz informações sobre como as ‘gigantes’ da mineração (Vale do Rio Doce, Alcoa e Anglo American) se preocupam com questões sociais e ambientais em seus novos projetos. Nesse exemplo, porém, os contrapontos ficaram praticamente de fora da matéria, exceto por uma declaração do diretor de política ambiental da ONG *Conservation International*, Paulo Gustavo Prado, dizendo que as mineradoras estão começando a mudar suas atitudes, mas ainda falta avançar do discurso para a prática.

“O setor pode ser sustentável, desde que saia da abordagem clássica, que é recompor áreas degradadas, para um caminho de integração com as comunidades e criação de alternativas econômicas para as populações impactadas”, declarou o representante da organização ambiental para a repórter. No entanto, a matéria tratava justamente de ações das gigantes de mineração que iam ao encontro da ‘recomendação’ do representante da ONG. Sendo assim, a organização acabou contribuindo para cancelar as ações das respectivas empresas mencionadas no texto (VIALLI, 2007).

Diante desse cenário complexo envolvendo ações e estratégias cada vez mais sutis de manipulação de discursos, mais do que nunca os jornalistas precisam estar atentos, como já se discutiu anteriormente, sobre interesses e pontos de vista de cada fonte de informação, de cada release que chega às redações. Eles não são neutros, como também não são os jornalistas.

Se, por um lado, existe a urgência pelas mudanças e, por outro, existem grupos buscando desacelerar essa mudança, cabe à mídia estar atenta no processo de mediação desse jogo de forças social dentro do processo de construção social dos problemas ambientais.

Pode-se observar, por meio desta pesquisa, que o caminho a ser percorrido nessa direção ainda é longo, principalmente no que tange à preparação dos jornalistas que cobrem as questões ambientais, tanto na escolha das fontes, como na escolha das pautas e no tratamento dado aos fatos envolvendo a temática ambiental.

A maior parte dos textos ainda traz uma abordagem desconexa, pontual e alarmista das questões ambientais. Constatação semelhante foi identificada pela pesquisadora Luciana Miranda Costa (COSTA, 2010), ao analisar a cobertura jornalística dos jornais O Liberal e Diário do Pará, ambos com sede em Belém (PA), sobre o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, em Anapú, Pará. Segundo ela, a cobertura foi “dominantemente descritiva, factual e esparsa”, privilegiando como principais fontes de informações “os órgãos governamentais, as instituições de pesquisa e as ONGs (organizações não-governamentais)”.

O diagnóstico resultante desta pesquisa indica, por exemplo, que dos 557 textos analisados, 77,9% foram motivados por questões factuais ou de divulgação, denotando a burocracia da notícia e a suscetibilidade da mídia às sugestões de pauta e aos ‘pacotes prontos’ que chegam às redações. Mas, por outro lado, já que a cobertura factual faz parte da rotina do jornalismo, e que os *releases* e fatos contribuem para o bom andamento do fazer jornalístico, pode-se busca seguir, então, a recomendação de André Trigueiro, de que o jornalista responsável pela cobertura de questões ambientais aproveite essas notícias factuais e, a partir delas, estabeleça conexões e *links*.

A falta de preparo de parte dos jornalistas que cobrem a questão ambiental também é outro fato que exige atenção, tanto dos profissionais em si – e de suas respectivas escolhas pessoais –, quanto das organizações, sejam elas de ensino, nas faculdades de jornalismo, sejam as próprias empresas de comunicação.

Embora os textos descontextualizados e estruturados em uma visão reducionista da realidade ainda representem a maior parte do conteúdo publicado nas redações sobre as questões ambientais, já se percebe na imprensa brasileira a publicação de reportagens

com qualidade, fruto do jornalismo investigativo, que exercem na prática a teoria da visão sistêmica e do olhar transversal. E elas acontecem em maior número hoje, na comparação com o início da pesquisa, em 1992, logo, mesmo que a passos lentos, estão sendo incrementadas.

No entanto, essas reportagens estão mais associadas a escolhas individuais de profissionais que resolvem investir em seu próprio conhecimento ‘apesar’ da rotina das redações, do que por uma decisão institucional dos grupos de comunicação em investir na formação e oferecer condições para que seus profissionais desenvolvam esse novo olhar sistêmico.

O diagnóstico apontou que a experiência e a busca por conhecimento vêm associadas com a melhora da qualidade do produto final notícia. Do total de textos analisados, os assinados por repórteres experientes correspondem a menos de $\frac{1}{4}$ do total, mais precisamente a 24%. No entanto, do total de textos fruto do jornalismo investigativo (que correspondem a apenas 5% do total analisado), 71% foram assinados por repórteres com mais experiência.

Em termos de conteúdo, há uma tendência maior de jornalistas mais experientes abordarem a complexidade das questões e publicarem menos textos com um viés ‘sensacionalista’, na comparação com profissionais generalistas ou com menos experiência na cobertura de questões ambientais.

Por outro lado, os profissionais com menos experiência na cobertura das questões ambientais, de acordo com o diagnóstico, são responsáveis por 96,5% dos textos cuja característica da mensagem foi classificada como “Reducionista”, enquanto os textos assinados por repórteres experientes representam 3,5% dos textos com essa mesma classificação.

Por fim, em se tratando do número de fontes ouvidas, mais da metade dos textos escritos por repórteres experientes, 52,5%, foram escritos após entrevistas com cinco fontes ou mais. Esse percentual cai para 18,7% entre os textos assinados por outros repórteres. Do total de textos, 72% escutam até quatro fontes, e 28%, cinco fontes ou mais.

Um olhar mais detalhado sobre o universo de textos com cinco fontes ou mais permite inferir que o processo de qualificação da cobertura jornalística, com a incorporação de mais fontes e diferentes olhares frente à temática de poluição do solo por resíduos, já está em curso, tendo avançado principalmente nos últimos 10 anos.

No entanto, vale lembrar que pluralidade das fontes não está relacionada apenas ao número de fontes ouvidas, mas também à diversidade dos pontos de vista frente a um mesmo fenômeno, acontecimento ou objeto de investigação.

Nesse sentido, chama a atenção o fato de 520 dos 557 textos (93,4%) terem pelo menos uma fonte oficial (ver definição na página 134), enquanto apenas 9,3% dos textos mostrarem a perspectiva de cientistas/especialistas, e 3,4%, as ‘vozes’ de ativistas ou membros de organização não governamentais. Essa diferença corrobora a hipótese de que a mídia está diante de uma enorme oportunidade de melhoria desde que considere a diversidade de olhares voltados à cobertura ambiental sobre poluição do solo por resíduos e provavelmente sobre outros temas ambientais também.

Cientistas ficam de fora da maior parte dos textos produzidos sobre poluição do solo por resíduos e, quando são ouvidos, embora sejam respeitados como detentores do conhecimento e contextualizadores da situação, atuam em boa parte dos casos como avalistas de argumentos, seja para provocar maior alarde ao buscar fazer correlações entre substâncias tóxicas e agravos à saúde, seja para corroborar argumentos já expostos por empresas ou governos.

Como discutido em capítulos anteriores, a ciência é a atividade geradora dos argumentos ambientais. No entanto, a relação entre jornalistas e cientistas, embora melhor do que no passado, ainda está muito aquém do que poderia para que esses atores sociais consigam atuar objetivando levar o conhecimento produzido na academia sobre as questões ambientais para qualificar o debate na arena pública.

Tanto a mídia como a ciência ainda enfrentam dificuldades em lidar com incertezas e podem, juntas, encontrar uma forma de noticiar as questões ambientais incorporando essas incertezas nos respectivos discursos.

Sendo assim, fica claro que a maior aproximação entre cientistas e jornalistas, e a maior representatividade de cientistas na cobertura ambiental, pode contribuir

consideravelmente para que a população tenha conhecimento dos diferentes vieses envolvidos em descobertas científicas sobre problemas ambientais, e esteja mais bem preparada para o debate sobre caminhos futuros.

As recomendações deste estudo, que serão apresentadas a partir de agora, foram divididas em três partes: sugestões para se ter em mente na prática cotidiana da cobertura ambiental (mídia impressa); sugestões para pesquisas científicas sobre comunicação ambiental; e sugestões para a relação entre cientistas e mídia. As recomendações foram elaboradas com base na contribuição dos entrevistados e também a partir dos aprendizados obtidos na elaboração desta tese.

Dez sugestões para se ter em mente na prática cotidiana da cobertura ambiental:

- a) A função do jornalista ‘atenado com as questões ambientais’ é incomodar, como sugere André Trigueiro, pois irá mexer com estruturas que tendem a permanecer como estão, pois mudança exige esforço;
- b) Não confundir jornalismo ambiental com ativismo. Eles podem até seguir em estradas paralelas, mas não devem se cruzar;
- c) Buscar permanentemente a qualificação individual. Diante de uma sociedade em plena transformação, nunca se está pronto, pois tudo muda o tempo todo. Portanto, atualização permanente é fundamental;
- d) Não ser ingênuo. Não existe fonte isenta. Toda fonte vai defender o seu respectivo ponto de vista. É preciso estar alerta no entendimento do lócus enunciativo de cada uma delas, para poder avançar no debate;
- e) Ficar atento a buscas pela *Internet* para embasar textos jornalísticos. Também o espaço virtual é um campo vasto para o jogo de forças social e existem fontes mais bem preparadas que outras para ganhar visibilidade por esse meio;
- f) Fontes de informação são pessoas, portanto, não podem ser ouvidas ‘por meio de notas’. Buscar sobrepor às estratégias de ‘blindagem’ de assessorias

de comunicação e construir relações diretas com as fontes, seja de que segmento for;

- g) Procurar, sempre que possível, visitar o local sobre o qual está escrevendo. A experiência sensorial fica impressa como digitais em um texto jornalístico;
- h) Aproveitar notícias factuais para estabelecer conexões e *links*. Isso contribui tanto no caso da busca por contextualização, quanto para casos em que há falta de espaço;
- i) A contextualização e a prática da visão sistêmica não são “*bichos de sete cabeças*”. Temáticas ambientais podem ser conectadas com perspectivas sociais, históricas, econômicas, tecnológicas, científicas, internacionais etc.;
- j) Aceitar que as incertezas integram a busca coletiva por soluções ambientais na sociedade contemporânea. A partir daí, fica mais fácil construir argumentos que a incorporem, bem como ao discurso das probabilidades.

Sugestões para futuros estudos científicos que envolvam sociologia, comunicação e ciências ambientais:

a) Elaboração de novas pesquisas de recepção que abordem a correlação da percepção de riscos com as mudanças climáticas e aprofundem o foco de investigação no processo de intencionalidade e coconstrução de sentidos, correlacionando os *efeitos supostos* de produção de sentido (a partir do alvo imaginado pela instância midiática) com os *efeitos produzidos* no público (no âmbito da instância de consumo do produto) (CHARAUDEAU, 2010: 23).

b) Elaboração de pesquisas que identifiquem e analisem o fluxo de conteúdo entre as notícias que chegam às redações, por meio de releases e comunicações via assessorias de imprensa e de comunicação, seja de empresas ou de governos, e o que é de fato publicado. Sabe-se que um fator influencia o outro, mas ainda não se tem a dimensão do quanto e como;

c) Para estudos já existentes, sugere-se que os respectivos autores busquem traduzi-los para o inglês e publicá-los em revistas científicas internacionais. Existe um profundo

desconhecimento, no âmbito das pesquisas em jornalismo e comunicação ambiental do Reino Unido e dos Estados Unidos sobre a cobertura jornalística das questões ambientais no Brasil;

d) As pesquisas envolvendo a cobertura jornalística sobre as mudanças climáticas na perspectiva da construção de uma governança global sobre o tema são muito atuais e pertinentes no cenário brasileiro. Pesquisas nesse sentido já estão em curso na Europa e nos Estados Unidos;

e) Um campo promissor de pesquisas na área de comunicação ambiental na Europa e nos Estados Unidos, como destaca Anders Hansen (2011), envolve as chamadas *‘molduras interpretativas da realidade’*. Esse campo pode ser promissor também em pesquisas semelhantes desenvolvidas no Brasil;

f) Também são interessantes pesquisas relacionadas aos desafios das grandes corporações jornalísticas frente às redes sociais e às novas mídias, bem como pesquisas sobre a democratização da informação ambiental.

Sugestões para a relação entre cientistas e jornalistas:

a) A ampliação do número de disciplinas de jornalismo ambiental nos currículos das universidades públicas e privadas do País pode contribuir para o entendimento da necessidade de uma mudança de visão de mundo, para disseminar a visão sistêmica, abordar conceitos de incertezas e vulnerabilidades, bem como os conceitos básicos de assuntos relacionados às principais temáticas ambientais e à complexidade do mundo;

b) A elaboração de cursos voltados à sensibilização, por parte de empresários de mídia, sobre a importância de se publicar relatórios anuais como forma de prestação de contas à sociedade, bem como sobre a necessidade de incorporação dos temas ligados à sustentabilidade e ao meio ambiente, de uma forma transversal, tanto nas pautas de diferentes editorias quanto nas práticas empresariais adotadas nos próprios conglomerados da mídia;

c) A elaboração de cursos direcionados para jornalistas da grande imprensa interessados em aprofundar os conhecimentos em temas ligados à sustentabilidade e ao meio

ambiente, bem como o desenvolvimento e a promoção de encontros entre jornalistas e cientistas para debate sobre a inovação, a tecnologia e os avanços das pesquisas relacionadas às mais variadas temáticas ambientais, como sugere o professor Carlos Machado de Freitas;

d) A realização de eventos que possibilitem o contato direto entre jornalistas e cientistas, em cursos de sensibilização e debates (idem acima);

e) A criação de algum organismo capaz de ‘transformar o que é publicado como artigos científicos em documentos que possam ser entendidos por um gestor ou pela sociedade dentro de determinado contexto’, como propõe o professor Paulo Saldiva (2011).

6. REFERÊNCIAS

ADORNO, Rubens de C.F. & CASTRO, Ana Lúcia. **O exercício da sensibilidade: pesquisa qualitativa e a saúde como qualidade**. São Paulo: Saúde Social, 1994.

ALTHEIDE, David L.. **Creating Reality: how TV news distorts events**. Beverly Hills, CA: Sage, 1976.

ANDERSON, Alison. Source-media relations: the production of the environmental agenda. In: HANSEN, A. (org.). **The Mass Media and the Environmental Issues**. Leicester: Leicester University Press, 1993.

ANDERSON, Alison. **Media, culture and the environment**. New Jersey: Rutgers University Press, 1997.

ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância). **Mídia e Políticas Públicas de Comunicação**. Brasília: ANDI, 2008.

_____. **Mudanças climáticas na imprensa brasileira: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos: Julho de 2005 a junho de 2007; Julho de 2007 a dezembro de 2008**. s/l: ANDI, 2009.

ATHIAS, Gabriela e LEITE, Fabiane. Há mais ‘buracos’, diz presidente da Cetesb. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Cotidiano, 26 ago.2001, p. C-4.

BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. São Paulo: Difel, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo** [traduzido por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro]. Lisboa: Edições 70, 3ª ed., 2004.

BASTOS, Rosa. Incinerador Vergueiro oferece risco à saúde. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Cidades, 02 dez. 2000.

- BECK, Ulrich. **Risk Society – Towards a New Modernity**. London: Sage, 1992 (Translated by Mark Ritter).
- BECK, Ulrich. **World at Risk**. Cambridge: Polity Press, 2009 (Translated by Ciaran Cronin).
- BELMONTE, Roberto Villar. **Jornalismo Ambiental Brasileiro - entrevista concedida à Revista IMPRENSA**. Edição junho, 2006.
- BELMONTE, Roberto Villar. Entrevista concedida para esta tese. Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 2011.
- BENDFORD, Robert D.. Frame Disputes within the Nuclear Disarmament Movement. **Social Forces**, Vol. 71, No. 3 (Mar.1993), pp. 677-701. Carolina do Norte: University of North Carolina Press, 1993.
- BENTES, Mário. **Entrevista com Lourival Sant’Anna**: ‘Sou contra o jornalismo engajado’. Especial para o Portal Amazônia, 19/01/2009. Consulta na internet, no endereço <http://www.lourivalsantanna.com/html/abre.html>. Lido em 20/12/2011.
- BESEN, Gina Rizpah et al.. Resíduos sólidos: vulnerabilidades e perspectivas. In: SALDIVA, Paulo et al. **Meio ambiente e saúde: o desafio das metrópoles**. São Paulo: Ex-Libris Comunicação Integrada, 2010.
- BEST, Joel. Rhetoric in claims-making. **Social Problems**, 34 (2): p. 101-121, 1987.
- BEST, Joel. Afterword: extending the constructionist perspective: a conclusion – and an introduction. In: BEST, Joel (editor). **Images of Issues – Typifying Contemporary Social Problems**. Nova Iorque: Aldine de Gruyter, 1989.
- BIANCARELLI, Aureliano. Destino de resíduos no Brasil até 1976 é incógnita. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Cotidiano, 28 ago. 2001.
- BLOWERS, Andrew. Environmental Policy: the quest for sustainable development. **Urban Studies**, Vol.30 (4/5), p. 775-796, 1993, APUD HANNIGAN, John A.. **Sociologia Ambiental** [traduzido por Annahid Burnett]. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

BOYKOFF, Maxwell and Jules Boykoff. “Balance as bias: Global Warming and the US Mass-media Coverage”. **Global Environmental Change**. 14: 125-136, 2004.

BUENO, Wilson da C. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. In: GIRARDI, Ilza M. T. e SCHWAAB, Reges T.. **Jornalismo ambiental – desafios e reflexões**. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, pp. 105-118, 2008.

BURIHAM, Salim. Oleoduto rompe e polui duas praias. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Folha Vale, 17 mai. 1994, p. 7-1.

BUTTEL, Frederick H.. Sociology and the Environment: the winding road toward human ecology. **International Social Science Journal**, 38 (3), pp. 337–356, 1986.

BUTTEL, Frederick H.. Has environmental sociology arrived?. **Organization & Environment**, Vol. 15 N°1, Março 2002, pp. 42-54. s/l: Sage Publications, 2002.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação – a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas – ciência para uma vida sustentável** [traduzido por Marcelo Brandão Cipolla]. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa** [traduzido por Claudia Sant’Anna Martins]. São Paulo: Gaia, 2010. 1ª ed.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias** [traduzido por Angela M. S. Corrêa]. São Paulo: Contexto, 2010. 2ª ed.

COSTA, Luciana M.. “Sangue na Floresta: A Cobertura da Imprensa Local e Nacional sobre o Assassinato da Missionária Dorothy Stang e sobre a Entrada em Vigor do Protocolo de Kyoto”. Anais do 5º Encontro Nacional da ANPPAS. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/gt8.html>. Lido em 18 de dezembro de 2011. Florianópolis, 2010.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CETESB. Inventário dos Resíduos Sólidos Industriais da Região Metropolitana de São Paulo, Baixada Santista e Vale do Paraíba. São Paulo: CETESB, 2005.

_____. Relação de Áreas Contaminadas do Estado de São Paulo. São Paulo. Cetesb, 2006.

_____. Relação de Áreas Contaminadas do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br>. Acesso: 28 de março de 2009.

_____. (2010a). Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares 2009 [recurso eletrônico]. São Paulo: CETESB, 2010a. Disponível em <http://www.cetesb.sp.gov.br/solo/publicacoes-e-relatorios/1-publicacoes-/-relatorios>. Lido em 03 de março de 2011.

_____. (2010b). Relação de áreas contaminadas e reabilitadas no Estado de São Paulo [texto explicativo – dez.2010]. São Paulo: CETESB, 2010b. Disponível em http://www.cetesb.sp.gov.br/userfiles/file/areas-contaminadas/texto_explicativo_dez_10.pdf. Lido em 04 de fevereiro de 2012.

_____. Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares 2010 [recurso eletrônico]. São Paulo: CETESB, 2011. Disponível em <http://www.cetesb.sp.gov.br/solo/publicacoes-e-relatorios/1-publicacoes-/-relatorios>. Lido em 04 de fevereiro de 2012.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CETESB. **Inventário dos Resíduos Sólidos Industriais da Região Metropolitana de São Paulo, Baixada Santista e Vale do Paraíba**. São Paulo: CETESB, 2005.

CHAGAS, Adélia. Prefeitura interdita prédios da Cetesb após ser multada por lixo. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Cidades, 14 fev. 1998.

CORRÊA, Sílvia. Notícia na TV atemoriza os moradores. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Cotidiano, 17 ago. 2001.

COTTLE, Simon. Mediating the environment: modalities of TV news. In: HANSEN, Anders. **The Mass Media and Environmental Issues**. United Kingdom: Leicester University Press, 1993.

CHRISTOFOROU, T.. The precautionary principle and democratizing expertise: a European legal perspective. *Science and Public Policy*, Vol. 30(3), pp. 205-211, 2003, APUD HANNIGAN, John A.. **Sociologia Ambiental** [traduzido por Annahid Burnett]. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

CRUZ, Maria Teresa. **A estética da recepção e a crítica da razão impura**. In: Revista de Comunicação e Linguagens. Lisboa, 1986.

CENTER FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY POLICY RESEARCH – CSTPR. Colorado (EUA): CSTPR. Disponível em <http://sciencepolicy.colorado.edu/>.

DOUGLAS, Mary e WILDAVSKY, Aaron. **Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers**. London: University of California Press, 1982.

DOWNS, Anthony. ‘Up and Down with Ecology: the “Issue-Attention” Cycle’. *The Public Interest* 28: 30-50, 1972, APUD: LESTER, Libby. **Media & Environment: Conflict, Politics and the News**. Cambridge (UK): Polity Press, 2010.

DUNLAP, Riley e CATTON, William. Struggling with Human Exceptionalism. **American Sociologist** 25 (1): 5–30, 1994.

DUNLAP, Riley et al. (orgs). **Sociological Theory and the Environment: Classical Foundations, Contemporary Insights**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2002.

EINSIEDEL, Edna e COUGHLAN, Eileen. The Canadian press and the environment: reconstructing a social reality. In: HANSEN, A. (org.). **The Mass Media and the Environmental Issues**. Leicester: Leicester University Press, p. 134-149, 1993.

ENLOE, Cynthia H.. ‘The Politics of Pollution in a Comparative Perspective: Ecology and Power in Four Nations’, Nova York, 1975. APUD: Hannigan, John A. *Sociologia Ambiental* [traduzido por Annahid Burnett]. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

FERREIRA, Leila. **Sociologia ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil**. http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/teoria_meio_ambiente/. Anais do I Encontro da ANPPAS. Indaiatuba, 2002. Lido em 10 de fevereiro de 2011.

FREITAS. Carlos Machado. Entrevista concedida para esta tese. São Paulo/Rio de Janeiro (via Skype), em 14 de dezembro de 2012.

FOLHA DE S.PAULO (1994a). Vazamento interrompe bombeamento da Petrobrás. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno São Paulo, 17 mai. 1994, p. 3-1.

_____ (1994b). Oito praias de São Sebastião já foram atingidas pelo óleo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Folha Vale, 18 mai. 1994, p. 7-2.

_____ (1994c). Petróleo já atinge oito praias de São Sebastião. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno São Paulo, 18 mai. 1994, p. 3-4.

_____ (1994d). Curadoria acusa Petrobrás por poluição. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Folha Vale, 20 mai. 1994, p. 6-1.

_____ (1994e). Óleo polui 18 praias no litoral norte. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Via SP, 20 mai. 1994, p. Especial A-1.

_____ (2001a). Cetesb vai fiscalizar empresas de Limeira. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Folha Campinas, 26 jul. 2001.

_____ (2001b). Shell vai apurar morte de ex-funcionários. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Folha Campinas, 12 jun. 2001.

_____ (2001c). Material resiste à ação do tempo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Cotidiano, 28 ago. 2001.

_____ (2001d). Moradores reclamam da falta de informação. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Cotidiano, 18 ago. 2001.

_____ **Novo Manual da Redação**. São Paulo: **Folha de S.Paulo**, 1992. 9ª edição: 2000.

FOLHA ONLINE. Leitor diz que poder público tem deveres no caso Center Norte. s/l, 04 de outubro de 2011. Consulta na internet, no endereço <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/985168-leitor-diz-que-poder-publico-tem-deveres-no-caso-center-norte.shtml>

FOSTER, John B.. Marx's Theory of Metabolic Rift: Classical Foundations for Environmental Sociology. **American Journal of Sociology**, Vol. 105, N.2 (Setembro de 1999), p. 366-405. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

FREUDENBURG, William R. e PASTOR, Susan K.. Public Responses to Technological Risks: Toward a Sociological Perspective. **The Sociological Quarterly**, Vol. 33, N.3 (Outono, 1992), p. 389-412. s/l: Blackwell Publishing, 1992.

GAMSON, William e MODIGLIANI, Andre. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach. **American Journal of Sociology**, Vol. 95, N.1 (Jul., 1989), p. 1-37. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

GERAQUE, Eduardo. **Reportagens atravessadas – um mergulho, via Teoria Geral dos Sistemas, na cobertura da poluição atmosférica feita por jornais brasileiros e mexicanos**. 2006. 243f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Integração na América Latina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GONÇALVES NETO, José. Cetesb multa Prefeitura por queima de lixo. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Cidades, 25 nov. 2000.

GREENPEACE BRASIL. Crimes ambientais corporativos no Brasil. S/l, junho de 2002. Consulta na internet, no endereço http://www.greenpeace.org.br/toxicos/pdf/corporate_crimes_port.pdf

GRUPO ESTADO (2007). Relatório de responsabilidade corporativa Grupo Estado 2006. São Paulo, 2007. Consulta na internet, no endereço http://www.estadao.com.br/rc/2007/relatorio_2006.pdf, em 02/01/2012.

_____ (2011). Relatório de Responsabilidade Corporativa 2010. São Paulo, s/d. Consulta na internet, no endereço <http://www.estadao.com.br/rc2011/>, em 02/01/2012.

GRUPO FOLHA (2012a). Missão, visão, princípios, valores. **Grupo Folha**, São Paulo. Consulta na internet, no endereço <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/>, em 24/01/2012.

GRUPO FOLHA. Folha integra redações e finaliza reforma. **Folha.com**, São Paulo, 11 abril 2010. Consulta na internet, no endereço <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/813946-folha-integra-redacoes-e-finaliza-reforma.shtml>, em 02/01/2012.

GUIDDENS, Anthony. Living in a post-traditional society. In: BECK, Ulrich; GUIDDENS, Anthony; e LASH, Scott. **Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order**. Cambridge: Polity, 1994.

GUIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática** [traduzido por Vera Ribeiro; Apresentado por Sérgio Besserman Vianna]. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010.

GÜNTHER, Wanda M.R.. **Aula teórica**. Fundamentos da prevenção e controle da poluição do solo por resíduos sólidos. Ministrada no Curso de Especialização em Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da USP. Em: 07/06/2006.

HANNIGAN, John A.. **Sociologia ambiental – a formação de uma perspectiva social** [traduzido por Clara Fonseca]. Portugal: Instituto Piaget, 1995.

HANNIGAN, John A.. **Sociologia ambiental** [traduzido por Annahid Burnett]. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

HANSEN, Anders (org.). **The Mass Media and the Environmental Issues**. Leicester: Leicester University Press, 1993.

HANSEN, Anders. Entrevista concedida para esta tese. Inglaterra: Leicester, 21 de julho de 2011.

HILGARTNER, Stephen e BOSK, Charles L.. The Rise and Fall of Social Problems: A Public Arenas Model. **American Journal of Sociology**. The University of Chicago, 94(1): p. 53-78, Jul., 1988.

IANNI, Octavio. **Globalização: novo paradigma das ciências sociais**. Revista de Estudos Avançados. São Paulo: USP/IEA, vol.8,21, 1994.

IBARRA, Peter R. e KITSUSE, John I. Vernacular constituents of moral discourse: An interactionist proposal for the study of social problems. In: Holstein J.A. and Miller G. (eds.) **Reconsidering Social Constructionism: Debates in Social Problems Theory**. Nova Iorque: Aldine de Gruyter, 25–58, 1993.

IBGE (2000). PNSB - Pesquisa nacional de saneamento básico. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE (2008). PNSB - Pesquisa nacional de saneamento básico. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE (2010). Censo demográfico 2010. <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Lido em 10 de fevereiro de 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Mitigation of Climate Change*: 2007 http://www.mnp.nl/ipcc/pages_media/FAR4docs/chapters/CH1_Introduction.pdf (Lido em julho de 2007).

JASANOFF, Sheila. **The Fifth Branch: Science Advisors as Policymakers**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 7ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LASH, Scott e WYNNE, Brian. Introduction. In: BECK, Ulrich. **Risk Society – Towards a New Modernity**. London: Sage, 1992 (Translated by Mark Ritter).

LASH, Scott. Reflexivity and its doubles: structure, aesthetics, community, In: BECK, Ulrich; GUIDDENS, Anthony; e LASH, Scott. **Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order**. Cambridge: Polity, 1994.

LEAR, Linda. Introdução. In: CARSON, Rachel. “Primavera Silenciosa” [traduzido por Claudia Sant’Anna Martins]. São Paulo: Gaia, 2010. 1ª ed.

LESTER, Libby. **Media & Environment: Conflict, Politics and the News**. Cambridge (UK): Polity Press, 2010.

LEWIS, Justin *et al.* The Quality and Independence of British Journalism: Tracking the Changes over 20 Years. Journalism and Public Trust Project and Cardiff University, 2008, *apud*: LESTER, Libby. **Media & Environment: Conflict, Politics and the News**. Cambridge (UK): Polity Press, 2010.

LOPES, Maria Immacolata V.. **Pesquisa em comunicação**, 8ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MANZINI, Eduardo J.. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. Anais eletrônicos do II Seminário Internacional de Pesquisas e Estudos Qualitativos. Consulta na internet, pelo endereço <http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>, em 10 de janeiro de 2012. Bauru, 2004.

MARCONDES, Adalberto W.. O dia a dia de uma mídia ambiental. In: In: GIRARDI, Ilza M. T. e SCHWAAB, Reges T.. **Jornalismo ambiental – desafios e reflexões**. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação & Jornalismo: A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARGARIDO, Ana Paula. Contaminação espalha medo em Paulínia. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Folha Campinas, 15 abr. 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De los medios a las mediaciones – Comunicación, cultura y hegemonía**. Santafé de Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1998.

MARTOS, Emílio e SAITO, Patrícia. **RSE na mídia: pauta e gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

MEADOWS, Donella H. et al. **The Limits to Growth**. Washington DC: Universe Books, 1972.

MEDINA, Cremilda. **Notícia - um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1988.

_____. **A arte de tecer o presente – narrativas e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **O signo da relação – comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Aula teórica** proferida na disciplina O Signo da Relação, na Escola de Comunicação e Artes da USP. São Paulo, USP, 2007 (1º sem.).

_____. **Nas Trilhas Latino-Americanas do Direito Social à Informação**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, s/d. Consulta na internet, no endereço www.iea.usp.br/artigos, em 20/01/2012.

MINAYO, Maria Cecília & SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Rio de Janeiro: Caderno Saúde Pública, 1993.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. Histórico do Ministério Público no Brasil. Brasília, s/d. Consulta na internet, no endereço <http://www.mpu.gov.br/navegacao/institucional/historico>, em 14/01/2012.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2005.

_____. **Cabeça bem feita**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2000.

MOUSINHO, Patrícia, Glossário, in: TRIGUEIRO, André (org.). **Meio Ambiente no Século XXI**. RJ. Sextante, 2003.

MUGGIATI, André (1998a). Prefeitura desiste de queimar lixo hospitalar. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno São Paulo, 12 fev. 1998.

MUGGIATI, André (1998b). Prefeitura interdita prédios da Cetesb. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno São Paulo, 14 fev. 1998. p. 3-13.

NOVAES, Washington. [informação verbal]. Fórum Petróleo, Meio Ambiente & Imprensa. Salvador, Revista Imprensa (org.), março de 2004.

NOVO MILÊNIO (site). **Histórias e lendas de Cubatão**. Consulta pela internet, no endereço www.novomilenio.inf.br/cubatao.ch014e.htm, lido em 11 de fevereiro de 2011.

NUNES, Fabiano. Lojistas e clientes cobram explicações. **Grupo Estado**, São Paulo, 17 set. 2011. Consulta na internet, no endereço <http://www.estadao.com.br>.

OPAS/OMS. **Informe de la evaluación regional de los servicios de manejo de residuos sólidos municipales en América Latina y el Caribe**. Washington: OPAS, 2005.

PARLOUR, J.W. & SCHATZOW, S.. “The mass media and public concern for environmental problems in Canada, 1960–1972. **International Journal of Environmental Studies**, Vol. 13, p. 9-17, 1978.

PEREIRA, José L. P.. Cuidado, frágil. Pode explodir. Coluna publicada na **Folha.com** em 29 de setembro de 2011, às 13h50. Consulta na internet, no endereço <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/joseluizportella/982892-cuidado-fragil-pode-explodir.shtml>

PORTAL IMPRENSA. Circulação de jornais impressos cresce no País. s/1, 22 de julho de 2011. Consulta na internet, no endereço <http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/brasil/43519/circulacao+de+jornais+impressos+cresce+no+pais/>

RAFTER, Nicole H.. Claims-Making and Socio-Cultural Context in the First U.S. Eugenics Campaign. **Social Problems**, Vol. 39, N. 1 (fevereiro), p. 17-34. Califórnia: University of California Press, 1992.

RODRIGUES, Angela Cassia. **Impactos socioambientais dos Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos: Estudo da Cadeia Pós-Consumo no Brasil** (Dissertação de mestrado). Santa Bárbara D'Oeste: Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo da Unimep, 2007.

ROSSI, Clóvis. SP tem maior depósito de cal contaminada. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno São Paulo, 19 jun. 1999, p. 3-1 e 3-2.

SACHS, Ignacy. A era das grandes responsabilidades. In: **Jornalismo ambiental – Revista do IV Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental**. s/l, Instituto Envolverde e Rede Brasileira de Informação Ambiental, 2011.

SALDIVA, Paulo. Entrevista concedida para esta tese. São Paulo (via Skype), em 12 e 13 de dezembro de 2011.

SANT'ANNA, Lourival. R\$ 8,5 mi para limpar velho crime. **O Estado de S.Paulo**. São Paulo, Caderno Vida&, 12 jun. 2006. pp. A26 e A27.

SEIXAS, Renato e LOPES, Katiúscia. Signo da relação, energia, meio ambiente e comunicação. São Paulo: **Revista Líbero**, ano XI, nº 22., dezembro de 2008.

SCHAEFFER, Roberto. Trechos de palestra proferida na mesa redonda “A Energia na Mídia”, durante o 1º Encontro Latino-Americano de Comunicação e Sustentabilidade. São Paulo: Instituto Envolverde, 2008.

SCHOENFELD, A. Clay; MEIER, Robert F.; e GRIFFIN, Robert J.. Constructing a Social Problem: The Press and the Environment. **Social Problems**, Vol. 27 (outubro), N. 1, p. 38-61. Califórnia: University of California Press, 1979.

SCHLESINGER, Philip. **Putting ‘reality’ together**. London: Constable, 1978.

SMITH, Conrad. Media and Apocalypse: News Coverage of the Yellowstone Forest Fires, Exxon Valdez Oil Spill and Loma Prieta Earthquake (1992) APUD HANNIGAN, John A.. **Sociologia Ambiental** [traduzido por Annahid Burnett]. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

SOLESBURY, William. The environmental agenda: an illustration of how situations may become political issues and may demand responses from government: or how they may not. **Public Administration**, 54, p. 379—397. S/l: Blackwell Publishing Limited, 1976.

SPECTOR, Malcolm e KITSUSE, John I.. Social Problems: a Re-Formulation. **Social Problems**, Vol. 21, N. 2 (outono de 1973), p. 145-159. California: Society for the Study of Social Problems, 1973.

TRIGUEIRO, André (Org.). **Meio Ambiente no Século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2003.

TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável**. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

TRIGUEIRO, André. Entrevista concedida para esta tese. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUCHMAN, Gaye; DANIELS, Arlene K. e BENET, James. **Hearth and Home: Images of Women in the Mass Media**. USA: Oxford University Press, 1978.

UNGAR, Sheldon. Knowledge, ignorance and the popular culture: climate change versus the ozone hole. **Public Understanding of Science**. United Kingdom: 9: p. 297-312, 2000.

VIANNA, Sérgio Besserman. Apresentação. In: GUIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010.

VIANNA, M. Daniela de A. e GÜNTHER, Wanda M.R. “O perigo em cada posto: a cobertura desconexa de uma temática ambiental”. In: GIRARDI, Ilza M. T. e SCHWAAB, Reges T.. **Jornalismo ambiental – desafios e reflexões**. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.

VIVEIROS, Mariana (2002a). Aterro de Cubatão recebe solo contaminado. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, Caderno Cotidiano, 17 nov. 2002, pp. C1 e 3.

VIVEIROS, Mariana (2002b). Contaminação ameaça 30 mil em São Paulo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Cotidiano, 20 abr. 2002, pp. C1 e 3.

VIVEIROS, Mariana (2002c). Moradores da Vila Carioca usaram poço no auge da contaminação. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Cotidiano, 04 mai. 2002, p. C-8.

VIVEIROS, Mariana (2002d). Mercúrio contamina mangue de Cubatão. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Cotidiano, 29 set. 2002.

VIVEIROS, Mariana e SILVA, João Carlos (2003). Solo contaminado ameaça favela de SP. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Cotidiano, 04 mai. 2003, pp. 1.

VIVEIROS, Mariana e BIANCARELLI, Aureliano (2003). Empresas gastam R\$ 1,2 bi para não ser vilãs. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Cotidiano, 16 fev. 2003.

WEBB, Jonathan. Entrevista concedida para esta tese sobre o Science Media Centre. Londres: 08 de agosto de 2011.

YEARLEY, Steven. **The Green Case: A Sociology of Environmental Issues, Arguments and Politics**. Londres: Routledge, 1992.

YEARLEY, Steven. Entrevista concedida para esta tese. Edimburgo, em 11 de julho de 2011.